

TERRAS DE ANTUÃ

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA

N.º 19 | ANO 19 | 2025

TERRAS DE ANTUÃ

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA

[FICHA TÉCNICA]

TERRAS DE ANTUÃ
REVISTA DE PUBLICAÇÃO ANUAL
N.º 19 | ANO 19 | Novembro de 2025

DIRETORA
Rosa Maria Rodrigues

EDITOR
Câmara Municipal de Estarreja

PROJETO GRÁFICO
Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Lusoimpress Offset e Digital, Lda.

TIRAGEM
750 exemplares

IMAGEM DE CAPA
Moliceiros, Cândido Patoilo Teles, 1989
Espólio: Município de Estarreja

ISSN
1646-8562

DEPÓSITO LEGAL
267394/07

OS ARTIGOS PUBLICADOS NESTE NÚMERO SÃO DA RESPONSABILIDADE CIENTÍFICA
E ÉTICA DOS SEUS AUTORES BEM COMO O RESPEITO PELO ACORDO ORTOGRÁFICO EM VIGOR

[SUMÁRIO]

09 O VALOR DO NOSSO PATRIMÓNIO
Isabel Simões Pinto

11 EDITORIAL
Rosa Maria Rodrigues

13 ARNALDO E GUILHERME PIRES ARTESÃOS EM CANELAS NO CONCELHO DE ESTARREJA E O SEU CONTRIBUTO À POPULAÇÃO LOCAL
Abel Cunha

21 PROF. JAIME VILAR - A PAIXÃO PELA COMUNICAÇÃO
António Augusto Silva

33 OS MARQUES, DA FONTE E DA FONTINHA DE ESTARREJA
ORIGENS, FIXAÇÃO E PRIMEIRAS GERAÇÕES (1600-1750)
PARTE I
António Pedro de Sottomayor

53 BALANÇO DOS FESTEJOS A SANTO ANTÓNIO DE ESTARREJA DE 1927 CONTAS DA COMISSÃO DE FESTAS
Artur Castro Tavares

69 MOINHOS DE RODÍZIO EM ACTIVIDADE NO CONCELHO DE ESTARREJA
TRADIÇÃO, MEMÓRIA E EMOÇÃO
MOLINOLOGIA | RURALIDADE | PATRIMÓNIO | ETNOGRAFIA
Etelvina Resende Almeida

103 MEMÓRIA DE JOSÉ BERNARDINO HENRIQUES
Joaquim Ventura Faria Victorino

125 A CASA DA RENDA
José Gurgo e Cirne

139 APONTAMENTOS PARA A FIXAÇÃO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO CONCELHO DE ESTARREJA
José Pedro Reis

153 OS BAILES DO “CENTRO”
José Fernando Ferraz Correia

163 A CULTURA DO ARROZ E A PROBLEMÁTICA DA SAÚDE PÚBLICA EM ESTARREJA NO SÉCULO XIX
Juliana Cunha

171 PROCESSOS DE INQUISIÇÃO DO CONCELHO DE ESTARREJA
Marco Pereira

179 OS REGISTOS DE SANTOS - DA CAPELA DE SANTO ANTÓNIO E DA CAPELA SÃO JOAQUIM
Maria Clara de Paiva Vide Marques e António Leandro

195 ENGRAÇADO TESTAMENTO DO GALO E DA GALINHA: A HISTÓRIA DA CARROÇA DO GALO NA FREGUESIA DE CANELAS
Paula Almeida

215 BANDA VISCONDE DE SALREU, 1 DE OUTUBRO DE 1925 – 1 DE OUTUBRO DE 2025 - DO PASSADO AO PRESENTE: UM SÓ CAMINHO, A MESMA ENTREGA À MÚSICA E À ARTE DE BEM FAZER
Raquel Maria Rodrigues de Jesus

239 EGAS MONIZ – O ENCONTRO ESPIRITUAL COM O BELO
Rosa Maria Rodrigues

259 QUE LEGENDA SE PODE DAR À FOTOGRAFIA?
Sérgio Paulo Silva

265 EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE ENTRE 1850 E 1859 E O ANO DE 1914
Teresa Tubby

291 AUGUSTO CARLOS AFONSO MARQUES, JUIZ DE DIREITO NO ULTRAMAR
Victor Bandeira

309 SAUDADES
ESTARREJA: DUAS DÉCADAS DE ELEVAÇÃO A CIDADE
Paulo Dias

319 REVISTAS TERRAS DE ANTUÃ

O VALOR DO NOSSO PATRIMÓNIO

*Isabel Simões Pinto**

O património de um povo é o espelho da sua identidade. Em cada pedra das nossas construções, em cada traço das embarcações que sulcam a Ria e as valas que recortam as nossas terras marinhoas, em cada gesto repetido ao longo das gerações, vincado na dureza dos ofícios que muitos teimam em preservar, vive a memória coletiva que nos une e distingue.

O nosso concelho é rico em património e é também feito de pessoas. Um legado que se manifesta na arquitetura que marca as nossas ruas e praças, nas tradições que continuam a dar cor ao nosso quotidiano, na arte e na mestria da construção naval, na cultura do arroz que moldou a paisagem e o carácter das nossas gentes, empreendedoras e hábeis.

A revista *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja* é o legado da nossa vasta história local, perpetuando-a no tempo, e prestando, também, a justa homenagem a personalidades que deixaram marca na comunidade, mantendo viva, dia após dia, esta herança com orgulho e dedicação.

Preservar o património é mais do que proteger o passado: é garantir o futuro. É um compromisso com a memória e com o desenvolvimento sustentável, um investimento na autenticidade que nos define e que queremos transmitir às gerações vindouras. Por isso, o Município continuará a valorizar o nosso património em todas as suas formas – material e imaterial – , promovendo o conhecimento, a conservação e a partilha daquilo que somos.

Não posso deixar, também, de enaltecer todos os investigadores e autores locais que têm investido o seu tempo e emprestado o seu saber a esta nobre causa de preservar a nossa memória coletiva. O vosso contributo, ano após ano, é de um valor incomensurável e, por isso, deixo aqui o meu reconhecimento e agradecimento público nesta 19.º edição da Revista *Terras de Antuã*, que tanto nos orgulha.

Porque o património não é apenas o que herdamos; é, sobretudo, o que escolhemos continuar a ser.

Bem-haja a todos. Viva Estarreja e a sua autenticidade.

* Presidente da Câmara Municipal de Estarreja

EDITORIAL

Rosa Maria Rodrigues

Com a apresentação da décima nona revista de *Terras de Antuã*, estamos cientes do papel que esta publicação encerra para o eternizar da historiografia local, bem como para estimular a sistematização e compilação de factos, a investigação e publicação de novas temáticas, bem como de *pedaços de história e momentos*, que senão perdidos, ficariam olvidados e não fariam parte da nossa memória coletiva, e naturalmente desconhecidos para as gerações futuras, pelo que, e reiterando os princípios preconizados na primeira edição *(…) veículo de divulgação e de discussão da memória coletiva; local onde aqueles que se dedicam ao estudo da história possam editar os seus estudos; incentivo para que mais e melhores trabalhos de investigação possam surgir (…)*, julgamos que estar a cumprir estes objetivos, e consequentemente a promover a nossa história, o nosso território e as nossas raízes.

Os temas apresentados nesta edição de *Terras de Antuã*, diversificados no seu conteúdo ou de continuidade em relação a precedentes estudos, são de grande amplitude cronológica, onde são privilegiadas as manifestações de caráter cultural, personalidades, historiografia local, iconografia religiosa, demografia, genealogia, construção naval, emigração, molinologia, património imaterial e documental, onde se destaca os 100 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA BANDA VISCONDE DE SALREU, pelo que e parafraseando o seu autor: *Chegamos a 1925, e aqui tudo se clarifica, e muito provavelmente os Fundadores (…), cientes do sonho a realizar, não vacilaram, e tendo como Patrono, o Grande Benemérito da Freguesia de Salreu – Visconde de Salreu, deram Vida, Alma e Nome à nossa Banda Visconde de Salreu!*.

A presente edição de *Terras de Antuã*, elege com imagem de capa, uma pintura do espólio do Município de Estarreja, da autoria de Cândido Patolio Teles, reconhecido como um pintor das paisagens lagunares e das suas gentes, onde os *Moliceiros*, que outrora transportavam moliço e hoje são um símbolo cultural da região, e um atrativo turístico de excelência, foram um dos seus motivos de inspiração, e apresenta-se hoje, como um dos ex-libris do Município de Estarreja.

O tema Saudades desta revista *Terras de Antuã*, evoca os 20 anos da elevação de ESTARREJA À CATEGORIA DE CIDADE, que segundo o seu autor, *representa um marco significativo na sua história, simbolizando não apenas um reconhecimento do seu desenvolvimento e importância, mas também um novo patamar de desafios e oportunidades. No caso de Estarreja, este evento, ocorrido em 2005 e ao qual se associa, ainda, a elevação simultânea das freguesias de Pardilhó e Salreu à dignidade de vila, consolidou uma trajetória de crescimento e impulsionou uma visão estratégica para o futuro do município (…) O estatuto de cidade foi, indiscutivelmente, um ponto de viragem que proporcionou o impulso institucional e psicológico necessário para que Estarreja embarcasse num caminho de desenvolvimento urbano mais ambicioso e integrado, transcendendo as funções tradicionais de uma vila para abraçar as complexidades e oportunidades de uma cidade.*

A todos os que colaboraram nesta edição de *Terras de Antuã*, e continuam a investigar e a trabalhar de forma abnegada, porque acreditam na veracidade de projetos desta natureza o meu MUITO OBRIGADO.

ARNALDO E GUILHERME PIRES ARTESÃOS EM CANELAS NO CONCELHO DE ESTARREJA E O SEU CONTRIBUTO À POPULAÇÃO LOCAL

*Abel Cunha**



Dos tempos da minha infância, uma saudosa vista do esteiro velho de Canelas nos anos 50 do Séc. XX. Note-se a altiva e alva vela de um barco moliceiro por entre as bateiras erveiras atracadas à margem. Águas cristalinas, margens limpas, ainda o braço chegava ao canal da Murtosa.

* Master em Gestão Comercial pela Universidade Complutense de Madrid.

Escreve segundo a antiga ortografia.

De Arnaldo Domingues Rodrigues Pires (1921-1997) e Guilherme Domingues Rodrigues Pires (1930-2004) não falarão os anais da história. Os seus nomes, bem como a sua a memória, perdem-se na noite dos tempos, na obliteração dos anónimos de quem se não guarda memória ou, retrato.

A importância do seu trabalho no dia a dia das populações de Canelas e aldeias vizinhas decompôs-se nas águas dos esteiros, nos alpendres e quinteiros das casas que abrigaram outras vidas anónimas, na podridão que corrói os objectos caídos em desuso, nas eiras onde foram deixados, à sua sorte, os manguais.

Do primeiro, Arnaldo Pires, ficou uma bateira erveira, depositada no Museu Marítimo de Ílhavo e, na lembrança de quantos viveram os braços da Ria atravancados de barcos pintados de negro como negras eram as almas que à vara, e por força dos braços, os faziam deslizar nas mansas águas. De seu irmão Guilherme, nem isso, sequer uma referência no levantamento ordenado em 1963 pelo então director do SNI César Moreira Baptista para inventariação de todo e qualquer artífice artesão. A memória é curta e o sentimento de gratidão um luxo apenas acessível a umas poucas almas de carácter mais nobre.



A última bateira erveira de Canelas, construída no ano de 1964 por mestre Arnaldo Pires, uma embarcação cujas linhas e segundo Ana Maria Lopes, *lembram exactamente um moliceiro, de que parece ser uma fiel miniatura. Com cerca de 9 a 10 metros de comprimento, 40 centímetros de pontal, 1,30 metros de fundo entre as cavernas e 2 metros de boca, a bateira erveira de Canelas tem 14 cavernas e é completamente embreada a negro, por vezes, enfeitada com umas pintas brancas, feitas "a carimbo". Era construída em pinho com cavernas de carvalho e oliveira, que resistiam mais às águas paradas de Canelas, que apodreciam a madeira com muita facilidade.*

Esta embarcação em concreto, era propriedade de José Luciano de Andrade, (Ti Zé da Fonte) de Canelas, que em Outubro de 1994 a cedeu à Associação dos Amigos do Museu da Ria. Mestre Arnaldo Pires cedeu os seus moldes fazendo parte, desde esse ano, do espólio do MMI (Museu Marítimo de Ílhavo).

O engenho e trabalho de ambos transformaram a vida de todos os que labutaram o seu pão nos campos das terras altas, nas Arrôtas e Marangais e também nas estreitas línguas das terras lagunares, nas águas dos braços da Ria ou, nos arrozais onde a labuta nas águas salobras fazia do céu, um inferno. Arnaldo tinha por arte a construção de barcos de fundo raso, enquanto que Guilherme transformava a madeira de pinho em carros de tracção animal, e todo o tipo de artefactos agrícolas ou domésticos. Com estes, as populações viram os seus esforços braçais diminuídos, a dureza do trabalho suavizada, a produtividade aumentada, a vida melhorada em tempos de absurdas dificuldades e pobreza inimagináveis.

Manuel Pires, filho de Mestre Arnaldo Pires, trabalhou com o seu pai e herdou-lhe o engenho. Em 2012 contruiu uma última destas embarcações que pode, ainda hoje, ser vista e admirada nas águas do esteiro de Canelas por debaixo da ponte do caminho de ferro. Custeada pelo Município de Estarreja, não é apenas uma homenagem à memória de mestre Arnaldo Pires. É o símbolo de uma região, um memorial a um tempo e uma arte desaparecidos.



Arnaldo Pires, o primeiro à direita na fotografia, sem que soubesse de onde lhe veio o jeito, começou a trabalhar com os irmãos Garrido de Salreu que construíam barcos moliceiros, mercantéis, bateiras erveiras, bateiras caçadeiras e outros, num estaleiro então existente à boca do esteiro de Salreu. Por lá trabalhou durante trinta e um anos.

Nos anos quarenta do séc. XX, abalançou-se, no logradouro de sua casa, a construir a sua primeira embarcação da qual não há qualquer memória, muito provavelmente uma bateira caçadeira. A sua última construção, uma bateira erveira, foi feita em 1964. Segundo Manuel Pires, seu filho, em média, construiu ao longo da sua vida, sete a oito embarcações por ano estimando-se um número próximo de 200 embarcações feitas em seu nome e por sua mão. Acrescente-se as que construiu durante os anos em que trabalhou para os Garrido, Luciano e Manuel Maria, no estaleiro de Salreu. Uma vida a fazer barcos.

Tendo construído diferentes tipos de embarcações de fundo raso, bateiras erveiras, caçadeiras, patachas, o seu nome ficou ligado à bateira erveira de Canelas, para diferenciação das bateiras erveiras do norte lagunar, por ser destas a de maior porte e a mais emblemática da região.

Nos anos 50 do séc. XX, o esteiro velho de Canelas fervilhava de vida, um caminho de água, que conduzia às terras agrícolas, aos arrozais, às pastagens onde o gado marinhão passava longos meses em cada ano alimentando-se apenas das ervas que a natureza criava. E também ao S. Paio da Torreira, a cada Setembro, uma semana de folia nos areais, magra recompensa pelos longos meses de trabalhos passados entre o monte e a ria. Como automóveis estacionados em espinha numa qualquer rua dos nossos tempos, as embarcações alinhavam-se nos esteiros amarradas às margens dormitando no balanço do vai vem das águas. E como era bom o sono balanceado das águas, o rosto banhado pelo sol que afogueava a pele e a alma.

Já seu irmão, Guilherme Pires, começou a trabalhar por sua conta aos vinte anos, produzindo uma série de ferramentas imprescindíveis aos trabalhos agrícolas e tarefas domésticas. De uma simples gamela ao carro de bois, escadas, celhas, grades para a agricultura, ancinhos, forquilhas, carros de mão, charruas com bico de ferro ou de madeira, Guilherme suprimiu muitas das dificuldades com que se deparavam os lavradores cujas posses não permitiam o luxo de compras longínquas e dispendiosas.

A Bateira Erveira de Canelas



Em rigor, desconhece-se como surgiu esta bateira nas suas especificidades e tão próxima do design de um moliceiro como refere Ana Maria Lopes. As bateiras erveiras cujo registo exibido na proa (A-XXXX-H) aludia ao transporte de ervas podendo e segundo Senos da Fonseca no seu livro *Monografia do Barco Moliceiro*, segundo licença especial, recolher moliços.

Sendo a recolha de moliços muito anterior ao aparecimento do barco moliceiro, existem registos e referências a esta actividade na laguna desde o séc. XVII, usando-se para tal pequenas barcas denominadas bateiras, na generalidade, cai por terra a teoria de que as bateiras erveiras tenham sido inspiradas ou construídas a partir do modelo do barco moliceiro cujo surgimento nas águas da Ria se terá dado nos meados do Séc. XVIII e até final do mesmo, muito posteriormente portanto à apanha de moliços com recurso a bateiras.

As designadas bateiras erveiras de Canelas são conhecidas e documentadas desde o Séc. XIX, embarcações de dimensões próximas dos 10 m adaptam-se perfeitamente à navegabilidade nos estreitos veiros e valas da região. Através do braço principal, um moliceiro chegava ao esteiro de Canelas, mas não entrava nas estreitas valas que cercavam e delimitavam as terras de cultivo.

Foi, portanto, uma embarcação adaptada para uso na especificidade da geografia local, capacitada para o transporte de bovinos, estrumes, alfaias agrícolas, recolha de moliços, etc. A sua silhueta e desenho, lembram a forma de um moliceiro, mas, de dimensões mais curtas. Comprimento variável entre 9 e 10 metros e 2 de boca. 1,30 de fundo entre cavernas, 40 cm de pontal e um total de 14 cavernas. Embreada a negro com uma mistura de resina de pinheiro e alcatrão, com a qual se calafetava toda a embarcação e coberta no castelo da proa com casca de arroz que funcionava como anti-derrapante por debaixo dos pés do tripulante, compreendendo-se do estudo de Senos da Fonseca que as barcas iniciais conhecidas por bateiras eram substancialmente diferentes daquelas que Mestre Arnaldo Pires construiu ao longo da sua vida.

E terão sido as alterações introduzidas por Mestre Arnaldo que aproximaram a silhueta das bateiras erveiras de Canelas à de um barco moliceiro para além das alterações práticas para efeitos de utilização.

Bateira erveira caçadeira ou, tipo caçadeira

Afirma Senos da Fonseca no anteriormente referido livro *Monografia do Barco Moliceiro* que a tipologia desta bateira erveira difere das caçadeiras lagunares em dois aspectos:

a) O fundo na parte da popa baixava em vez de subir ligeiramente.
b) Apresentavam golfiões na proa bem como no forcado da popa por uma questão prática relacionada com o seu uso no transporte de alfaias agrícolas e gado.

Terá sido a mais pequena bateira erveira de Canelas, apresentando uma envergadura variável de 6 a 10 metros de comprimento, com 9 a 12 cavernas, tendo sido muito popular dado a versatilidade de utilização pois tanto se prestava a tarefas agrícolas como a apanha de moliço, transporte de ervagens e estrumes, lenhas, gados como e também a actividades lúdicas como a pesca, caça ou passeios domingueiros sobre as águas da laguna.

Eventualmente, e muito provavelmente, uma bateira erveira tipo caçadeira terá sido a primeira embarcação construída por Arnaldo Pires.



Na fotografia supra que me foi cedida pela Sr.ª Fernanda Beirão, uma mulher, sabida de Canelas, mas que não foi possível identificar, faz mover à vara, uma bateira erveira tipo caçadeira transportando gado e utensílios de lavoura.

Dado a sua pequena envergadura que podia variar entre os 6 e os 10 metros, podia navegar facilmente nas estreitas e pouco profundas valas de água. Igualmente, o seu menor tamanho reduzia o custo de construção tornando-a acessível à generalidade de todos os que possuíam propriedades na zona lagunar.

Creio já não existir em actividade qualquer bateira tipo caçadeira em Canelas. Percorrendo as linhas de água já nenhuma embarcação se vislumbra. A última que se poderá observar, utilizada na semeadura do arroz já é feita em fibra de vidro. As velhas bateiras erveiras construídas com tábuas de pinho, estão extintas.



Na fotografia, esta do final dos anos cinquenta, regista-se a passagem de algum moliço de uma caçadeira para um carro a bois no que foi o mais bonito esteiro de Canelas, o esteiro da Balsa, também conhecido como esteiro da Calçada dado que sobre o lodo assentava uma calçada em paralelepípedos o que permitia o que se vê na fotografia, o carro poder ir até à bateira sem que se atolasse na lama.

Na caça, bem como na pesca, também a bateira caçadeira foi de enorme utilidade para transporte de pessoas, armas e artes de pesca. Se uma imagem pudesse ser um monumento, esta o seria. Nela, dois bem conhecidos Canelenses, ambos falecidos, preparam a represa na qual colocarão as redes (bitorões, como sempre ouvi dizer), galrichos como hoje se diz.

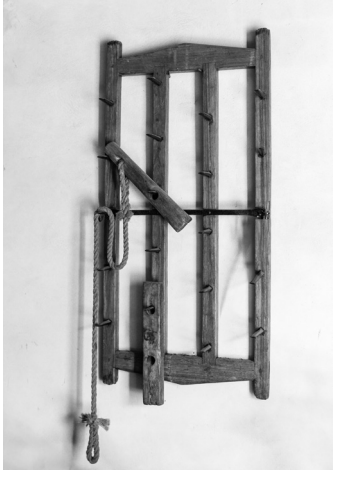
Uma represa de cada lado da vala e uma rede em cada. As águas eram depois mexidas para que turvassem e as enguias saíssem procurando águas limpas, enfiando-se na única saída possível, a boca da rede.





Com o tempo extinguiram-se as bateiras, as águas límpidas, os nenúfares, os moliços e a memória de um tempo em que fomos felizes na calma da aldeia onde os media não chegavam e o terrorismo noticioso ainda não tinha sido inventado. Se da miséria económica não teremos saudade, falta-nos a beleza e a paz daqueles dias calmos quando um passeio de bateira até ao sítio do Porto era um prazer que nos lavava a alma e os sentidos.

Também nos falta Mestre Arnaldo Pires, perito em embarcações lagunares que após o advento dos tratores que não cabiam em bateiras, ainda projectou e construiu dois batelões para que chegassem às terras de cultivo. Para espanto do povo que apostava que afundariam com o peso da máquina, não afundaram. Determinaram, no entanto, o fim das bateiras e o abandono de uma arte hoje esquecida.



De Guilherme Domingues Rodrigues Pires, não temos memória tão, ainda viva. A sua arte não ficou marcada como a de seu irmão Arnaldo porque menos visível, mas igualmente de valor imprescindível a seu tempo quando não se comprava um alguidar de plástico, ou mesmo de barro, ao voltar de uma qualquer esquina. Guilherme fazia o necessário à vida quotidiana da gente simples e pouco abonada. Uma escada de madeira, uma masseira para amassar o pão, uma simples gamela para dar de comer e beber ao gado, um carro de bois ou um carro de mão, uma forquilha um mangual, uma grade de bicos de madeira ou ferro, um arado para lavrar, o que fosse necessário.

Do que fez, não ficou nada como nada fica dos objectos arcaicos e sem utilidade no presente. Na casa museu Custódio Prato no Bunheiro, reuniu-se um excelente espólio dos tais objectos agrícolas arcaicos que é uma lição de história sobre a vida rural do séc. XX e onde não coube qualquer memória de Guilherme Pires.

No entanto, grande foi o legado dos irmãos Pires como grande foi o seu contributo à vida rural desta aldeia de Canelas. Um contribuiu com os meios que permitiram o cultivo das terras desta zona do Baixo Vouga. As suas embarcações transportaram pessoas, animais, ferramentas agrícolas, estrumes e moliços para terras férteis que de outra forma não teriam sido exploradas. O outro deu forma à madeira fazendo-a carro, arado, ancinho ou mangual.





Bibliografia

Senos da Fonseca - Monografia do Barco Moliceiro.

Ana Maria Lopes – Textos no Blog Maritimidades.

Manuel Pires – Recolha oral.

PROF. JAIME VILAR
A PAIXÃO PELA COMUNICAÇÃO

*António Augusto Silva**



Jaime Vilar (sem data)

Ninguém morre quando fica vivo no coração de alguém

*Investigador autodidata da História do Concelho de Estarreja.
Escreve segundo a antiga ortografia.

O JOVEM

Esta citação de Santo Agostinho, referida na pagela obituária do Professor, que aconteceu a 16/2/1999, é bem demonstrativa do sentimento que centenas ou milhares de seus alunos e amigos (entre os quais me incluo) têm pela sua memória. Faleceu aos 71 anos depois de uma vida intensa, multifacetada, que espero bem aqui mostrar.

Como ele próprio diria mais tarde, numa autobiografia inacabada (a que deu o título de *Sonho sem fim*): *numa casa modesta de rés-do-chão e mirante, assentada na berma de uma estrada de macadame esburacada, havia alegre e desusado rebuliço numa manhã cinzenta de Outubro, ali por volta de 1927. No silêncio da rua pacata não passaram despercebidos os passos ligeiros que tropeavam no soalho, os gritinhos inocentes de duas crianças e a voz alvoroçada do chefe da família. Um menino viera ao mundo, trazido no saco do moleiro, misteriosamente envolto na farinha branca e macia da fornada.*

Isto aconteceu a 3 de Outubro de 1927, e o menino a quem deram o nome de Jaime, era o 3.º filho do casal Alfredo da Silva Vilar e Maria da Ascensão Tavares, moradores no lugar do Celeiro, Freguesia do Bunheiro. O rebuliço do nascimento também aumentava por ser o 1.º do ramo masculino, que para a época era questão de enorme importância.

O pai, alfaiate de profissão (como já fora o seu pai), emigrara duas vezes para o Brasil *onde florescia então, farta e tentadora, a árvore das patacas*, mas donde regressara com meia dúzia de contos, logo mal investidos. Assim a vida familiar era de grande dificuldade, mas mesmo assim foram nascendo os filhos, 5 rapazes e 3 raparigas, com o espaço habitual de dois em dois anos.

A infância decorreu com a naturalidade de tantas outras crianças do lugar até chegar bem cedo à Escola Primária. *A escola ficava a duas passadas de casa. Edifício particular, com amplas janelas orladas de tijolo saliente do reboco das paredes, voltado para a estrada de macadame e dela defendido por um muro gradeado também de tijolo. O corpo docente era constituído por um casal que se repartia pelas duas aulas: mocinhas para a senhora, mocinhos para o senhor professor.* Por aqui, andou sempre com aproveitamento, até fazer o exame da 4.ª classe na Escola da Feira dos Cinco, na Murtosa, que distaria uns 5 quilómetros a sul da sua casa. Bem preparado pelo Professor Ramos, ficou aprovado com distinção. Em Maio do ano de 1937 tem lugar a sua Comunhão Solene. *A vida, nos meios rurais onde a fé lançou fundas raízes na tradição, conta quatro passos que cobrem o caminho da existência terrena: o baptismo, a Comunhão Solene, o casamento, a morte. De todos estes passos, a Comunhão Solene era a que mais funda e saudosa imagem gravava na alma da criança.*

O Bunheiro era já então conhecido por terra de grande religiosidade. O menino Jaime tinha, na família, um tio paterno sacerdote. No ano de 1938 dá-se um acontecimento que viria a alterar por completo a sua vida. O Bispo da Diocese, D. António Augusto de Castro Meireles (então do Porto) visita a paróquia. Deste encontro ele escreveria mais tarde: *nessa altura, viera à freguesia, em visita pastoral, o bispo da diocese. O solidéu vermelho que o prelado pousava na cabeça incendiou a imaginação do moço, que, mal entrou em casa, explodiu: Quero ser bispo! A mãe riu-se e o pai, mais sisudo, esboçou um sorriso, e os irmãos fizeram daquela súbita decisão motivo de galhofa e principiaram a tratá-lo de "Sr. Bispo".*

Também por esses tempos eram frequentes as visitas de Pregadores que com a sua prédica inflamada deixavam nas pessoas – humildes e de pouca ou nenhuma ilustração, uma sensação de temor a Deus, mas sempre de enorme admiração – e que iria influenciar a decisão de Jaime: ele queria ser Pregador. E daí a escolha da Ordem Dominicana, que já não tinha casa em Portugal (mas estava a reorganizá-la). Assim, ele teria de frequentar um Seminário que o preparasse para ingressar na Ordem. Foi escolhida a Congregação do Espírito Santo e, em Outubro de 1938, Jaime partiu entre choros e abraços para a casa de Barcelos. Apesar das dificuldades inerentes à idade, ao rigor e disciplina do ensino, concluiu o 1.º ano e volta a casa. *As férias, para um seminarista, são um destempero. 10 meses de clausura entulham a alma e o corpo de recalcamentos e privações que se libertam quando se retoma o contacto com o mundo exterior. Sabemos que ele aproveitou bem estas semanas junto da família e dos amigos da escola.*

No Outono de 1939 volta aos estudos, agora para a casa da Congregação em Godim, na Régua, e termina o ano com aproveitamento. Regressa a casa para férias, findas as quais volta no Outono de 1940 para novo Seminário, agora em Fraião-Braga. Neste 3.º ano ele aumenta o conhecimento do Latim e começa a ler os grandes clássicos, enquanto inicia os estudos de Inglês. No 4.º ano, nesta mesma casa, ele inicia nas aulas de música – velha aspiração que o Pai não viabilizara aos 10 anos na Banda da sua Freguesia – e conhece o órgão que o vai encantar e, no futuro, tornar-se o seu grande companheiro. Aqui em Fraião termina, no Verão de 1943, o 5.º ano e a passagem pela Congregação, com a média de 14 valores, apesar de não ser grande aluno a Matemática e Físico-Química. Ele mesmo diz: *Mais do que a bagagem ligeira que entulhava a mala, eu trazia um espólio bem mais precioso e que os ladrões não podiam saltear: a cultura, a confiança no futuro, a alegria de ter chegado são e salvo ao primeiro porto da longa viagem que fazia por mares ignotos…*

E vai ele a caminho do sonho. Mas a sua tenra idade – 15 anos - era um obstáculo para a dureza da etapa que significava o Noviciado em Espanha. Assim os Superiores decidiram que deveria aguardar mais um ano, tempo que ele aproveitou para meditar e maturar a grande reviravolta que se iria operar na sua vida. Entretanto os Dominicanos preparavam-se para abrir uma Aldeia Apostólica (Seminário) em Aldeia Nova – Olivais, perto de Fátima para onde Jaime foi enviado em 1944. Aqui aproveitou para traduzir vários autores latinos que não conhecia, ensinar francês a duas pequenas turmas do 1.º e 2.º, e até deu aulas de ginástica e música… Mas também aprofundou o conhecimento do Latim, História e Português. Nesta casa encontrou dois professores Marinhões: Frei Gonçalo Maria Tavares, de Estarreja, e D. Francisco Maria Fernandes Rendeiro, que mais tarde viria a ser Bispo de Faro e de Coimbra.

O verão de 1945 serve para descontrair e depois preparar o enxoval que iria levar para o 1.º ano de Noviciado em Teruel, Província de Aragão. Depois de vários dias de viagem chega ao Convento de Santo Domingo a 2 de Novembro. Como muitos outros noviços sentiu logo a diferença entre o que fora o Seminário e a sua nova vida religiosa. Acresce que o velho Convento, próximo dos Pirinéus, que fora ocupado pelos Republicanos durante a Guerra Civil, não oferecia as melhores condições a que acrescia o frio intenso da região. Durante pouco mais de um ano esteve a preparar a sua Profissão, que viria a acontecer em Novembro de 1946. Passada esta fase, entra logo para o 1.º ano e inicia o Curso de Filosofia que vem a concluir com êxito ao defender (em latim) a tese *A alma é, por sua natureza e intrinsecamente, imortal*. Ao mesmo tempo melhora muito o seu conhecimento da língua grega.

É com alegria que recebe a notícia de ter direito a férias, estamos em 1947. Há dois anos que estava fora da casa paterna, e no seu íntimo pensava *regressar a Portugal e aí ficar para sempre, liberto daquela prisão sem grades onde se sentia asfixiado e deslocado!*

Na verdade, o dia a dia no Convento e na comunidade Dominicana estava a colocar em dúvida se deveria ou não lá continuar. Como ele escreveu: *foram dois anos carregados de surpresas, de emoções, de atribulações do espírito, de raros consolos. Ao mesmo tempo decidia nos seus pensamentos: se recuo, se desisto, que vão dizer de mim os que me ajudaram a chegar a este ponto? Subi penosamente até esta altura. Não posso descer pelos mesmos degraus por onde subi.*

Convém lembrar que Jaime tem agora quase 20 anos e uma bagagem cultural assinalável, para além de um espírito crítico muito acentuado. Por isso não estranha ler o que ele nos diz durante esse período de verão: *nesse tempo breve de férias, li com sofreguidão, muito às escondidas, o romance de Antero de Figueiredo -. Non sum dignus -, a Manhã Submersa, de Vergílio Ferreira, e até o Crime do Padre Amaro, de Eça. Toda a obra literária que abordasse temas do seminário ou da vida eclesiástica atraiam a minha curiosidade.* Julgo que estas referências literárias são assaz elucidativas do tumulto espiritual em que vivia o estudante, prestes a continuar o seu percurso.

Regressa a Espanha, agora para o Convento de Nossa Senhora do Rosário, em Alicante, onde iria frequentar o 2.º ano de Filosofia. Apesar do clima mediterrânico, num dos passeios habituais pelas redondezas em Dezembro, sentiu algum mal estar, que viria a prolongar-se nos meses seguintes até que, já perto do final de 1948, diagnosticado com tuberculose regressa a casa, na esperança de melhoras; apesar de medicado, tal não aconteceu e em Janeiro de 1949, Jaime é internado no Sanatório D. Manuel II, em Gaia. Hospital de referência nacional, era o melhor local para o recuperar; mas o imenso tempo que por lá passou fez também que ele reflectisse na continuação da sua intenção religiosa que, como vimos, já estava algo abalada. Só saiu de lá em Abril de 1952, curado da doença e aliviado do espírito, ou seja, já não queria ser Pregador e ninguém o podia recriminar. Ele mesmo o diz: *o reingresso na vida rotineira da freguesia não escandalizou ninguém, pois eu abandonara o caminho do sacerdócio por doença que me incapacitara de prosseguir.* Agora era tempo de trabalhar e contribuir para o bem-estar, especialmente económico, na altura bem difícil, da sua família. Dizer que três dos seus irmãos estavam emigrados, o outro era comerciante, e as três irmãs viviam ainda na casa familiar. Daí a decisão, ou escolha, do seguinte passo que viria a marcar o seu futuro.



Família Ramos Vilar (12/01/1978)

O PROFESSOR

Neste ano de 1958, por Abril, Jaime Vilar casa com D. Augusta Ramos, curiosamente filha daquele que tinha sido o seu Professor da Escola Primária. Um seu cunhado, de nome Augusto César Ramos, era director e dono do Colégio Dom Egas Moniz, em Estarreja, muito conceituado em toda a região, com internato e externato. Logo ele é convidado para integrar o corpo docente e é partir de aqui que hoje muitos recordam o Professor. Aqui foi professor de Português, História da Literatura Portuguesa, Latim, História e Filosofia até 1973. Nesse ano o Externato passa à posse do Estado, agora como Escola Secundária de Estarreja, e o Professor integra os quadros para leccionar Português. Aqui se mantém até 1977, quando é colocado em Arouca; apesar dos esforços da Escola de Estarreja em mantê-lo por cá, acabou por ser transferido onde esteve até ao ano lectivo 1978/79.

Como escreveria mais tarde *sem vocação para cigano nómada, desisti do Ensino. Fiquei livre das arbitrariedades dos computadores… mas não livre das saudades do tempo que vivi no Ensino nem das amarguras que pintaram de branco os cabelos e que, somadas a recordações agrestes que Deus me traçou, são o lastro que continuo a carregar para os descarregar ao porto da sepultura quando o Dador da vida determinar.*



Jaime Vilar com alguns professores e alunos do ano lectivo 1965/1966

Foram 27 anos de serviço, de total dedicação às centenas de jovens Marinhões que pelas suas aulas passaram, e que com ele cresceram para a vida. Como bem sublinhou Augusto Leite na nótula introdutória ao livro *RUY DO VOUGA*, que mais à frente veremos, *o seu magistério (de Jaime Vilar) foi base para muitos professores, médicos, advogados e engenheiros, bem como outros tantos que não desejaram seguir a academia, mas que ficaram a saber ler e a escrever português sem erros…*

O HOMEM PÚBLICO

A primeira referência à sua participação pública é de 1955, quando passa a ser o organista do Grupo Coral Sacro da Banda Clube Pardilhoense. Como vimos antes foi no Seminário que desenvolveu o gosto e conhecimento pelo órgão. Era agora hora de o pôr em prática. Embora as actuações fossem ocasionais, manteve-se junto ao grupo até 1998. Na mesma associação foi ainda Presidente da Direcção entre 1968 e 1978.

Quanto à vida familiar, situada na casa em que fizera o ensino primário, a prole vai aparecendo para sua alegria: Adérito em 1959, Anabela e Alírio em 1960 e Alda em 1963. Anos mais tarde, os três primeiros emigrariam para os Estados Unidos, onde ainda hoje vivem Adérito e Anabela. Quanto a Alírio e Alda, entretanto faleceram. Curioso é o facto dos nomes que o casal escolheu para as crianças começar pela letra A, seguindo o que fizera o seu sogro, o Prof. Ramos, que escolheu o nome aos seus 20 filhos também a começar letra A.

Figura já respeitada no Concelho da Murtosa, é escolhido em Dezembro de 1959 como Secretário da Vereação Concelhia recentemente eleita. Nesse mesmo mês dão-se as eleições para a Junta de Freguesia do Bunheiro, sendo Jaime Vilar escolhido como Presidente para o quadriénio 1960 a 1964. Este mandato será interrompido em Abril de 1963, quando é nomeado Vice-Presidente da Câmara Municipal da Murtosa, cargos que não pôde acumular. Nesta função mantém-se até Abril de 1967, quando pede a exoneração; na Autarquia era Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Electricidade. Pelo meio fez parte dos órgãos sociais da Cooperativa de Lacticínios do Concelho da Murtosa.



Jaime Vilar (1984)

Em Dezembro de 1971 realizam-se eleições para a Junta de Freguesia da sua terra natal, sendo de novo o escolhido para a presidir de 1972 a 1975. As reuniões da Junta aconteciam no 1.º domingo de cada mês, e uma das prioridades era a requalificação do centro da Freguesia que incluía a zona envolvente ao Largo da Igreja e a construção duma casa para sede da Junta. Assim, em Junho de 1973 é aprovada a elaboração do Plano de Urbanização que se irá prolongar no tempo e com a reeleição do Executivo para o período 1976-1979. Para avaliar das condições da casa da Junta – em ruínas em 1973 – e ainda por demolir em 1978, basta ver que a reunião de Maio de 1979 foi realizada em casa do Presidente, e a partir de Julho desse ano foi usada uma pequena sala, na Levegada. Em Outubro começa o processo de adquisição de terrenos. Em 1980 o Professor inicia novo mandato à frente da Junta e agora o processo é mais dinâmico, pois para além do Edifício Sede da Junta, já contempla um Parque Desportivo. O projecto será elaborado pelo Eng.º António Lamego, e a construção foi adjudicada a Albino Pais Pinto, ambos de Pardilhó.

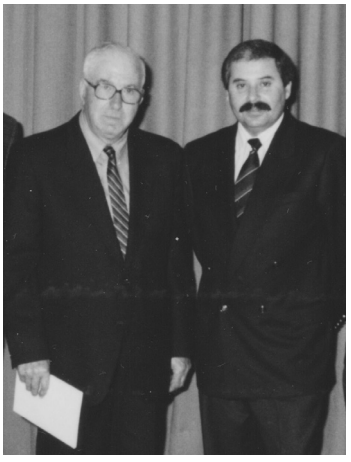
Jaime Vilar deixa a presidência da Junta a 31 de Dezembro de 1982, a obra é inaugurada em Fevereiro de 1983. No total foram 15 anos de serviço à sua terra. E quase todos em simultâneo com a sua actividade docente, que como vimos acabou no Verão de 1979.

De regresso a casa, vindo de Arouca, é convidado pelo então Presidente do Município, António Morais da Fonseca, para exercer funções nos Serviços Municipais de Habitação durante 6 meses, com início em Abril de 1980; a 18 de Novembro seguinte é admitido no quadro de pessoal, como escriturário-dactilógrafo, lugar que desempenhará até 20 de Outubro de 1989, quando pede licença sem vencimento de longa duração, que é aceite. Qual a razão para este pedido? O Professor fora convidado, e depois nomeado, como candidato à Câmara Municipal da Murtosa pelo PPD, às eleições de Dezembro; o Partido, após a morte do Padre António, passava por alguma perturbação interna, pelo que o perfil de Jaime Vilar parecia o mais indicado para desempenhar o cargo. Já no final da campanha eleitoral, no dia 14 de Dezembro, solicita a exoneração do trabalho camarário.

A 17 de Dezembro aconteceram as eleições e o Partido Socialista, para surpresa de muitos, saiu vencedor e o Professor ficou desempregado, mas assumiu o lugar de Vereador sem pelouro. Curiosamente, já perto do final deste mandato, o Presidente Augusto Leite convidou-o para Vereador a tempo inteiro e, ao mesmo tempo, designou-o como seu Vice-Presidente da Câmara: um gesto nobre! Na sua reeleição, o mesmo Augusto Leite bem conhecedor da mais-valia que representava para o sector da cultura municipal ter na equipa o Prof. Jaime Vilar, contrata-o para a Biblioteca Municipal para aí promover o estudo da história e das tradições murtoseiras, dentro e fora de portas. Desempenhou esse lugar, com dignidade e eficácia, até as suas capacidades físicas e mentais o permitirem e daí partiu para a merecida reforma.



Professor Jaime Vilar, com a esposa e a Professora Maria Arnaldina



Na homenagem com Paulo Gabriel (21/10/1995)

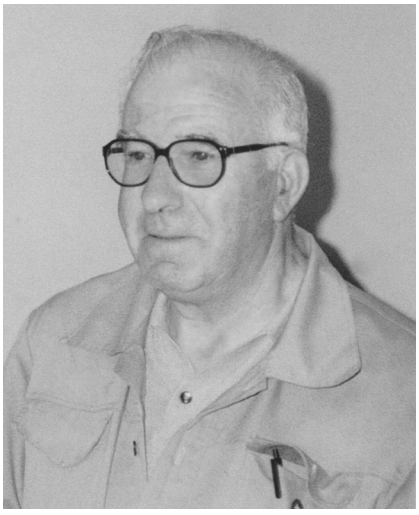
Em 21 de Outubro de 1995 foi-lhe prestada homenagem pública, organizada por uma Comissão que incluía os 4 Presidentes de Junta da Murtosa, a Banda Clube Pardilhoense, a Associação dos Antigos Alunos do Externato e Ensino Secundário de Estarreja e o Paulo Gabriel Almeida, que reuniu umas centenas de amigos. Este evento muito o sensibilizou.

Em Outubro de 1999, na Sessão Solene do dia do Município, a Câmara Municipal da Murtosa atribui-lhe, a título póstumo, a Medalha de Mérito.

O COMUNICADOR

Será talvez a sua faceta mais conhecida, dada a quantidade e diversidade de presenças junto do público, nos jornais, nos livros ou na rádio. E isto no País ou no estrangeiro.

Se como Professor já era exímio comunicador, então nos restantes meios de divulgação tornou-se um caso sério. E falamos dum tempo em que não havia computadores, Internet, telemóveis, ferramentas hoje tão úteis na pesquisa e transmissão de conhecimento.



Jaime Vilar (sem data)

Ao ler os artigos vemos que ele abordava todo o tipo de assuntos, locais, regionais, nacionais; de história, religião, filosofia; de tradições, costumes; de sociedade, política e ambiente, enfim tudo aquilo que o rodeava e chamava a reflectir.

Começou por colaborar no jornal *CONCELHO DA MURTOSA*, em 1949, onde permaneceu até 1971, e onde encontrei perto de 200 trabalhos. Depois passou pelo *PROGRESSO DA MURTOSA*, de que foi também Director entre 1973 e 1975, e apresentou 20 artigos próprios. Seguiu-se *O JORNAL DE ESTARREJA*, onde se iniciou em Junho de 1975 e publicou textos até 1986 , num total de 48.

Ainda em Estarreja passa também a escrever para *O CONCELHO DE ESTARREJA* a partir de Março de 1976, terminando em Dezembro de 1994; não tendo como certo o número de artigos escritos/publicados foram pelos menos 125. Segue-se no Bunheiro o *GENTE DA RIA* que nasceu a 15/9/1981 e onde colaborou desde o 1.º número; até Agosto de 1989, num total de 63 crónicas. Por último surge em Estarreja o *VOZ REGIONALISTA* onde também não deixou de publicar; entre Setembro de 1987 e Dezembro de 1998 foram 35 as suas presenças neste mensário. Assim entre 1949 e 1998 – quase 50 anos de jornalismo – ele publicou pelo menos cerca de 500 trabalhos, pois é bem possível que a minha pesquisa não tenha detectado ou registado outras participações, mas mesmo assim é notável. Como curiosidade apenas, referir que o Professor foi o autor de 3 letras de hinos Associativos: dos Bombeiros Voluntários de Estarreja, de uma versão da Associação Atlética de Avanca e ainda do centenário da Banda Clube Pardilhoense. Na Comunicação Social encontramos outra presença notável, agora aos microfones das Rádios.

A década de 80 do século passado foi pródiga no surgimento de rádios locais, mais conhecidas por *rádios piratas* que se espalharam por todo o País. Em Estarreja o mesmo aconteceu e em várias das suas freguesias. Em Pardilhó nasce a Rádio Moliceiro, e um dos seus colaboradores vai ser o Paulo Gabriel Almeida, com um programa semanal de música a que deu o título de *Café e Música*. Sendo amigo do Professor e seu antigo aluno convidou-o

para o acompanhar e deste modo simples começou uma nova faceta de comunicador. O programa evoluiu para mais conversa e menos música e daí o nome mudar para *Conversando – em 1989* – até surgir no Concelho a Rádio Voz da Ria, para onde a partir de 1989/90 os dois amigos se mudam e agora o programa tem o nome de *A sabor da Maré*. Programa semanal, ao fim da tarde, tornou-se de audição obrigatória dada a qualidade dos textos que ele lia, na sua inconfundível voz marinhoa, aliada à música que o Paulo previamente seleccionava. Foram anos seguidos de participação, de que infelizmente não ficaram registos sonoros, salvando-se umas dezenas dos textos por ele pensados e preparados. Não andarei longe da verdade se disser que na RVR foram mais de 200 episódios sobre a Terra da Marinha em todas as suas vertentes.

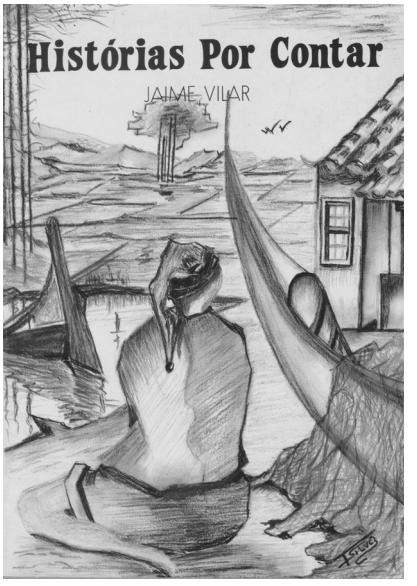
Existe ainda outra faceta que confirma o extraordinário valor do trabalho que ele desenvolveu na área da pesquisa e divulgação dos usos e costumes da região. Em Setembro de 1981 começa a publicar no jornal *GENTE DA RIA* artigos sobre o Barco Moliceiro, que prolongou até Julho de 1982. Estas publicações viriam a ser compiladas e melhoradas com fotografias, e por edição da Associação Cultural Bunheirense e o dito jornal Gente da Ria, em Agosto de 1983 chegou ao mercado comercial.

É importante dizer que este estudo sobre a vida e importância do barco moliceiro foi para o tempo uma pedrada no charco sobre aquilo que representava – e estava a desaparecer – o ex-libris da Ria de Aveiro. Julgo até que esse livrinho, escrito sem recurso às tecnologias de que hoje dispomos, se tornou uma referência porque há dezenas de anos que ninguém apresentava tão útil e rigorosa documentação. O livro teve o feliz título de *BARCO MOLICEIRO - QUE FUTURO?* Ainda hoje, época em que, entretanto, muitos estudos sobre o Moliceiro foram publicados, é normal ver que o livro do Professor Jaime Vilar continua a ser citado. A primeira edição foi de 1.000 exemplares que esgotou, assim como a segunda edição de 1995.

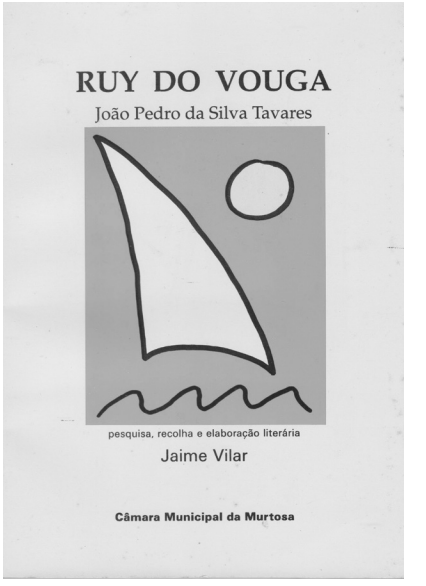


Jaime Vilar Barco Moliceiro – que futuro
(edição de Agosto de 1983)

Outra das suas obras – *Histórias por contar* - compila pelo menos uma boa parte daquilo que ao longo de dezenas de anos ele fora publicando e contando na Imprensa local, na Rádio Voz da Ria e até na Rádio Renascença. A ideia de passar a livro algumas dessas singelas histórias relacionadas com as gentes ribeirinhas começou a ser ponderada. Em Outubro de 1988 foi apresentada à Câmara da Murtosa, presidida pelo Dr. Portugal da Fonseca, uma proposta de edição custeada pela Autarquia, que foi aprovada por unanimidade. Feita a consulta de execução nas empresas tipográficas, a mesma foi concedida na reunião de 10/3/1989. Os 2.000 exemplares teriam um custo de 340.500$. Nesse mesmo ano, a obra chegou ao público. No entanto, o projecto de edição das *Histórias por Contar*, do Professor Vilar previa ter mais dois volumes, que não chegaram a vir a lume, mas de que, felizmente, existe suporte em papel.



Histórias por Contar (edição de 1989)



Ruy do Vouga (edição de 1996)

Como referi antes, o Executivo Camarário, liderado pelo Eng. Augusto Leite, que entrou em funções em 1994, decidiu aproveitar a mais-valia do seu extraordinário conhecimento da história local e regional, nas suas diversas vertentes, e contratou-o para que na Biblioteca Municipal procedesse a estudos e divulgação duma área até aí algo esquecida. Para ali foi, cheio de alegria, para novas funções. Embora a idade e alguns episódios de doença o fossem limitando. Mesmo assim, entre outras pesquisas de interesse para a Murtosa, foi capaz de concluir um trabalho sobre o poeta Murtoseiro Ruy do Vouga, que a Câmara editou em 1996.

Após doença que se foi prolongando, viria a falecer no Hospital Visconde de Salreu, a 16 de Fevereiro de 1999. A Murtosa e Estarreja perdiam uma extraordinária personalidade, que passou a sua vida dividida entre dois amores. Se ao seu Bunheiro e ao seu Concelho dedicou boa parte da sua existência, também é certo que a Pardilhó e a Estarreja nunca regateou dedicação durante dezenas de anos. Por isso, esta Terra Marinhoa – designação que julgo ter sido ele o criador e principal divulgador – ficou muito mais pobre naquele dia.

Por vontade da viúva, D. Augusta Ramos, parte do seu espólio literário foi doado à Câmara Municipal de Estarreja a 22 de Maio de 2003.

Felizmente o seu legado maior é que os seus antigos alunos e amigos, ou outros que com ele conviveram, ainda hoje o recordam com imensa admiração, respeito e carinho.

Os meus agradecimentos a:

Adérito e Anabela Vilar, Aníbal Teixeira. António Sousa, Augusto Leite, Carla Angelina Rodrigues, Daniel Bastos, Escola Secundária de Arouca, José Fernando Correoa, Junta de Freguesia do Bunheiro, Marco Pereira, Ordem dos Dominicanos, Paulo Gabriel, Paulo Horta Carinha e Prof. Manecas.

OS MARQUES, DA FONTE E DA FONTINHA DE ESTARREJA ORIGENS, FIXAÇÃO E PRIMEIRAS GERAÇÕES (1600-1750) PARTE I

*António Pedro de Sottomayor**

Longeva de cinco séculos, no limiar dos idos de 1600 a freguesia de São Tiago de Beduído compunha-se já de diversos lugares espalhados na margem direita do rio Antuã. Desde 1526 tinha por centro espiritual e geográfico o templo matricial que, trasladado do primitivo local em Beduído, batizou como Santiago as cercanias da nova implantação. Dali irradiavam os povoados setentrionais da Areosa, Campo, Santo Amaro e, mais distante, o Outeiro e o fundacional Beduído, ainda meeiro à paróquia de Santa Marinha de Avanca; acompanhando a subida do rio, os orientais Souto, Devesa, Santiais e Barreiro; no extremo oposto, os ocidentais da Póvoa e Teixugueira, sendo que Veiros acabava de se tornar curato autónomo levando, desse modo, os seus fregueses; e finalmente o meridional lugar de Estarreja, o qual, sempre em crescendo desde que se tornara o centro administrativo do antigo julgado de Antuã, ganhava dimensão de vila, abarcando outros lugarejos como os Castanheiros, Sobreiros, Carvalhal, Agro, Coval, o Paço e a Fonte.

*Licenciado em Design. Desenvolve a sua atividade profissional na área da arquitetura. Autor de vários ensaios no âmbito da Genealogia e da História da Família.

Habitados na grande maioria por gentes que se identificavam mediante patronímicos proliferavam, entre outros, os Fernandes, Joãos, Lopes, Gonçalves, Rodrigues, Andrés, Afonsos, Antónios ou Antãos, Dias, Pires, Manuéis e muitos… mesmo muitos Marques, pondo à prova a destreza de qualquer genealogista! Dentre estes, é possível destacar um casal de paroquianos – António e Isabel. Eventualmente os únicos residentes no referido lugar da Fonte, terão sido a génese de profícua descendência futuramente relacionada com notáveis estarrejenses, como o licenciado Manuel Marques Fontinha e o padre seu homónimo, o capitão Luís Marques Lavanco, os sucessivos Marques do Couto cónegos da Sé de Braga, o desembargador Correia Teles, o autarca Francisco Barbosa ou o seu filho 2.º conde de Azevedo.

Descortinar o sítio da Fonte na cidade dos nossos dias revela-se tarefa vã. Nem é garantido que o mesmo refletisse a existência física de um fontanário nas suas imediações, porventura a fonte da Vila outrora erguida – conforme Marco Pereira – numa das *mais antigas ruas de Estarreja, ligando a sede do concelho a Pardilhó e à Murtosa*[1]. Compulsar os livros paroquiais de São Tiago de Beduído permite saber-se, cruzadas as informações, terem existido simultâneamente dois locais denominados *Fonte da Vila:* um claramente afeto a Santiais, e o outro a Estarreja, seguramente o acima mencionado. Um único registo no ano de 1700 denomina o lugar exatamente dessa forma, apontado como proveniência de um dos *Marques* de que seguidamente se tratará. Nos restantes é nomeado apenas por *Fonte,* ou alternadamente por *Rego, Rego do Souto* e, de modo cumulativo, como *Fonte do Rego do Souto*. Inequivocamente, todas as formas anteriores referem o mesmo local, sempre associado a Estarreja, e em nenhuma delas se encontrou patronímico ou genealogia diversa da que abaixo se procurará explanar. Ademais, o topónimo *Souto de Santiais*, então contemporâneo, pressupõe a existência de um outro souto, quiçá em Estarreja, pelo que não podem confundir-se ambas as designações, nomeadamente porque nas duas existiu uma *Fonte da Vila*. Assim e conforme ficou dito, à luz do que hoje se conhece, não é possível localizar de modo seguro a *Fonte* onde viveram os primeiros *Marques* deste ensaio genealógico. Todavia, no desenvolvimento do mesmo numa segunda parte – a publicar futuramente – apresentar-se-ão indícios que permitirão equacioná-la nas imediações da implantação da casa dos Correia Teles, indo assim ao encontro da informação recolhida de Marco Pereira, na qual se regista a existência até 1932, da *fonte da Vila* na atual rua desembargador Correia Teles.

1 - PEREIRA, M. (2017). *Beduído e Veiros. Património Construído.* Estarreja, Portugal: Junta de Freguesia da União de Freguesias de Beduído e Veiros, p. 29.

§1.º da FONTE DA VILA/FONTE/REGO (Estarreja)

I - ANTÓNIO MARQUES e ISABEL ANTÓNIA. Nascidos ao tempo em que o reino se perdia por conta de Alcácer-Quibir e casados na alvorada do novo século. Terão vivido no dito lugar da Fonte de Estarreja, onde lhes nasceram, pelo menos, três filhos. Dissolveu-se o matrimónio por óbito de Isabel, a 6/2/1636[2], com mais de cinquenta e cinco anos cumpridos, a qual fez testamento verbal determinando que lhe fizessem por alma *três ofícios, um no dia do seu enterro, outro ao mês, outro ao ano com cinco clérigos cada um e as obladas costumeiras neles, e é oblada em um ano cada domingo, e às confrarias quinhentos réis por uma vez, e ao Espírito Santo cem réis, ao nome de Jesus cem réis, a Santo António e (?) cinquenta, a Santo Amaro quarenta réis, aos fiéis de Deus quarenta (?)* O assento de óbito identifica-a como *mulher de António Marques da Fonte de Estarreja*, sendo o primeiro documento coevo a atestar a proveniência geográfica do casal. Já viúvo e casados dois dos filhos – João e Maria, esta em Santiais – supõe-se que António Marques terá passado ao lugar do Paço, mais concretamente ao sítio denominado *Fontinha*, ainda hoje bem referenciado, deixando na Fonte o primogénito varão e a sua família recém-constituída. Acompanhou-o a filha Domingas e ambos surgem enquanto padrinhos em sete ocasiões entre os anos de 1646 e 1663, ele identificado uma vez como o *velho* e nas outras por *António Marques da Fontinha*, e ela na condição de solteira e filha deste. Ao que tudo indica homem rijo e de boa saúde, terá vivido cerca de noventa anos, longevidade que se repetirá algumas vezes na sua descendência, como se verá, acabando por falecer a 20/3/1672[3], repartindo de palavra e deixando *seis padres a cada ofício, deixou à confraria do Senhor quinhentos réis, à de Nossa Senhora quinhentos réis, as mais a cinquenta réis, deixou mais ao Senhor a sua terra sita na Ribalta e que parte com as mesmas terras da confraria.*

1 (II) – JOÃO MARQUES o *velho,* que segue.

2 (II) – MARIA MARQUES, que segue no §2.º.

3 (II) – DOMINGAS MARQUES, provavelmente nascida na Fonte de Estarreja, e batizada em São Tiago de Beduído a 16/12/1618[4] pelo reitor licenciado Bartolomeu Leal de Sotomaior, sendo padrinhos o irmão João e Maria Gonçalves, mulher de André João. Após a morte da mãe e casamento dos irmãos, acompanhou o pai na mudança para a Fontinha do Paço, onde fixaram residência. Entre 1650 e 1675 foi madrinha de quatro neófitos, entre os quais a sobrinha Maria (§2.º-3 (III)) e uma das filhas do sobrinho Domingos (§2.º-III), sendo identificada como filha de António Marques o *velho* ou da Fontinha. Faleceu solteira a 27/4/1687[5], na Fontinha onde com ela já residiam alguns dos sobrinhos, filhos da irmã Maria, deixando testamento escrito, no qual determinou *que seu corpo fosse sepultado dentro na igreja de Santiago de Beduído aonde era freguesa, e que se lhe façam três ofícios de dez Padres a cada um com suas ofertas e ofertório costumados e acompanhamento de corpo presente com os mesmos dez Padres. Deixou à Confraria do senhor seiscentos réis à da senhora quinhentos réis à do santo Nome cem réis à do espírito santo cem réis e às demais Confrarias desta freguesia cinquenta réis por uma só vez. Deixou a sua terra da Agra de Devesa do Restolho à Confraria*

2 - Arquivo Distrital de Aveiro (ADAVR), paróquia de Beduído, registos de óbito, liv.1, fl. 191.

3 - ibid., liv. 2, fl. 295.

4 - ibid., batismo, liv. 1, fl. 57.

5 - ibid., óbito, liv. 3, fl. 280v.

do senhor desta igreja. Deixou a sua terra do Amieiro da Marinha de Antuã à Confraria da senhora para sempre com obrigação que estas duas confrarias darão a cera para os seus ofícios e acompanhamento. Deixou que seus herdeiros dessem a pobres manifestados desta freguesia dois alqueires de pão por uma só vez. Deixou por seu testamenteiro a seu sobrinho Luís Marques. Deixou a seus sobrinhos Domingos Marques, Maria Marques, Manuel Marques, e Luís Marques por seus herdeiros com obrigação de cada um deles encomendar e mandar dizer dez missas por uma só vez. Deixou à mulher de Domingos Marques um mantéu, a Maria filha do mesmo uma roupita e uma saia melhor que houver em casa, a Maria filha do Luís Marques um mantéu e uma mantilha de Baeta, a Maria Marques de Santiais sua sobrinha uma saia depois da melhor. Deixa a casa do Lagar a Luís Marques com obrigação de agasalhar nela os pobres que se nela quiserem agasalhar.

II – JOÃO MARQUES o *velho*, provavelmente nascido na Fonte de Estarreja, antes de dezembro de 1604 uma vez que em 1618 foi padrinho da irmã Domingas, tendo então obrigatoriamente pela lei, no mínimo, catorze anos de idade. São omissos os paroquiais de Beduído relativamente ao casamento, mas a 3/7/1673[6] atestam-lhe a morte de uma cunhada chamada Isabel, *moça solteira* a quem tratou dos bens de alma legando duzentos réis a cada uma das confrarias do Senhor e da Senhora, e às restantes cinquenta réis. Dois anos mais tarde, a 17/11/1675[7], caberia a vez de ele próprio entregar a alma ao Criador, deixando testamento público em que determinou *que o enterrassem dentro da igreja de Santiago e que lhe fizessem três ofícios de seis padres, cada ofício com suas ofertas e ofertório acostumados, e à confraria do Senhor deixou quinhentos réis, e à da Senhora quinhentos réis, e à do Santo Nome cem réis, e as mais a cada uma a cinquenta réis, e deixou ao seu filho João Marques em vida a sua quarta parte do Assento, e por morte, a suas filhas Maria e Páscoa.*

Sendo que o *Assento* da citação anterior se refere à residência da família, um par de ideias daí resulta: a de que àquela data viveria ainda um quarto filho ou filha, por ora desconhecido, igualmente herdeiro do velho António Marques – quiçá o *Domingos António da Fonte*, padrinho de Manuel Marques (§3.º-III) em 1648; e que a propriedade da Fonte andaria já repartida na família após o óbito daquele, três anos atrás, e possivelmente também habitada por parentes próximos de João Marques, como terá sido o caso do sobrinho Domingos.

1 (III) – JOÃO MARQUES *o novo,* que segue.

2 (III) – MARIA MARQUES, provavelmente nascida na Fonte nas décadas de 20 ou 30 da centúria de 1600. Não se encontrou o registo de batismo, porém conhece-se a sua existência através do referido testamento paterno e por ter sido madrinha, em 4/9/1678, de uma das filhas do primo Domingos Marques *o novo,* (§2.º-III). Não se lhe referindo marido, depreende-se que estaria solteira à data do evento. (s.m.n)

3 (III) – PÁSCOA MARQUES, provavelmente nascida na Fonte nas décadas de 20 ou 30 da centúria de 1600. Não se encontrou o registo de batismo, porém conhece-se a sua existência através do testamento paterno. Dele se depreende que estaria solteira em novembro de 1675. (s.m.n)

6 - ibid., liv. 3, fl. 234.

7 - ibid., fl. 243v.

III – JOÃO MARQUES *o novo*, provavelmente nascido na Fonte, nas décadas de 20 ou 30. Talvez se lhe refira o assento de batismo de 20/8/1624[8] onde o reitor Coutinho, de São Tiago de Beduído, ignorando o nome da mãe, fez apenas constar um João Marques, de Estarreja, como pai. A ser assim, foram padrinhos o prior Gonçalo Marques e a parteira Catarina Marques, mulher de João de Figueiredo *o velho.* Face ao ano de nascimento do primeiro filho de que se conhece o assento (1657), e dado que apenas existem em São Tiago de Beduído registos de casamento a partir de finais de setembro de 1654, terá casado em data anterior, com MARIA ANTÓNIA, de quem não foi possível encontrar mais informação, além de ter sido madrinha em duas ocasiões, uma delas a 29/8/1666 de um filho de Bartolomeu Marques e Maria Mendes, e outra a 4/3/1668, juntamente com o sogro, de um filho de Amaro Gomes e Maria Rodrigues, todos da vila de Estarreja. Viveram na Fonte da Vila de Estarreja, onde João Marques veio a falecer a 1/2/1700[9], com todos os sacramentos, repartindo verbalmente e deixando *à confraria do Senhor seiscentos réis, à da Senhora seiscentos réis, ao Espírito Santo cem réis, ao Nome cem réis, à dos Mártires cem réis e as mais a quarenta réis a cada uma por uma só vez*. Maria Antónia viveu mais quatro anos, finando-se a 2/3/1704[10], denominando-se no registo do óbito por Rego o lugar da Fonte onde vivera.

1 (IV) – MARIA MARQUES, cujo assento de batismo não se encontrou, mas que se estima ter sido a filha primogénita, nascida cerca de 1655. Conhece-se-lhe a existência a partir de 31/7/1703, data do batizado do sobrinho Manuel do qual foi madrinha. Casou em São Tiago de Beduído a 25/2/1704[11] com MANUEL HENRIQUES, filho de Miguel João e Maria Henriques, já defuntos, moradores na freguesia de Santa Maria da Válega, bispado do Porto, sendo oficiante o padre João Dias, e testemunhas os primos paternos Luís Marques (§5.º-III), da Fontinha, e Domingos Marques (§2.º-III), sendo a Fonte – local de morada deste último – identificado pela primeira vez num assento como *Rego do Souto,* assim como os pais da noiva são referenciados como do *Rego de Estarreja*. Sem geração, o casal viveu no lugar do Paço, onde Manuel faleceu a 14/3/1727[12], e na Fonte, onde Maria faleceu a 20/3/1733[13], com testamento *em que deixou ofícios três de quinze padres e acompanhamento dos mesmos, e dez alqueires de milho aos pobres no dia do enterro, e à confraria do Senhor uma terra da Breja Maior, e à confraria da Senhora seiscentos réis, e à das Almas trezentos, e às demais confrarias da freguesia cinquenta réis a cada uma, deixou pela sua alma noventa missas, e pelas almas de seus pais e mais irmãos defuntos trinta missas, e no dia de Natal três pela sua alma de esmola de oitenta réis ditas nesta igreja, deixou mais dez missas por um legado a João Correia e sua mulher Lourença de Matos, também ditas na mesma igreja.*

2 (IV) – MARCELIO MARQUES, nascido na vila de Estarreja (Fonte), e batizado em São Tiago de Beduído a 16/9/1657[14] pelo padre coadjutor Bartolomeu Dias, sendo padrinhos Miguel Ribeiro de Morais e Ciprião Martins, do lugar do Carvalhal. Morreu em criança.

---

8 - ibid., batismo, liv. 1, fl. 83v.

9 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 14.

10 - ibid., fl. 35.

11 - ibid., casamento, liv. 3, fl. 13v.

12 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 111.

13 - ibid., fl. 142.

14 - ibid., batismo, liv. 2, fl. 17.

3 (IV) – PÁSCOA MARQUES, nascida na vila de Estarreja (Fonte), e batizada em São Tiago de Beduído a 13/4/1659[15] pelo padre coadjutor Bartolomeu Dias, sendo padrinhos Luís Marques e Antónia de Pinho, mulher de Domingos António, da Devesa. Aos quarenta e cinco anos, casou na mesma igreja a 26/4/1704[16] com MANUEL MARQUES, vinte e dois anos mais novo, batizado na mesma igreja a 11/10/1681, filho de Manuel Marques, da Quingosta de Estarreja e Domingas André, sendo oficiante o padre coadjutor Manuel Marques, e testemunhas o padre Manuel da Silva, do Paço de Estarreja, e o padre António Marques da Silva, todos da freguesia. Viveram sem geração no lugar da Fonte, dissolvendo-se o matrimónio por morte de Páscoa a 4/4/1725 [17], com testamento, tendo o viúvo contraído um segundo casamento, em janeiro de 1727, com Isabel Marques (§5.º-7 (IV)), prima em 2.º grau da falecida.

4 (IV) – MANUEL MARQUES, nascido na vila de Estarreja (Fonte), e batizado em São Tiago de Beduído a 14/3/1662[18] pelo padre coadjutor Bartolomeu Dias, sendo padrinhos Domingos António, da Devesa, e a tia-avó Domingas (3 (II)), filha do bisavô António Marques Fontinha (I). Solteiro, tinha quarenta e um anos quando faleceu, abintestado, a 31/8/1703 , de forma inesperada embora estando doente, recebendo apenas com anterioridade os sacramentos da penitência e da Eucaristia e não a Extrema Unção, em virtude do reitor José Rolão Coelho ter sido avisado já depois do óbito acontecido.

5 (IV) – BERNARDA MARQUES, nascida na vila de Estarreja (Fonte), e batizada em São Tiago de Beduído a 27/1/1664[20] pelo padre coadjutor Bartolomeu Dias, sendo padrinhos Bartolomeu Marques e Maria, filha de Manuel Marques o velho, todos da vila de Estarreja. Faleceu solteira, a 10/12/1723[21].

6 (IV) – JOÃO MARQUES, nascido na vila de Estarreja (Fonte), e batizado em São Tiago de Beduído a 14/3/1666 [22] pelo padre Bartolomeu Dias, sendo padrinhos Domingos João, do lugar de Santiago, e Maria André, mulher de António João Sequeiro, todos ali fregueses. Casou na mesma igreja a 10/9/1702 [23] com ESPERANÇA DE PINHO, filha de Manuel Álvares e Domingas de Pinho, do lugar de Santiais, sendo oficiante o padre coadjutor Manuel Marques, e testemunhas José de Pinho e António de Pinho, ambos do lugar da Devesa e todos da freguesia. Viveram com geração no lugar do Barreiro d'Além, onde Esperança faleceu já viúva, a 4/2/1740 [24], com todos os sacramentos *exceto o da Extrema-Unção por não dar tempo a hora da sua morte*, tendo o óbito de João ocorrido três anos antes, a 15/12/1737 [25], no lugar do Paço por motivos que se desconhecem.

---

15 - ibid., fl. 27v.

16 - ibid., casamento, liv. 3, fl. 15v.

17 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 107.

18 - ibid., batismo, liv. 2, fl. 47v.

19 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 33v.

20 - ibid., batismo, liv. 2, fl. 61v.

21 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 93.

22 - ibid., batismo, liv. 2, fl. 79.

23 - ibid., casamento, liv. 3, fl. 4.

24 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 171v.

25 - ibid., fl. 161.

7 (IV) – ANTÓNIA MARQUES, nascida na vila de Estarreja (Fonte), e batizada em São Tiago de Beduído a 4/11/1668[26] pelo padre Bartolomeu Dias, sendo padrinhos António João Sequeiro e Domingas João, mulher de Domingos Dias do lugar de Santiago. Faleceu solteira, aos quarenta e oito anos, a 22/1/1717[27], com testamento verbal.

8 (IV) – PUDENCIANA MARQUES, nascida na vila de Estarreja (Fonte), e batizada em São Tiago de Beduído a 12/4/1671[28] pelo padre Bartolomeu Dias, sendo padrinhos António Ribeiro e Maria Marques, mulher de Manuel Pires, ali fregueses. Faleceu solteira, a 12/3/1714 [29].

9 (IV) – MARCELIO MARQUES, nascido na Fonte de Estarreja, e batizado em São Tiago de Beduído a 13/8/1673[30] pelo padre António de Oliveira, sacerdote de missa residente em Antuã, freguesia de São Martinho de Salreu, sendo padrinhos o licenciado Mateus Afonso e Manuel Pires, todos da freguesia. Em outubro de 1709 e novembro de 1727 foi padrinho, respetivamente, dos primogénitos dos seus primos em 2.º grau Luís Marques *o novo* (§3.º-IV), da Fontinha, e Isabel Marques (§5.º-7 (IV)), da Fonte. De igual modo, e provando a estreita relação entre os Marques da Fonte e da Fontinha, foi testemunha de batismo da segunda filha daquele Luís Marques *o novo* (1713) e de outros dois filhos da mesma Isabel Marques (1729 e 1732).

Na segunda ou terceira década do século XVIII, eventualmente por conta ainda de herança familiar, passou ao lugar do Paço, onde residia em 1736 quando foi testemunha do casamento do sobrinho João. Nesse mesmo lugar faleceu solteiro a 27/10/1742[31], com testamento em *que dispôs que seu corpo fosse envolto em hábito de Santo António, acompanhado à sepultura com quinze Padres, e seus ofícios se fizessem com o mesmo número, que às confrarias do Senhor e da Senhora desta freguesia a sua terra da Chousa da Marinha de Antuã, e de mais a ambas deixava novecentos e sessenta réis, e à confraria das Almas quatrocentos e oitenta, e a cada uma das mais confrarias de livro a cem réis, por uma só vez, que mandassem dizer duas missas em louvor do Anjo de sua guarda cada uma com esmola de cem réis, e que por sua alma se dissessem três missa em dia de Natal por uma só vez, e também por sua alma se dissessem três trintários de missas, deixou vários legados que constam do mesmo testamento a João Correia e sua mulher moços que o serviam, distintamente com obrigação de mandarem dizer cinco trintários de missas pela alma dele testador, e outros cinco pelas almas de seus pais, Avós e irmãos do mesmo testador; e também deixou outros legados a Manuel Valente e sua mulher Maria Marques com obrigação de mandarem dizer dois trintários pelas almas de quem ele testador é obrigado, e outro legado a Manuel filho de Manuel Marques com obrigação de mandar dizer dez missas por sua alma, que aos pobres se repartissem doze alqueires de milho; e a seus sobrinhos de Santiais nomeados por herdeiros deixou obrigação de lhe mandarem dizer de mais sete trintários; e deixou dois alqueires de milho e dois lençóis a Maria mulher de António Marques Fonseca.*

26 - ibid., batismo, liv. 2, fl. 104v.

27 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 71v.

28 - ibid., batismo, liv. 2, fl. 127.

29 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 63v.

30 - ibid., batismo, liv. 3, fl. 11v.

31 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 187.

10 (IV) – CATARINA MARQUES, nascida na vila de Estarreja (Fonte), e batizada em São Tiago de Beduído a 26/10/1677[32] pelo licenciado Diogo de Sequeira, cura da freguesia, sendo padrinhos o primo do pai Domingos Marques (§2.º-III), também residente na Fonte, e Catarina de Pinho, mulher de António Ribeiro de Morais, do lugar de Santiago. Faleceu solteira, com todos os sacramentos, no lugar do Paço onde vivia junto do seu irmão Marcelio, a 23/4/1742[33], sendo sepultada na igreja de São Tiago de Beduído, tendo feito uma disposição *a qual se reduziu a testamento, em que dispôs que seu acompanhamento e cada um dos seus três ofícios se fizessem com quinze Padres, que aos pobres à porta se dessem de esmola doze alqueires de milho, deixou por seu herdeiro enquanto vivo, a seu irmão Marcelio, e por sua morte aos sobrinhos de Santiais, filhos de seu irmão João Marques, com obrigação de lhe mandarem dizer cento e sessenta missas pelas almas de seus pais, avós e irmãos defuntos; das quais logo seu irmão mandaria dizer as que quisesse e pudesse; deixou às confrarias do Senhor e da Senhora a terra da Chousa da Marinha de Antuã. (…) Além do declarado (?) deixou a João Correia e sua mulher Lourença de Matos, a terra do Choupelo da Corvaceira, a do aido do porto, a do Chão do Esteiro, a do prazo, com obrigação de nove trintários de missas, a esta deixou a roupa de cor de vestir; e a Manuel Valente e a sua segunda prima Maria Marques mulher do mesmo, a terra da bacalhoeira com obrigação de um trintário, e a terra do aido da Póvoa com obrigação de outro.*

§2.º da FONTE/REGO DO SOUTO (Estarreja)

II – MARIA MARQUES, provavelmente nascida na Fonte de Estarreja, e batizada em São Tiago de Beduído a 27/11/1616[34] pelo padre Marcos Jorge, sendo padrinhos Pedro Amador e Domingas João, mulher de Mateus António. Casou cerca de 1645 com DOMINGOS ANTÓNIO, tendo ambos vivido no lugar de Santiais, freguesia São Tiago de Beduído, onde Maria faleceu a 27/9/1657[35], repartindo verbalmente e deixando *três ofícios de cinco padres com suas ofertas e ofertório acostumado, e à confraria do Santíssimo Sacramento duzentos e cinquenta, e à de Nossa Senhora duzentos e cinquenta, e ao nome de Jesus cinquenta, a Santo António quarenta, e as mais a vintém.* Domingos António faleceu depois, em data que se desconhece, mas já é dado como defunto no assento do primeiro casamento do filho Domingos, em março de 1665.

1 (III) – DOMINGOS MARQUES "O NOVO", que segue.

2 (III) – MANUEL MARQUES FONTINHA, que segue no §3.º.

3 (III) – MARIA MARQUES, que segue no §4.º.

4 (III) – DOMINGAS MARQUES, nascida em Santiais, e batizada em São Tiago de Beduído a 9/4/165[36] pelo padre Bartolomeu Dias de Oliveira, sendo padrinhos Domingos João e Maria, filha de António Gonçalves, do Outeiro. (s.m.n.)

32 - ibid., batismo, liv. 3, fl. 51v.

33 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 185.

34 - ibid., batismo, liv. 1, fl. 52.

35 - ibid., óbito, liv. 2, fl. 233v.

36 - ibid., batismo, liv. 1, fl. 135.

5 (III) – JOÃO MARQUES, nascido em Santiais, e batizado em São Tiago de Beduído a 10/11/1652 [37] pelo padre Baptista Soares, com licença do reitor vigário António de Freitas de Carvalho, sendo padrinhos Domingos Marques, e Polónia Antónia, de Tonce. (s.m.n.)

6 (III) – LUÍS MARQUES *o velho*, que segue no §5.º.

III – DOMINGOS MARQUES *o novo*, nascido em Santiais, e batizado em São Tiago de Beduído em março de 1647[38] pelo padre António Pinheiro, sendo padrinhos o tio João Marques *o velho* (§1.º-II), da Fonte, e Isabel Dias. Casou a primeira vez na mesma igreja a 2/3/1665[39] com MARIA ou CATARINA ROIZ, filha de Pedro André e Maria Roiz, moradores no lugar do Barreiro, freguesia de São Tiago de Beduído, sendo oficiante o padre coadjutor Bartolomeu Dias de Oliveira, e testemunhas José Dias, Bartolomeu Marques e Manuel Martins, todos ali fregueses. Enviuvou no Barreiro a 6/10/1666[40], provavelmente na sequência do parto do primeiro filho.

1 (IV) – MIGUEL MARQUES, nascido no Barreiro, e batizado em São Tiago de Beduído a 5/10/1666[41] pelo padre coadjutor Bartolomeu Dias de Oliveira, sendo padrinhos Bartolomeu Marques, de Estarreja, e Maria Roiz, mulher de Domingos Manuel, ali fregueses. (s.m.n)

Domingos Marques casou segunda vez, novamente em São Tiago de Beduído a 28/11/1667[42] com MARIA MARQUES, filha de Manuel Jorge e Isabel Marques, já defunta, de São Martinho de Salreu, sendo oficiante o reitor José Rolão Pimentel, e testemunhas o tio ou o primo João Marques (§1.º-II, ou III), *do Rego* – nomeando-se dessa forma num assento, pela primeira vez, o lugar da Fonte – e Bartolomeu Marques, ambos ali fregueses. O casal terá vivido na Fonte de Estarreja, pelo menos após a morte do avô António Marques *o velho*, em 1672, cabendo a Domingos Marques parte daquele chão por herança, nomeadamente por serem os pais já falecidos. Ali morreu Maria, abintestada, a 30/11/1713[43], sendo identificada no registo de óbito como mulher de Domingos Marques, *do Rego do Souto* – outra denominação da Fonte de Estarreja, registada pela primeira vez em fevereiro de 1704 (vidé (§1.º-1 (IV)). Domingos faleceu a 8/8/1731[44] com oitenta e quatro anos, em casa do filho mais velho no lugar de Beduído, com testamento em *que deixou três ofícios de dez padres e duas missas por sua alma*.

37 - ibid., fl. 140v.

38 - ibid., fl. 119.

39 - ibid., casamento, liv. 1, fl. 202.

40 - ibid., óbito, liv. 2, fl. 276.

41 - ibid., batismo, liv. 2, fl. 85.

42 - ibid., casamento, liv. 1, fl. 217.

43 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 63.

44 - ibid., fl. 132.

2 (IV) – DOMINGOS MARQUES, nascido eventualmente em 1668 e batizado talvez em S. Martinho de Salreu, por não se ter encontrado o respetivo assento nos paroquiais de Beduído. Casou na mesma igreja e no mesmo dia que a irmã, a 30/5/1704[45], com MARIA MARQUES, irmã de seu cunhado João Marques Pires (5 (IV)), filhos de João Pires e de Sebastiana de Bastos, já defunta, sendo testemunhas o padre Luís de Paiva, e o padre Manuel da Silva do lugar do Paço, ali fregueses. Viveram no lugar de Beduído, freguesia de São Tiago de Beduído, onde Maria faleceu a 12/11/1743[46], tendo declarado *e determinado que seu corpo fosse envolto em túnicas, como foi, sepultado dentro da igreja, o que se cumpriu, que estando seu corpo sobre terra se dessem aos pobres e se lhes repartissem quatro alqueires de milho, e que por sua alma se mandasse dizer uma missa em altar privilegiado, que a cada uma das confrarias do Senhor, e da Senhora, se dessem quatrocentos réis, que se mandassem dizer por sua alma trinta missas no altar de Nossa Senhora, e que a cada uma das confrarias menores se desse a vinte réis. Domingos sobreviveu-lhe doze anos, tendo falecido, em Beduído, a 13/2/1756*[47].

1 (V) – MANUEL MARQUES, nascido no lugar de Beduído a 15/6/1705, e batizado em São Tiago de Beduído a 21/6/1705[48] pelo padre coadjutor Manuel Marques, sendo padrinhos o capitão Agostinho Antão, do lugar de Beduído, e a tia paterna Maria Marques (5 (IV)), mulher de João Marques, do Rego (Fonte) de Estarreja, e testemunhas os padres Luís de Paiva e Manuel Marques Rodrigues. Faleceu solteiro e sem sacramentos *por morrer de repente*, a 1/7/1758[49].

2 (V) – BRÍZIDA MARQUES, nascida no lugar de Beduído a 9/8/1707, e batizada em São Tiago de Beduído a 15/8/1707[50], pelo padre coadjutor Manuel Marques, sendo padrinhos Pascoal Marques e Brízida Valente, filha de Custódio Valente, e testemunhas o licenciado Manuel Valente de Oliveira, todos de Beduído, e Manuel de Oliveira, de Santiago. (s.m.n.)

3 (V) – DOMINGOS MARQUES, nascido no lugar de Beduído a 19/7/1710, e batizado em São Tiago de Beduído a 27/7/171[51] pelo padre coadjutor Manuel Marques, sendo padrinhos o licenciado Manuel Valente e Maria Marques, mulher de Pascoal Marques, de Beduído, e testemunhas os padres Domingos Coelho e João Dias, da freguesia. Faleceu solteiro a 6/4/1773 [52].

3 (IV) – MANUEL MARQUES, nascido na vila de Estarreja (Fonte/Rego do Souto), e batizado em São Tiago de Beduído a 1/4/1670[53] pelo padre Bartolomeu Dias, sendo padrinhos o primo paterno João Marques *o novo* (§1.º-III), e Maria filha de Manuel Marques o velho, ambos ali fregueses. Faleceu solteiro a 20/7/1726 [54].

---

45 - ibid., casamento, liv. 2, fl. 133v.

46 - ibid., óbito, liv. 5, fl. 182v.

47 - ibid., liv. 6, fl. 243v.

48 - ibid., batismo, liv. 4, fl. 177.

49 - ibid., óbito, liv. 7, fl. 230.

50 - ibid., batismo, liv. 4, fl. 199v.

51 - ibid., fl. 224v.

52 - ibid., óbito, liv. 7, fl. 316.

53 - ibid., batismo, liv. 2, fl. 119.

54 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 109.

4 (IV) – FRANCISCA MARQUES, nascida na vila de Estarreja (Fonte/Rego do Souto), e batizada em São Tiago de Beduído a 2/4/1672[55] pelo padre Bartolomeu Dias, sendo padrinhos Manuel Marques, mancebo solteiro, e Francisca Fernandes, ambos da vila de Estarreja. (s.m.n.)

5 (IV) – MARIA MARQUES, nascida na vila de Estarreja (Fonte/Rego do Souto), e batizada em São Tiago de Beduído a 15/10/1675[56] pelo padre José de Sequeira, de licença, sendo padrinhos o tio paterno Manuel João (§4.º-III), do lugar do Campo, e a tia-avó Domingas Marques (§1.º-3 (II)), da Fontinha de Estarreja, ambos ali fregueses. Casou na mesma igreja a 30/5/1704[57] com JOÃO MARQUES PIRES, irmão de sua cunhada Maria Marques (2 (IV)), filhos de João Pires e de Sebastiana de Bastos, já defunta, do lugar de Beduído, freguesia de Santa Marinha de Avanca, sendo oficiante o padre coadjutor Manuel Marques e testemunhas os padres Luís de Paiva, e Manuel da Silva do lugar do Paço, ali fregueses. Viveram com geração no Rego do Souto (Fonte) e na Costeira do lugar de Santiago, onde Maria faleceu a 26/12/1738 [58], e João a 3/4/1752 [59], com testamento no qual determinou *que seu corpo fosse envolto em túnica de São Francisco ou Santo António acompanhado até à sepultura com doze padres e com os mesmos se lhe fizessem os seus três ofícios dentre de um mês, e que (…) pela minha alma se digam trinta missas (…), e pela alma de minha mulher trinta, e pelas almas de meus pais sessenta, e pela de meu irmão João solteiro trinta, e que se dê de esmola à porta aos pobres no dia do meu enterro dez alqueires de milho, e que às confrarias do santíssimo e à de nossa senhora a cada uma duzentos e quarenta réis, e à das almas e do Espírito Santo e do Santo Nome a cada uma a cem réis, e que deixava à sua neta filha de Manuel Marques Miranda todo o seu aido e casas e móveis delas e nelas adentro tudo o que se achar seu bem distintamente com obrigação de lhe mandar dizer um terno de missas dia de Natal, o primeiro depois de seu falecimento, e todos estes legados seriam satisfeitos por uma vez somente, e instituía todos os seus filhos por herdeiros.*

6 (IV) – JOANA MARQUES, nascida na vila de Estarreja (Fonte/Rego do Souto), e batizada em São Tiago de Beduído a 4/9/1678[60] pelo padre Manuel Marques, de licença do padre José de Sequeira, sendo padrinhos João, solteiro filho de Bartolomeu Marques de Estarreja, e a prima paterna Maria (§1.º-2 (III)), filha de João Marques *o velho* (§1.º-II), da Fonte, ambos ali fregueses. Morreu a 24/9/1699[61], solteira e na condição de filha-família, designando-se no seu assento de óbito pela primeira vez a Fonte, como *Fonte do Rego do Souto.*

55 - ibid., batismo, liv. 2, fl. 137.

56 - ibid., liv. 3, fl. 29v.

57 - ibid., casamento, liv. 2, fl. 134.

58 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 167.

59 - ibid., fl. 5, fl. 238v.

60 - ibid., batismo, liv. 3, fl. 59v.

61 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 10v.

§3.º da FONTINHA DO PAÇO (Estarreja)

III – MANUEL MARQUES FONTINHA como já se assinava em 1693, nascido em Santiais, e batizado em São Tiago de Beduído a 26 /9/1648[62] pelo padre Manuel de Paiva, sendo padrinhos Domingos de Resende, e Domingos António, da Fonte (vidé §1.º-II). Casou na mesma igreja e no mesmo dia que a irmã, a 3/5/1672[63], com MARTA JOÃO, irmã de seu cunhado Manuel João (§4.º-III), filhos de Domingos João e de Juliana da Silva, moradores em Santiais, sendo oficiante o padre Bartolomeu Dias de Oliveira e testemunhas o irmão Luís Marques (§5º-III) e Manuel Dias, ali fregueses. Viveram na Fontinha do Paço, juntamente com a tia Domingas (§1.º-3 (II)) cabendo a Manuel Marques parte daquele chão por herança, após a morte da mãe e do avô materno António Marques (§1.º-I), e foi herdeiro da referida tia, tal como os irmãos. Morreu a 15/9/1701[64], e a viúva a 30/6/1702[65], ambos abintestados, deixando dois filhos que acabaram de se criar sob a alçada do tio Luís.

1 (IV) – MANUEL MARQUES, nascido em Estarreja (Fontinha), e batizado em São Tiago de Beduído a 17/7/1678[66] pelo reitor José Rolão Pimentel, sendo padrinhos José da Silva, da Devesa, e Maria, filha de Bartolomeu Marques, de Estarreja. Morreu em criança.

2 (IV) – LUÍS MARQUES FONTINHA *o novo*, nascido em Estarreja (Fontinha) a 8/10/1683, e batizado em São Tiago de Beduído a 18/10/1683[67], pelo padre Luís de Paiva Correia, sendo padrinhos o tio paterno Luís Marques *o velho* (§5.º-III), da Fontinha, e Bernarda, solteira, filha de Bartolomeu Marques, todos do lugar de Estarreja. Casou na mesma igreja a 22/4/1704[68], com MARIA DA SILVA, filha de Manuel João, já defunto, e de Maria da Silva, do lugar do Paço de Estarreja, sendo oficiante o padre coadjutor Manuel Marques, e testemunhas os padres Domingos Coelho e João Dias, ambos da freguesia. Viveram com geração no lugar da Fontinha do Paço, onde Luís faleceu septuagenário a 9/10/1753[69], dispondo *que seu corpo fosse sepultado dentro da igreja de Santiago envolto em túnica de Santo António, acompanhado à sepultura com todos os sacerdotes da freguesia e com os mesmos se lhe fizessem os três ofícios costumados, e deixava quinhentas missas por sua alma, e pela alma de seu pai trinta, e pela alma de sua mãe trinta, e pela alma de seu tio José da Silva de Santiais trinta, e dez pelas almas de seu irmão, tios e tias, e dez pelas almas que mais é obrigado, e dez por uma tenção particular que tinha, e uma ao Anjo de sua guarda e Santo de seu nome, e outra aos santíssimos de Jesus Maria José, e outra a São Francisco, e três aos Santos que tem mais devoção, todas de oitenta réis cada uma, item deixava à confraria do Santíssimo (…) mil e duzentos réis, e o mesmo à da Senhora, e todas as demais desta freguesia que tem livro a cada uma cinquenta réis.*

62 - ibid., batismo, liv. 1, fl. 124.

63 - ibid., casamento, liv. 2, fl. 134.

64 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 24v.

65 - ibid., fl. 27v.

66 - ibid., batismo, liv. 3, fl. 58.

67 - ibid., fl. 96v.

68 - ibid., casamento, liv. 3, fl. 15.

69 - ibid., óbito, liv. 6, fl. 214.

Sobreviveu-lhe a viúva por mais nove anos, falecendo com todos os sacramentos a 13/11/1762[70], com testamento em que vinculou o terço de todos os seus bens, determinando ainda q*ue seu corpo fosse amortalhado em túnica de Santo António e acompanhado à sepultura com todos os sacerdotes desta freguesia e com os mesmos se lhe fariam seus três ofícios. Deixou que pela sua alma se lhe dissessem quinhentas missas, mais trinta missas pela alma de seu Pai e trinta pela alma de sua Mãe; dez missas pelas almas de todos os seus Irmãos, e dez pelas almas, a que é obrigada, e em cumprimento, e satisfação de algumas faltas a que fosse obrigada. Deixou mais trinta missas a saber quinze pelas almas das suas obrigações na referida forma, e quinze pelas mais almas; mais três em louvor de São Francisco; as quais missas todas serão de esmola de oitenta réis cada uma. Deixou às confrarias do Senhor, e da Senhora a mil, e duzentas a cada uma, e as mais de livro a cinquenta réis a cada uma por uma só vez. Deixou a Manuel, solteiro filho de Francisco Tavares do Outeiro desta freguesia seu criado dois mil, e quatrocentos réis além de suas soldadas. Deixou a sua filha Madalena casada com Manuel Marques Afonso para ela, e seus herdeiros a minha terra, que possuo digo a sua terra, que possuía no aido, que foi de João da Silva Garganta, que vai entestar no caminho, que vai para Estarreja. Deixou depois de satisfeito o referido, o terço de todos os seus bens a seu filho o licenciado Manuel Marques Fontinha da freguesia de Pardilhó, cujo terço queria se fizesse na sua meação do aido, e casas aonde vivia com todas suas pertenças da sorte, que o possuía com seu marido Luís Marques, tanto o que tinham de seus Pais como o que tinham comprado, e herdado do Padre Manuel João, o qual terço vinculava, e havia por vinculado para andar sempre unido com uma só pessoa da sua geração sem ser dividido, e alheado por modo algum, e dele seria primeiro administrador seu filho o licenciado Manuel Marques Fontinha depois da morte de sua filha Maria, que dele seria usufrutuária em sua vida, e depois do dito seu filho seria o filho varão mais velho, porque era sua vontade, que precedesse o varão à fêmea, e o mais velho ao mais novo, e só em falta de varão sucederá a fêmea, e assim irão continuando as sucessões, sucedendo os que estiverem em grau mais próximo ao administrador na forma declarada, e não poderão suceder no tal vínculo pessoas eclesiásticas, Mosteiro ou Convento, nem filho natural enquanto houverem filhos legítimos, e caso que algum dos administradores caia em algum crime de lesa Majestade Divina ou humana, ou em outro algum porque mereça perdimento de bens, o hei por excluído dele, e por incapaz de suceder nele três dias antes de cometer o tal crime, e passará logo no dito tempo ao seguinte sucessor, e também não poderá suceder no dito vínculo judeu, mouro, mulato, ou de outra infecta nação, nem pessoa que tenha mecânica.*

3 (IV) – MANUEL MARQUES, nascido em Estarreja (Fontinha), e batizado em São Tiago de Beduído a 16/2/1690[71] pelo padre Manuel Marques, sendo padrinhos o capitão Luís de Resende e Paiva, e Isabel, solteira, filha de Bartolomeu Marques, de Estarreja, todos ali fregueses. Morreu solteiro a 10/2/1713[72], com testamento verbal em q*ue deixou se fizessem seis ofícios, ao Senhor trezentos réis, à Senhora trezentos réis, as mais a quarenta réis.*

70 - ibid., liv. 7, fl. 256v.

71 - ibid., batismo, liv. 4, fl. 5.

72 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 59.

§4.º do CAMPO DE SANTIAIS (Estarreja)

III – MARIA MARQUES, nascida em Santiais, e batizada em São Tiago de Beduído a 6/3/1650[73] pelo padre coadjutor Dâmaso de Faria Machado, sendo padrinhos António João, e a tia Domingas Marques, filha de António Marques (§1.º-I), ambos do lugar de Estarreja. Casou na mesma igreja a 3/5/1672[74] com MANUEL JOÃO, irmão de sua cunhada Marta João (§3.º-III), filhos de Domingos João e Juliana da Silva, moradores em Santiais, sendo oficiante o padre Bartolomeu Dias de Oliveira, e testemunhas Manuel Dias e Manuel Marques, também de Santiais. Foi herdeira da tia Domingas Marques (§1.º-3 (II)), tal como os irmãos. Viveram no lugar do Campo de Santiais, onde Maria faleceu a 19/8/1697[75], sobrevivendo-lhe o marido mais trinta e quatro anos, tendo morrido a 27/12/1731[76].

1 (IV) – MARIA MARQUES, nascida no lugar do Campo de Santiais, e batizada em São Tiago de Beduído a 28/7/1675[77] pelo padre José de Sequeira, de licença, sendo padrinhos Bartolomeu Marques, de Estarreja, e João Rodrigues, de Beduído. Casou na mesma igreja a 31/5/1693[78] com MANUEL MARQUES, filho de Miguel Marques e Maria Dias, do lugar de Santiais, sendo oficiante o padre coadjutor Manuel Marques, e testemunhas Luís Dias e António da Silva, de Santiais, e Mateus Marques irmão daquele padre. O casal viveu com geração em Santiais, onde Manuel faleceu abintestado a 18/11/1731[79].

2 (IV) – MANUEL MARQUES, nascido no lugar do Campo de Santiais, e batizado em São Tiago de Beduído a 12/6/1679 [80] pelo padre José de Sequeira, sendo padrinhos Luís Dias, de Santiais, e a tia materna Marta João, mulher de Manuel Marques Fontinha (§3.º-III). (s.m.n.)

3 (IV) – JOSÉ MARQUES, nascido no lugar do Campo de Santiais, e batizado em São Tiago de Beduído a 30/7/1684[81] pelo padre Luís de Paiva Correia, sendo padrinhos José da Silva e Maria, solteira, filha de Gaspar Gonçalves, do lugar de Santiais. Casou na mesma igreja a 10/1/1726[82] com JOANA RODRIGUES, filha de Domingos Manuel e Maria Rodrigues, do Campo de Santiais, sendo oficiante o reitor Domingos da Silva, e testemunhas os padres Manuel Antão Pereira e o coadjutor Manuel Marques. Os noivos tiveram dispensa do 3.º grau de consanguinidade, e viveram sem geração no Campo de Santiais, onde José faleceu abintestado a 4/5/1735[83].

73 - ibid., batismo, liv. 1, fl. 129v.
74 - ibid., casamento, liv. 2, fl. 134.
75 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 2.
76 - ibid., fl. 134v.
77 - ibid., batismo, liv. 3, fl. 26v.
78 - ibid., casamento, liv. 2, fl. 190v.
79 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 134.
80 - ibid., batismo, liv. 3, fl. 67.
81 - ibid., fl. 101v.
82 - ibid., casamento, liv. 3, fl. 97v
83 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 151.

4 (IV) – MADALENA MARQUES, nascida no lugar do Campo de Santiais, e batizada em São Tiago de Beduído a 11/6/1690[84] pelo padre Manuel Marques, sendo padrinhos José da Silva, da Devesa, e Santa da Cunha mulher de Francisco João, de Santiais. Casou na mesma igreja a 21/4/1732[85] com JOÃO MARQUES, filho de Manuel Marques e Maria João, já defuntos, da Vessada do lugar de Santiais, sendo oficiante o padre coadjutor Manuel Marques, e testemunhas Domingos Manuel, do Campo, e José Marques, do Casal, ambos ali fregueses. O casal viveu com geração em Santiais.

§5.º da FONTINHA DO PAÇO (Estarreja)

III – LUÍS MARQUES *o velho*, provavelmente nascido em Santiais como os irmãos, e antes de 27/9/1657 data do óbito materno, informações incompletas por não se ter encontrado o respetivo assento paroquial. Casou em São Tiago de Beduído a 16/10/1674[86] com MARIA MARQUES, filha de Domingos Marques e Maria Roiz, já defunta, do lugar de Estarreja, sendo oficiante o padre José de Sequeira, e testemunhas o padre José de Cerqueira e Domingos da Fonseca, todos ali fregueses. Viveram na Fontinha do Paço, juntamente com a tia Domingas (§1.º-3 (II)) cabendo a Luís Marques parte daquele chão por herança após a morte da mãe e do avô materno António Marques (§1.º-I), e tal como os irmãos foi herdeiro da referida tia, a qual o nomeou por testamenteiro e lhe deixou a *Casa do Lagar.* Enviuvou a 30/4/1742[87], sepultando-se Maria Marques no dia seguinte, na igreja de São Tiago de Beduído, com testamento feito em conjunto com o marido, no qual dispôs *que seu acompanhamento e cada um dos seus três ofícios se fizessem com quinze Padres, que por sua alma se dissessem trinta missas, e quarenta pelas almas de suas obrigações, que às confrarias da freguesia se dessem de esmola mil e duzentos réis. Luís Marques faleceu com todos os sacramentos três anos depois, a 30/12/1745* [88]*, cerca dos noventa anos de idade, sendo sepultado na mesma igreja na tarde do dia seguinte.*

1 (IV) – MARIA MARQUES, nascida no lugar de Estarreja (Fontinha), e batizada em São Tiago de Beduído a 25/9/1675[89] pelo padre José de Sequeira, sendo padrinhos o licenciado Mateus Afonso e Bartolomeu Marques, ambos de Estarreja e ali fregueses. Morreu abintestada a 7/7/1698[90], solteira e na condição de filha-família, sendo sepultada dentro da igreja da freguesia.

2 (IV) – MANUEL MARQUES FONTINHA, nascido no lugar de Estarreja (Fontinha), e batizado em São Tiago de Beduído a 22/8/1677[91] pelo padre José de Sequeira, com licença do cura licenciado Diogo de Sequeira, sendo padrinhos Manuel Marques – provavelmente o tio paterno (§3.º-III) – e Antónia, solteira, filha de Domingos Marques, do lugar dos Sobreiros, todos de Estarreja e da freguesia. Casou em São Tiago de Beduído a

84 - ibid., batismo, liv. 4, fl. 8.

85 - ibid., casamento, liv. 3, fl. 129.

86 - ibid., liv. 2, fl. 139v.

87 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 185.

88 - ibid., liv. 5, fl. 191.

89 - ibid., batismo, liv. 3, fl. 28v.

90 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 5.

91 - ibid., casamento, liv. 3, fl. 29v.

22/1/1707 com MADALENA MARQUES, filha de Manuel Dias, já defunto, e de Maria Marques, do lugar de Santiais, sendo oficiante o padre coadjutor Manuel Marques, e testemunhas o padre António Marques da Silva e Afonso Rabelo, todos ali fregueses. Os noivos foram dispensados por breve papal em 3.º e 4.º graus de consanguinidade e viveram com geração nos lugares do Outeiro de Santiais, Areosa, Couto de Santiais e Santo Amaro, tendo Manuel falecido a 22/11/1752[92], sobrevivendo-lhe a viúva cerca de três anos, morrendo naquele último lugar a 9/10/1755[93], com indicação de *Pobre* à margem do respetivo assento paroquial.

3 (IV) – ANTÓNIA MARQUES, nascida em Estarreja (Fontinha), e batizada em São Tiago de Beduído a 9/1/1680[94] pelo padre Eusébio Pereira de Sá, com licença do padre José de Sequeira, sendo padrinhos o tio paterno Domingos Marques o novo (§2.º- III), da Fonte, e Marta João, mulher do tio paterno Manuel Marques (§3.º- III), da Fontinha, todos da vila de Estarreja. Faleceu solteira aos setenta e sete anos, no lugar da Fontinha, a 16/6/1757[95], com testamento em que determinou *que seu corpo fosse amortalhado em túnica de Santo António e acompanhado à sepultura com dez Padres, e com o mesmo número se lhe fizessem os três ofícios, deixou que por sua alma se dissessem cento e cinquenta missas, e pelas almas de seus Pais se dissessem sessenta missas, e pelas almas de seus Irmãos trinta missas por uma só vez; deixou às confrarias do Senhor e da Senhora duzentos e quarenta réis a cada uma, e às mais do livro a cem réis a cada uma, exceto à do Santíssimo Sacramento; deixou a sua sobrinha Isabel, filha de Isabel Marques, sua Irmã, a sua terra do Ilhote, com obrigação de mandar dizer cinquenta missas pela sua alma por uma só vez, e será obrigada mais quando tomar posse da dita terra, a dar à confraria do Santíssimo Sacramento dois mil e quatrocentos réis por uma vez; deixou à sua segunda sobrinha, filha de sua sobrinha Bernarda mulher de Agostinho Gomes de Carvalho, a metade da terra da Areosa partida na comboa pela parte do sal a trave e a vara, e toda a terra das Cardeiras com obrigação de lhe mandar dizer dez missas pela sua alma quando tomar posse; deixou mais a outra metade da terra da Areosa pela parte do norte partida na comboa a trave e a vara à sua sobrinha Joana, filha de Gonçalo Gomes de Carvalho, cujas terras não poderão vender os Pais das ditas suas sobrinhas, nem aliená-las, e se estas tais segundas sobrinhas morrerem sucederão as segundas mais velhas, com a obrigação de cada uma mandar dizer quinze missas pela sua alma; deixou a sua sobrinha, filha de sua sobrinha mulher de Agostinho Gomes de Carvalho, a sua leira da Breja Nova, só com a obrigação acima; deixou a sua terra do Ameiro a seu segundo sobrinho, filho de seu sobrinho João Marques Fontinha, com obrigação de trinta missas pela sua alma; deixou mais que se dissessem mais quarenta missas pelas almas de seus Pais, a saber, sua sobrinha Isabel mandará dizer vinte, e as outras segundas sobrinhas a quem deixou as terras acima ditas, mandarão dizer as restantes vinte quando tomarem posse das ditas terras. Deixou a sua irmã Bernarda, mulher de Manuel Marques, usufrutuária, e por sua morte a seu sobrinho o Padre Manuel Marques Pisco, e a este deixou por seu testamenteiro para lhe cumprir todos os legados no prazo de um ano, exceto os declarados acima dos bens deixados, que estes se cumprirão na forma declarada.*

92 - ibid., óbito, liv. 6, fl. 209v.

93 - ibid., fl. 237v.

94 - ibid., batismo, liv. 3, fl. 73.

95 - ibid., óbito, liv. 7, fl. 220

4 (IV) – JOÃO MARQUES, nascido em Estarreja (Fontinha) a 23/10/1682, e batizado em São Tiago de Beduído a 28/10/1682[96] pelo padre Luís de Paiva Correia, sendo padrinhos Manuel, solteiro, filho de João Esteves, e Antónia Marques, mulher de Francisco Rodrigues, dos Sobreiros, todos do lugar de Estarreja. Faleceu com sete anos a 26/9/1690[97], na condição de filho-família.

5 (IV) – LUÍS MARQUES, nascido em Estarreja (Fontinha) a 25/9/1684[98], e batizado em São Tiago de Beduído a 3/10/1684, pelo padre Luís de Paiva Correia, sendo padrinhos João do Couto e Maria, solteira, filha que ficou de João Esteves, todos do lugar de Estarreja. Faleceu com quinze anos a 2/6/1699[99], abintestado e na condição de filho-família.

6 (IV) – MARIANA MARQUES, nascida em Estarreja (Fontinha), e batizada em São Tiago de Beduído a 7/7/1687[100] pelo padre Manuel Marques, sendo padrinhos o tio paterno Manuel Marques (§3.º-III), da Fontinha, e Antónia Marques, mulher de Francisco Roiz (ou Rodrigues, dos Sobreiros), todos de Estarreja. Tinha vinte seis anos e estava solteira, a 13/5/1713, quando foi madrinha da sua segunda prima Maria da Silva Fontinha (§3.º-2 (V)). (s.m.n.)

7 (IV) – ISABEL MARQUES, nascida em Estarreja (Fontinha), e batizada em São Tiago de Beduído a 22/10/1689[101] pelo padre Manuel Marques, sendo padrinhos Manuel Dias, marido de Antónia Marques, e Antónia, solteira, filha de Francisco Rodrigues, dos Sobreiros, todos de Estarreja. Casou na mesma igreja pela manhã de 7/1/1727[102] com MANUEL MARQUES, filho de Manuel Marques e Domingas André, sendo ele já viúvo de Páscoa Marques (§1.º-1 (IV)), filha de João Marques, da Fonte, e sua mulher Maria Antónia. Foi oficiante o reitor Domingos da Silva, e testemunhas os padres Manuel Antão Pereira e Manuel da Costa, todos da freguesia. Os noivos foram dispensados em 3.º grau de afinidade por sentença que apresentaram, e viveram com geração na Fonte do Rego do Souto e no lugar da Praça de Estarreja, onde Isabel faleceu, já viúva, a 4/7/1772[103], com os sacramentos da confissão e extrema unção, não recebendo a sagrada comunhão por não o permitir a enfermidade. Manuel Marques já tinha falecido em data anterior a 27/7/1749[104], mas não se encontrou o assento do óbito.

8 (IV) – BERNARDA MARQUES, nascida em Estarreja (Fontinha) a 18/7/1693, e batizada em São Tiago de Beduído a 26/7/1693[105] pelo padre José de Sequeira, morador na freguesia de S. Martinho de Salreu, de licença do padre coadjutor Manuel Marques,

96 - ibid., batismo, liv. 3, fl. 85.

97 - ibid., óbito, liv. 3, fl. 296.

98 - ibid., batismo, liv. 3, fl. 103.

99 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 7v.

100 - ibid., batismo, liv. 3, fl. 117.

101 - ibid., fl. 132v.

102 - ibid., casamento, liv. 3, fl. 100.

103 - ibid., óbito, liv. 7, fl. 313v.

104 - ibid., casamento, liv. 4, fl. 153. Trata-se de um assento de casamento em que um dos seus filhos foi testemunha, identificado como filho de Isabel Marques, viúva, da Praça desta mesma freguesia.

105 - ibid., batismo, liv. 4, fl. 45.

sendo padrinhos João Marques da Fonseca e Maria Marques, filha do licenciado Mateus Afonso, o qual também foi testemunha, junto com o tio paterno Manuel Marques (§3.º-III), da Fontinha, todos da freguesia. Casou na mesma igreja a 2/2/1741[106] com MANUEL MARQUES *o mouco*, filho de Miguel Rodrigues e Maria Marques, do lugar do Agro da mesma freguesia, sendo oficiante o padre coadjutor Manuel da Costa, e testemunhas o primo paterno Luís Marques *o novo* (§3.º-IV), da Fontinha, e o capitão António Soares, ambos do lugar do Paço. Os noivos foram dispensados em 3.º e 4.º grau de parentesco e viveram sem geração na Fontinha – razão porque Manuel também surge, por vezes, com este apelido – lugar onde Bernarda faleceu, com todos os sacramentos, a 27/9/1781[107], sendo sepultada dentro da igreja de São Tiago de Beduído, com testamento em que determinou *que o seu corpo fosse amortalhado em hábito de S. Francisco, e acompanhado à sepultura com todos os padres da freguesia, e com o mesmo número se fizessem seus três ofícios; deixou que pela sua alma se fizessem dez trintários de missas; pelas almas de seus Pais se dissessem dois trintários de missas por cada um; pela alma de sua Irmã Antónia se dissessem dois trintários de missas; pelas almas de seus Irmãos se dissessem trinta missas; pela alma de seu Irmão Manuel Marques Fontinha trinta missas; pela alma de seu sobrinho João Marques Fontinha trinta missas; deixou a suas sobrinhas Bernarda, Mariana vinte cinco mil réis a cada uma (?) do lugar da Areosa desta freguesia; deixou a seu segundo sobrinho Agostinho filho de sua sobrinha Mariana do lugar da Areosa a sua (?) que tinha no sítio do chão da vinha, costeira e praia de baixo, com a obrigação dela mandar dizer (…) três trintários de missas pela sua alma, e mais com a obrigação de dar em cada um ano seis alqueires de milho a sua mãe Mariana; deixou a seu sobrinho Jerónimo toda a sua terra do lugar da Areosa, que comprou a António José deViolante; e deixou a seu sobrinho José Afonso Chavilha (…) quatro mil e oitocentos em dinheiro. No restante dos seus bens instituiu por universal herdeiro, testamenteiro, a seu sobrinho o Padre Manuel Marques Fontinha com a obrigação de lhe cumprir todos os seus legados e o mais que consta no testamento.*

Manuel Marques faleceu também na Fontinha do Paço, de repente, a 6/10/1789[108], apenas com o sacramento da Penitência, sendo igualmente sepultado dentro da igreja da freguesia. No seu testamento, determinou *que fosse envolto em hábito de que usam os Religiosos de Santo António, acompanhado com todos os Padres desta freguesia, e com os mesmos se lhe fizessem os ofícios, e que seus herdeiros mandassem dizer por sua Alma vinte trintários de missas neste Reino, e pelas Almas de seus Pais quatro trintários, e pela Alma de sua tia Maria Fernandes um trintário, e pela de sua cunhada Antónia Marques um trintário, ditas todas estas missas dentro de um ano do dia do seu falecimento, e se dessem aos pobres no dia do seu enterro vinte alqueires de milho. Deixou a António Marques (?) toda a sua terra da Bacia maior com obrigação de um trintário de missas por sua Alma; a Agostinho filho de Gonçalo Gomes, a sua terra do chão da vinha alta e baixa, estas com obrigação de três trintários de missas por sua Alma; a Jerónimo, filho de João Marques Fontinha, toda a terra da Areosa com obrigação de duas missas por sua Alma; a Maria, filha de Brízida Marques, um bocado de horta no Agro com obrigação de duas missas, uma por sua Alma e outra pela Alma de sua mulher; a sua criada Rofa quinze alqueires de milho, uma (?) e outras miudezas com obrigação de uma (?) de Defuntos por sua alma; a seu moço José da Silva dez alqueires de milho e outras miudezas com obrigação de uma (…) de Defuntos por sua alma, todos os legados livres das soldadas e todas as ditas missas deverão de ser neste Reino. Instituiu por seus herdeiros a seus sobrinhos o Padre Francisco Marques Casalinho, Manuel Caetano e Rodrigo seus irmãos aos quais entreguei – o reitor coadjutor Domingos Barbosa Ferreira e Albuquerque – o dito testamento.*

106 - ibid., casamento, liv. 3, fl. 187.

107 - ibid., óbito, liv. 8, fl. 755v.

108 - ibid., fl. 809.

9 (IV) – MARTA MARQUES, nascida em Estarreja (Fontinha) a 12/9/1696, e batizada em São Tiago de Beduído a 16/9/1696[109] pelo padre coadjutor Manuel Marques, sendo padrinhos José, filho de Domingos Marques, do lugar dos Sobreiros, da freguesia, o qual foi testemunha, e Marta João, mulher do tio paterno Manuel Marques (§3.º-III), da Fontinha, o qual também foi testemunha, juntamente com Ascenso Rebelo. (s.m.n.)

10 (IV) – BERNARDO MARQUES, nascido em Estarreja (Fontinha) a 19/8/1698, e batizado em São Tiago de Beduído a 24/8/1698[110] pelo padre coadjutor Manuel Marques, sendo padrinhos Manuel Dias, dos Sobreiros, genro de Domingos Marques *o Lavanco*, e Bernarda Marques, solteira, filha de Bartolomeu Marques, e testemunhas o primo do pai João Marques *o novo* (§1.º-III), da Fonte, e o tio paterno Manuel Marques (§3.º-III), da Fontinha. Faleceu aos vinte e um anos, com todos os sacramentos, a 18/3/1720[111], vitimado por *um ardor de fístula*.

109 - ibid., batismo, liv. 4, fl. 87v.

110 - ibid., fl. 105v.

111 - ibid., óbito, liv. 4, fl. 80v.

BALANÇO DOS FESTEJOS A SANTO ANTÓNIO DE ESTARREJA DE 1927 CONTAS DA COMISSÃO DE FESTAS

*Artur Castro Tavares**



Capela Santo António

A veneração a Santo António tem raízes profundas e antiquíssimas no concelho de Estarreja, cujos aborígenes levantaram altares em todas as freguesias, usaram o hábito do Santo como mortalha, e promovem, ainda hoje, festas em sua honra, frequentadas no passado por uma população semirrural, endinheirada, negociantes da terra, principais contribuintes municipais, através dos quais girava grande parte da vida económica estarrejense, atingindo o seu clímax as festas da sede do concelho, onde na sua praça principal existe uma capela em sua homenagem, construída no séc. XIX, então pertencente à Câmara Municipal, resultante de curiosos acordos que levaram ao derrube de anteriores capelas, uma delas particular e propriedade de famílias fidalgas, sacrificadas ao alargamento da atual Praça Francisco Barbosa. Atualmente, é pertença da Comissão Fabriqueira da Paróquia de Santiago de Beduído.

*Professor aposentado. Ajuntador de coisas do Concelho de Estarreja. Tem trabalhos publicados em jornais e revistas. Em livro: *Criação de Cavalos para a Remonta do Exército – Ordenanças, Milícias e Guerra Peninsular,* ed. Câmara Municipal de Estarreja, 2020; *Comenda de Santiago de Beduído (Igrejas de Beduído,Veiros e Murtosa),* ed. Comissão Fabriqueira da Igreja de S. Tiago de Beduído, Estarreja, 2025.

Em 2027, fará cem anos que os acontecimentos, hoje aqui narrados, aconteceram. Uma festa a Santo António na então vila de Estarreja, sede do mesmo concelho, tão vulgar afinal, apenas com uma particularidade: a existência de alguns documentos comezinhos, como contratos, faturas, e outros, assim como as contas da Comissão de Festas de então, estas merecedoras de elogio, devido à sua apresentação caligráfica de um contabilista da época, que guardo há cerca de quarenta anos, encontrados entre papelada do meu avô paterno, João Marques Tavares, armazenista, e elemento da Associação Comercial e Industrial de Estarreja, então existente, que levaram a bom porto as festas de 1927.

Este trabalho, transporta para os dias de hoje alguns nomes que faziam fervilhar a comunidade estarrejense, não só pela sua capacidade individual, mas também pela sua força agregadora, quer nas coletividades, quer na política e nas associações culturais, recreativas e desportivas, que criaram e desenvolveram, não passando despercebidos a todos os que guardam memórias desta terra, ou se cruzam com os seus nomes nas folhas amarelecidas da história de Estarreja.

OS HOMENS DO LEME

Em 1927, assumiu a realização da festa de Santo António, a Associação Comercial e Industrial de Estarreja, onde se aglutinavam os agentes económicos locais, tal era a fama que a festa tinha atingido, merecendo a atenção desta agremiação, habituada a contas e a estabelecer objetivos para atingir os seus fins, a que se juntaram algumas pessoas com ocupações liberais, num total de 42 elementos, cotizando-se, em 120$00 (cento e vinte escudos), cada, sendo esta a maior receita, constante nas contas apresentadas pela Comissão de Festas, a que se juntaram as habituais receitas provenientes da venda de estampas, das esmolas e devoções, totalizando 8 630$10 (oito mil, seiscentos e trinta escudos e dez centavos), para uma despesa aproximada, conseguindo-se um saldo para o ano seguinte de 167$86 (cento e sessenta e sete escudos e oitenta e seis centavos).

Entre os 42 elementos que fizeram parte da Comissão de Festas (que pode ser consultada na totalidade no *Balanço Geral dos Festejos ao Santo António*, inserido no final deste trabalho), encontram-se nomes, como os de António Joaquim da Cunha, José Maria da Cunha, Alberto A.F. Vidal, Adelino Santos Leitão, Manuel R. M. Andrade, Joaquim Pedro Amador, Jesus Garcia, António Gonçalves Carvalho, António Almeida Pessoa, Ventura da Silva, João Marques Tavares, Carlos Marques Rodrigues, Alexandre da Silva Miranda, José Martins Coutinho, António da Silva Miranda, Ezequiel da Silva e Pinho, Manuel Marques Figueira, José Fortunato Ferreira de Pinho, Filipe Marques Correia, Manuel Maria Leite, António Marques Tavares, e outros, nomes dos mais distintos e respeitados à época, e que levaram a cabo uma das mais famosas festas ao Santo António, acontecidas nos dias 7, 8, 9 e 10 de julho de 1927.

PROGRAMA DOS FESTEJOS

O programa dos festejos foi impresso na Tipografia Cyrne, de Glória Martins Cyrne, situada na Rua Rodrigues de Freitas, Estarreja, em número de 200 exemplares, com a dimensão de 39,50 x 26,70 cm, em papel de cor vermelho e, conforme consta na fatura datada de 4 de julho de 1927, tiveram um custo de 65$00 (sessenta e cinco escudos):

DIAS 7 e 8 JULHO: Estrondosos foguetes anunciarão a organização das festas ao glorioso Thaumaturgo Português;

DIA 9: Além das manifestações dos dias anteriores terminarão os trabalhos da decoração da Capela e da Praça Francisco Barbosa, chegando pelas 15 horas a ***Banda do Pinheiro da Bemposta*** *que tocará pelas ruas da vila. Pelas 20 horas, seguirá para a Estação dos Caminhos de Ferro, onde aguardará a chegada da* ***Banda de Infantaria 19****, que a essa hora chega no comboio correio, tocando até às 21 horas. Às 23 dar-se-há o início ao Arraial noturno, subindo as duas referidas bandas aos coretos lindamente ornamentados, executando as melhores peças do seu reportório até às 4 horas da madrugada. Nos intervalos será queimado lindo e variado fogo de artifício, confecionado por dois hábeis pirotécnicos que apresentarão várias surpresas.*

Grande despique para a ascensão de aeróstatos entre o Pinta-Ratos e o velho Marta.

A iluminação será eléctica, havendo outras variedades.

DIA 10: Concerto pela Banda do Pinheiro da Bemposta, das 9 até ás 11, devendo começar a essa hora a Missa Solene, acompanhada pela mesma música.

Às 17 horas, subirá ao púlpito o distinto orador sagrado Prior de Fermentelos, saindo em seguida a majestosa procissão que percorrerá o itinerário do costume, incorporando-se nela muitos anjinhos, o andor de Santo António, de Nossa Senhora do Carmo e outros, e a referida Banda do Pinheiro da Bemposta.

Após a sahída da mesma procissão subirá ao coreto a ***Filarmónica Visconde de Salreu****, que executará algumas peças do seu variado repertório, até às 21 horas, subindo novamente pelas 23 horas, hora em que se iniciará Novo Arraial Noturno, tocando até de madrugada, havendo nos intervalos fogo de artifício e balões pelos mesmos pirotécnicos e artistas da noite anterior.*

E assim terminará a grandiosa festividade, deixando a todos as melhores recordações.



9 e 10 DE JULHO DE 1927

FESTEJOS ao

9 e 10 DE JULHO DE 1927

SANTO ANTONIO

em ESTARREJA

Constantes de concerto pelas bandas Regimental de Infantaria 19, de Aveiro, pela do Pinheiro da Bemposta e pela Visconde de Salreu — Magnifico fogo — Missa Solene—Sermão por um distinto orador sacro—Imponente procissão

Promovidos por uma Comissão de devotos.

PROGRAMA

Dias 7 e 8 Estrondosos foguetes anunciarão a organização das festas ao glorioso Thaumaturgo Português.

Dia 9 Além das manifestações dos dias anteriores terminarão os trabalhos da decoração da Capela e da Praça Francisco Barbosa, chegando pelas 15 horas a

Banda do Pinheiro da Bemposta

que tocará pelas ruas da vila. Pelas 20 horas seguirá para a Estação do Caminho de Ferro, onde aguardará a a chegada da

Banda de Infantaria 19

que a essa hora chega no comboio correio, tocando até ás 21 horas. A's 23 dar-se-ha o inicio ao

Arraial nocturno

subindo as duas referidas bandas aos coretos lindamente ornamentados, executando as melhores peças dos seus reportórios até as 4 horas da madrugada. Nos intervalos será queimado lindo e variado fogo de artificio, confeccionado por dois hábeis pirotecnicos que apresentarão varias surpresas.

Grande despique para a ascensão de aerostatos entre o *Pinta-Ratos* e o velho Marta.

— — — — A'S FESTAS, POIS, AO GLORIOSO SANTO ANTONIO! — — — —

A iluminação será electrica, havendo outras variedades.

Dia 10 Concerto pela Banda do Pinheiro da Bemposta das 9 até ás 11, devendo começar a essa hora a MISSA SOLENE acompanhada pela mesma musica.

A's 17 horas subirá ao pulpito o distinto orador sagrado Prior de Fermentelos, saindo em seguida a magestosa procissão que percorrerá o itenerário do costume, encorporando-se nela muitos anjinhos, o andor de Santo Antonio, de Nossa Senhora do Carmo e outros e a referida Banda do Pinheiro da Bempo-ta.

Após a sahida da mesma procissão subirá ao coreto a

Filarmonica Visconde de Salreu

que executará algumas peças do seu variado reportorio, até ás 21 horas, subindo novamente pelas 23 horas, hora em que se iniciará

NOVO ARRAIAL NOTURNO

tocando até de madrugada, havendo nos intervalos fogo de artificio e balões pelos mesmos pirotecnicos e artistas da noite anterior.

E assim terminará a grandiosa festividade, deixando a todos as melhores recordações.

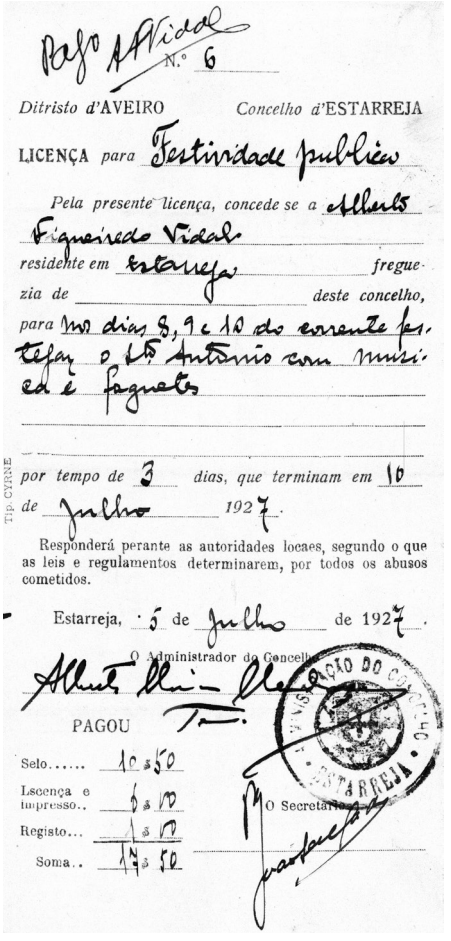
A COMISSÃO.

Tipografia CYRNE — Estarreja

Cartaz de Santo António de 1927

LICENÇAS

As licenças necessárias para a realização dos festejos foram requeridas e pagas pela Comissão de Festas. Alberto Figueiredo Vidal, requereu em nome da Comissão, ao Administrador do Concelho de Estarreja, a licença para a festividade pública, com música e foguetes, durante 3 dias, pagando 17$50 (dezassete escudos e cinquenta centavos), em 5 de julho, e João Marques Tavares, pagou ao Ministério do Comércio e Comunicações, a 3 de julho, 156$10 (cento e cinquenta e seis escudos e dez centavos), relativamente ao serviço de fiscalização da ornamentação elétrica existente no espaço do arraial, totalizando 173$60 (cento e setenta e três escudos e sessenta centavos).



Passo Vidal

N.º 6

Ditrito d'AVEIRO Concelho d'ESTARREJA

LICENÇA para Festividade publica

Pela presente licença, concede se a Alberto Figueiredo Vidal

residente em Estarreja freguezia de _____ deste concelho, para tres dias 8, 9 e 10 do corrente festejar o S.to Antonio com musica e foguetes

por tempo de 3 dias, que terminam em 10 de Julho 1927.

Responderá perante as autoridades locaes, segundo o que as leis e regulamentos determinarem, por todos os abusos cometidos.

Estarreja, 5 de Julho de 1927.

O Administrador do Concelho

PAGOU

Selo..... 10$50

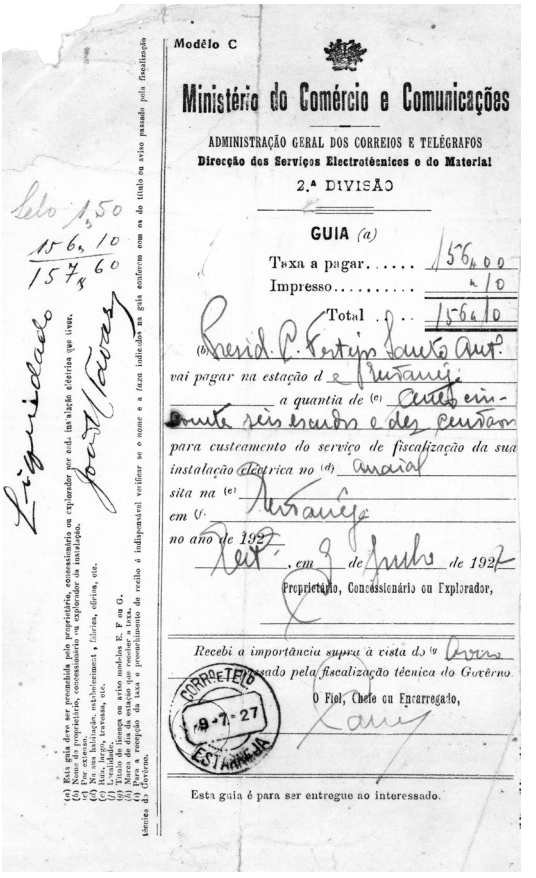
Lscença e impresso.. 6$00

Registo... 1$00

Soma.. 17$50

O Secretário

Tip. CYRNE



Modêlo C

Ministério do Comércio e Comunicações

ADMINISTRAÇÃO GERAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Direcção dos Serviços Electrotécnicos e do Material

2.ª DIVISÃO

GUIA (a)

Selo 1$50

156$10

157$60

Taxa a pagar..... 156$00

Impresso..... $10

Total..... 156$10

(b) Manuel C. Fontes Santos Aut.

vai pagar na estação d e Estarreja

a quantia de (c) Cento cincoenta seis escudos e dez centavos

para custeamento do serviço de fiscalização da sua instalação eléctrica no (d) Arraial

sita na (e) _____

em (f) Estarreja

no ano de 1927, em 3 de Julho de 1927

Proprietário, Concessionário ou Explorador,

Recebi a importância supra à vista do (g) Ofício

Visado pela fiscalização técnica do Govêrno

O Fiel, Chefe ou Encarregado,

CORREIOS E TELÉGRAFOS 19-7-27 ESTARREJA

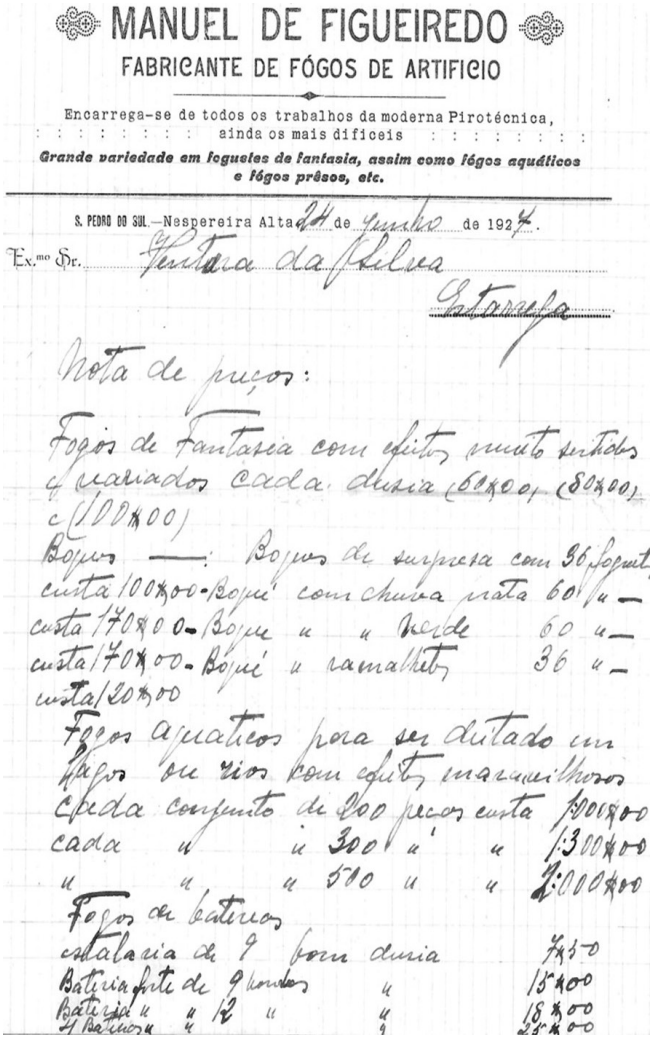
Esta guia é para ser entregue ao interessado.

(a) Esta guia deve ser promovida pelo proprietário, concessionário ou explorador por cada instalação eléctrica que tiver.
(b) Nome do proprietário, concessionário ou explorador da instalação.
(c) Por extenso.
(d) Na sua habitação, estabelecimento, fábrica, oficina, etc.
(e) Rua, largo, travessa, etc.
(f) Localidade.
(g) Título da licença ou aviso modelos E. F. ou G.
(h) Para a reemissão da taxa e preenchimento do recibo é indispensável verificar se o nome e a data indicados na guia conferem com os do título ou aviso passado pela fiscalização técnica do Govêrno.

FOGO DE ARTIFÍCIO

Música, fogo de artifício e cerimónias religiosas, andam de braço dado em todas as festas populares. Ventura da Silva, foi o homem da Comissão que ficou responsável de contratar o fabricante de fogos de artifício, Manuel de Figueiredo, de S. Pedro do Sul, famoso pela grande variedade em foguetes de fantasia, fogos aquáticos e fogos presos.

A 24 de junho de 1927, por carta, acusando o contacto feito por Ventura da Silva, Manuel de Figueiredo, remeteu os preços dos fogos de efeitos muito variados, *em conformidade com o decreto, (…) podendo encomendar as dúzias que desejar que eu depois o componho nas melhores condições, alvitrando ainda que se tiverem sítio aonde possão deitar fogos aquáticos e se quiserem tenho coisa muito bonita*.



MANUEL DE FIGUEIREDO

FABRICANTE DE FÓGOS DE ARTIFICIO

Encarrega-se de todos os trabalhos da moderna Pirotécnica, ainda os mais difíceis

Grande variedade em foguetes de fantasia, assim como fógos aquáticos e fógos prêsos, etc.

S. PEDRO DO SUL.—Nespereira Alta 24 de Junho de 1927.

Ex.mo Sr. Ventura da Silva

Oliveira

Nota de preços:

Fogos de Fantasia com efeitos muito variados cada dúzia (60$00, (80$00, c (100$00)

Bojos —: Bojos de surpresa com 36 foguet custa 100$00 - Bojú com chuva prata 60 u —

custa 170$00 - Bojú u u verde 60 u —

custa 170$00 - Bojú u ramalhete 36 u —

custa 120$00

Fogos aquaticos para ser deitado em lagos ou rios com efeitos maravilhosos cada conjunto de 100 pecas custa 900$00

cada u u 300 u u 1:300$00

u u u 500 u u 2:000$00

Fogos de baterias

estalaria de 9 por duzia 7$50

Bateria pete de 9 tiros u 15$00

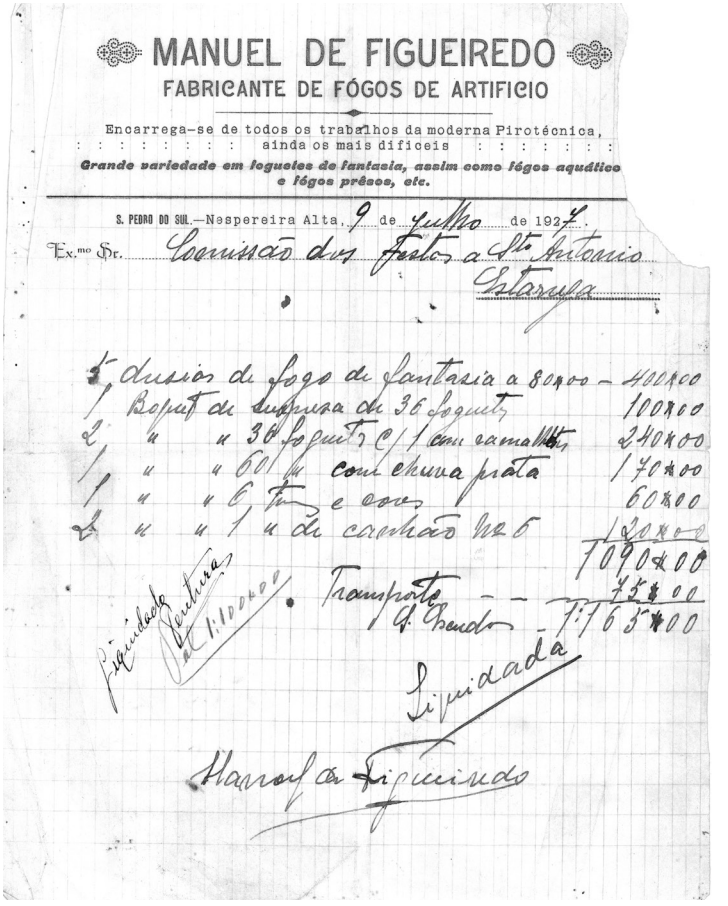
Bateria u u 12 u u 18$00

1 Bateria u u 9 u 25$00

A fatura, datada de 9 de julho, esclarece a quantidade e a qualidade da encomenda feita pela Comissão de Festas:

5 dúzias de fogo de fantasia a 80$00 – 400$00; 1 buquê de surpresa de 36 foguetes – 100$00; 2 buquês de 36 foguetes, 1 com ramalhetes, 240$00; 1 buquê de 60 foguetes com chuva prata, 170$00; 1 buquê de 6 tons e cores, 60$00; 2 buquês de 1 tom, de canhão nº 6, 120$00, totalizando 1 090$00, acrescidos do transporte, no valor de 75$00, num total de 1 165$00, que na altura do pagamento, teve um desconto de 65$00, ficando por 1 100$00.

A Comissão pagou ainda ao fogueteiro, António Ferreira Coelho, 624$00, respeitante a 8 dúzias de foguetes de três tiros, a 18$00 – 144$00; 6 dúzias e meia de 1 tiro, a 18$00 – 117$00; 8 dúzias de nove estalos, a 5$00 – 40$00; 6 peças de fogo preso, 300$00; *no dia de St.º António foi 1 dúzia de 3 tiros, 18$00 e uma de 9 estalos, 5$00, e ao Marta e Pinta Ratos*, 150$00, por 10 balões (lanternas de ar quente / aeróstatos).



MANUEL DE FIGUEIREDO

FABRICANTE DE FÓGOS DE ARTIFICIO

Encarrega-se de todos os trabalhos da moderna Pirotécnica, ainda os mais difíceis

Grande variedade em foguetes de fantasia, assim como fógos aquático e fógos prêsos, etc.

S. PEDRO DO SUL.—Nespereira Alta, 9 de Julho de 1927.

Ex.mo Sr. Comissão das Festas a Sto António Estarreja

5 dusias de fogo de fantasia a 80$00 – 400$00
1 Buquet de surpresa de 36 foguets 100$00
2 " " 36 foguets c/ 1 com ramalhetes 240$00
1 " " 60 " com chuva prata 170$00
1 " " 6 tons e cores 60$00
2 " " 1 " de canhão Nº 6 120$00
1090$00
Transporte – – – 75$00
P. Devedor – 1:165$00

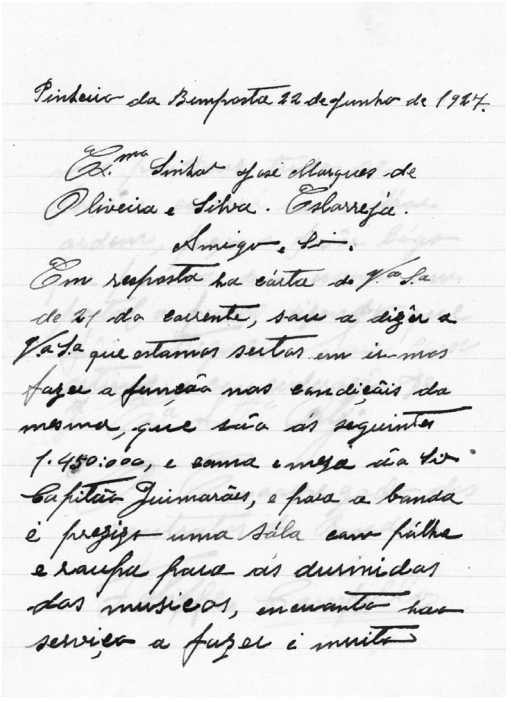
Liquidada

Recebi a importância

Só para o fogo, foram despendidos, 1 874$00, a que se acrescem 19$00, *pagos ao Portugal por atirar os foguetes.*

AS BANDAS DE MÚSICA

As Bandas contratadas foram a de Infantaria 19, a Filarmónica Visconde de Salreu e a do Pinheiro da Bemposta, conhecendo desta última a carta da aceitação da *função*, assinada por Filipe Campelo, encarregado dos contratos da Banda, datada de 12 de julho, e dirigida a José Marques de Oliveira e Silva, da Comissão de Festas.

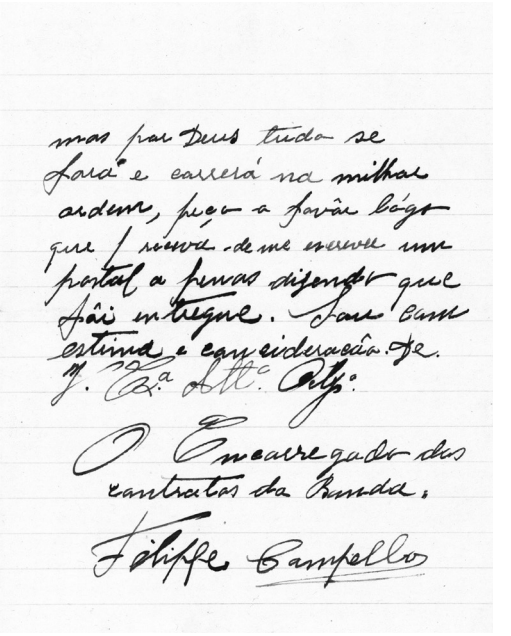


Pinheiro da Bemposta 12 de junho de 1924.

Ex.mo Snr. José Marques de Oliveira e Silva. Estarreja.

Amigo e Snr.

Em resposta da carta de V.a S.a de 24 do corrente, sou a dizer a V.a S.a que estamos certos em irmos fazer a função nas condições da mesma, que são as seguintes 1.450:000, e cama e mesa p.a o dito Capitão Guimarães, e para a banda é preciso uma sala com palha e roupa para as durmidas dos musicos, emquanto haver serviço a fazer e muito



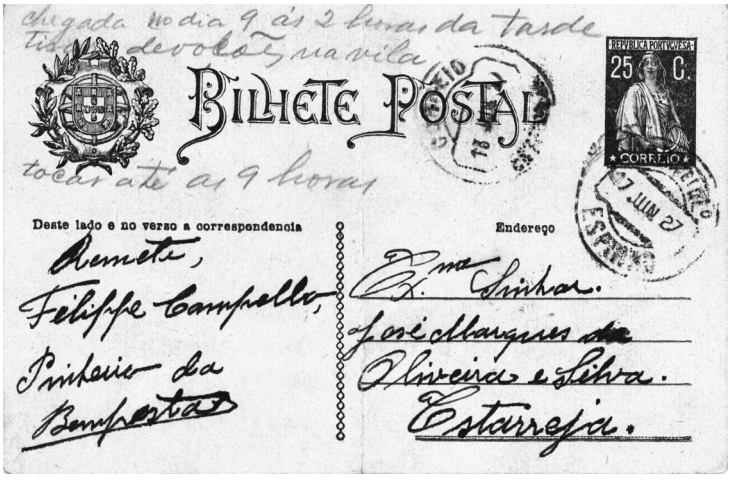
mas por Deus tudo se fará e correrá na minha ordem, peço a fineza logo que receba de me escrever um postal a fim de dizer que fôi entregue. Sou com estima e consideração de V. Ex.a Att.e Cr.o

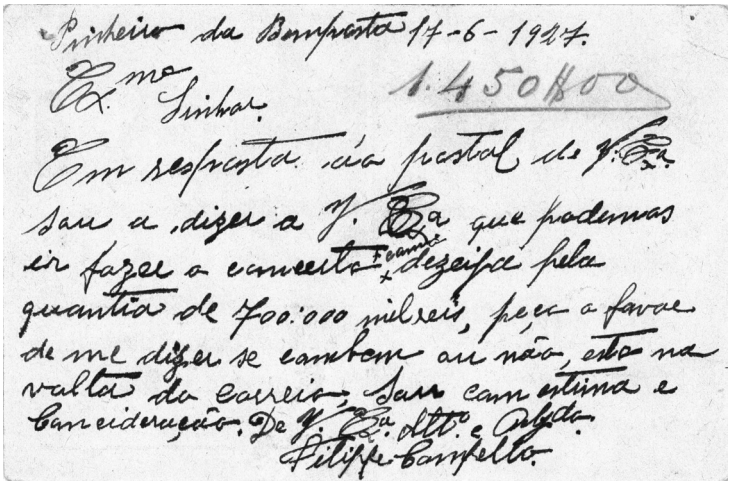
O Encarregado dos contratos da Banda.

Filippe Campello

Nela Filipe Campelo afirma que, *(…) estamos certos em irmos fazer a função nas condições da mesma, que são as seguintes: 1 450$00 (mil quatrocentos e cinquenta escudos) e cama e mesa para o dito Capitão Guimarães (maestro), e para a Banda é preciso uma sala com palha e roupa para as durmidas dos músicos enquanto haver serviço a fazer e muito (…).*

No entanto, a Comissão de Festas escreve novamente a Filipe Campelo, que por postal de 17 de junho, dirigido ao elemento já citado, afirma que *podemos ir fazer o concerto desejado pela quantia de 700$00.* Uma anotação a lápis na frente do postal, leva-nos a pensar não se tratar de resposta a uma contraproposta, mas sim de um novo serviço: *Chegada no dia 9, às 2 horas da tarde. Tirar devoções na vila. Tocar até às 9 horas.* Ainda a lápis, no mesmo postal, anota: *1 450$00,* a verba constante no primeiro contacto e na prestação de contas, não constando outra verba, paga à citada Banda. Admitimos que o trabalho apalavrado por 700$00, não chegou a realizar-se, ou foi pago por algum devoto, particularmente.


chegada no dia 9 ás 2 horas da tarde
tis levoko, na vila
BILHETE POSTAL
todas até ás 9 horas
REPUBLICA PORTUGUESA
25 C.
CORREIO
Deste lado e no verso a correspondencia
Endereço
Remete,
Filippe Campello,
Pinheiro da
Bemposta
Ex.ma Senhor.
José Marques de
Oliveira e Silva.
Estarreja.


Pinheiro da Bemposta 17-6-1927.
Ex.ma Senhor.
1.450800
Em resposta á sua postal de V. Ex.a
sou a dizer a V. Ex.a que podemos
ir fazer o concerto e desejo pela
quantia de 700:000 reis, peço a favor
de me dizer se convem ou não, estou na
volta do correio. Sou com estima e
consideração. De V. Ex.a dtº e Amº
Filippe Campello.

Quanto à exigência de *uma sala com palha e roupa para as durmidas dos músicos, consta numa fatura da Mobiliadora Estarrejense,* de José Martins Coutinho, que cedeu os colchões, a quantia de 10$00, respeitante ao *carreto dos colchões no sábado (6$00), e na segunda feira (4$00)*, constando ainda outra verba de 1$50, na prestação de contas, destinada aos *carregadores para o transporte de colchões,* apresentada pela *A Economia do Povo*, de Ventura e Tavares, Sucessor - Armazém de Mercearias, situado na Praça de Estarreja, desconhecendo no entanto o local onde os músicos pernoitaram.

O Capitão Guimarães, maestro da Banda do Pinheiro, ficou alojado no *Hotel Figueira*, de Manuel Marques Figueira, situado na Rua 31 de Janeiro, Estarreja, onde efetuou uma despesa de 20$00, a cargo da Comissão de Festas.

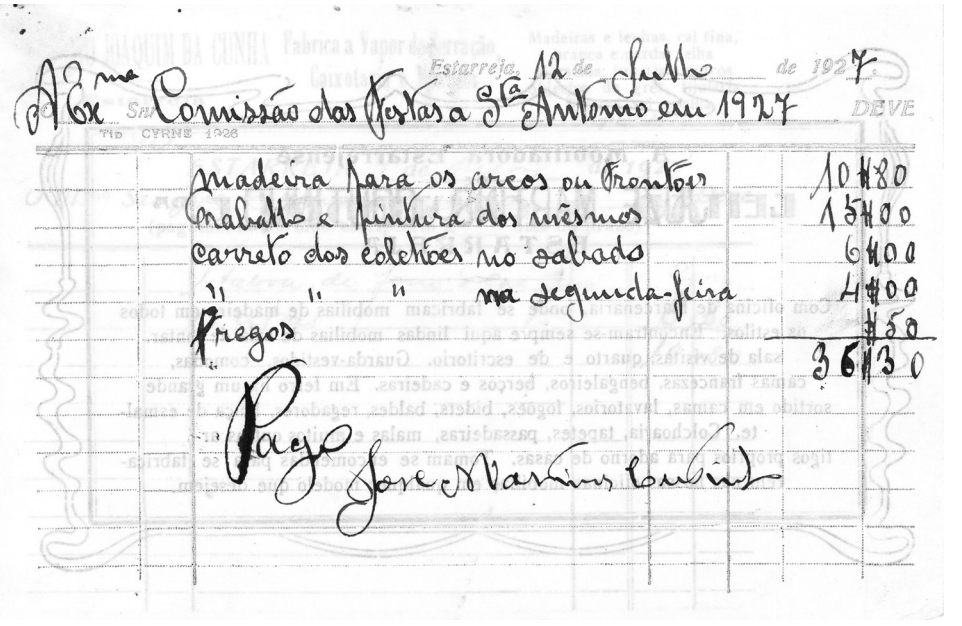
A Música da Infantaria 9, foi contratada por 1 000$00 e a Visconde de Salreu, por 500$00, como consta da prestação das contas da festa.

ARMADORES DA FESTA

A ornamentação da capela de Santo António, foi contratada à firma *Viúva de Manuel Dias, Filho e Leite,* do lugar de S. Tiago, Estarreja por 190$70 (cento e noventa escudos e setenta centavos), assim discriminada: armação, 150 escudos; cera (velas) para a capela, 1.150 Kg, 20$70; e pagamento ao sacristão, 20$00.

O espaço exterior foi entregue ao armador, João Valente Queirós, do lugar de Alumieira, Oliveira de Azeméis, *ornamentações completas para ruas e largos e iluminação à moda do Minho*, por 1 740$00, referente a 100 mastros *com pendentes, galhardete e escudo* - 500 escudos; aluguer de cordas, revestidas a papel – 30$00; carreto (ida e volta) - 80$00; ordenado de 2 homens - 24 escudos; outros, 6 escudos.

Foi ainda pago o serviço da instalação elétrica da ornamentação da Praça, a Manuel de Oliveira Matos (4 dias a 15$00) - 60$00, e a Telmo de Oliveira Matos (3 dias a 4$00) - 12$00, totalizando, 72 escudos, e de material elétrico utilizado na mesma, 131$84; para a licença da instalação da luz elétrica, 157$60.


Estarreja, 12 de Julho de 1927

Ex.ma Comissão das Festas a S.ta António em 1927 DEVE

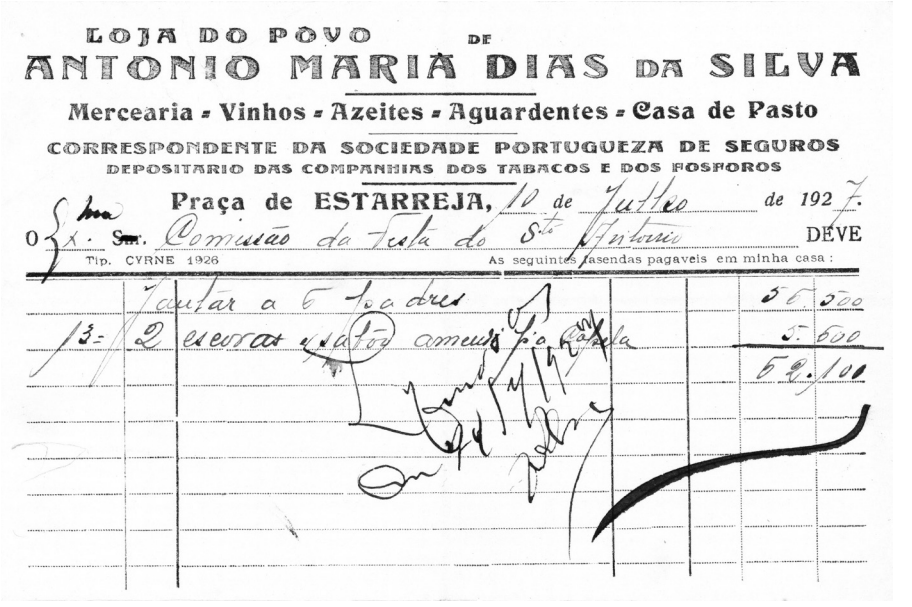
Tip. CYRNE 1926

Madeira para os arcos ou Frontões	10$80
Trabalho e pintura dos mesmos	15$00
Carreto dos colchões no sabado	6$00
" " " na segunda-feira	4$00
Pregos	$50
	36$30

Pago José Martins Coutinho

A José Martins Coutinho, da madeira para os arcos ou frontões, trabalho e pintura dos mesmos, 25$80, e a António Joaquim da Cunha, *Fábrica a Vapor de Serração, Caixotaria e Moagem de Estarreja*, por uma tábua de forro, 15 ripas e cal fina, 10$80 escudos.

OUTRAS DESPESAS



LOJA DO POVO DE
ANTONIO MARIA DIAS DA SILVA
Mercearia - Vinhos - Azeites - Aguardentes - Casa de Pasto
CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE PORTUGUEZA DE SEGUROS
DEPOSITARIO DAS COMPANHIAS DOS TABACOS E DOS FOSFOROS
Praça de ESTARREJA, 10 de Julho de 1927.
O Sr. Comissão da Festa do Sto António DEVE
Tip. CYRNE 1926 As seguintes fazendas pagaveis em minha casa:

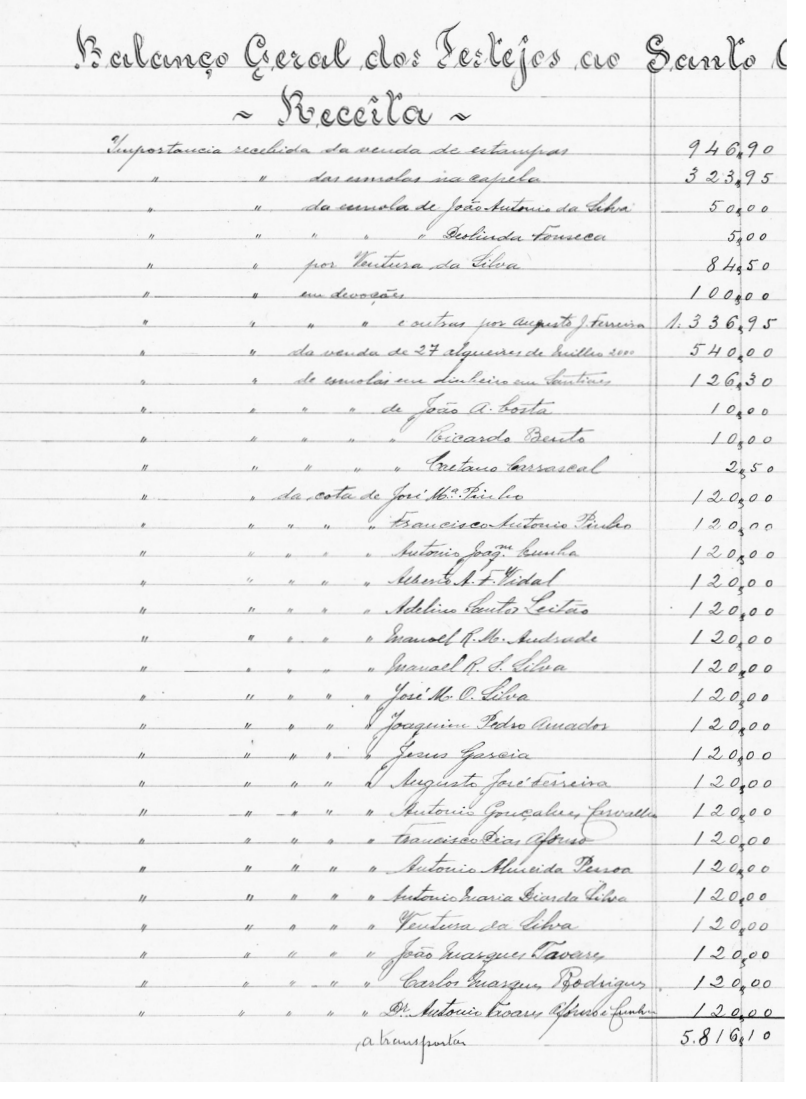
	Jantar a 6 padres	56$500
13-	2 escovas e sabão amarelo para a capela	5$600
		62$100

Em pequenos papeis amorfos e raras faturas, encontrámos verbas que nos permitem registar algumas das despesas ocorridas, quer no embelezamento e limpeza do edifício da capela, quer na feitura de estampas religiosas, e no pagamento *aos homens que estiveram na capela,* provavelmente a trabalhar: Licença de Obras Públicas, 31$50; a Manuel Garrido, e ao Ascêncio, 20$00; 156 santos diversos, 9$50; vinho e aguardente *aos homens que estiveram na capela*, 2$40; à *Loja do Povo*, de António Maria Dias da Silva, Mercearia, Vinhos, Azeites, Aguardentes e Casa de Pasto, situada na Praça de Estarreja: duas escovas esfrega, 4$00; um quilo de sabão esfrega, 1$60; 2 escovas e sabão amarelo, para a capela, 5$60; jantar a seis padres, 56$50.[1]

À *A Economia do Povo*, já focada: quatro dias *a mulheres que trabalharam*, a 8$00 - 32$00; Um dia e um quarto, *ao homem do saco* (recolha de ofertas em milho), a 12$00 - 18$00; *ao homem que vendeu o milho*, 5$00; quatro litros de vinho fino, 20$00, um quilo de bolacha, 10$00; 18 velas de *stearina*, grandes, a 11$70 = 41$70 escudos; à *Loja do Leitão*, já referida: mil estampas de St.º António, 40$00; três cartas e meio de alfinetes, 14$00; aluguer de 13 Opas, a 13$00 - 169$00; alfinetes, $40 (quarenta centavos) = 222$40; ao Hotel Figueira: 110 litros de vinho, a 1$65 – 184$50; sacristão de Salreu (refeição), 10$00, e dos *Gaitos* (Gaiteiros?), 2 dias, 20$00; à *Padaria Central*, de Joaquim Tavares Bracinha, situada na Praça de Estarreja, de pão, 44$00; à *Domingas*, *de 6,250 gr. de carne*, 49$10; ao Prior de Fermentelos, por 2 sermões, 300$00.

1- O escudo foi introduzido em Portugal em 1910, após a Implantação da República, substituindo o real, ou reis mantendo-se estes no imaginário de várias gerações, após a alteração citada, como se verifica na fatura que ilustra o texto.

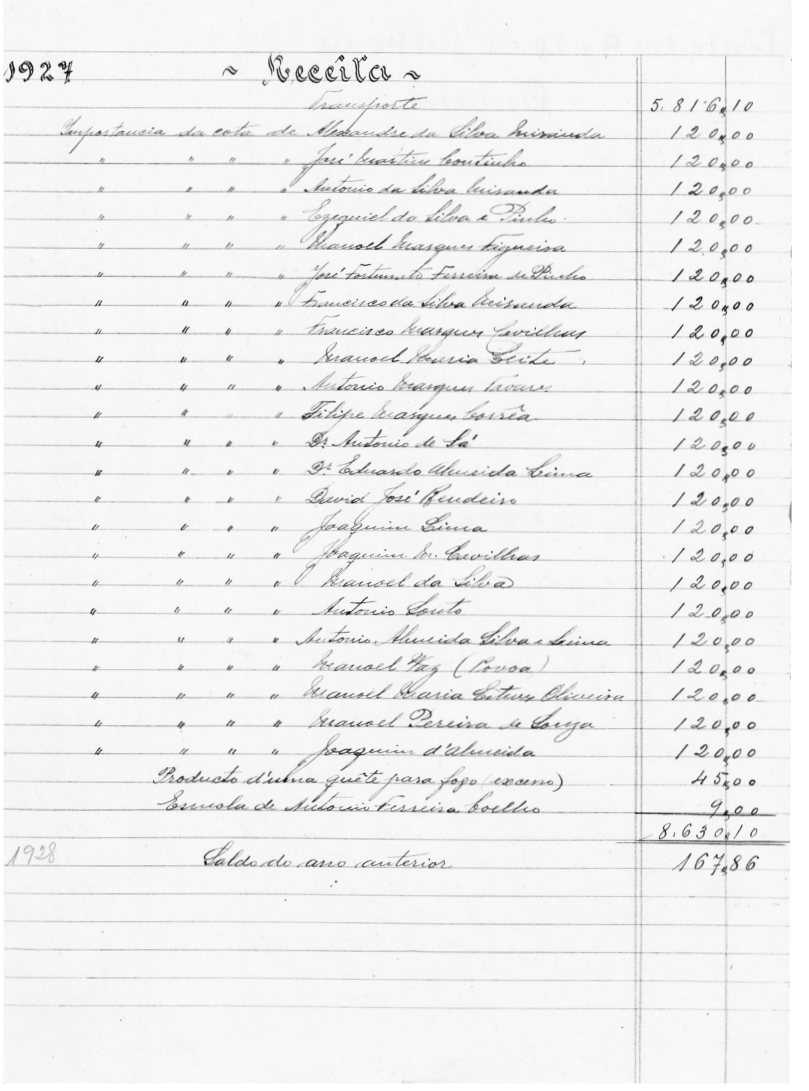
BALANÇO GERAL DOS FESTEJOS AO SANTO ANTÓNIO



Balanço Geral dos Festejos ao Santo

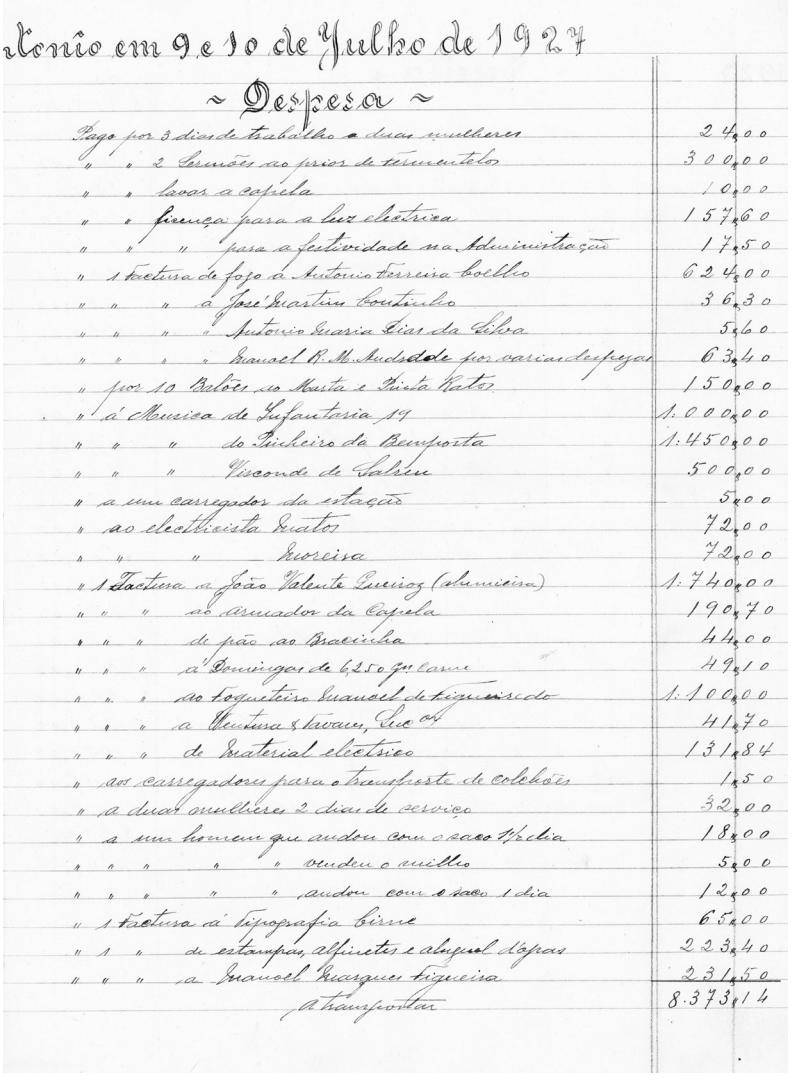
~ Receita ~

Importancia recebida da venda de estampas	946,90
" " das esmolas na capella	323,95
" " da esmola de João Antonio da Silva	50,00
" " " " " Rolinda Fonseca	5,00
" " por Ventura da Silva	84,50
" " em devoções	100,00
" " " " e outras por Augusto J. Ferreira	1.336,95
" " da venda de 27 alqueires de milho a	540,00
" " de esmolas na Senhora em Santiães	126,30
" " " " de João A. Costa	10,00
" " " " " Ricardo Bento	10,00
" " " " " Cretano Carrascal	2,50
" " da cota de José M.ª Pinho	120,00
" " " " " Francisco Antonio Pinho	120,00
" " " " " Antonio Joaq.m Pinho	120,00
" " " " " Alberto A. F. Vidal	120,00
" " " " " Adelino Santos Leitão	120,00
" " " " " Manoel R. M. Andrade	120,00
" " " " " Manoel R. S. Silva	120,00
" " " " " José M. O. Silva	120,00
" " " " " Joaquim Pedro Amador	120,00
" " " " " Jesus Garcia	120,00
" " " " " Augusto José Ferreira	120,00
" " " " " Antonio Gonçalves Carvalho	120,00
" " " " " Francisco Dias Afonso	120,00
" " " " " Antonio Mendes Pereira	120,00
" " " " " Antonio Maria Miranda Silva	120,00
" " " " " Ventura da Silva	120,00
" " " " " João Marques Tavares	120,00
" " " " " Carlos Marques Rodrigues	120,00
" " " " " Dr. Antonio Moraes Affonso Pinho	120,00
a transportar	5.816,10



1927 ~ Receita ~

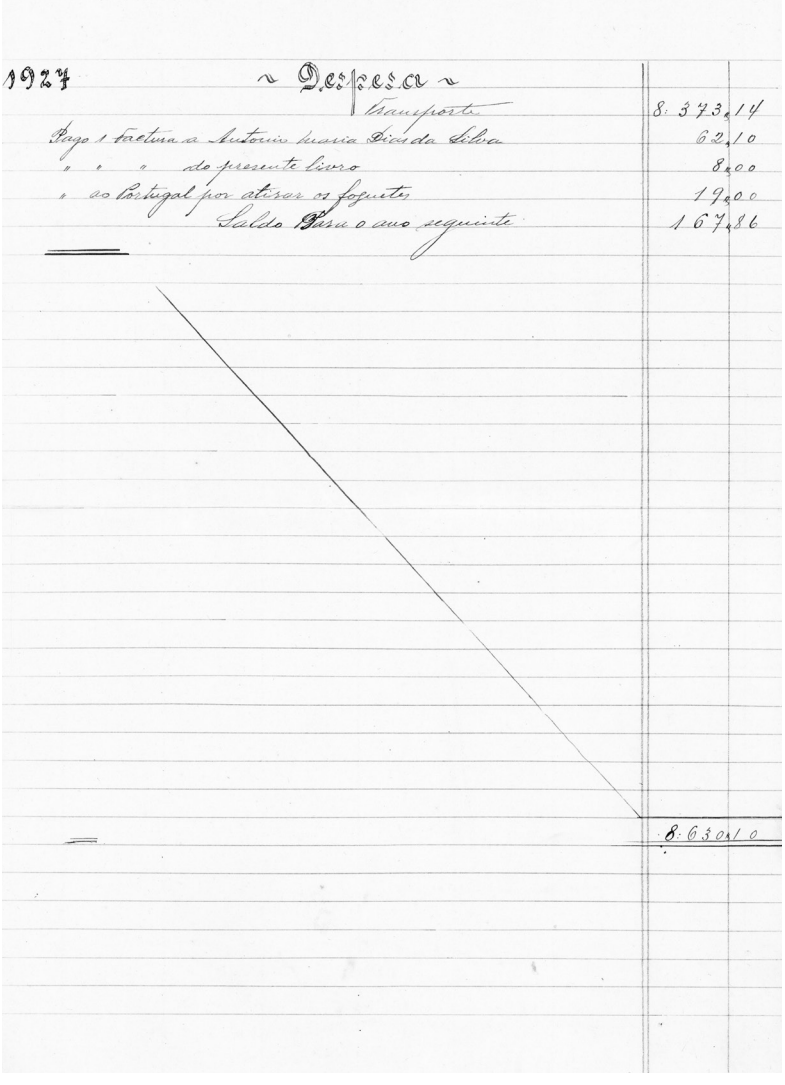
Transporte	5.816$10
Importancia da cota de Alexandre da Silva Miranda	120$00
" " " " José Quaresma Monteiro	120$00
" " " " António da Silva Miranda	120$00
" " " " Ezequiel da Silva e Paula	120$00
" " " " Manuel Marques Teixeira	120$00
" " " " José Fortunato Ferreira de Pinho	120$00
" " " " Francisco da Silva Miranda	120$00
" " " " Francisco Marques Carvalhas	120$00
" " " " Manuel Maria Leite	120$00
" " " " António Marques Lucas	120$00
" " " " Filipe Marques Barra	120$00
" " " " Dr. António de Sá	120$00
" " " " Dr. Eduardo Almeida Lima	120$00
" " " " David José Rendeiro	120$00
" " " " Joaquim Lima	120$00
" " " " Joaquim M. Carvalhas	120$00
" " " " Manuel da Silva	120$00
" " " " António Couto	120$00
" " " " António Almeida Silva e Lima	120$00
" " " " Manuel Paz (Tonca)	120$00
" " " " Manuel Maria Soares Oliveira	120$00
" " " " Manuel Pereira de Souza	120$00
" " " " Joaquim d'Almeida	120$00
Producto d'uma quête para fogo (extra)	45$00
Esmola de António Ferreira Coelho	9$00
	8.630$10
1928 Saldo do ano anterior	167$86



Xonio em 9 e 10 de Julho de 1927

~ Despesa ~

Pago por 3 dias de trabalho a duas mulheres	24$00
" " 2 Sermões ao prior de Vimieiro	300$00
" " lavar a capela	10$00
" " franqia para a luz electrica	157$60
" " " para a festividade na Administração	17$50
" 1 factura de fogo de António Ferreira Coelho	624$00
" " " a José Martins Coutinho	36$30
" " " " António Maria Dias da Silva	5$60
" " " " Manoel R. M. Andrade por carian de pregos	63$40
" por 10 Balões na Nasta e Vista Alegre	150$00
" á Musica de Infantaria 19	1.000$00
" " " do Pinheiro da Bemposta	1:450$00
" " " Visconde de Salreu	500$00
" a um carregador da estação	5$00
" ao electricista Prates	72$00
" " " Moreira	72$00
" 1 Factura a João Valente Queiroz (alumieira)	1:740$00
" " " ao armador da Capela	190$70
" " " de pão ao Bracinha	44$00
" " " a Domingos de 6,250 gr. carne	49$10
" " " ao toqueiro Manoel de Figueiredo	1:100$00
" " " a Ventura & Irmão, Luc.ª	41$70
" " " de Material electrico	131$84
" aos carregadores para o transporte de colchões	1$50
" a duas mulheres 2 dias de serviço	32$00
" a um homem que andou com o saco 4 dias	18$00
" " " " " vender o anilho	5$00
" " " " " andou com o saco 1 dia	12$00
" 1 Factura á Typografia Vieira	65$00
" 1 " de estampas, alfinetes e aluguel de tapas	223$40
" " " a Manoel Marques Figueira	231$50
a transportar	8.373$14



1927 ~ Despesa ~

Transporte	8.373$14
Pago á factura a Antonio Maria Dias da Silva	62$10
" " " do presente livro	8$00
" ao Portugal por atizar os foguetes	19$00
Saldo Para o anno seguinte	167$86
	8.630$10

MOINHOS DE RODÍZIO EM ACTIVIDADE NO CONCELHO DE ESTARREJA.
TRADIÇÃO, MEMÓRIA E EMOÇÃO
MOLINOLOGIA | RURALIDADE | PATRIMÓNIO | ETNOGRAFIA

*Etelvina Resende Almeida**



Moinho da Passagem, Canelas. Caboucos. 24.03.2024 (arq. pessoal)

Desde tempos imemoriais que a agricultura foi um dos suportes da economia das populações, tendo o cultivo dos cereais, a sua transformação em farinha e o consequente fabrico do pão, um dos papéis mais importantes em termos de subsistência. No seguimento desta necessidade, foi o Homem inventando e aperfeiçoando sistemas que lhe permitissem moer o grão. Desde os trituradores e mós manuais, passando pelas atafonas e pelos moinhos de rodízios e azenhas, sem esquecer os moinhos de vento e os moinhos de maré (Ferreira, 2003) .[1]

---

*Etelvina Resende Almeida, nasceu em 1969, sendo natural de Aveiro. Licenciou-se em Design pela Universidade de Aveiro, tendo terminado o Mestrado, em Dezembro de 2012, com o tema: *Embarcações Tradicionais da Ria de Aveiro. Uma análise pelo Design.* É Designer da Comunicação, em regime de freelancer. Integrou o projecto *Postais Solidários*, no concelho da Murtosa, na vertente fotográfica e de design. Participou em 9 exposições colectivas de fotografia, na Murtosa, Torreira e Aveiro, durante os anos 2013, 2017, 2018,2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. Participou, em co-autoria com Ana Maria Lopes, numa palestra intitulada *Uma viagem p'la Ria*, em 2014, no CV da Costa Nova. Expôs individualmente, de Janeiro a Maio de 2014, no Museu Marítimo de Ílhavo (bateira ílhava). Publicou, em co-autoria, com Ana Maria Lopes, e fotografia de Paulo Godinho, *Uma Janela Para o Sal*, em Abril de 2015, editado pela Alêtheia Editores. Tem publicado artigos no Diário de Aveiro, Notícias de Aveiro, O Ilhavense, Aveiro Mag, sendo colaboradora do Jornal Concelho de Estarreja, e da Revista Terras de Antuã, desde 2018. Interveio na Jornada Cultural Náutica, em Ovar, em Janeiro de 2016, com o tema, *A arte dos nossos barcos tradicionais.* Conduziu a *Conversa àVolta da Construção Naval,* com o Mestre Esteves, em Pardilhó, em Maio de 2018. Em Dezembro de 2018 abordou o tema: *A Murtosa e a faina da enguia, e as suas embarcações tradicionais,* integrado no Festival Gastronomia de Bordo. Em Fevereiro de 2019, num projecto Olhar por Dentro, abordou o tema, *A Barca da Passagem*, em Ílhavo. Faz parte da Direcção dos Amigos do Museu de Ílhavo. Foi coordenadora do livro *Memórias 30 Anos a Pintar a Ria,* de José Oliveira, editado pela Câmara Municipal da Murtosa em 2019.

A autora não segue o acordo ortográfico.

1 - Ferreira, Armando Carvalho e Delfim Bismarck Ferreira. *Moinhos do Concelho de Albergaria-a-Velha.* Edição de Autores. Albergaria-a-Velha. Artipol-Lda. 2003. Pág.5.

O Concelho de Estarreja é bastante irrigado. É atravessado por inúmeros cursos de água, desde o Rio Antuã, o Jardim, o Gonde, às Ribeira da Fontela, Sardinha ou Castanheiro.

Ao longo das suas margens o homem foi construindo moinhos de água, de *rodízios* e de *azenhas*. Para além de outras culturas de cereais, a do arroz teve um papel bastante importante na economia local. Ainda se cultiva, mas em pequenas parcelas, na área irrigada do Baixo Vouga Lagunar. A necessidade de moer os grãos dos cereais produzidos na região, e de descascar o arroz em *mós* revestidas com cortiça, levou à edificação de vários moinhos artesanais e de uma fábrica de descasque, que actualmente funciona como pólo museológico[2].

Armando Ferreira[3] defende que o número de moinhos e de *moleiros*, de que há registo no concelho, foi bastante significativo a nível regional. A título de exemplo, menciona *que na Freguesia de Santa Marinha de Avanca, no século XVIII, existiam 30 casas de moinhos, algumas com quatro casais de mós. E que em 1948, constatou-se existirem, referenciados numa carta topográfica, cerca de 112 moinhos movidos a água*. Em 2007[4], o autor encontrou uma dezena de moinhos no activo em todo o concelho, com um total de 15 *casais de mós*, existindo na actualidade, 19 e 10 casas de moinhos.

Após as visitas realizadas aos moinhos da região, que se encontram no activo, impressiona observar o que ainda existe, após anos de abandono da actividade moageira. Ter tido a oportunidade de acompanhar um processo de reconstrução do *Moinho da Passagem*, de Canelas, desde 2022, e dos melhoramentos no *Moinho Da Másia*, em Pardilhó, desde 2023, trouxe a responsabilidade de estudar este património, e de o divulgar. Embora tardiamente, pois muito já se perdeu, irá sempre a tempo de se sinalizar, levantar, estudar e relembrar, à data, o que ainda existe, procurando perceber o que se recuperou, e quais as perspectivas futuras. Onde se localizam; quantos são; quem são os proprietários; quem os dirige; se ainda existem *moleiros*; quem os repara; para que fins foram reconstruídos; recebem visitas? Estes são alguns dos pontos a desenvolver ao longo do presente trabalho, com o propósito de deixar um modesto contributo para a história da região.

É crucial promover e divulgar este património molinológico, que faz parte da tradição desta região *marinhoa*, de forma a sensibilizar e despertar memórias e saberes, e interesse junto dos que ainda escutam o ranger da *mó*, e dos que ainda poderão vir a escutar. Quiçá, incentivar empreendedores no sentido de recuperar alguns moinhos em degradação, com o objectivo de gerar riqueza, não só na área empresarial, mas também na cultural. E que, de uma forma sustentável, possam manter a tradição e contribuir para o desenvolvimento local, investindo nas áreas do turismo, do ensino, da museologia e etnografia, ou até somente por nostalgia.

2 - Museu Fábrica da História-Arroz, inaugurada em Setembro de 2024

3 - Ferreira, Armando Carvalho. Revista Terras de Antuã n.º 12. Os Moinhos de Meias. Directora, Rosa Maria Rodrigues. Edição da Câmara Municipal de Estarreja. Rebelo, Lda. 2018. Pág. 82, 83.

4 - Ferreira, Armando Carvalho. Moinhos e Moleiros do Concelho de Estarreja. Revista Terras de Antuã, n.º 1. Directora, Rosa Maria Rodrigues. Edição da Câmara Municipal de Estarreja. Rebelo, Lda. 2007. Pág. 63.

Para bom entendimento dos conteúdos, e contextualização sobre o tema, consultaram-se várias obras de autores, referenciados neste trabalho, O enfoque recaiu, maioritariamente, sobre os estudos do investigador Armando Carlos Ferreira[5], por ter deixado um importante legado na área do conhecimento sobre molinologia, sobretudo desta região. Esse conhecimento foi construído com base na observação directa, e através da recolha de dados obtidos em trabalhos de campo, ancorado pela sistematização da informação documental consultada. Os seus estudos têm contribuído *para a valorização deste património colectivo, levando o autor a considerá-lo uma marca histórica identitária da região.* Ferreira (2007)[6] deu a conhecer as técnicas da construção tradicional; as engenhosas obras de hidráulica; a profissão de *moleiro* e a sua importância económica. Realizou um levantamento dos moinhos existentes e relembrou as causas da decadência deste património, provocado por vários factores, mas sobretudo pelas mudanças que se geraram na sociedade, na economia, na agricultura e na área da tecnologia. Dissertou, ainda, sobre a perda do saber: sobre o fim de uma geração que detinha o conhecimento da moagem, da manutenção e da construção dos engenhos. Posto isso, levantou uma questão pertinente sobre o que se poderia vir a *fazer para salvaguardar este património, e assegurar o futuro dos moinhos tradicionais, no concelho de Estarreja.*

Da cerca de uma dezena de moinhos encontrados em 2007, a funcionar, o autor constatou que a sua recuperação e manutenção se deveu ao empenho e dedicação de alguns proprietários, e dos antigos *moleiros*, daqueles que se *recusaram a deixar morrer esses saberes, essas técnicas tradicionais, essas memórias. Tratando-se de razões emocionais e pessoais*[7]. Constatações que, ainda, se mantêm actuais conformem observadas *in loco*, ao longo destes últimos três anos.

Estas intervenções de recuperação, restauro e valorização, embora pontuais, e apesar da quebra da actividade e da perda de grande parte do património edificado, têm-se verificado ao longo de todo o concelho, mais especificamente em três freguesias: Avanca, Pardilhó e, muito recentemente, em Canelas, num total de 6 pólos molinológicos.

5 - Membro da Sociedade Internacional de molinologia e da Rede Portuguesa de Moinhos Autor co-autor de várias obras sobre molinologia, e outros artigos.

6 - Ibidem (2007, pág. 63)

7 - Ibidem (2007).

MOINHOS EM ACTIVIDADE - 2025
6 Implantações em 3 freguesias | 10 Casas de Moinho | 19 *casais de mós*

Freguesia de AVANCA - quatro implantações de moinhos

Moinhos de Meias. Situados na Quinta do Marinheiro. Existem duas casas: uma delas com três *casais de mós* em funcionamento e, a outra com dois a necessitar de reparação dos *rodízios*. Nestes moinhos existem espaços pedagógicos direccionados para as visitas. Pertencem à Casa-Museu Egas Moniz (Câmara Municipal de Estarreja).

Moinhos da Zangarinheira. Com duas casas: a de Cima e a de Baixo, cada qual com dois *casais de mós*. Pertencem ao Mestre José Maioto e sócios.

Moinho de Arcã. Com uma só casa e dois casais de mós. Pertence à Junta de Freguesia de Avanca, que conta com o *GAMA- Grupo de Amigos do Moinho de Arcã,* representado por Manuel Costa Pereira, que colaboram na manutenção e gestão do espaço.

Moinhos do Calhau. Com duas casas, num só edificado, cada qual com um *casal de mós.* Pertencem a dois proprietários; Manuel Bernardino e Manuel Tavares e o seu filho Armando, e respectivos familiares.

Freguesia de PARDILHÓ – a implantação de um moinho

Moinho da Másia. Situa-se no Lugar da Fonte da Samaritana, em Pardilhó. Pertence à Junta de Freguesia e conta com a colaboração do Movimento dos Amigos do Lugar da Fonte da Samaritana, representado por Carlos Ferreira da Costa. Tem uma só casa com dois *casais de mós*: um a funcionar, o outro a aguardar intervenção.

União de Freguesias de Canelas e Fermelã - CANELAS – a implantação de um moinho

Moinho da Passagem. Situado no lugar de Canelas. Foi recuperado pela família Saramago, orizicultores do Baixo Vouga, e inaugurado em 2024. Tem duas casas, com dois *casais de mós*, cada. É o único moinho existente com um *casal de mós* adaptado com uma placa de cortiça, para efectuar o descasque do arroz.

MESTRE JOSÉ MAIOTO
impulsionador e defensor dos moinhos | proprietário de moinhos | construtor de engenhos
mentor | colaborador | cicerone



Moinhos do Calhau, Avanca. Mestre José Maioto. 17.07.2025 (arq. pessoal)

No lugar de Sardinha, em Avanca, reside José Maria Tavares dos Santos, mais conhecido como Mestre José Maioto. É considerado, actualmente, o Mestre com conhecimento suficiente para poder construir e reparar os engenhos dos moinhos, e dar a conhecer o seu funcionamento. Detém o conhecimento sobre a moagem do grão. Não sendo *moleiro* de profissão, aporta o saber e a experiência. A profissão de *moleiro* deixou de existir.

É solicitado para conduzir as visitas guiadas de crianças em idade escolar, e também de adultos, nos *Moinhos de Meias*, em Avanca, e noutros, incluindo nos seus, na *Zangarinheira* . Fá-lo com empenho e alegria, dando a conhecer a história da actividade moageira da região. E, de improviso, cria belas quadras sobre os moinhos, declamando-as com arte e entusiasmo. Tem realizado um trabalho exemplar no acompanhamento da reconstrução dos moinhos, colaborando, ensinando e incentivando as entidades e particulares a reavivarem as memórias da actividade moageira. É membro da *Confraria da Broa de Avanca*[8], participando nas actividades que realizam ao longo do ano, na qual se insere a *Rota dos Moinhos*.

Foi adquirindo conhecimento sobre esta arte, através das vivências que teve à volta do moinho que o seu pai, lavrador, utilizava junto com outras famílias. Em parceria com o seu irmão, já falecido, Manuel Emílio Tavares dos Santos, e através da observação e da experimentação, gerou conhecimento e desenvolveu uma verdadeira paixão pela arte, tendo mantido a tradição da família – a da construção dos rodízios e outras peças de madeira que compõem o engenho, até *o picar das mós*. Recuperaram um *casal de mós,* os *rodízios* e o edificado de uma das casas dos *Moinhos da Zangarinheira*. Mais tarde, adquiriu o outro moinho e recuperou-o. Actualmente, encontram-se ambos em funcionamento, tendo cada casa dois *casais de mós*.

8 - *A Confraria da Broa de Avanca*, foi fundada em 2004 com o objectivo de promover e divulgar a broa de milho produzida em Avanca, mantendo a sua autenticidade. Para além do produto, a broa, também valoriza o património paisagístico, religioso, arquitectónico e museológico da região. Tem um programa repleto de actividades, como: o *Ciclo do Milho*; a *Rota dos Moinhos*; a *Feira da Broa* e a *Gastro Broa*, que dão a conhecer as várias fases de produção do milho. In Nogueira, Amorim, Isabel. *Vila de Avanca. Passado com Honra e Futuro de Esperança*. Edição, Junta de Freguesia de Avanca. Artipol, Lda. 2025.

Nunca mais parou de aprender e de ensinar. Partilha o seu conhecimento. e ajuda incentivando os outros a aprender e a manter o moinho activo. Assume o papel de cicerone, orientador, construtor, defensor do património da região, e até fora dela - tendo já colaborado com um proprietário em Mira.

O Mestre Maioto encontrou na região 73 moinhos em ruínas, tendo já recuperado 7. É o único construtor no activo e continua a reparar, recuperar e a manter os moinhos, por paixão. Acompanha a actividade dos moinhos em Avanca: no da *Casa do Outeiro*; no de *Arcã*, nos do *Calhau*, nos dele, da *Zangarinheira* e nos de *Meias*. Também colabora no de Pardilhó, no *Da Másia*. E, até com o mais recente moinho reconstruído, em 2024, o *Da Passagem*, em Canelas. A família Saramago solicitou a sua orientação para a construção de um *rodízio*, tendo-lhes facultado os moldes.

O Mestre José Maioto colabora com todos, e em todas as actividades. Aceita, com agrado, conduzir os grupos que visitam os moinhos. Realiza experiências pedagógicas. Dá explicações detalhadas sobre o funcionamento do engenho, e da forma como se mói ou descasca o grão e, ainda, sobre a cozedura da broa no forno a lenha. Traz consigo as chaves de todos os moinhos para poder prestar algum serviço de manutenção, quando solicitado pelos proprietários.

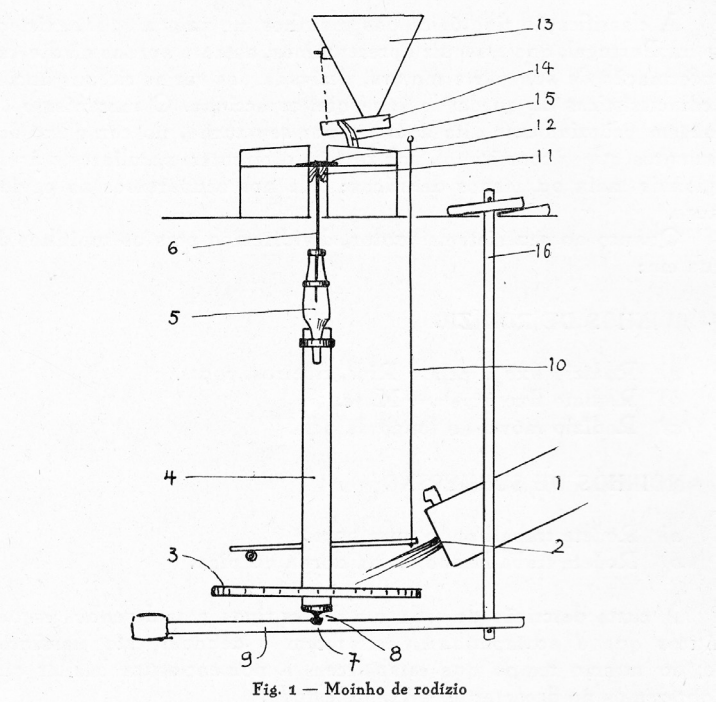


Fig. 1 — Moinho de rodízio

1 — Cubo
2 — Seteira
3 — Rodízio, com penas
4 — Pela
5 — Lobete
6 — Veio
7 — Rela
8 — Aguilhão
9 — Urreiro
10 — Pejadouro
11 — Bucha
12 — Segurelha
13 — Moega
14 — Quelha
15 — Chamadouro
16 — Aliviadouro

Esquema do Rodízio do Moinho. (Fonte, Internet)

MOINHOS DE MEIAS – Avanca



Espaço exterior dos Moinhos de Meias, Avanca. A presa. 17.07.2025 (arq. pessoal)





Moinhos de Meias, Avanca. A casa do moinho com três casais de mós, e a zona da cozinha. 17.07.2025 (arq. pessoal)

Ferreira[9], refere que em 1758 existiam 30 moinhos em Avanca. Através da análise da sua dimensão pressupôs que os de quatro *casais de mós*, pertencentes a grandes proprietários locais, terão sido arrendados a moleiros profissionais, e os outros menores, terão servido para uso privado de alguns lavradores.

Os *Moinhos de Meias* situam-se nas Margens do Rio Gonde, implantados na propriedade onde está edificada a Casa-Museu Egas Moniz[10], outrora pertencente à Quinta do Marinheiro. Pensa-se que remontem à primeira metade do século XIX. Eram compostos por duas casas de moinhos e a casa de habitação do *moleiro*. Uma das casas possuía três *casais de mós* e a outra, dois, estes últimos adaptados para trabalharem com energia eléctrica, permitindo o seu funcionamento no período estival. Actualmente, estes dois *casais de mós* estão preparados para trabalhar movidos a água, encontrando-se os *rodízios* em reparação. Estas duas casas totalizam, actualmente, 5 *casais de mós*, movidas pela água. A água do Rio Gonde[11] é encaminhada por uma *Levada*, que abastece a *presa*. Ali se acumula e se redirecciona para os *rodízios*, accionando-os, se verificada uma determinada cadência e pressão.

Segundo, Ferreira (2018)[12], durante o século XIX os moinhos foram alugados ao *moleiro*. A renda que pagava aos proprietários da Quinta do Marinheiro era calculada segundo o seu rendimento - pagava metade desse valor, a *meias*, daí advém o nome pelo que é conhecido. Estes, e outros moinhos da região foram o *lar e local de trabalho das gentes que o mantinham activo e lhe davam vida, ao longo de várias gerações*[13]. Em 1927, os moinhos foram arrendados ao *moleiro* António da Silva Brilhante, tendo-se mantido em actividade até à sua sucessão, pelo seu filho, José da Silva Brilhante, em 1971, tendo também este tido a ajuda do seu filho, Avelino Loureiro Silva Brilhante (pois nesse tempo tinham muitos *fregueses* em Avanca e noutras freguesias). Tratou-se da passagem de testemunho da profissão de *moleiro,* através de três gerações - *uma práctica comum ao longo dos tempos.* Após a morte do Dr. Egas Moniz, em 1955, os contratos de arrendamento e a manutenção dos Moinhos passaram a ser efectuada pela Comissão Dirigente da Fundação Egas Moniz, a nova proprietária.

---

9 - Ferreira, Armando Carvalho. Revista Terras de Antuã n.º 12. *Os Moinhos de Meias*. Directora, Rosa Maria Rodrigues. Edição da Câmara Municipal de Estarreja. Rebelo, Lda. 2018.(pag.82,83)

10 - *A existência de uma casa nesta propriedade remontará aos finais do século XVIII (…). A residência que hoje podemos observar é fruto da construção que foi mandada edificar em 1915, pelo próprio Dr. António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz. A Casa do Marinheiro, foi transformada em Casa-Museu Egas Moniz. (…) Nesta casa nasceram os seus antepassados e nasceu o Professor Egas Moniz, Prémio Nobel da Medicina, em 1949. Para a salvar da ruína, mandou-a reconstruir e 1915 segundo um projecto do Arquitecto Ernesto Korrodi, sob a direcção do padre António Maria Pinho, tendo sido encarregue da decoração Álvaro Miranda da Granja.* In Rodrigues, Rosa Maria. *Catálogo Casa-Museu Egas Moniz.* Câmara Municipal de Estarreja. 2016.

11 - O seu percurso, de 3,5km, inicia-se na Quinta do Marinheiro, em Avanca, onde se insere a Casa-Museu Egas Moniz e termina em Válega (Ovar, desaguando na Ria de Aveiro. Em tempos a sua água era aproveitada para a rega e para alimentar o lago. Corre por uma Levada, enchendo a *presa* que alimenta os *Moinhos de Meias*, aí implantados. No seu percurso recebe três outros rios: o Rio da Peneda; o Rio Sardinha (do Beduído à Ribeira do Mourão) e o Regato Cancelo, com nascente na freguesia do Loureiro. In Nogueira, Amorim, Isabel. *Vila de Avanca. Passado com Honra e Futuro de Esperança* .Edição, Junta de Freguesia de Avanca. Artipol, Lda. 2025.

12 - Ferreira (2018)

13 - Ibidem

A actividade destes Moinhos manteve-se até à segunda metade dos anos 80, do século XX, *após o que entrou num período de abandono e degradação (…) coincidindo com o declínio desta actividade moageira, (…) notando-se já uma quebra na procura dos serviços dos moleiros tradicionais, (…) a partir de finais da década de 60.* Ferreira (2018)[14], defende que a alteração dos hábitos, da mentalidade e do modo de vida das populações, levou a que as novas gerações começassem a optar por outros meios de subsistência.

A recuperação das nossas marcas de identidade rural é uma forma de contribuir para a valorização do Património molinológico do Concelho de Estarreja. (Matos, 2010)[15]. Com base neste pressuposto, a Câmara Municipal de Estarreja lançou o desafio do *Projecto de Recuperação dos Moinhos de Meias*, no âmbito do *Plano de Valorização do Património Arquitectónico e Paisagístico da Casa Museu Egas Moniz*, tendo sido concretizado em 2012[16]. *Procurou-se através do projecto adoptar um conjunto de critérios que respeitassem os valores do passado, recuperando as construções existentes, assim como os mecanismos do moinho com o uso dos materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional*[17]. Segundo o autor, para além das paredes, telhados e pavimentos danificados pelas infiltrações e pela inactividade do moinho, dos cinco *casais de mós*, somente dois é que possuíam quase todas as peças que constituem o mecanismo de moagem, desde o *rodízio* com *penas*, o *urreiro*, o *aguilhão*, a *pela*, a *seteira*, o *veio*, o *aliviado*, a *moega*, a *quelha*, as *mós andadeira*s e a *dormente*, entre outros elementos, que embora deteriorados, serviam de referência e molde para se fazerem outros novos. O corpo maior, a norte, foi destinado às actividades pedagógicas.

Actualmente, e após a recuperação dos moinhos, já se pode assistir ao funcionamento dos três *casais de mós*, com as respectivas *moegas*, para onde se depositam os cereais que serão transformados em farinha. A cozinha foi remodelada, tendo sido integrado um forno comunitário com lareira, e um armário de apoio com lava loiça.

No antigo *curral da burra* podem-se organizar actividades lúdicas e pedagógicas, para grupos. A instalação sanitária foi construída onde antes se situava o *curral do porco*. O quarto de dormir ficou disponível para multiusos. O corpo mais pequeno, a nascente foi disponibilizado para actividades pedagógicas.

A partir de 2012, os moinhos retomaram a sua actividade ficando dotados de *valências de carácter pedagógico e museológico (…), para poder dar a conhecer a vertente mais rural que sempre esteve de alguma forma ligada à própria Quinta do Marinheiro*.[18] Realizam-se actividades, nomeadamente visitas guiadas para grupos de crianças e adultos, ao longo de todo o ano, conduzidas pelo Mestre José Maioto, de Avanca, que também faz a manutenção aos engenhos do moinho.

---

14 - Ibidem (2018).

15 - Matos, Ricardo. Luís Loureiro e Nuno Matos. Recuperação dos Moinhos de Meias. Quinta do Marinheiro. Casa-Museu Egas Moniz. Revista Terras de Antuã, n.º 4. Directora, Rosa Maria Rodrigues. Edição da Câmara Municipal de Estarreja. Rebelo, Lda. 2010. (Pág. 197).

16 - Esta intervenção arquitectónica deu início às Obras de Conservação e Consolidação do núcleo rural e pedagógico para a envolvente da Casa-Museu Egas Moniz e da Quinta do Marinheiro (Matos, 2010).

17 - Ibidem (Matos, 2010).

18 - Ibidem (Matos, 2010)

Segundo o Mestre José Maioto, o *rodízio* encontra-se a 2,5 metros de profundidade - e *as crianças gostariam de o ver a funcionar*, recorda. Para tal, o Mestre solicitou ao Município a colocação de um vidro transparente no pavimento, que permitisse a observação do *rodízio*, que se encontra no *cabouco*. E, ainda, a de um monitor onde se pudesse observar o engenho em actividade, em tempo real. *Actualmente, já podem assistir ao seu funcionamento - basta accionar uma alavanca e o rodízio começa a trabalhar*, referiu o Mestre.

Durante a visita ao espaço da cozinha, onde se encontra o forno, o Mestre foi explicando que a farinha resultante da moagem tradicional do grão de milho é diferente da moída num moinho eléctrico - apresenta outra textura e emite um odor característico, intenso, que a distingue das restantes. *Aqui neste moinho a moagem e a cozedura da broa é feita de forma tradicional. E manter estas tradições é do mais bonito que podemos deixar como legado aos nossos filhos*, rematou com satisfação, deixando a pairar no ar uma frase, que o acompanha nestas visitas: *com o milho não se faz broa…* faz-se com a farinha obtida pela moagem do grão.

Contou o Mestre que, em tempos, no Rio Gonde não existia nenhum moinho em actividade. Por essa altura criou uma quadra, e relembrou-a: *Olhem para esta beleza | Ver tanta água a correr | Oxalá que eu veja brevemente | Algum destes moinhos a moer.*

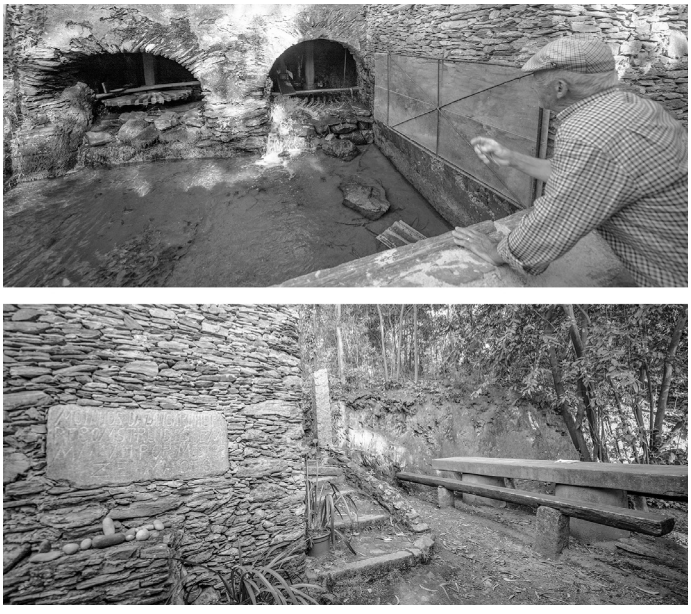
Confidenciou, que por acaso *já lá se encontra um a moer, o do Carlos, mas ainda não está totalmente recuperado.* O Mestre está a colaborar na reconstrução de dois Moinhos, na zona do Gonde.

Durante o seu tempo de criança, o Mestre tinha de ir ao moinho durante a noite, às escondidas, para que os sócios não o vissem, fora do dia marcado para a moagem. Tinha de carregar pesados sacos de grão à cabeça. *Era duro e custava-me muito, recordou. Agora sinto saudade desses tempos. Quando vou ao moinho, é com muito gosto. Adoro a nossa história. Embora, actualmente, tenhamos mais alternativas para moer o grão, a nossa tradição é mais importante e não se pode perder*, concluiu antes de fechar a porta do moinho.

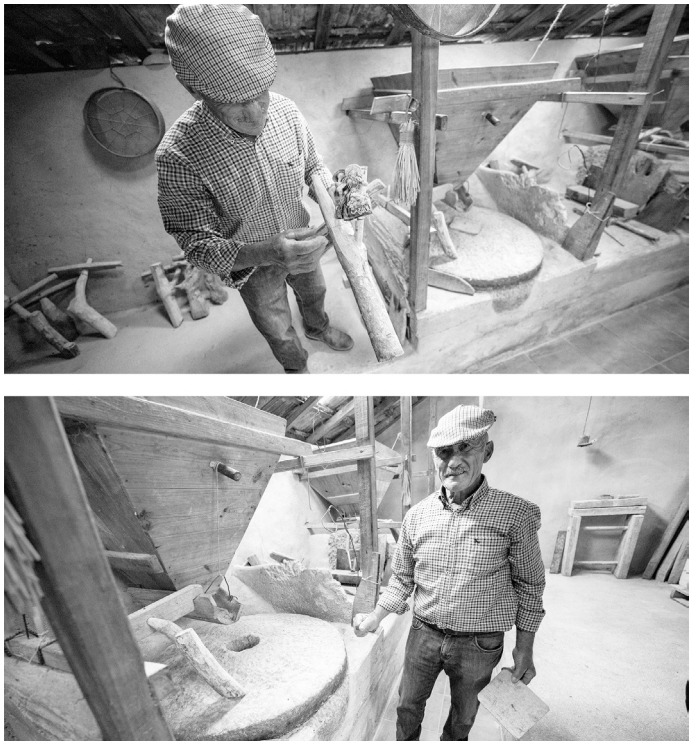
MOINHOS DA ZANGARINHEIRA – Avanca



Espaço exterior dos Moinhos da Zangarinheira, Avanca. Moinho de Cima, Moinho de Baixo e Curral da Burra. 15.05.2023 (arq. pessoal)



Espaço exterior: os rodízios, a presa e a placa de identificação (Moinhos da Zangarinheira reconstruídos em MMVII por Mestre José Maioto).15.05.2023 (arq. pessoal)



Interior da casa do Moinho da Zangarinheira, Avanca. O Mestre José Maioto. 15.05.2023 (arq. pessoal)

José Maria Tavares dos Santos, nasceu a 24-02-1948 e é conhecido por Mestre José *Maioto*, alcunha que herdou da família. Com 77 anos de idade ainda trabalha na agricultura e mantém dois moinhos em actividade, no lugar da Zangarinheira, em Avanca - Estarreja. Foi operário fabril, agricultor, geriu uma vacaria e, ainda se entregou à vida de *moleiro* e construtor de moinhos, *por paixão*. Esteve, desde sempre, ligado à etnografia da região: à *Confraria da Broa de Avanca*, e às *Marchas Populares do Saavedra Guedes*, de Pardilhó. É notoriamente conhecido pela sua habilidade na composição de quadras populares - escreveu 14 para a inauguração da primeira *Rota dos Moinhos de Avanca*. Como artesão dedica-se à produção de peças decorativas, de *cangas e jugos*, desde os 16 anos. Sem conhecimentos adquiridos de carpintaria, foi aprendendo através da observação. Atentava nos mestres que construíam engenhos para o moinho, desde o *talhar e o escavacar dos rodízios* em madeira de carvalho, ao *picar das mós*, entre outras técnicas. Considera-se um autodidacta em constante aperfeiçoamento. É apaixonado pela arte, tal como o seu falecido irmão, Manuel Emídio Tavares dos Santos, que o *acompanhou, incentivou e ajudou entusiasticamente ao longo do seu projecto*, recordou.

O seu pai, António Marques dos Santos, conhecido como António Maioto, e o seu avô, Manuel Gil, foram agricultores e os principais proprietários do *Moinho do Lugar da Zangarinheira*, em sociedade com mais quatro famílias. O moinho foi herdado por 16 descendentes. Com a devida autorização, o Mestre José Maioto e o seu irmão, recuperaram o *Moinho de Cima* da família. Este manteve-se sempre em actividade, com um só *casal de mós* ao longo de várias gerações, por cerca de 200 anos. Conforme recordou, a*o longo de toda a minha vida tenho visto este moinho em actividade*. Quase chegou ao seu fim de vida, mas a intervenção destes dois homens foi crucial para manter este edificado patrimonial vivo, em bom estado. Acrescentaram mais um *casal de mós* e recuperaram o *Curral da Burra*, e restantes infra-estruturas adjacentes.

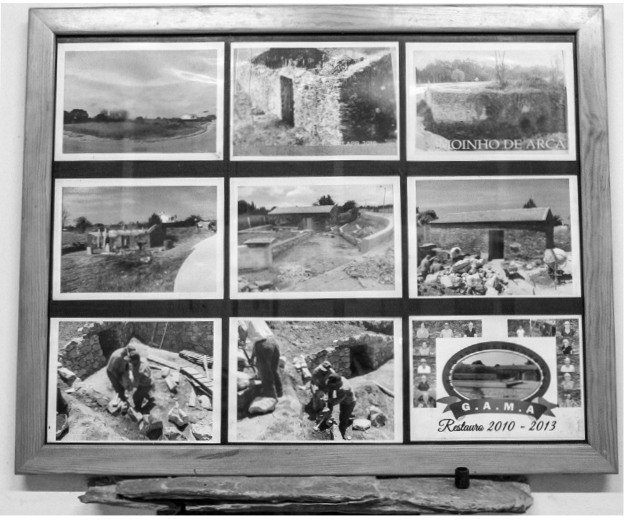
Noutros tempos, os sacos de grão eram transportados às costas, através um carreiro muito íngreme e estreito, pelo eucaliptal anexo. Os moinhos ficam situados numa encosta e são alimentados por uma *Levada* que provém do rio Cancelo. A água passa por um reservatório, a *presa,* chegando aos *rodízios*. Para fazer chegar a água ao *Moinho de Baixo*, em ruínas, o mestre mandou abrir a *Levada*, depois de o comprar a Manuel do Outeiro, juntamente com a quinta. Era um sonho que alimentava - o de ter o seu próprio moinho. Entre 2005 e 2007, recuperou, junto com o seu irmão, todas as infra-estruturas e engenhos do moinho, de forma tradicional: do pavimento às paredes, tecto e envolventes, com pedra de xisto. Os engenhos e os *rodízios*, foram *talhados* e *escavacados* meticulosamente, e os dois *casais de mós* adquiridos e afinados. Iniciou-se um novo ciclo de actividade para este moinho. Para este, o acesso era facilitado - fazia-se por um caminho de terra batida, junto ao terreno, podendo transportar-se o grão em carroças de vacas, ou com burros.

Actualmente recebem visitas de escolas e de outros grupos. Mantêm a sua actividade *moageira* para a comunidade. É com alegria que o Mestre recebe as visitas, contando histórias do tempo áureo da moagem, explicando o seu funcionamento e declamando os seus versos improvisados, por vezes afixados nos moinhos, o que a todos encanta. A ambiência que ali se vive é idílica. Por entre eucaliptos e carvalhos, terrenos agrícolas e cascatas de água fresca, que escorrem sob uma ponte de madeira, se enreda a alma. A presença de recostos, sob uma frondosa e sombria parreira de videiras e árvores de fruto, resguardam, adoçam e perfumam o quintal, convidando ao relaxamento e à meditação.

Trata-se de um projecto concretizado e mantido por um sonhador. Um bem-haja a estes apaixonados pela arte molinológica, que não se intimidaram com o trabalho e se envolveram na aventura de recuperar o passado, para o mostrar no presente, ambicionando deixar um legado para o futuro.

Era eu de tenra idade e já por aqui andava sozinho, hoje dá-me saudade ver trabalhar o moinho (José Maioto).

MOINHO DE ARCÃ - Avanca



Painel de fotografias do processo de reconstrução do Moinho de Arcã, exposto no seu interior. Avanca. 17.07.2025. (arq. pessoal)







Placa de identificação e espaço exterior do Moinho de Arcã, de Avanca. Espaço interior da casa do moinho, com dois casais de mós. Identificação do grupo GAMA. A pedra (argola) onde se amarrava a burra, na entrada do moinho. 17.07.2025 (arq. pessoal)





Manuel Costa Pereira, Mestre José Maioto e alguns dos elementos do grupo GAMA presentes na casa do Moinho de Arcã. A leitura da placa de homenagem aos elementos do grupo, exposta na entrada da cozinha. Quadra gravada numa placa: Os moinhos arruinaram | Os moleiros já cá não estão | Mas ainda há nesta terra | Quem mantenha a tradição. 17.07.2025. Avanca. (arq. pessoal)

O *Moinho de Arcã* fica situado na Rua de Arcã e pertence à Junta de Freguesia de Avanca. O anterior proprietário foi António Póvoa, dono da *Quinta dos Vitos*, antes da construção da ponte. Após a venda de parte do terreno, que serviu para a construção da estrada e da ponte, o moinho ficou ao abandono, acabando por se transformar em ruínas, segundo recordou Manuel Costa Pereira[19]. Até à sua inauguração, descreveu a epopeia que passou junto com um grupo de amigos, os GAMA - *Grupo dos Amigos do Moinho de Arcã*, durante o processo de recuperação. Aquando a inauguração da ponte, dirigiu-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Avanca mostrando a sua indignação perante o silvado que cobria a ruína do moinho. A ideia de o recuperar ficou a *marinar,* como referiu Costa Pereira, e em finais de 2010, em conversa com uns amigos, sentado à mesa de um café, lançou o desafio: *e se erguêssemos o moinho? E se a gente o recuperasse? Aceitaram. E juntámo-nos, os 14 desocupados, reformados, que aqui hoje se encontram, excepto alguns que não puderam estar: uns por afazeres e outros porque já não se encontram entre nós, mas que estão expostos na parede, para os podermos recordar.*

De visita ao moinho, o representante reuniu os membros do grupo e apresentou-os, identificando-os: nome, idade e alcunha (quase todos tinham alcunha) e, ainda, pelas suas participações obreiras, artísticas e até de entrega gratuita de materiais. Sem esquecer de

19 - Membro da *Confraria da Broa de Avanca*, e representante do grupo GAMA, responsável pela iniciativa de recuperação do moinho.

mencionar o inesquecível acompanhamento gastronómico, com saborosos lanches, (*as merendas com boa pinga*) preparados pela esposa do Armando, a São, e a do José Matos, a Zezinha, relembrando *a brincadeira, a boa disposição* que transmitiam. Recordou também, a simpatia dos habitantes que por ali passavam, que sabendo que estavam a trabalhar de forma gratuita, em prol da comunidade, lhes ofereciam bebidas frescas. *Todos ajudaram*, salientou.

Decididos enviaram um comunicado à Junta de Freguesia dando a conhecer o seu intento, o de reerguer o moinho com a condição de oferecerem a mão-de-obra, desde que a Junta disponibilizasse o material de construção. A condição foi aceite e, unidos e determinados, começaram a trabalhar no início do ano 2011. Começaram pela limpeza do silvado e do recolher das pedras espalhadas pelas ruínas. A Junta de Freguesia trouxe o principal material de construção para reerguer as paredes, e com as pedras recolhidas, e outras encontradas nas redondezas, foram assentando pedra sobre pedra.

Tiveram a colaboração e o acompanhamento do arquitecto Ricardo, também membro do grupo. E, entre eles, arranjaram a telha (reutilizada), o material para o pavimento e a madeira para o telhado (do pinhal de um dos membros). A electricidade foi fornecida por um deles, com ligação à sua casa. O mobiliário de madeira: portas, bancada da cozinha, mesas e as *moegas* foram construídas na carpintaria de um dos membros do grupo. O assentamento e afinação dos *casais de mós*, a construção do *rodízio* e outras peças do engenho ficaram a cargo do Mestre José Maioto, também membro do grupo. *Neste moinho, o que aqui existe, que não tenhamos sido nós a dar, foram as paredes – o material foi oferecido pela Junta de Freguesia, mas as paredes foram reerguidas com o nosso esforço*, rematou Costa Pereira.

A brincadeira, a boa disposição em grupo e o convívio diário, ao longo do tempo, gerou partilha de saberes e a criação de laços de camaradagem. Fortaleceram-se amizades, aumentando o entusiasmo, o que os animou a manter essa grande empreitada, amenizando a dureza e a morosidade do trabalho. Entre eles criaram alcunhas, poesia, letras para fados, que soletraram e cantaram, e até improvisaram instrumentos de percussão. Recordam a passagem do *Pantaleão* a bater numa lata, para acompanhar o Zé na concertina.

Recuperou-se a casa do moinho, mantendo os dois *casais de mós* a funcionar de forma tradicional, movidas a água. Realizaram-se melhoramentos. A *casa da burra*, foi transformada em cozinha, tendo-se construído uma bancada, um forno a lenha, para a cozedura da broa, e uma lareira. Criou-se uma zona de sanitários para as visitas. Construíram-se mesas para receber as visitas, e para as reuniões de trabalho. Conseguiram recuperar a pedra, em forma de argola, que servia para prender a burra junto à porta do moinho, quando outrora o moleiro chegava com o grão para moer. O espaço exterior foi remodelado e pavimentado. Arranjaram um espaço relvado e plantaram videiras, que servem de vedação e geram sombra e, ainda uma mesa para piqueniques. No final da obra, solicitaram a ajuda do Mestre José Maioto para assentar e afinar os *casais de mós*, compostas pela *preguiçosa* e a *andadeira*, e o *rodízio,* para colocarem o moinho a moer. *Há aqui muito trabalho e dedicação do grupo,* relembram.

O processo de recuperação desenvolveu-se ao longo de cerca de três anos, desde a concepção da ideia em finais de 2010 até à inauguração, a 23 de Março de 2013. Nesse dia, tiveram a presença do Presidente da CIRA, Ribau Esteves, de um representante da Junta de Freguesia de Avanca, José Borges e de João Alegria, do Município, perante um público de cerca de meia centena de pessoas. Este evento foi registado no livro de honra

do moinho. A Junta de Freguesia realiza a manutenção do espaço exterior e interior, ficando a restante manutenção e afinação do engenho, a cargo do grupo. Este tem vindo a ganhar mais membros: constitui-se com 16, contando actualmente com 20, mantendo a preocupação de angariar mais jovens para esta causa. O grupo reúne-se assiduamente no espaço do moinho, para assuntos de trabalho.

Têm recebido visitas e organizado eventos, proporcionando uma grande dinâmica ao Lugar. Desde crianças, jovens, idosos, desportistas a estudantes, a mais impactante que recordam, foi a dos idosos do lar, que até *desfolhadas* realizaram no espaço exterior, para animarem as suas tardes. *Até a muda cantou o fado, tão grande era a sua alegria*, relembrou Costa Pereira.

O moinho encontra-se activo e efectua moagens, até Junho. Na época estival a água do ribeiro, que provém do Rio Cancelo, escasseia e o moinho pára. A*té ao S. João a água é aproveitada para moer o grão. A partir do S. João a água é aproveitada para criar o pão. A água era desviada para regar os campos. Hoje não está a funcionar, mas voltará a funcionar com a força da água, quando ela voltar, depois do Verão*, confirmou o Mestre Maioto.

O moinho encontra-se registado na Rede Portuguesa de Moinhos, e insere-se na Rota dos Moinhos de Avanca. Recebe visitas com fins pedagógicos e lúdicos, sob marcação. A experimentação, a demonstração da moagem, da confecção e cozedura da broa de milho de Avanca, em forno de lenha, e a degustação são o grande chamariz para atrair visitantes ao moinho.

Transformou-se num moinho vivo, em pleno funcionamento, graças à iniciativa do grupo GAMA e à colaboração da Junta de Freguesia de Avanca, seu proprietário. Nele se vive intensamente, em grupo e em comunidade, recebendo os visitantes, como se um dia de festa se tratasse, sempre com boa disposição, poesia e fado, para além da degustação da broa. Ali tudo roda à volta da tradição, da moagem e da camaradagem.

De saída, e em despedida, Costa Pereira mostrou a exposição de fotografias, através das quais se pôde observar as várias fases do processo de reconstrução. Abriu, ainda, um álbum que contém os registos imagéticos dos vários visitantes que por ali passaram. Relembra, que a criação do grupo foi documentada e guardada, mas ainda não foi formalizada.

Para terminar esta incursão pelo moinho, o Mestre José Maioto fez questão em lembrar que, *tem de existir alguém que tenha conhecimento sobre o funcionamento dos moinhos, que conheça a sua história e a importância que tiveram, e ainda têm para a região.* E, em tom de brincadeira lançou, como sempre, uma quadra de improviso, que tão boa disposição gerou: *Não calque esta coisinha | Que é de um rato verdadeiro | Comeu um pouco de farinha | Deixou a caganita para o moleiro.*

Foram declamadas algumas quadras, pelo autor, Manuel Costa Pereira, que versam sobre a grande epopeia da reconstrução, e que bem demonstram o empenho, o trabalho, os desafios, as brincadeiras e emoções que ali se viveram. O Mestre José Maioto, deixou em tom de brincadeira duas frases de improviso, dirigidas ao autor, e representante do grupo: *Manuel é o nome dele verdadeiro. Ele é colaborador, mas não chega a ser moleiro.*

Abaixo fica a lista dos elementos do Grupo, e algumas das alcunhas que os identificam dentro dessa pequena comunidade, que se encontra inscrita num quadro afixado na parede da cozinha.

Homenagem aos homens e mulheres que contribuíram para a reconstrução do Moinho de Arcã. ***Estes são as peças fundamentais, são chamados os homens da colher da massa, da picareta e da pá.***
Quando dele já nada se via | A não ser um silvado | Muito triste ele jazia | Tão só e abandonado.
Foi então que 16 homens se uniram | Com muita paixão e coragem | Para assim o reconstruírem | Para eles abaixo fica a homenagem.

1 - Ricardo (*Arquitecto*) | 2- José Matos (*Picamilho*)[20] | 3 - José Dias (*o Pantaleão*)[21] | 4 - Simplício | 5 - Amílcar Soares | 6 - João (*Maioto*) | 7 - Manuel (*Maioto*) | 8 - José Maioto (*Moleiro*) | 9 - José Maioto (*Bombeiro*) | 10 - Neca (*Quinhentas*) | 11 - Vitinho | 12 - José Venâncio Abreu | 13 - Armando (*S. Marinha*)[22] | 14 - Armando Bastos (*o Francês*)[23] | 15 - Costa Pereira (*o Martelinho*) | 16 - António Resende

Abaixo transcrevem-se mais quadras, do mesmo autor, que versam sobre a reconstrução – um *retrato escrito* de um longo e árduo processo de trabalho animado por um objectivo comum, o de reerguer o moinho. Assim a elas se refere o autor: q***uadras dedicadas e este pessoal, a todos os que aqui estão, e a todos os que não puderam vir, e a outros que já não estão entre nós.***

Todos nós trabalhámos de borla | Ficarão para as estórias e lendas | No Moinho o Pantaleão colocou uma argola | Para prender o Necas Quinhentas.
Com muito ou pouco jeitinho | Cada um fez o que pôde | Aqui andou o Martelinho | E também andou o Bode.
De um lado, uma passagem estreitinha | Do outro lado uma quelha | Aqui andou o Santa Marinha
E também o Vaca Velha.
De martelo e de colher na mão | E um ajudante de grande estilo | Andou cá o Pantaleão | E também o Picamilho.
Fazer isto, foi modo de charada | Que todos devem desculpar | Isto foi uma tarde bem passada |
Foi tudo brincadeira.

20 - Tinha uma carpintaria. Foi ele que cedeu a electricidade para as obras, pois morava numa casa perto do local. A Zezinha é a esposa do *Picamilho.* Com as suas belas merendas, boas pingas e brincadeiras, ela e a São traziam animação e comida aos homens enquanto trabalhavam no moinho.

21 - Era o homem que assentava a pedra.

22 - A São é a esposa do *Santa Marinha*. Com as suas belas merendas, boas pingas e *brincadeiras*, ela e a Zezinha traziam animação e comida aos homens enquanto trabalhavam no moinho.

23 - Tem 81 anos de idade. Quando regressava para férias, era ali que passava o seu tempo, a ajudar.

Quadras que fiz em jeito de fado, para o moinho de Arcã.

Há Senhores que desconhecem | O valor que o moinho tem | Mas talvez muitos quisessem | Ter assim um moinho também.
Andamos por cá a ouvir e ver | Dizer mal e dizer bem | Mas eles não chegam a saber | O valor que este moinho tem.
Os moinhos contam a verdade | Coisas que no presente entristecem | Mas a verdade e a realidade | Há Senhores que desconhecem.
O nosso amigo moleiro Zé | Antes da mó moer, se contém | Pois saber vê-la e ouvir | Já é moer o grão também.

MOINHOS DO CALHAU – Avanca



O Moinho dos Vareiros reconstruído em 2012, de Manuel Armando Tavares, e o Moinho do Manuel Bernardino. Ambos têm frente e traseira virada para o ribeiro que os alimenta. 17.07.2025. Avanca (arq. pessoal)



Casa do moinho de Manuel Bernardino. Interior do Moinho do Vareiro, com Manuel Tavares junto da placa gravada - Herança do avô. Avanca. 17.07.2025. (arq. pessoal)



Família Tavares, do Moinho do Vareiro: Armando Tavares, e o seu filho Armando, junto do Mestre José Maioto. O estrado sobre o ribeiro, com mesa e bancos, na frente dos moinhos. Armando Tavares (filho), Mestre José Maioto e Carlos Ferreira da Costa, representante do Movimento dos Amigos do Lugar da Fonte da Samaritana, e do Moinho da Másia, de Pardilhó. 17.05. 2025. Avanca (arq. pessoal)

Os *Moinhos do Calhau* ficam situados na Rua M. Sebastião, no Lugar do Calhau, em Avanca. O acesso aos moinhos é feito através de um caminho estreito, em paralelo, que divide duas habitações. Seguindo-se até ao final dos quintais vai-se ao encontro do ribeiro, que alimenta os moinhos. Este corre por um leito muito estreito, ladeado de um lado pelo muro dos quintais, e do outro por vegetação alta e árvores, gerando um micro clima húmido, num espaço fechado e sombrio. Sobre o estreito ribeiro foram construídos os dois moinhos, num só edificado. Existem duas casas, com as respectivas portas de acesso e um *casal de mós*, cada uma - movidas pelos seus respectivos *rodízios*. O espaço interior é exíguo, mais num do que no outro – contêm pouco mobiliário, numa delas somente um banco.

Na traseira dos moinhos o acesso aos *caboucos* faz-se através de uma escada muito íngreme. Na entrada, também existe uma escada de acesso à plataforma de cimento - que acompanha a frente dos moinhos e permite a entrada nas respectivas casas. Em frente a essa estreita varanda, foi aplicado um estrado de madeira que atravessa o ribeiro, sobre o qual se instalou uma mesa e dois bancos corridos, também de madeira. Nesse pequeno espaço, e sob uma frondosa árvore, pode-se degustar uma pequena refeição ou descansar, escutando o marulhar da água por debaixo do estrado.

Os moinhos moem somente com a força motriz da água do ribeiro. Quando a água abunda, durante o Inverno, os dois moinhos mantêm-se em actividade, mas depois de Maio, quando a água escasseia, só se efectua a moagem num *casal de mós*, alternando-se. Os moinhos foram construídos a cerca de 1km do açude. É extraordinário o conhecimento, e a experiência, que estes construtores deveriam ter para calcular a queda de água, que gerasse a força suficiente para mover o *rodízio*, evitando que *pejasse* pelo excesso de água.

Cada casa do moinho pertence a um proprietário, à sua respectiva família e aos seus sócios. Apesar de existirem mais sócios, ou familiares, em cada casa só existe um responsável pela sua manutenção e actividade. Nestes dois moinhos mói-se o grão quase como num ritual, de forma saudosista. O resultado da moagem serve para alimento dos animais e para a cozedura do pão. Mas o principal objectivo destas pessoas é o de manter a tradição e os hábitos familiares. Por esse motivo os reconstruíram.

Manuel Bernardino P. Almeida, de 65 anos (filho de Manuel Valdir), um dos proprietários e responsável, registou o moinho na Rede Portuguesa de Moinhos. Encontra-se também inscrito na Rota dos Moinhos de Avanca. Manuel Bernardino mantém o gosto pela moagem tradicional, no entanto não tem conhecimentos para manter a engrenagem afinada, solicitando a ajuda ao Mestre José Maioto. O Mestre tem as chaves dos dois moinhos, pois o proprietário do outro moinho, também lhe solicita apoio. Trata-se de Armando Francisco de Marques Tavares, com 86 anos de idade, herdeiro (herança, do avô) de José Vareiro e do pai. Teima em manter a tradição do seu avô, sendo acompanhado pelo seu filho, Armando, que partilha da mesma vontade.

Armando Tavares, esteve emigrado no Brasil e quando herdou o moinho do falecido irmão, deu conhecimento à sua prima, Adelaide Maria Matos, agora com cerca de 90 anos, também herdeira, da intenção de o recuperar, após 10 anos de paragem. Não se sabe ao certo o ano da construção, o moinho terá sido comprado a outros, pelo seu avô, em final do século XIX. Quando decidiu recuperá-lo, em 2011 (concluindo-o em 2012), encontrou-o em ruínas, coberto por silvas. Junto com o Manuel Camarão limparam o silvado e solicitaram

a ajuda do Mestre José Maioto, para voltar a colocar o moinho a funcionar. *Ele andou por aqui uns tempos a ajudar*, recordou. Sente que deve manter o moinho em actividade para não deixar morrer a tradição. *Gastei o dinheiro, mas o importante é manter o respeito pelos meus antepassados, pela nossa história e tradição. Estas tradições fazem falta*, reafirmou.

Nessa zona existiram muitos moinhos. Referiu-se ao do Ti Albino Marrafa, ali perto, que actualmente se encontra em ruínas. *O meu moinho era construído em pedra, em xisto, saibro e cal. Não havia cimento. Não se fazem agora paredes com uma espessura como essas. Era tudo feito, pedra sobre pedra, e demorava imenso tempo a construir*, referiu Manuel Tavares. Acrescentou o Mestre Maioto que, *os caboucos eram todos construídos com muito engenho: em forma de arco, com pedra de xisto em cunha, ao alto. Eram montados pedra a pedra, e nunca arreavam. E as mós, a andadeira e a preguiçosa eram, e ainda são assentes sobre traves de madeira. Estas construções ainda se mantêm firmes.*

As paredes destes moinhos foram reconstruídas em alvenaria, rebocadas e pintadas de branco. Os nomes dos proprietários, *Os Vareiros. Re 2012,* foram gravados numa pedra, fixa a uma parede exterior O quadro com o esquema do *rodízio*, foi afixado na parede interior. Junto ao *casal de mós*, num local visível e de honra, foi gravado no cimento a frase *Herança do Avô. Cada peça do moinho, em madeira, tem a sua função e afinação, conforme o tipo de moagem que se pretenda obter. O reiro é a primeira peça do moinho, é a que está em baixo, na água, e a última é a moega, já em cima, na casa*, recordou o Mestre José Maioto ao ler o esquema. *E, é com muita satisfação, com alegria e também experiência, que realizo estas afinações e acertos (…) e que mantenho isto em actividade, referiu o Mestre, completando que, antigamente moía-se quase noite e dia. A mó, por vezes, até se desgastava mais de um lado do que do outro.*

Manuel Tavares despediu-se, reconfirmando a sua intenção, totalmente emocional, que o levou a recuperar o moinho. *Antigamente moía aqui o grão para fazer farinha para cozer a fornada de pão, ou para partir milho para os porcos. Agora venho aqui partir o milho e sento-me a pensar naquele tempo. Faço isto com paixão, para manter a tradição. Sinto saudades. O meu pai manteve o moinho activo, assim como a minha mãe, depois da sua morte, pois tinham terrenos agrícolas. Ele vinha pelo carreiro e trazia o milho para moer… recordo-me. Tudo isso tem para mim um valor inestimável.*

Os proprietários pretendem manter os moinhos em actividade, continuando a contar com a colaboração do Mestre José Maioto para afinação dos engenhos, confiando-lhe a chave.

MOINHO DA MÁSIA – Pardilhó




Lugar da Fonte da Samaritana, em Pardilhó. Vista para o Moinho da Másia, desde a Fonte. Vista para a Fonte, desde o moinho. Comemoração da Inauguração da Primeira Moagem - O Moinho está Vivo. 13.04.2024.
(arq. pessoal)




Carlos Ferreira da Costa entrega simbolicamente a chave do moinho ao presidente da JF, António Tavares, no dia da inauguração da primeira moagem, a 13.04.2024, na presença da vereadora da CME, Isabel Pinto. Fotografia de grupo, na porta do moinho, com alguns elementos do Movimento dos Amigos do Lugar da Fonte da Samaritana, da Confraria da Broa de Avanca e da ACRAP; com o Mestre José Maioto; António Rodrigues; João Mota, do Jornal O Concelho de Estarreja; o presidente da JF, António Tavares e o historiador Marco Pereira, reunidos pelas comemorações do Dia dos Moinhos – Rota dos Moinhos de Estarreja, a 05.04.2025
(arq. pessoal)





Junto do casal de mós, no dia da comemoração da primeira moagem, a 13.04.2024, estão retratados a vereadora Isabel Pinto; o presidente da JF, António Tavares; Carlos Ferreira da Costa, do Movimento dos Amigos do Lugar da Fonte da Samaritana e a família Saramago - Armindo e o seu filho Rogério Paulo, proprietários do Moinho da Passagem, de Canelas. Em baixo, o retrato de Carlos Ferreira da Costa e do colaborador na causa da Recuperação do Moinho da Másia, Mestre José Maioto, no dia da recriação, Há Vida na Fonte, a 01.05.2023
(arq. pessoal)

O *Moinho da Másia*, de Pardilhó pertence à Junta de Freguesia e encontra-se implantado no Lugar da Fonte da Samaritana[24]. A Fonte da Samaritana, com o lavadouro, o *moinho*, a *Levada* e o açude, situa-se perto da Ribeira da Aldeia. Trata-se de um lugar emblemático, com história.

Carlos Ferreira da Costa, residente e proveniente de uma família de construtores de Pardilhó, é o representante e grande impulsionador do *Movimento dos Amigos do Lugar da Fonte da Samaritana*. Conjuntamente com a comunidade, Carlos Ferreira da Costa tem reunido persistentemente com os organismos locais, no sentido de obter visibilidade para o património do Lugar: a revitalização do espaço da Fonte da Samaritana e do Moinho; da história; das memórias e tradições do Lugar que lhes são intrínsecas. Trata-se de um projecto com continuidade, que tem vindo a ter o apoio da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Estarreja.

Tem sido imprescindível a colaboração do Mestre José Maioto para a manutenção e afinação do moinho e, ainda, dos grupos e associações locais: Grupo de Música Tradicional Portuguesa - *Ventos da Ria* e Grupo Etnográfico *Danças d'Áldeia*, no sentido de reunirem registos das pessoas do Lugar, sobre tradições e costumes, em colaboração com o historiador Marco Pereira, para a criação e edição de um *Memorial*.

Este grupo de pessoas, mas sobretudo Carlos Ferreira da Costa, que as representa, tem realizado um trabalho incansável ao longo dos últimos 4 anos. Graças ao seu grande empenho e determinação que, desde Setembro de 2021 se tem vindo a recuperar este património e a reabilitar os espaços envolventes. *Mas ainda há muito por fazer*, referiu Carlos Ferreira da Costa.

De salientar, sucintamente, as várias fases do projecto de recuperação do Lugar da Fonte da Samaritana, do moinho e de toda a envolvente, que decorreram entre 2021 a 2025, no sentido de perceber o enquadramento onde se integra recuperação do moinho. Após a criação do *Movimento Cívico*, em Setembro de 2021, realizou-se o primeiro evento em Abril de 2022, intitulado de, *A Água chegou ao Moinho*. Passou-se à *Consolidação das Estruturas Básicas*, em Dezembro de 2022. E, em Maio 2023, organizaram a primeira recriação, *Há vida na Fonte*[25], em parceria com o Grupo Tradicional de Música Portuguesa, *Os Ventos da Ria*[26]. Em Abril de 2024 *inaugurou-se a primeira Moagem Oficial,* que deu mote ao nome do evento, *O Moinho está Vivo*. Para além dos moradores, estiveram presentes as entidades oficiais e os grupos etnográficos convidados, que actuaram durante a sessão [27]. Contou-se com a presença do Mestre José Maioto, construtor de moinhos e *moleiro* de Avanca, o responsável pela reparação do engenho. A ideia do projecto de recuperação e requalificação do *Moinho*

24 - A fonte foi reformada em 1910, a expensas do Vereador J. M. de Rezende.

25 - A animação, *Há Vida na Fonte*, do dia 1 de Maio contou com a presença e intervenção dos parceiros do projecto (CME, JFP, MC, ACRAP e o Grupo *Ventos da Ria*.

26 - O Grupo de Música Tradicional Portuguesa *Ventos da Ria*, foi formado a 11-09-1998, por Domingos Diogo. Após a sua morte passou a ser regido por Teresa Matos, e actualmente por Flávia Oliveira. Os seus temas versam sobre as actividades na Ria, e restantes tradições da região, sobre os quais apresentam recriações.

27 - A vereadora da Câmara Municipal de Estarreja, Isabel Simões; o presidente da Junta de Freguesia de Pardilhó, António Tavares; o historiador Marco Pereira; os elementos do Grupo Etnográfico *Danças d'Aldeia*, e do Grupo de Música Tradicional Portuguesa *Ventos da Ria*, de Pardilhó.

da Másia, do edificado e da sua envolvente, surgiu a partir de um encontro, em Setembro de 2021, entre o Mestre José Maioto e Carlos Ferreira da Costa. O Mestre lançou-lhe o desafio, que foi por ele aceite, e desde essa data tem colaborado nas várias intervenções no mecanismo do moinho. No final do evento, Carlos Ferreira da Costa entregou, simbolicamente, a chave do moinho ao presidente da Junta de Freguesia de Pardilhó, António Tavares, completando-se o cerimonial com o *corte da fita* da inauguração, junto com as entidades presentes.

No dia 1 de Setembro de 2024, o Grupo Etnográfico *Danças D'Aldeia* de Pardilhó, e convidados[28] organizaram a recriação da *Ida à Fonte da Samaritana e ao Moinho da Másia*. As cenas da vida; as conversas; as actividades (a venda do peixe; a lavagem da roupa no lavadouro; a moagem do grão; etc.); os trajes e as memórias foram desfilando a palco aberto, trazendo à luz do dia memórias guardadas pelo povo de Pardilhó. As cenas foram interpretadas pelos grupos etnográficos, assim como os cantares. A música e as danças alegraram o espaço, onde se juntaram as gentes do Lugar em ambiente festivo.

O *Moinho da Másia*, tem dois *casais de mós*, um a funcionar e outro a aguardar a reparação do *rodízio*. É um moinho em actividade e recebe visitas pedagógicas, conduzidas pelo Mestre José Maioto. Encontra-se em projecto a sua electrificação, a ligação de água potável e a construção do forno a lenha. Participou este ano, 2025, na Rota dos Moinhos de Estarreja, entre os dias 5 e 7 de Abril, no âmbito da comemoração do *Dia Nacional dos Moinhos*, numa iniciativa da Rede Portuguesa de Moinhos, onde se encontra inscrito. Do seu programa constou o evento, *Do grão ao Pão*, permitindo ao visitante conhecer a história do moinho, assistir à moagem *e meter as mãos na massa*, durante a confecção da broa. Contou com a presença de António Rodrigues, que trouxe o burro com os apetrechos usados outrora, e que permitiam ao *moleiro* transportar o grão e a farinha para o moinho. Nesse dia, Carlos Ferreira da Costa reformulou, junto das entidades, o pedido de um futuro promissor para o projecto, com vista à restante requalificação e reabilitação desse património, em função do *Evento Vida* apresentado ao poder local, em Outubro de 2022.

Este Lugar emblemático merece ser divulgado, sendo importante continuar a dar-lhe visibilidade, através da realização de eventos, no contexto das *Aldeias de Portugal*. Carlos Ferreira da Costa salientou, ainda, ser pertinente a edição de um *Memorial* sobre o Lugar, recorrendo à investigação histórica e à recolha de memórias, profissões, actividades e vivências, a partir do século XIX.

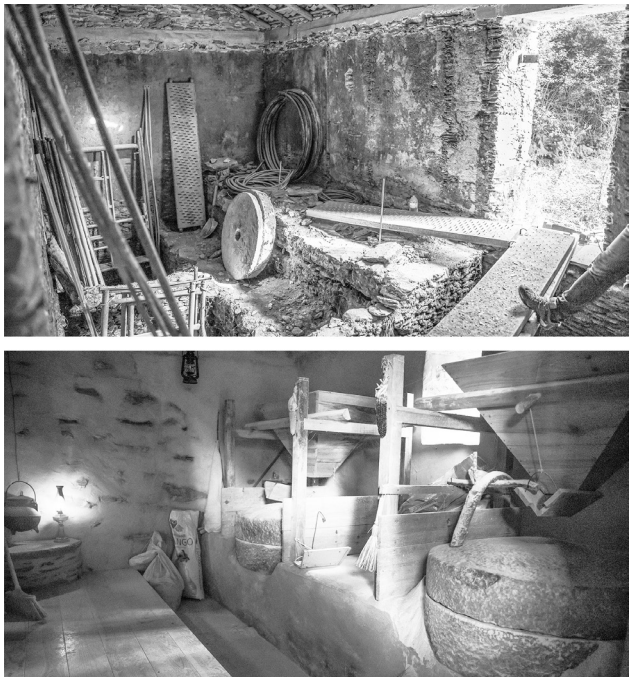
A tradição deste Lugar está a renascer através das memórias e das vozes deste povo ribeirinho. Da Fonte e do Moinho da Másia, à restante freguesia e concelho, a identidade encontra-se em cada recanto da região marinhoa, resta redescobri-la e divulgá-la.

28 - Estiveram presentes o Grupo Etnográfico *Danças d'Aldeia*, de Pardilhó; Rancho Folclórico as Tricaninhas de *S. Miguel*, de Fermelã; Rancho *Tricaninhas do Antuã*, de Salreu; *Grupo Etnográfico, de Veiros*; *Confraria da Broa*, *de Avanca*; ACRAP, na pessoa de Severiano Tavares e restantes associações Pardilhoense, representadas por elementos das suas direcções.

MOINHO DA PASSAGEM – Canelas



Inauguração do Moinho da Passagem integrado no Dia Nacional dos Moinhos, a 7.04.2024. Retrato da família Saramago responsável pela sua recuperação (arq. pessoal)



Casas do Moinho da Passagem, em Canelas. Fase da recuperação no seu interior, a 17.06.2022 e finalização, a 16.04.2024 (arq. pessoal)





Construção realizada pela família Saramago, de um dos rodízios do Moinho da Passagem, a 5.10.2023 e o seu encaixe no cabouco, a 17.03.2024 (arq. pessoal)







Caboucos da Casa de Baixo do Moinho da Passagem, em Canelas, com um rodízio a funcionar, em 5.04.2025. Encaixe da mó andadeira na Casa de Cima, em 17.03.2024. O casal de mós, da Casa de Baixo, com aplicação da placa de cortiça, construída pelas mãos da família Saramago, para realizar o descasque do arroz – a única no concelho (arq. pessoal)

O *Moinho da Passagem* fica situado, na Rua da Fontinha, no lugar de Canelas. Encontra-se inserido numa paisagem rural, onde ainda predomina a agricultura e a orizicultura tradicional do Baixo Vouga. O moinho está inscrito na Rede Portuguesa de Moinhos. Justificada fica a existência de um moinho de água a funcionar nesse Lugar, para a moagem tradicional dos cereais - assim o entenderam Rogério Paulo, Ana Melo e Armindo Saramago, a família responsável pela sua recuperação.

Este moinho tem duas casas de moagem, cada uma com dois *casais de mós*. O edificado apresenta traços arquitectónicos tradicionais, onde os materiais naturais, como a pedra ressaltam, assim como os espaços verdejantes circundantes. Tem uma boa acessibilidade, por se encontrar edificado junto à estrada. A água que o alimenta provém do rio, seguindo pela Vala dos Amiais. Prosseguindo pela *Levada* abastece o reservatório, a *presa*, correndo até aos *caboucos*, e com a força produzida pela sua queda acciona os quatro *rodízios*. Encontra-se ladeado por terrenos agrícolas e floresta. Está inserido numa zona de serrania com muitos declives, proporcionando ao visitante uma paisagem idílica, calma e refrescante. Fica situado onde outrora era um lugar de passagem, na fronteira entre dois concelhos, o que deu o nome ao moinho - *Moinho da Passagem*.

O moinho destina-se à moagem e descasque de vários tipos de cereais, entre eles o arroz produzido pela família, e o provindo de outros orizicultores e agricultores da região. Rogério Paulo Saramago é um dos *orizicultores* da região no activo, tendo herdado a actividade dos seus antepassados. Também teve na família um avô que exerceu a profissão de *moleir*o, em regime de aluguer neste mesmo moinho. E foi este o principal motivo que levou o Rogério Paulo a adquiri-lo em ruínas, em 2020. Adquiriu o moinho e a propriedade como forma de homenagear o seu antepassado, aliado ao sonho de ter um moinho para a moagem e descasque do arroz produzido pela família.

O Moinho tem cerca de dois séculos. Quando a propriedade foi adquirida o cenário era de abandono - o moinho encontrava-se em ruínas. A vegetação alta e o silvado tapavam-no. Segundo contou o proprietário, apenas se podiam encontrar alguns alicerces visíveis, uma parte do pavimento de pedra e umas duas *meias paredes*. Espalhadas pelas ruínas encontraram as telhas, algumas pedras de xisto e duas *mós*, tendo sido necessário procurar mais material nas redondezas para poderem iniciar a reconstrução. Limparam o terreno, a vala, e realizaram escavações para encontrar a estrutura do moinho. Contou sempre com a ajuda da família, a esposa Ana e o seu pai, Armindo Saramago, que mantém algumas lembranças do local. Assim iniciaram a reconstrução do velho moinho, ocupando os tempos livres e fins-de-semana de toda a família, ao longo de 3 anos.

Com persistência e aprendizagem finalizaram a reconstrução, apresentando uma estrutura renovada, mas mantendo a arquitectura tradicional do moinho. Procuraram seguir o processo construtivo antigo, utilizando a pedra de xisto nas poucas paredes existentes e na construção das novas. Adquiriram madeira para o pavimento, portas e telhado, e reaproveitaram as telhas antigas. Para preparar o pavimento e os muros recorreram ao serviço de um mestre-de-obras. Construíram os *rodízios*, em madeira de carvalho, tendo o proprietário procurado o Mestre José Maioto, *moleiro* de Avanca, para lhe ensinar a *talhar* e *escavacar* essa complexa e engenhosa peça. Construíram todo o mecanismo que faz parte do engenho hidráulico tradicional de um *moinho de rodízio*, *e picaram as mós*. Talharam todas as estruturas e peças em madeira, como a *quelha*, *moega*, *olho da mó*, entre outras que

parte do sistema de moagem. Fizeram, por medida, as portas, portões e ferragens. Aplicaram ladrilho, em pedra, no caminho de acesso. Efectuaram a limpeza e reparam os muros da vala, e do terreno. Plantaram videiras e árvores. Na falta de electrificação optaram por um sistema antigo de iluminação, a lanterna a petróleo e a candeia de azeite. *A necessidade aguça o engenho*, referiu o proprietário. Tem sido sempre essa a sua premissa, aliada à vontade de fazer bem.

Foi a concretização de um sonho para Paulo Rogério e a família. Deram vida a um moinho perdido, e recuperaram um património identitário da região. Rogério Paulo recordou todo o processo, desde o início da reconstrução à inauguração: foi demorado, árduo, implicou um grande investimento de tempo e de dinheiro. Encontraram muitos obstáculos, desde legais à falta de materiais antigos e conhecimento de técnicas de construção específicas. Mas nada os deteve. Visitaram outros moinhos e procuraram obter conhecimento, que aliado ao seu engenho e gosto por aprender, lhes permitiram ultrapassar os obstáculos. Foi um caminho de aprendizagem. Muito mais haveria para recuperar, relembrou Rogério Paulo, em relação à existência de mais um moinho e um lagar de azeite em ruínas, que se encontram nas redondezas - outras ambições.

O moinho foi inaugurado no dia 7 de Abril de 2024. O evento foi integrado na comemoração do *Dia Nacional dos Moinhos*, tendo aderido à iniciativa dos *Moinhos Abertos*, da Rede Portuguesa de Moinhos, onde está inscrito. Abriu pela primeira vez as portas ao público, após mais de três anos de trabalho. Ao longo de dois dias os familiares, os amigos, os habitantes do lugar, outros proprietários de moinhos, aficionados ao tema e entidades locais visitaram o moinho. A *Banda Bingre Canelense*, a vereadora da Câmara Municipal de Estarreja, Isabel Pinto, e o presidente da União de Freguesias de Canelas e Fermelã, António Sousa marcaram a sua presença, e brindaram ao sucesso deste empreendimento de recuperação do património molinológico do concelho, enaltecendo o empenho e dedicação da família Saramago.

Apesar dos esforços recompensados pelo resultado obtido, e do reconhecimento recebido pelas entidades locais, uma pesada ameaça veio assombrar o edificado. Ao longo destes dois anos têm vindo a lutar contra a concretização do projecto do *traçado Porto-Aveiro*. Encontra-se aprovada a construção da futura linha de alta velocidade ferroviária até Lisboa, que passa sobre a sua propriedade, colocando em risco a edificação do moinho recém reconstruído. Este é o cenário que Rogério Paulo mais teme. O tempo, o investimento, o esforço físico e o engenho que ali empregou, poderá vir a perder-se. Ainda aguarda pelo resultado da classificação patrimonial, tendo obtido de antemão um parecer favorável, mas que ainda não é definitivo.

Mesmo fazendo parte da identidade patrimonial molinológica, rural e cultural do concelho, e como único moinho existente, reconstruído e em actividade nesta freguesia, poderá vir a ter o seu fim de vida, em breve. Após o fazer reviver, já se sente o peso da perda.

Mas Rogério Paulo não considera a hipótese de perda deste património: deste investimento de tempo, de dinheiro, de saber e de partilha em família, ao longo destes últimos anos. O seu sonho concretizou-se, e o actual objectivo é poder manter o seu moinho em actividade por longos anos, dando continuidade a este património e tradição, depois de dois séculos de existência.

Perante a dúvida e o desalento, e após a alegria e a certeza da concretização, resta-lhe a esperança - acredita que poderá vir a existir uma solução viável e sensata.

AS PESSOAS AGARRAM-SE À TRADIÇÃO, À MEMÓRIA E ÀS EMOÇÕES

sustentabilidade | sensibilização | valorização | promoção | projecto arquitectura | restauro | engenho | materiais | tradição | etnografia memórias | vivências | exposições | workshops | laboratórios | pintura fotografia | vídeo | aprendizagem | formação | história | lazer | turismo gastronomia | paisagem | ruralidade | saudosismo | emoções paixão



Moinho da Passagem, em Canelas. Armindo e Rogério Paulo Saramago, no cabouco do moinho a encaixarem o rodízio que construíram, a 17.03.2024 (arq. pessoal)

Em termos de conclusão, salientam-se as *palavra-chave*, acima referidas, que poderão vir a espicaçar a imaginação, no sentido de contribuir para criar soluções e alavancar este património para outro patamar.

A actividade moageira requeria muito esforço e dedicação, o contexto assim o exigia, e é assim que é recordada. A necessidade obrigava homens e mulheres a cultivar o campo para obter o grão para a moagem, tanto para cozer o pão, como para alimentar os animais, para que estes pudessem suportar o trabalho do amanho, da carga e do transporte, auxiliando o agricultor e o *moleiro*. Os tempos mudaram e alguns trabalhos, profissões, hábitos e tradições caíram em desuso. As ruínas venceram pela estagnação e os silvados cobriram-nas com o passar do tempo. O saber perdeu-se entre gerações, e a falta de uso fez apodrecer as madeiras. O engenho deixou de ser aguçado e o homem perdeu o desembaraço, e cedendo ao facilitismo foi apagando as memórias da sua história de vida – atraiçoou a tradição e a identidade da sua geração. Muito se perdeu, e do passado só restam pedras soltas, peças perdidas entre silvados e madeiras decompostas.

Este tem sido o cenário encontrado entre quintas, floresta e terrenos baldios, junto aos rios e riachos da região. Mas há sempre quem teime, quem reúna uma réstia de coragem

e ousadia para levantar as pedras do chão e as sobrepor, uma sobre a outra, voltando a construir história para mostrar a sua marca identitária às novas gerações, através dos feitos deixados. Casos particulares e institucionais de recuperação do edificado e engenhos, dão nota destes episódios que se poderão encontrar nos vários lugares do Concelho, alguns citados neste trabalho.

Este património material e imaterial, encontra-se inserido numa outra era, onde a tecnologia parece ultrapassar a manualidade, mas esta não vencerá com certeza a criatividade do homem e o seu engenho pensante. Este património deverá ganhar outra vida e outro sentido, se for recuperado tendo como alicerces a sustentabilidade. Alguns bons exemplos, tanto privados como institucionais, têm demonstrado que, apesar da passagem do tempo e da mudança de mentalidades, que levaram ao fim desta actividade artesanal e ancestral, se apoiaram no saudosismo e na vontade do povo, fazendo nascer a iniciativa da reabilitação e requalificação do edificado e do *saber*. Alguns proprietários e profissionais ainda guardam na memória, o *saber fazer*, reparar, manter e *moer*. E, foi com esta vontade que se recuperaram alguns exemplares, nesta região.

E como brilham os olhos destes homens e mulheres, e como soam as suas vozes entusiastas, cantando e declamando, enquanto mostram ao visitante o *velho* moinho renascido dos escombros, erigido pedra sobre pedra, pintado, melhorado e afinado. E como revivem os momentos na casa do moinho, quando volta a soltar-se o pó e o cheiro da farinha acabada de moer, ao som ritmado das *mós*, acompanhado pelo burburinho das águas entre as *pelas* dos *rodízios*. É contagiante! É de louvar essa coragem - a de dar nova vida ao moinho, por vezes recuperados pelas suas próprias mãos, em família ou em comunidade. E voltar a reviver uma antiga tradição: a da confecção da broa de milho no forno a lenha, com a*companhamento, regada com uma boa pinga,* como ousaram contar. Até poesia fazem durante os momentos de trabalho, ou de lazer, privilegiando o convívio e as estórias contadas, enquanto o moinho *moí* o grão, sendo ele a fonte de inspiração.

Ferreira[29] refere, que *seria fundamental continuar a dar a conhecer quem foram estas gentes, homens e mulheres, moleiros e moleiras, assim como os mestres construtores de moinhos, que se dedicaram e mantiveram viva esta actividade da moagem tradicional. Seria uma forma de reforçar a marca identitária deste legado cultural, e potenciar o surgimento de iniciativas, a título individual, ou de parceria entre várias entidades, que continuassem a dar sentido a este património, assegurando assim a sua sustentabilidade em termos futuros.*

No final desta viagem pelos lugares impregnados da história deste património molinológico, sentiu-se que as vivências saudosistas deste povo, saídas das profundezas dos *caboucos* para as *mós*, se transformaram em perfumada farinha e, que esgueirando-se por entre as mãos do *moleiro* espevitaram os sentidos físicos e sensoriais, levando os pensamentos quase ao limiar da emoção. Entendeu-se e pretendeu-se transmitir esta vontade, da gente que ainda tem *saber* e tem *memória*. E, até ousa partilhá-lo em prol de um futuro mais promissor, para estes edificados que foram outrora construídos por necessidade, tendo deixado na região a sua marca identitária, que agora, mais que nunca, urge reavivar e preservar.

---

29 - Ferreira, Armando Carvalho. Revista Terras de Antuã n.º 12. Os Moinhos de Meias. Directora, Rosa Maria Rodrigues. Edição da Câmara Municipal de Estarreja. Rebelo, Lda. 2018. (Pág. 91).

O Mestre José Maioto refere-se à arte da manutenção dos moinhos, e à actividade do *moleiro*, como um *saber* que se encontra em extinção. E, é esse que ainda contém parte da riqueza histórica patrimonial, imaterial, da molinologia da região, para além do edificado existente. A moagem do grão, que se realiza de forma artesanal e mecânica, é morosa e trabalhosa. A actividade *moageira* marcou presença por todo o distrito, restando vestígios de um tempo áureo de *saber obreiro*, e de arquitectura molinológica, que caracterizou a cultura da região, muito irrigada e com encostas propícias para a instalação dos *moinhos de água*, como a do concelho de Estarreja.

Os sons produzidos durante as fases do processo de moagem, iniciam-se no marulhar da água que corre pela *Levada*, chegando até aos *rodízios*, accionando-os e fazendo-os mover as *mós*, compõem uma bela melodia. Esses registos sonoros vão-se perdendo, ao longo do tempo devido à diminuição desta actividade. Para alguns ainda vive nos moinhos activos, para outros em forma de memória, para outros mais, como uma novidade que fascina e cativa, mas que querem conhecer e preservar. É tida como uma arte que o homem criou, quando foi preciso aguçar o engenho para sobreviver, tendo-a colocado ao seu serviço.

Enquanto o *moleiro* cuidar da moagem do grão, enquanto a água correr pela *Levada* até aos *rodízio*s, trazendo às mãos a finura da farinha para cozer o pão em forno de lenha, o passado viverá no presente destes pequenos territórios. Entrar neles é como viajar no tempo: é um reencontro com uma identidade regional, já muito ancestral.

Fica a premissa, que poderá sustentar a tese de um novo arranque de requalificação deste património molinológico. Torna-se imperativo recuperar ainda mais moinhos no sentido de perpetuar tradições e memórias. Tem sido através da divulgação de iniciativas culturais, pedagógicas e de lazer que este património tem vindo a ganhar mais visibilidade no concelho.

A recuperação deste património tem sido, em parte, induzido pelo sentimento: pelo medo da perda das memórias, saberes e tradições e pelo apego e aconchego em manter a herança dos antepassados. **Por tudo isso as pessoas se agarram à tradição e à memória.**

Por outro lado, se nos focarmos no visitante, e no que o leva a querer conhecer este património, poderá deduzir-se que o seu olhar regista, grava e foca-se na beleza do edificado, na curiosidade do engenho e na paisagem rural e ribeirinha envolvente. Mas se lançado na aventura da experimentação, poderá apurar-se-lhe os sentidos para a moagem, para a cozedura, para os odores e para a degustação, o que o fará gerar emoções. E essa será a chave que abrirá as portas de novos moinhos - **a experimentação que gera emoção.**

E nesse dualismo, entre os que se agarram à tradição e às memórias, com medo da perda, e os que se aventuram na experimentação para obter emoções, que se poderá alavancar possíveis soluções que levem à revitalização deste património. Projectos museológicos, empreendimentos turísticos de alojamento local e gastronómicos, o lazer na ruralidade, espaços educativos e artísticos. Estes são alguns exemplos de iniciativas que poderão vir a ser implementadas, no sentido de assegurar a sustentabilidade deste património molinológico, no concelho de Estarreja.

AGRADECIMENTOS

Deixa-se um agradecimento a todos os proprietários e responsáveis dos moinhos e dos grupos cívicos, pelo acolhimento, acompanhamento, incentivo, partilha de informações e conhecimentos: Ana Melo, Rogério Paulo e Armindo Saramago, do *Moinho da Passagem*, de Canelas; elementos do *Movimento dos Amigo do Lugar da Fonte da Samaritana*, de Pardilhó, representado por Carlos Ferreira da Costa, do *Moinho da Másia*; Manuel Costa Pereira, representante do *GAMA - Grupo de Amigos do Moinho de Arcã*, de Avanca e restantes elementos; Bernardino e Manuel Tavares, e filho, dos *Moinhos do Calhau*; ao incansável e entusiasta Mestre José Maioto, pela recepção nos seus *Moinhos da Zangarinheira*, e pelo acompanhamento e explicações dadas durante as últimas visitas, juntamente com Carlos Ferreira da Costa. Um agradecimento aos presidentes das Juntas de Freguesia: de Fermelã e Canelas, António Sousa; de Pardilhó, António Tavares; de Salreu, Manuel Almeida, pelas prestáveis informações que facultaram. Agradece-se a amável oferta da mais recente obra da Junta de Freguesia de Avanca, *Vila de Avanca* (2025), pelo presidente José Borges. À Presidente da Câmara Municipal de Estarreja, Isabel Pinto, deixa-se um agradecimento pela sua partilha de conhecimentos sobre a região. À Directora da *Revista Terras de Antuã*, Rosa Maria Rodrigues, um agradecimento pela indicação da referência bibliográfica sobre o *Moinho de Meias*, de Avanca.

BIBLIOGRAFIA

Entrevistas realizadas a 17-07-2025, em Avanca, e anteriores, em contexto jornalístico, entre 2022 e 2025, em Pardilhó, Canelas e Avanca.

Capão, António. *Os Moinhos na Nossa Região. Sua Vida e Decadência*. Edição da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro. 1995.

Ferreira, Armando Carvalho. *Moinhos do Distrito de Aveiro.* Edição do autor. Albergaria-a-Velha. Artipol, Lda. 2008.

Ferreira, Armando Carvalho. *Moinhos e Moleiros do Concelho de Estarreja.* Revista Terras de Antuã, n.º1. Director Delfim Bismarck. Edição da Câmara Municipal de Estarreja. Rebelo, Lda. 2007.

Ferreira, Armando Carvalho e Delfim Bismarck Ferreira. *Moinhos do Concelho de Albergaria-a-Velha*. Edição de Autores. Albergaria-a-Velha. Artipol- Lda. 2003.

Ferreira, Armando Carvalho. Revista Terras de Antuã n.º 12. *Os Moinhos de Meias.* Directora, Rosa Maria Rodrigues. Edição da Câmara Municipal de Estarreja. Rebelo, Lda. 2018.

Nogueira, Amorim, Isabel. *Vila de Avanca*. *Passado com Honra e Futuro de Esperança*. Edição, Junta de Freguesia de Avanca. Artipol, Lda. 2025

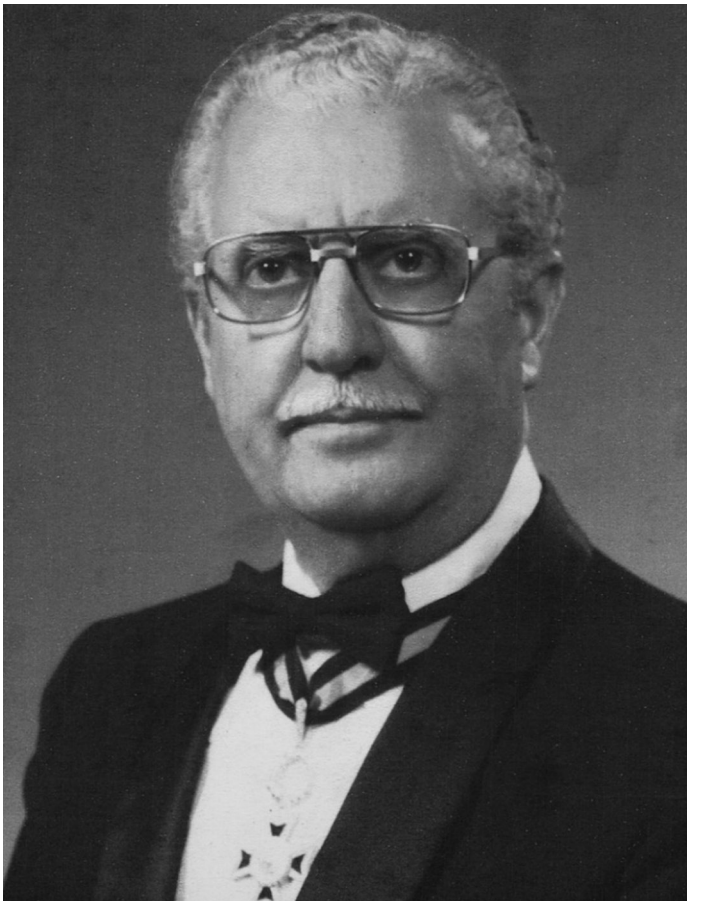
Matos, Ricardo. Luís Loureiro e Nuno Matos. *Recuperação dos Moinhos de Meias. Quinta do Marinheiro. Casa-Museu Egas Moniz*. Revista Terras de Antuã, n.º 4. Director Delfim Bismarck,Edição da Câmara Municipal de Estarreja. Rebelo, Lda. 2010.

Rodrigues, Rosa Maria. *Casa Museu Egas Moniz. Recantos do Marinheiro.* Revista Terras de Antuã n.º 9. Directora, Rosa Maria Rodrigues. Edição da Câmara Municipal de Estarreja. Rebelo, Lda. 2015.

Rodrigues, Rosa Maria. *Catálogo Casa-Museu Egas Moniz.* Câmara Municipal de Estarreja. 2016.

MEMÓRIA DE JOSÉ BERNARDINO HENRIQUES

*Joaquim Ventura Faria Victorino**



(N:07-01-1918; F:18-10-2003)
Veirense emigrante
Cofundador da Associação Filantrópica Veirense
Cônsul de Portugal em Filadélfia, EUA
Comendador da Ordem do Mérito

*Joaquim V. F. Victorino, nascido em 1939 em Alcanede, Santarém, casado em 1963 no município de Estarreja e cá residente. Licenciado em Ciências Militares-Aeronáuticas pela Academia Militar e Oficial da Força Aérea, na situação de Reforma. Escreve segundo a antiga ortografia.

Texto preparado por Joaquim VF Victorino,
No ano de 2025
Por imperativo da verdade das coisas na terra de Veiros
E resguardo da Boa Memória dum cidadão valoroso

Contexto

José Bernardino Henriques
E esta memória escrita que aqui fica

José Bernardino, um veirense de alma muito grande, inteligente, discreto, gentil, que soube sonhar e arriscar; e sair da mediania reinante por cá durante a Primeira República e o Estado Novo. Nesta sua terra, uma freguesia à beira da Vila de Estarreja, sede municipal, nem sequer uma escola oficial de ensino primário. E Estarreja industrial com fábricas e empregos também ainda não existia. Emigravam os que tinham arrojo para tal; penavam por cá todos os outros. José Bernardino, tal como seu pai e seu irmão mais velho já haviam feito, sonhou e conseguiu seguir o sonho. Pediu aos seus, lá na América, para o chamarem; e houve Carta de Chamada, feita lá no consulado, pelo pai; e ele foi. E em terras da América guindou-se, por mérito próprio e reconhecido, a Cônsul de Portugal em Filadélfia. E aí, nesse distinto cargo, foi um *porto de abrigo* dos conterrâneos e compatriotas emigrados naquela cidade, sempre que careciam de ajuda e o procuravam. E consciente das misérias reinantes na sua terra, onde tudo se resumia a trabalho nos campos, na Ria, no moliço e nos ofícios comuns, e onde o tempo de ócio era passado nas tabernas, que muitas havia na Freguesia, promoveu a criação, lá em Filadélfia, com seu irmão Floriano, duma Associação Beneficente e Filantrópica destinada a minorar aquele triste estado do viver em Veiros.

Não venho aqui contar essa história, que bem conheço e que já deixei escrita por partes, em livro que editei no ano de 2017, com o título de ***Veiros per omnia saecula.*** *Disse por partes* pois de facto o objecto das mais de 300 páginas A4 desse livro é reunir num único documento duradoiro, toda a informação por aí avulsa e desconexa, dando-lhe corpo em jeito duma ampla monografia, mas que vai além desse âmbito. E assim sendo, lá se encontram pessoas, circunstâncias e factos ao longo dos tempos, com destaque para a Filantrópica Veirense.

Essa *empresa de cariz social e sem fins lucrativos* com a designação de *Filantrópica Veirense*, já conheceu 3 vidas distintas, estando em curso a terceira. Foi, entre 1958 e 1976, um ideal mobilizador, organizado informalmente, sem escritura pública nem personalidade jurídica, mas tornado operativo, gerido especialmente pelo José Bernardino Henriques a partir do seu escritório de *Real Estate* e do seu Consulado: e nesse trilho, foi agregando muitos veirenses lá emigrados e outros, e recolheu fundos regularmente na modalidade de quota anual, que eram destinados a Veiros.

Anos adiante, a Filantrópica teve uma segunda vida, entre 1976 e 1998, como Associação legalmente constituída por escritura pública, com sede em Veiros, com os mesmos propósitos sociais, mas não registada e sem estatuto de Utilidade Pública; depois, num tempo de grandes transformações advindas com a Revolução de 1974, com a

Constituição Democrática e o Estado Social, esgotaram-se praticamente as viabilidades do seu tipo de intervenção muito associada à prática de caridade paroquial, onde pontificava um tradicional Bodo de Natal aos Pobres.

Mas em 1996-98 saiu-se dessa letargia e refez-se o sonho, com fundamento e motivação no facto de que a Freguesia de Veiros, neste Município com 7 freguesias, continuava a ser a única que não tinha uma obra social activa, nos moldes de IPSS, que prestasse apoio social aos seus habitantes e pudesse beneficiar de apoios oficiais. Veiros era considerado território de intervenção da Misericórdia de Estarreja, mas esta não fazia cá rigorosamente nada. Em finais do milénio, os irmãos Floriano e José viviam com alguma amargura o ocaso da Filantrópica. Mas Deus é grande! E uma nova Direcção eleita no ano de 1996 e apoiada por aqueles dois irmãos nas necessidades financeiras iniciais (5.000 contos, mais 5.000 contos), deitou mãos à recriação da Filantrópica, agora como IPSS e com *casa nova de raiz*, adequada às finalidades).

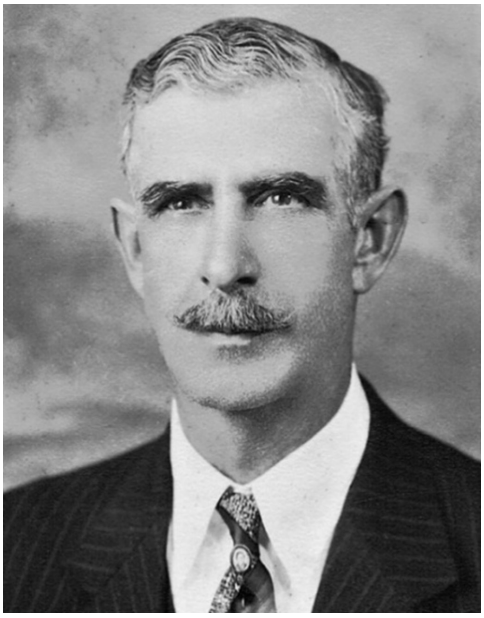
Não foi fácil! O livro *Veiros* ***per omnia saecula*** conta tudo, …pois até mesmo veio a acontecer o que se pensava improvável em termos de obstaculizações por interesses instalados e protagonismos de raízes antigas; e houve que enfrentá-los com determinação e vencê-los. E a obra fez-se e está a dar excelentes frutos. Mas ficaram marcas de divisionismo então vividas, donde ainda vão emergindo afloramentos, que alertaram para a imperiosidade de dar visibilidade ao cidadão José Bernardino Henriques e, por tabela, a seu irmão Floriano.

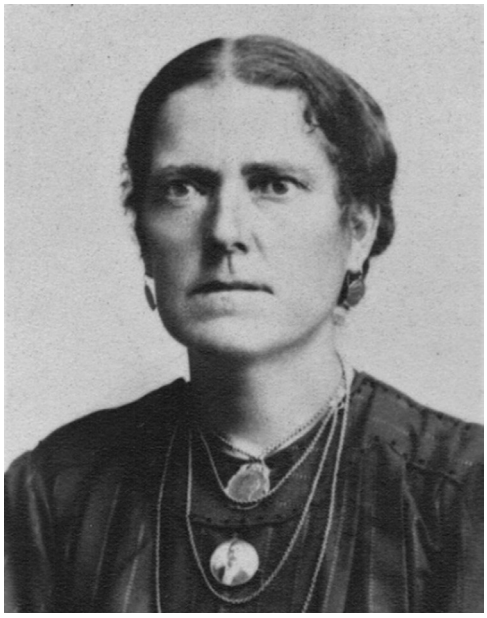
É esse o propósito desta Narrativa Biográfica, que preparei a partir de duas dúzias de folhas auto-biográficas que o senhor Cônsul me deu, a meu pedido, ao tempo de Director daquela Instituição. E agora, já passados 22 anos sobre a sua morte, achei que devia dar-lhe merecida visibilidade.

Joaquim VF Victorino
Julho de 2025

Narrativa, com conjugação verbal na primeira pessoa

Nasci na freguesia de Veiros do Concelho de Estarreja, no dia 7 de Janeiro de 1918. Terra de gentes humildes e casas de pouco ou nenhum conforto; nem sequer electricidade havia ainda pelo Concelho e Estarreja; e as míseras economias familiares dependiam do cultivo das terras e dos ofícios artesanais. Estava o nosso país mergulhado na primeira guerra mundial, e sabe-se o que eram as carências generalizadas e a emigração como solução de vida para tantos jovens e chefes de família. Eu fui o terceiro de cinco filhos. Cresci como qualquer criança nesse meio; e aqui principiei a minha escolaridade primária, mas já fui fazer a quarta classe na escola da Murtosa, nessa altura ainda uma freguesia de Estarreja, por ali ter professores que, depois das aulas regulares davam lições de música a quem quisesse aprender.





Os pais: António Augusto Henriques e Maria José Rodrigues dos Santos

Após ter feito o exame da quarta classe, com doze anos de idade, comecei a aprendizagem do ofício de carpinteiro, com um mestre de obras que fazia esse favor aos meus pais, e me aceitava sem qualquer compromisso de ordenado, trabalhando de sol-a-sol e percorrendo diariamente dez e mais quilómetros a pé entre a minha casa e esse lugar de aprendiz. Tinha de ser assim, porque assim eram os costumes, para ir ao encontro de uma profissão que um dia fosse o esteio da sobrevivência, quando se atingisse a idade de constituir família.



Imagem do centro de Veiros na década de 1930

Aos quinze anos de idade, fiz parte duma banda filarmónica que se estava a organizar na Murtosa, e sentia muita falta de uma bicicleta para me deslocar aos ensaios, que tinham lugar à noite. E encontrando-se o meu pai e o meu irmão nos Estados Unidos, com conhecimento das minhas lides na terra e sabendo da necessidade que eu tinha desse transporte próprio, entenderam por bem mandar dinheiro para a compra da dita bicicleta. Nisso tive sorte, por ser eu, lá em casa, o leitor das cartas da América, que a minha mãe não sabia ler; pois de contrário, ela era muito severa em face das dificuldades em que vivíamos, e estou certo de que me ocultaria essas ordens da compra da bicicleta, expressas por meu pai. Vi assim coroado de êxito esse meu grande desejo; e com essa mobilidade pessoal, comecei a conhecer melhor os lugares circunvizinhos, que apenas conhecia de ouvir falar; e graças à bicicleta, que nesse tempo já era um luxo, comecei a fazer amigos.

Foi essa fase da minha vida e mocidade, que mais retenho na memória, com saudade. Entretanto, com idas frequentes à vila de Estarreja, onde arranjei amigos, recebi recado do dirigente duma filarmónica dos Bombeiros Voluntários, que me convidava para uma vaga no instrumento que eu tocava, e que tinha – um trombone; e aceitei imediatamente. Além do mais, a Filarmónica da Murtosa não tinha futuro e mostrava-se em extinção por falta de elementos que emigravam constantemente. E para melhor orientar a minha vida, também encontrei emprego com um mestre de obras da vila de Estarreja. Assim, nos anos de 1934-35, alarguei a minha vida social para além da minha terra que não tinha nada de interesse para a juventude.

Nesse período, a situação económica na América era muito débil, com falta de trabalho para muitos emigrantes, e grande número deles até regressava a Portugal, tendo de recorrer a empréstimos para pagar as viagens de regresso. Mas também conheci vários amigos da Murtosa que estavam emigrando para junto de familiares, e era isso que eu desejava fazer. Sem sair daqui, não via futuro à altura dos meus desejos. E foi assim que decidi dizer a meu pai, numa das cartas, que desejava emigrar; e escrevi também ao meu irmão, pedindo-lhe para, junto do nosso pai, reforçar esse meu desejo. Embora receosos, pelas dificuldades de emprego que lá se sentiam, meu pai acabou por aceder ao meu pedido e tratou de organizar o processo que me levaria aos Estados Unidos.

Agora que eu tinha tomado esta decisão e ela foi conhecida por muitos amigos, entrei num período de desassossego, porque vários recém-chegados até com familiares na América, me diziam das dificuldades em granjear o suficiente para sobreviver, e era essa a razão do seu regresso a Portugal. Apesar de todas estas informações e avisos, a decisão estava feita por minha alta recreação e de forma alguma iria pedir a meu pai que parasse ou atrasasse as diligências e a documentação. Eu tinha fé que tal crise nos Estados Unidos melhoraria e que, com o apoio de dois membros da família lá, poderia enfrentar, mesmo com dificuldades e certa resignação, o meu destino.

Poucos meses passavam no ano de 1935, quando recebi uma comunicação do Consulado Americano no Porto, informando-me que ali tinha dado entrada uma petição aprovada nos Estados Unidos para eu emigrar; e diziam-me da documentação que eu tinha de arranjar, para ser ali apresentada. Finalmente, sentia que não tardaria o dia em que deixaria a minha terra; e nessa altura senti, pela primeira vez, uma consternação na alma, ao sentir aproximar-se a hora da partida, e ter de deixar a minha mãe e duas irmãs que até aqui contavam comigo como o homem da casa. Era um vazio que não podia preencher, pois, a par da vontade que sentia em melhorar a minha vida, também ao longe via um abismo, uma incerteza dessa minha decisão, por não fazer a mínima ideia de quando poderia voltar à minha terra que, apesar de pobre e não oferecer um futuro risonho aos seus filhos, era o rincão onde tinha nascido.



Taberna – A Central – no centro de Veiros (ano indeterminado) no segundo quartel do século XX; Principal lugar de encontro e convívio nas horas de ócio

Tudo tratado e em ordem, chegou o dia 1 de Julho de 1935. Nessa manhã, ao levantar-me, era o sentimento do desapego da família, da casa onde nascera e do lugar. Já minha mãe e irmãs se encontravam com os rostos em lágrimas, e eu com a mala de viagem pronta, que me acompanharia naquela viagem. Elas, entre lágrimas, recomendavam-me coisas; e os vizinhos, sabedores da partida e também ali para se despedirem, comovidos, entre abraços, alguns diziam ser a última vez do nosso encontro.

Assim deixei a casa paterna, na companhia de um tio que me acompanhou à estação dos caminhos de ferro na vila, onde já se encontravam dois compatriotas que regressavam aos Estados Unidos e que, com experiência de viajantes, me davam um certo alívio para a viagem que ali começava. Como ia embarcar num paquete americano no porto de *Le Havre*, em França, tive de fazer a viagem de comboio – nesse tempo a vapor – até ao porto de embarque que levou mais de dois dias, e grande parte do percurso, especialmente através de Espanha, quase sempre de pé, pois as carruagens além de desconfortáveis encontravam-se superlotadas, passando assim grande parte do tempo sentado na minha mala, e alimentando-me com comida que trouxera de casa, porque nas carruagens não havia sequer água para os passageiros.

Ao chegar a Paris, ali se encontrava um representante da Companhia de Navegação, que nos identificou e recebeu, por levarmos na lapela do casaco um pequeno distintivo da Companhia, que levaríamos até aos Estados Unidos. E com ele fomos de táxi para os escritórios da Companhia, onde tudo foi regularizado para o embarque no dia seguinte; e também nos ofereceu uma refeição quente, que já não comíamos há dois dias; depois, seguimos para uma estação de caminho de ferro, donde fomos de comboio para *Le Havre* e lá tínhamos à espera um quarto com três camas, onde pernoitamos de dia 3 para 4 de Julho, dia do embarque. Nessa manhã, que era Dia da Independência dos Estados Unidos, serviram-nos o pequeno almoço e de seguida foi o embarque no luxuoso paquete *S. S. Manhattan*, que às primeiras horas da tarde levantou ferro para Southampton, na Inglaterra: Tudo novidade para mim e primeiro dia no mar, o navio atracou no porto daquela cidade, pela tardinha, e entrarem vários passageiros. Depois, seguiu viagem para a costa da Irlanda, onde na manhã do dia seguinte e sem atracar, duma barcaça que encostou ao navio, entraram mais alguns passageiros, operação essa que não demorou mais que duas horas. Dali, então, mar fora rumo a Nova York.

Apesar de eu ter nascido junto à Ria de Aveiro, nunca fui dado ao gozo de andar na água, mesmo em pequenas embarcações; quanto mais num paquete, entrar num deserto de água do mar Atlântico. E agora ali estava; e mesmo sem grandes balanços, já começava de me sentir enjoado e sem vontade de comer; e até me afastava dos companheiros e de outros, sempre com vontade de expulsar o pouco que ia comendo. Foi um tormento que durou toda a viagem pelo mar e que passou por um longo e terrível dia para mim. Foi ao terceiro dessa viagem, quando começamos a sentir fortes rajadas de vento que obrigavam o navio a grandes cambaliações, e as instruções da tripulação foram para os passageiros se manterem dentro, com todos os acessos ao convés trancados.

Durante todo esse tempo, mantive-me sentado numa sala, dependente dos companheiros de viagem que me traziam umas laranjas e outras frutas para me alimentar, pois, se me levantava da cadeira, logo sentia um mal-estar que nem me deixava dirigir-me aos meus aposentos. Viagem inesquecível, que, quanto mais se alongava a distância do que deixara para trás, mais oprimido me sentia, já com saudades da família e dos amigos com quem tinha compartilhado a minha mocidade alegre e despreocupada, e cujos laços tinha cortado por minha própria iniciativa. Agora mais que nunca, com a vista firme nessa imensidão do mar, sentia a minha exilação, suplicando a Deus que me desse coragem para enfrentar o vácuo que ia encontrar nessa terra estranha, bem como o idioma que teria de vencer, para num dia ainda distante, poder voltar ao passado com alegria.

Apesar de vários entretenimentos a bordo do navio e da alegria de muitos que viajavam por turismo, o que mais me ocupava era a chegada a Nova York; e arranjar disposição e energia para enfrentar e empreender o sonho que levava como bagagem de emigrante - a determinação de acumular poupanças e bens, e de regressar à minha terra. Durante esses dias no alto mar, tive a sorte dos meus companheiros já conhecerem a fundo o que era a vida dum emigrante, pois estavam de regresso à América e, perante o meu estado de desânimo, davam-me alento e diziam que, tendo eu lá o meu pai e um irmão, não me preocupar assim tanto.



Nova York década de 1930

Finalmente, no dia 10 de julho, depois de seis dias sem ver terra, por volta das dez da noite, ouvia passageiros a dizerem que se avistavam luzes na costa da América, que cada vez mais se aproximavam e chegámos à Baía de Hudson, onde o paquete largou ferro até ao dia seguinte; e pela manhã cedo seguiu rumo à doca onde eu iria pôr pé na terra da América. Foi no 11 de Julho. Pequeno almoço e, depois, ordens para subir para uma sala superior, com todos os documentos e bagagem de mão, pois iríamos passar pelas autoridades de controle.

Lá fora, aguardava-me o meu pai, acompanhado de um conterrâneo, no automóvel deste. E depois da alegria do encontro, seguimos para a vila de Bridgeport, no Estado de Connecticut, onde meu pai residia e ali perto trabalhava numa fábrica. O vácuo que durante os onze dias da viagem se tinha apoderado de mim, estava agora reduzido, e aliviadas as incertezas quanto ao futuro, e fortalecido o espírito de emigrante para vencer adversidades.

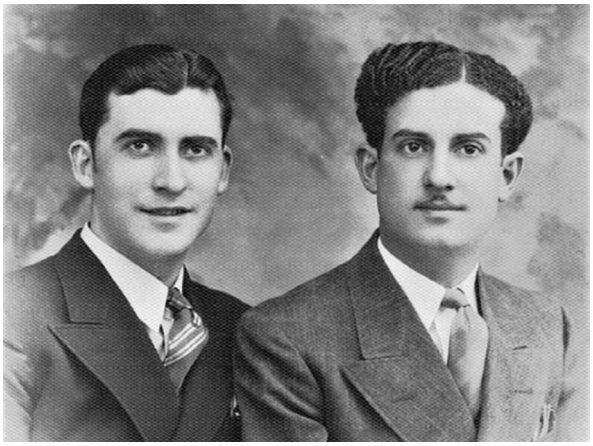
No dia seguinte, como previamente combinado, meu irmão Floriano veio ali. Grande alegria e mais um alívio no espírito. Meu irmão Floriano levou-me consigo para a cidade de Filadélfia, para casa duma família portuguesa com a qual ele vivia em regime de hospedagem, e onde já estava preparado um quarto para, também eu, ali ficar a residir. Porém, antes de partirmos, meu pai fez questão de lembrar-me de que, tendo eu atingido o desejo de vir para a América, dessa data em diante assumiria a minha independência e a responsabilidade de pagar a dívida contraída para a viagem que acabava de fazer. Mas meu pai e meu irmão também me garantiram que me adiantariam o dinheiro necessário para eu fazer face às despesas de alojamento e alimentação, enquanto não arranjasse trabalho.

Lembro-me perfeitamente dessa viagem com o meu irmão, de comboio e de metro até à Rua Quinta, no sul da cidade de Filadélfia. Com a mala de viagem na mão e às vezes às costas, lá chegámos, precisamente quando se jantava; era uma mesa grande, com os donos da casa e outros hóspedes, e logo arranjaram mais um lugar para mim naquela mesa.

Era ali que eu iria viver por tempo incerto, depois duma viagem que parecia não ter fim e me transpôs duma vida despreocupada na minha terra, para esse lugar longínquo e de idioma diferente do meu, que decerto me acarretaria dificuldades para conseguir emprego.

Durante os primeiros meses, foi um grande sofrimento. Era principalmente a barreira da língua e a situação de crise de trabalho que se vivia. E agora eu tinha assumido responsabilidades próprias sem as poder resolver de um momento para o outro. Foi-me valendo a ajuda do meu pai e do meu irmão, mas o vazio desta situação foi-se aprofundando cada vez mais, e de mistura com as saudades da terra; e só sentia algum alívio na correspondência que mantinha com a família e amigos em Portugal. Chorei muitas lágrimas, sozinho no meu quarto. E enquanto não consegui emprego, aconselhado pelo meu irmão, matriculei-me numa escola nocturna para aprender inglês; ele tinha feito exactamente o mesmo, quando, anos atrás, tinha emigrado. Além de me empenhar arduamente para aprender a língua, ia vagueando pela cidade durante o dia, ficando a conhecê-la bastante bem.

Após muitas diligências infrutíferas na procura de emprego, chegou finalmente a boa notícia que tudo veio alterar e abrir novos caminhos. Meu irmão disse-me que ia abrir uma fábrica para a qual ele foi convidado, porque já anteriormente tinha trabalhado naquele ramo. E ele disse ao gerente que aceitaria o trabalho, desde que também a mim me aceitassem; e o encarregado aceitou. Foi no dia 13 de Outubro de 1935, passados mais de treze meses depois da minha chegada ali. Por fim, passava o pesadelo e ia começar a trabalhar e a receber, em vez de ser só gastar e endividar-me. Pelas primeiras dezoito horas de trabalho, recebi quatro dólares e cinquenta cêntimos, o que correspondia a vinte e cinco cêntimos por hora; e nas 45 horas semanais, onze dólares e vinte e cinco cêntimos, suficientes para cobrir as minhas despesas de alojamento e alimentação. E empenhado em singrar, dava o meu melhor no desempenho das funções, de tal modo que, ocasionalmente, ofereciam-me horas extraordinárias, que eu aceitava de bom grado. No final do ano de 1936 e desde o dia em que ali me empreguei, tinha recebido o total de oitocentos e cinquenta dólares; e tinha conseguido poupanças que depositava em conta bancária que muito me alegrava. E paguei as minhas dívidas.



José, à direita na foto, com seu irmão, Floriano, nos EUA

Tendo já nessa altura vários amigos portugueses mais ou menos da minha idade, também recém-chegados aos Estados Unidos e alguns empregados na mesma fábrica, criou-se ali uma camaradagem aberta e franca. E com estes e outros que íamos conhecendo, começámos a passar as nossas horas de ócio no Philadelphia Portuguese Club, que tinha sido fundado naquela cidade em Dezembro de 1935, satisfazendo perfeitamente as necessidades de um local de encontro e de convívio do núcleo de portugueses nas suas horas de lazer.

Por esta altura, meu irmão ausentou-se para Portugal por razões de saúde, mas lá continuei a ter meu pai por perto, que visitava em muitos fins de semana, bem como ele se deslocava a Filadélfia, uma vez por outra, ao encontro de amigos, e ia-se interessando por mim, cuidando de saber do meu comportamento, e especialmente interessado em perguntar sobre as minhas companhias. Era natural, dum pai que desejava ver o filho bem encaminhado e responsável. E nisso nunca foi surpreendido por qualquer informação desagradável, pois eu nunca me desviei do principal objectivo que levei de Portugal.

No ano de 1937, tendo já satisfeito as minhas dívidas relacionadas com a viagem e estadia inicial enquanto não arranjei emprego, e tendo já, também, comprado vestuário novo e outros bens que bastante necessitava, entrei num período de máxima poupança. Animava-me a ideia de, lá para 1939, em que atingisse a maioridade e também com mais maturidade, deslocar-me a Portugal com o fito de encontrar a mulher com quem casar, estabelecer um lar e partilhar o futuro. Apesar de ganhar agora trinta cêntimos por hora, que rondava à volta de treze dólares semanais, isso deixava muito a desejar e atormentava-me, pois tudo o que economizasse, fazendo uma vida austera, se dissiparia numa simples viagem a Portugal. E depois, de regresso aos Estados Unidos, todos os sacrifícios tinham de recomeçar, pairando sempre a incerteza de recuperar o emprego. Numa viagem destas, em que só em deslocações seriam mais de duas semanas, a que somar mais um mês para estar em Portugal, a entidade patronal não garantia o emprego. Eu mantinha correspondência com moças de lá e não queria pôr de parte essa ideia de voltar, casar e regressar à América. Mas perante tanta incerteza e com muita mágoa, resignei-me a pôr de parte essa correspondência, sem, no entanto, ter quebrado qualquer compromisso de namoro, que não tinha.

Eram assim as coisas na vida de um emigrante como eu e muitos conterrâneos nesses anos finais da década de 1930. Situação bem diferente daqueles que emigraram nos anos 60 e 70, e emigram ainda agora quando escrevo estas memórias. Actualmente, vão com contratos de trabalho ou muita facilidade em empregar-se e os ordenados chegam para tudo e até para fazerem viagens a Portugal com alguma frequência e por cá ficarem um mês com o trabalho garantido na mesma empresa.

Esta verdadeira odisseia mental, fez-me desistir do sonho de vir casar a Portugal. Tinha feito vinte e um anos de idade e sentia necessidade de constituir um lar, mas sempre com a mente feita de que seria apenas com uma portuguesa. Eu falava com o meu irmão Floriano sobre estas preocupações, e ele, mais velho, com mais experiência de vida e mais vivências por lá, no seio da comunidade portuguesa, foi-me aconselhando. E assim me vim a enamorar duma moça, em finais de 1938. E cedo sentimos desejo de casar, embora os pais dela não se mostrassem entusiasmados nisso. Mas conhecendo-me melhor, reconheceram em mim uma conduta e uma vontade firme de lutar e ter sucesso; e isso tranquilizou-os. E com o pensamento na felicidade da filha, empenharam-se no casamento.

E chegou o dia 24 de Junho de 1939, quase quatro anos depois da minha chegada aos Estados Unidos; levei a Lídia ao altar; ela foi a minha companheira de todos os anos vividos a partir daí na América, nas alegrias e nas tristezas, e a mãe dos meus filhos.



Na foto, o primeiro de pé, à esquerda, é meu irmão Floriano; e na frente dele, sentado, o nosso pai, António Augusto Henriques

A festa do casamento foi muito simples, tendo os pais da Lídia oferecido o almoço em sua casa. E pela tarde, fomos ao encontro de um grupo de convidados, nossos amigos na comunidade, no Phyladelphia Portugueses Club, onde eu tinha organizado um baile, tendo suportado essas despesas.

Acabada a festa, fomos para casa – a nossa primeira casa, só nós. Tínhamos alugado e preparado um pequeno apartamento de tipo T1, não totalmente independente, pois a casa de banho era comum à outra metade igual à nossa, onde viviam os senhorios.

Pouco tempo depois, encontrámos um outro apartamento igualmente do tipo T1, mas melhor que aquele, onde até poderíamos receber amigos, e para lá nos mudámos, mas sempre a pensar em adquirir casa própria, coisa que não era muito comum entre emigrantes. O mais normal era viver em casas do tipo pensão residencial, quarto, comida e tudo incluído, amealhar o máximo e regressar à Pátria logo que o pecúlio permitisse vir fazer vida melhorada na terra. Muitos outros emigrantes nestas circunstâncias, tinham deixado a mulher e filhos em Portugal. E se nestes viveres houve casos de sucesso, também muitos conheceram desfechos tristes que marcaram uma época e que o escritor Joaquim Lagoeiro, natural de Veiros e também filho de um emigrante, soube retratar na sua obra literária com romances de ficção, como aquele que mais o afamou, com o título *Viúvas de Vivos.*

Vivemos dois anos naquele apartamento. E em 1941, adquirimos uma casa na zona onde a comunidade portuguesa mais se concentrava a residir. Essa casa estava muito degradada, mas com a ajuda de alguns amigos, recuperei-a e ficou agradável. Para lá nos mudámos.

Ainda neste ano de 1941, casado, agora com casa própria e estabilidade, veio-me novamente a grande vontade de, acompanhado da minha mulher, viajar para Portugal e visitar a família e amigos; e fiz planos, confiante de que desta vez não falharia. Porém, a situação na Europa, de uma guerra sangrenta que cada vez mais alastrava, obrigou-nos a repensar e adiar essa hipótese.

Eu tinha-me envolvido muito nas organizações da comunidade, tornando-me conhecido ali e nas localidades circunvizinhas onde havia portugueses. E essa visibilidade, levou o proprietário e editor do jornal Luso-americano, a convidar-me para ser seu correspondente na cidade de Filadélfia, que aceitei. Passado pouco tempo, também o proprietário do então Diário de Notícias de New Bedford, no Estado de Massachussets, me convidou para correspondente, e também aceitei. Era um trabalho que passei a fazer com regularidade, e rapidamente me tornei conhecido em várias comunidades através dos Estado Unidos. É também nesta altura, que o Governo Americano obrigou todos os cidadãos, tanto nativos como estrangeiros, em idade de serviço militar, a registarem-se para a eventualidade de serem incorporados e servir nas forças armadas.

Eu, por coincidência, até trabalhava agora numa fábrica de material de guerra, e quando alguns membros da comunidade já estavam a ser chamados, eu beneficiava do facto de ser casado e não era convocado. Mas um dia chegou a ordem de marcha. E eu pedi adiamento pelo facto de, exactamente, trabalhar naquela fábrica. E consegui dois adiamentos, mas numa terceira vez, em Junho de 1943, tive mesmo que apresentar-me

a inspecções médicas. Eu tinha, fisicamente, um handicap que me dava perspectivas de não ser incorporado. É que, num acidente com uma máquina naquela fábrica, tempo atrás, tinha ficado sem a falangeta do dedo indicador da mão direita, que é o usado para pressionar o gatilho de disparo nas espingardas; mas a decisão daquela Junta de inspecção foi *you will do*; acharam que aquilo não era impeditivo. E tive de aceitar e de tratar da minha vida pessoal e familiar para me apresentar no Serviço Militar. Grande contratempo e incertezas, que agora a América estava em guerra na Europa e no Oriente. E para tornar as coisas mais difíceis, a minha mulher acabava de ter a certeza que estava grávida do nosso primeiro filho. Mas lá tive de seguir, de espírito confrangido, pronto a ter de servir a Nação que me tinha adoptado.

Durante o treino que se seguiu, tornou-se evidente a pequena deficiência física que eu tinha no dedo, e resolveram submeter-me a uma nova avaliação médica, tendo concluído que eu seria mais útil na fábrica onde já trabalhava para a Defesa, do que no campo de batalha. Tinham-se passado já seis meses de farda vestida. E poucos dias antes do Natal de 1943, tive a alegria de me mandarem de volta para casa e para o trabalho na fábrica de material de guerra, como antes.



José com uniforme militar, incorporado no Exército dos EUA ao tempo da Segunda Guerra Mundial

Cumpri um serviço militar obrigatório, curto, mas cumpri. De novo junto da comunidade portuguesa, encontrei ali um grande vazio de actividades sociais, como reflexo e resultado de situações decorrentes da guerra, que perturbaram a vida na comunidade, como acontecera comigo.

O passo seguinte que dei, a par do emprego, foi matricular-me num curso nocturno de formação como técnico de rádio. Consegui essa qualificação e respectivo diploma. E tive em mente abrir negócio e dedicar-me exclusivamente a esse sector. Ao tempo, havia grande dificuldade de obtenção de peças de rádio para substituições e reparações; e, no imediato, optei por montar na minha própria casa, uma pequena oficina de reparações em rádios.

Estávamos nos anos de 1943 a 1945, e o porto de Filadélfia era o único porto de mar onde atracavam todos os navios da marinha mercante portuguesa, mistos de carga geral e de passageiros; e os poucos emigrantes portugueses nessa altura, não tinham outra opção de viajar senão nesses navios; e o mesmo se passava com cidadãos estrangeiros que, de Lisboa, se dirigissem à América. Muitos desses ao saírem de Lisboa, comunicavam o facto aos seus familiares na América, mas nunca se sabia quando era a chegada. A guerra e a grande ameaça dos submarinos alemães, obrigava a grandes comboios de navios americanos sob a protecção da marinha dos Estados Unidos, e toda a outra navegação era obrigada a desviar-se e guinar em outras direcções, às vezes até em sentido contrário, não podendo mesmo usar as comunicações para telegramas com terra.

Eu tinha a minha oficina de rádio e estava em condições de ouvir as comunicações dos navios, quando estes já se encontravam próximo da costa americana; e tornou-se conhecido que eu tinha essas informações; e sendo eu já muito conhecido na comunidade, como correspondente nos jornais editados em língua portuguesa, passei a ter mais este papel de relevo. Também tinha telefone particular – coisa pouco comum – que dava às pessoas a possibilidade de contactarem directamente comigo, e a toda a hora me chegavam chamadas dos mais diferentes pontos da América, para saber algo sobre a chegada de navios, até por parte dos próprios agentes de viagem, a quem fornecia o apoio possível. Nestas incertezas, muitas vezes quem chegava não tinha ninguém à sua espera nem sabia que o familiar que esperavam já estava em terra da América. Foram muitos, conterrâneos e não só, aqueles que alberguei na minha própria casa, nestas situações, e que depois ia levar aos comboios com destino às localidades de residência dos familiares.

Com o final da guerra e a vitória dos Aliados na Europa e Pacífico, passou-se a aguardar, naturalmente, a reorganização e ressurgimento das indústrias que voltassem a produzir bens necessários, a que os americanos estavam habituados; e havia também que dar emprego aos milhões de soldados e veteranos que tinham estado ao serviço da pátria.

Perderam importância e actividade as fábricas de material de guerra, como aquela onde eu trabalhava, e compreendi que era necessário pensar em modo de vida diferente ou complementar. Então, estabeleci-me com uma garagem de reparação de automóveis, mas depressa a trespassei e mudei para outra actividade. Um americano com negócio de import-export, interessado em expandir o seu negócio para Portugal e Brasil, conhecedor do meu dinamismo e do domínio da língua portuguesa, convidou-me para a sua empresa. Foi um trabalho em part-time, ao mesmo tempo que montei um pequeno escritório de notário público, função para a qual estava habilitado, com um curso monográfico de Real Estate [compra e venda de imobiliário] que, entretanto, tinha frequentado em regime nocturno.

Tinham -se passado doze anos desde o dia em que pisei a terra americana; e estávamos agora em 1947, com a vida estabilizada e um filho de três anos de idade. E parecia-nos ser a altura para irmos a Portugal; e começamos a planear essa tão desejada viagem, já duas vezes adiada.

Eu tinha relações de trabalho e de proximidade social com o cônsul de Portugal naquela cidade, Camilo Câmara, que tinha idade de aposentação e problemas de saúde. E disse-me ele: - estou a pensar resignar a estas funções, mas só o farei se o senhor Bernardino aceitar substituir-me como encarregado do Consulado, temporariamente. E acrescentou que era um trabalho que eu poderia fazer em acumulação com o do meu escritório, e que me daria toda a informação e preparação, e que aquilo era só por uns meses, pois sabia da intenção da Embaixada vir a estabelecer ali em Filadélfia, muito brevemente, um Consulado de Carreira. Aceitei com agrado essa aposta que o senhor Camilo Câmara fazia na minha pessoa, mas tive de, mais uma vez, pôr de parte a ideia de viajar para Portugal.

Uma vez em funções consulares e em ligação com o Consulado Geral de Nova Iorque e a Embaixada em Washington, vim a saber que nada, para breve, estaria em marcha quanto à passagem do consulado, de Honorário para Carreira. E manifestavam-me confiança e incentivo para continuar agradecendo a minha cooperação. Conclui, pois, que aquele honroso estatuto de cônsul honorário ou encarregado de negócios, era para continuar. E tomei algumas decisões. Matriculei-me na Temple University, para fazer um Curso Comercial; e criei a minha própria empresa de Import-Export, conhecedor do ramo, pelos serviços prestados a uma outra empresa, como atrás escrevi.

Com as coisas assim a correrem com naturalidade, a Embaixada de Portugal nomeou-me Vice-cônsul em Filadélfia, adiantando que se poderia vir a instalar ali um Consulado de Carreira, mas que eu ali permaneceria como Vice-cônsul Honorário, se assim quisesse. Mas, em 1959, o Ministério dos Negócios Estrangeiros decidiu definitivamente não alterar essa situação, e eu fui nomeado, oficialmente, Cônsul Honorário. E sucederam-se 35 anos da minha vida ao serviço do meu país.
Esse estatuto e encargos, permitia-me manter a minha actividade empresarial particular e o meu envolvimento social nas actividades da nossa comunidade.

Já desde 1950, tinha uma grande ligação com a União Portuguesa Continental dos Estados Unidos da América, a maior organização fraternal na costa Leste, pela qual fui nomeado para fazer parte de várias comissões na sucursal de Filadélfia, onde sempre me empenhei; e em 1959, fui eleito para a Direcção; e em 1976, eleito Presidente-Geral da União.

Também deste tempo e dos meus negócios na minha empresa de import-export, tive uma grande ligação com a Corticeira Amorim e o seu Presidente, o conhecido industrial Américo Amorim[1], que representei nos Estados Unidos. Foi uma relação que transcendeu o puro negócio e interesses comerciais, e se estendeu a laços de amizade familiares, ele na minha casa em Filadélfia e eu na casa dele em Santa Maria da Feira, quer por altura das minhas visitas a Portugal, quer mais tarde, já regressado e a viver da minha reforma, em Veiros.

1 - Nota de edição: Américo Amorim foi uma das personalidades presentes no funeral de José Bernardino em Veiros, em 2003.

E vou ao ano de 1959. O trauma da minha viagem de barco em 1935, como descrevi, com irritante e contínuo enjôo no mar, sempre me condicionou, ao longo dos anos, a vontade de regressar a Portugal. Talvez esse facto me levasse a aceitar os adiamentos que foram acontecendo. Mas em 1959, já na era das viagens por avião, finalmente aconteceu. Na gestão dos assuntos consulares, deixei um cidadão americano, meu parceiro de negócios, conhecedor do meu trabalho e capaz de me substituir por cerca de mês de ausência. Assim, através duma excursão, em voo fretado pelo Sport Club Portugûês de Newark para uma visita de empresários a Portugal, fiz essa viagem e levei comigo o meu filho José, ao tempo com 15 anos de idade. Foi um voo nada confortável, de 18 horas com escalas na Terra Nova e Irlanda. Era a rota aérea mais usada nesses tempos, por razões de meteorologia e de apoios de navegação aérea. Chegámos a Lisboa.

Voo organizado especialmente para empresários portugueses que, como eu, há muitos anos estavam ausentes do seu país; e essa viagem tinha sido noticiada; e no aeroporto de Lisboa éramos aguardados por alguns jornalistas. Lembro-me que foi tanta a emoção de regressar à minha Pátria depois de vinte e quatro anos de ausência, que senti grande comoção e nem consegui responder a perguntas de jornalistas, interessados em ouvir do Cônsul de Filadélfia como ia a comunidade portuguesa por lá.

Segui para Veiros, no comboio Foguete, a partir de Santa Apolónia e com paragem em Aveiro. Foi uma novidade agradável, num comboio veloz e sem máquina a vapor, que me fez sentir a distância no tempo.

Agora na minha terra, a mesma desolação; e amigos de infância, poucos, pois tal como eu, muitos tinham deixado a sua terra e ido para vilas ou cidades onde conseguissem emprego, ou emigrado para o estrangeiro. Meu pai já tinha deixado a América onde esteve tantos anos; e regressado à nossa casa de família em Veiros, lá o encontrei e abracei longamente, e à minha mãe. Vim encontrar um Portugal com poucas diferenças, daquele que tinha deixado em 1935. Porém, quero deixar registo de duas coisas que me agradaram: - já havia carreiras de autocarros, de transporte público regular de passageiros entre Estarreja e a Murtosa, que passavam obrigatoriamente por Veiros; e as pessoas já se deslocavam facilmente aos mercados e feiras, e à estação dos caminhos de ferro; e a outra novidade que era esperança de progresso, trabalho e empregos, era o aparecimento de grandes fábricas, especialmente a do Amoníaco Português, que veio a dar origem ao grande polo industrial de Estarreja.

Nesses curtos dias, actualizei as amizades e revigorei a vontade e decisão de voltar. E voltei, alguma vezes, já com a minha mulher e filhos. Além do José, de que já falei e me acompanhou nesta viagem a Portugal, do nosso casamento – eu e a Lídia – houve também a Dália e a Paula. Foi a vida normal de uma família normal. Os filhos tiveram em casa a sua educação de portugueses sob o espírito da cultura e da língua portuguesa; e fizeram os seus cursos e obtiveram bons empregos como americanos de nascimento; e casaram e tiveram filhos, e graças a Deus, honraram a família e a cultura de herança portuguesa. Deles deixo aqui apenas esta lembrança, numa fotografia onde estamos todos.



A família: José Bernardino Henriques, a esposa e os seus três filhos

Continuo a falar de 1959. No ano anterior, dia 4 de Novembro, eu e meu irmão Floriano tínhamos reunido na sua casa[2], em Mulbery street, na zona Norte da cidade, com mais cinco conterrâneos convidados pelo meu irmão, das comunidades portuguesas à volta de Filadélfia, e aí tínhamos tido uma longa conversa sobre a pobreza da nossa terra e aqueles jovens que, como nós lá tínhamos sido, sem nada que os ocupasse nos tempos livres e os promovesse cultural e socialmente; só nas tabernas – nas sete ou oito que lá havia - se encontravam regularmente.



2 - Residência do meu irmão em 6161, Mulbery st, onde nasceu a Filantrópica Veirense, em 4 de Novembro de 1958

O meu irmão Floriano, havia muito tempo que vinha falando nisto e tinha na cabeça, a ideia dos emigrantes na América formarem uma *sociedade* – como ele dizia – para angariação de fundos a enviar para Veiros, para minorar a pobreza e promover algumas obras. E foi para falar nisto que Floriano nos reuniu na sua casa e nos falou, nesse dia 4 de Novembro. E o resultado dessa iniciativa e conversa de sete veirenses, foi de facto a decisão unânime de criarmos uma Associação, para a qual, eu próprio sugeri a designação de Filantrópica Veirense. E definimos objectivos e tarefas a empreender nos dias seguintes, cada um de nós junto dos amigos, divulgando este ideal e agregando-os como associados dispostos a pagarem uma quota anual. E ali nasceu a Filantrópica Veirense. E eu, sentindo que, no consulado e na minha empresa, muito podia fazer, assumi o compromisso de centralizar e coordenar as acções iniciais.

Ao fim de um ano tínhamos 100 associados; e realizámos a primeira reunião alargada, em assembleia geral, com todos os que quiseram ou puderam participar. Aprovaram-se estatutos e elegeram-se directores[3] e delegados para as diversas cidades onde havia comunidades com veirenses. Nessa assembleia geral, por votação e decisão unânime, eu fui investido nas funções de secretário-tesoureiro, que não era mais do que aquilo que já vinha fazendo ao longo do primeiro ano, mas agora era oficial. E logo a partir desse ano de 1959, deu-se início ao envio regular de remessas de dólares para Veiros, que aí passaram a ser aplicados nas necessidades locais, por uma Comissão a que presidiu o meu pai, António Augusto Henriques, até ao ano de 1965, quando o meu irmão Floriano também regressou definitivamente a Veiros, e ele próprio assumiu esse encargo.

Foi uma segunda fase da vida da Filantrópica, em que muitas, e muito importantes, realizações da Filantrópica vieram a acontecer em Veiros, das quais quero deixar uma referência especial à construção do edifício designado Salão Paroquial, onde se veio a desenrolar uma verdadeira revolução cultural.



Imagem do edifício Salão Paroquial de Veiros [4]

3 - Nos arquivos da Filantrópica Veirense, transferida a sua sede para Veiros em 1976, podemos encontrar documentação com todo este historial, designadamente os nomes daqueles que foram eleitos nesta reunião, para os diferentes cargos.

4 - Imagem do edifício Salão Paroquial de Veiros, construído pela Filantrópica, em actividade desde 1971.

Intercalei aqui este relato, a propósito da visita à casa paterna, que atrás descrevi, estando o meu pai já em Veiros. Pois foi exactamente nessa altura que com ele falei sobre o que se estava a passar com a criação daquela associação lá na América e com a necessidade de termos alguém de confiança em Veiros, que conhecesse a questão da emigração e nos mantivesse informados, por correspondência, sobre as necessidades mais sentidas na nossa Freguesia, e a quem pudéssemos enviar as remessas, e confiar na sua aplicação criteriosa. O meu pai gostou de tudo que ouviu e foi o primeiro rosto visível da Filantrópica[5] nas suas realizações na Freguesia.

Regressei aos Estados Unidos. E nos anos que se seguiram, paralelamente à minha actividade empresarial, donde me vinham os rendimentos para a casa e família, dediquei-me com paixão ao consulado e às comunidades.

Do antecedente, vinha sendo membro do Phyladelphia Business Club e Associação Consular de Filadélfia, da qual faziam parte os titulares das trinta e quatro representações consulares daquela cidade. E aí desempenhei funções de tesoureiro e de vice-presidente. No ano de 1956, fui escolhido como *Cônsul do Ano*, de que a comunicação social fez eco e, naturalmente, muito me sensibilizou. Nessa organização, o lugar de presidente era reservado para membros de carreira diplomática. Mas quando, já no final da década de 1970, fiz saber que estava a pensar em deixar todas as actividades, reformar-me e regressar a Portugal, tive uma surpresa muito honrosa. Em reunião magna da organização, foi votada uma excepção à regra da presidência, para que eu, como cônsul honorário, fosse o presidente no ano de 1981-82, depois de trinta e cinco anos de vida consular.

No desempenho das minhas funções consulares e muito especialmente no decénio de 1965-75, entraram nos Estados Unidos milhares de emigrantes portugueses, muitos desses a instalarem-se em Filadélfia, sem saberem a língua, as leis e os costumes, numa sociedade completamente diferente da portuguesa. Não estava nas minhas obrigações consulares, intervir nos conflitos que tal situação originava no dia-a-dia, mas senti que devia fazê-lo. E digo-o aqui nestas memórias, porque se tratou de período muito intenso em que, ou por iniciativa própria ou por ter sido solicitado, tive de ser o depositário dessas emoções e desesperos, que ia tentando colmatar da melhor maneira, pois tinha sido emigrante como esses. Mas essa situação também foi melhorando até final da década de 1970, com um fluxo emigrante mais instruído e esclarecido.

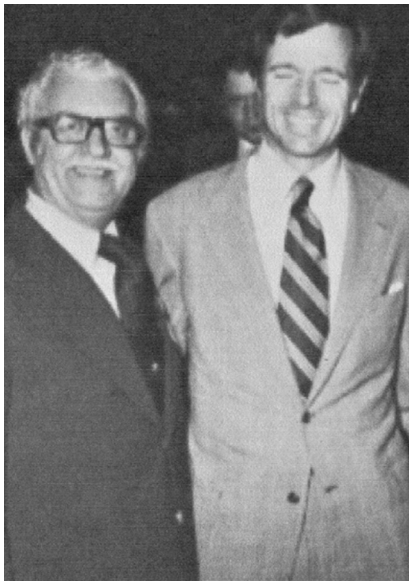
Afora as funções consulares, sempre e dentro das minhas disponibilidades, mantive uma forte ligação com as organizações sociais da nossa comunidade. A União Portuguesa Continental era como uma vasta família da qual eu era parte, e nela fui Director e, nos últimos seis anos, Presidente Geral. Nesta função e responsabilidades, era raro o fim de semana em que não tinha de andar de cidade em cidade, de sucursal em sucursal – ao todo, setenta e duas – espalhadas desde o Canadá a sete Estados do Leste, além das reuniões bimensais que tinham lugar na Direcção Geral, em Boston. Foi um tempo de grande desgaste, mas também de grandes emoções e gratas recordações, pois sendo esta a maior organização do género na Costa Leste dos Estados Unidos, o seu presidente era convidado

5 - Complementarmente e por curiosidade, deixa-se referência a um documento designado Síntese Histórica, produzido pela Direcção da Filantrópica aquando do 40º aniversário. Nele se encontra resumo cronológico do percurso desta associação, incluindo os nomes e funções de todos que nela serviram nesses 40 anos.

para encontros com entidades governamentais, até mesmo em Washington e na Casa Branca, onde tive o privilégio de representar a Comunidade Portuguesa, e ser recebido pelos presidentes Eisenhower, Nixon e Carter.



Com o Presidente Nixon



Com o Senador Heinz

Também nestas e noutras circunstâncias, me relacionei com Governadores de Estados, Mayors, dignitários da igreja e outras organizações marcantes da sociedade. E obviamente, com embaixadores e ministros do nosso país. E foram muitos os convites para participar em programas televisivos e de rádio, antes e depois da Revolução de 1974. E foram várias as palestras que fui convidado a proferir em organizações cívicas e escolares, sobre Portugal. E tudo isto me deu uma riqueza cultural, social e espiritual, …e vai preenchendo uma nostalgia do passado, que me vem acompanhando.

Chegou o ano de 1982, que eu tinha como meta temporal da minha longa estada na América. Tinha tido uma vida muito intensa e desgastante; e queria, com a fé e ajuda de Deus, ter ainda anos de vida para, despreocupado de tudo que deixasse para trás, vir descansar na minha terra, em Veiros, onde o meu irmão Floriano, com as suas habilitações de construtor civil [diplomado desde 1961 nos Estados Unidos, pelo Chicago Technical College, de Filadelfia], já tinha construído a minha casa para o meu regresso. Fui só eu e a minha mulher, que os filhos, praticamente cidadãos americanos com as suas vidas e famílias ali constituídas, ficaram. Mas lá foram depois em tempos de férias.

Então, chegado o momento próprio, fiz saber ao meu grande amigo, Dr. Futcher Pereira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, na sua deslocação a Washington em Agosto desse ano, daquela minha decisão. Senti que ele não esperava, estava satisfeito com a minha já longa prestação ao serviço do nosso país, e ali mesmo tentou dissuadir-me a continuar. Mas a decisão estava amadurecida e era definitiva. Também eram já 64 anos de idade.

Cumpridas as formalidades necessárias, em Outubro desse ano entreguei o escritório consular ao meu sucessor.

Conhecida na comunidade a minha decisão de pôr fim nesse grande capítulo da minha vida e regressar a Portugal, foram várias as manifestações que calaram bem fundo no meu coração: O Philadelphia Portuguese Club organizou uma festa de despedida, entregando-me uma placa alusiva aos meus serviços; na Sucursal 48.ª da União Portuguesa Continental, organizaram um almoço e também me ofereceram uma placa alusiva aos serviços que prestara àquela organização; no Portuguese American Club de Bethlehem, igualmente uma cerimónia de circunstância para agradecimento e oferta duma placa pelos serviços consulares prestados à comunidade portuguesa de Lehigh Valley; e outra placa da Lisbon Construction Company em Danboro, pelo apoio dado, durante anos, a operários daquela companhia. Da Associação Consular, um almoço de despedida e uma salva de prata de agradecimento. Também nesta circunstância, recebi cartas de felicitações do Governador do Estado da Pennsylvania e do, então, embaixador de Portugal em Washington, Dr. Leonardo Mathias; e doutras entidades. Tudo guardo com orgulho e transmitirei como legado, a meu filho José Bernardino Henriques Júnior. Quanto à União Portuguesa Continental, já referida, na sucursal de Filadélfia, quero dar destaque à sucursal de Newark, que numa assembleia de delegados ali reunida, me agraciou com uma Medalha de Mérito, a juntar a uma outra de Préstimo que me fora atribuída anos antes.

E a encerrar, o meu profundo agradecimento ao Governo Português, por ter confiado na minha pessoa, o ministério do Consulado de Portugal em Filadélfia durante trinta e cinco anos; e finalmente, com data de 23 de Maio de 1983, por me ter concedido o grau de Comendador da Ordem do Mérito e respectivas insígnias.

*fim da Narrativa

A CASA DA RENDA

*José Gurgo e Cirne**



Vista parcial das ruínas do celeiro dos Sedouros, no Caminho da Renda, na parte sul da freguesia do Bunheiro

*Licenciado em Antropologia e Serviço Social, pós-graduado em Família e Sistemas Sociais, mestre em Antropologia Social e Cultural, concluiu a parte curricular do doutoramento em Antropologia na Universidade de Coimbra. Frequentou também cadeiras dos cursos de doutoramento em História das Idades Média, Moderna e Contemporânea na mesma Universidade.

No capítulo IV, correspondente ao *Apêndice Documental do* ***Foral de Antuã*** (2021:155-310), da responsabilidade do nosso estimado Prof. Doutor Saul António Gomes, contam-se 77 documentos que percorrem, desde o primeiro, de 20 de novembro de 1453, até ao último, de 10 de janeiro de 1707, mais de 250 anos de história do antigo concelho daquela denominação.

Fica assim por documentar um longo período de mais de 300 anos, o que, para o assunto que nos propomos abordar, não tem nele interferência direta ou implicação de grande monta. Antes pelo contrário, como procuraremos demonstrar, é prova cabal de que, uma vez plantada, a raiz da história não deixará jamais de aflorar à superfície do chão em que logrou fixar-se.

Para que se ajuíze da validade desta asserção, tenha-se em conta o horizonte temporal em causa, que alcança mais de 570 anos sobre aquela primeira data. Atente-se no exemplo concreto das terras que constituíram os domínios iniciais daquele concelho, ora Antuã, depois por preeminência e uso Estarreja. E veja-se como nelas, ao olhar atento, ainda hoje se encontram reminiscências claras daquele mesmo viver marinhão.

Mas porque este conceito anda hoje muito desbaratado, quer pela sua utilização imprópria, quer pelo uso abusivo que, a propósito de tudo e de nada, ultimamente dele vem sendo feito, torna-se por isso imperativo voltar à fonte de onde pela primeira vez ele manou, há exatos sessenta anos. Ora ouçamos de novo as palavras do Dr. José Tavares Afonso e Cunha, que para a história o cunhou:

As freguesias do concelho da Murtosa e as de Pardilhó e Veiros, do concelho de Estarreja, têm grandes afinidades entre si e acentuada autonomia em relação às circunscrições vizinhas. Formam uma região natural com individualidade própria, reconhecida geralmente e desde remota idade, cujas características encontraram na designação de Marinha completa e definitiva expressão. Marinha é o conjunto de povoações e terras de cultivo que, a partir da Idade Média, se vêm formando no embrechado de esteiros e canais do acidente marítimo da Ria, entre Fontela e a foz do Rio Velho, até ao rebordo serrano, de areias soltas, que ligava as antigas vilas de Antuã e Avanca (Cunha, 1965:7).

Daí que o autor tenha usado o qualificativo de Marinhoas para se referir ao conjunto de notas relativas ao modo de vida dos habitantes daquela região, aos seus costumes, leis e instituições que os regiam, as quais, durante três décadas (1965-1995) foi coletando nas páginas do jornal *O Concelho da Murtosa*. A obra editada resultante dessa compilação consta de cinco volumes e de um fascículo avulso final, que, perante o acima dito, não será despiciendo consultar, pelo menos, de vez em quando.

Não obstante, face àquele enunciado, concluir que tal região era conhecida na Idade Média por *Terra Marinhoa*, como já temos visto consagrado em vários lugares, demonstra, se não pura ignorância, pelo menos deficiente capacidade de interpretação dum texto que prima aliás pela sua clareza. Para já não falar da dúvida lançada quanto à existência duma fantástica entidade administrativa que, por esse mesmo nome, seria conhecida.

Ora, no âmbito do vincado pendor municipalista da organização administrativa portuguesa, não obstante uma primitiva distinção territorial, anterior mesmo à formação das referidas povoações e terras de cultivo, em função do respetivo domínio senhorial, tal afirmação constitui erro de monta. Com efeito, a região em causa jamais foi conhecida por Terra Marinhoa, cabendo-lhe apenas, como elemento fundamental da sua caracterização física, a singela epígrafe de Marinha.

Querer alcandorá-la a honrarias que nunca teve e que delas sempre desdenhou em prol do alto brio da liberdade dos seus povos, é tendência moderna, não poucas vezes assente em opiniões oficialmente abalizadas por quem é desconhecedor da região ou dela está mal informado. Com a agravante de assim contribuir de modo subserviente para fundamentar as mais vagas ambições dos próprios poderes locais. O que, convenhamos, já não é história, mas sim política…

Quanto à realidade administrativa e socioeconómica da região, é elucidativa a seguinte passagem do mesmo autor:

As freiras do real Mosteiro de Santa Maria de Arouca, da Congregação de São Bernardo, fruíram, durante seis séculos, o domínio das antigas vilas de Antuã e Avanca, por doação que delas lhes fez o rei D. Afonso III. Intitulavam-se senhoras donatárias do concelho de Estarreja e cobravam nas suas terras direitos de duas espécies: foros sabidos e oitavos.

Os primeiros eram prestações certas, de géneros, consignadas, como foro anual, em prazos perpétuos e hereditários, constituídos por terras ou casais que, para esse efeito, se mediam e demarcavam. Os segundos eram a ração ou quota do oitavo dos frutos que produziam as terras não compreendidas nas demarcações dos aforamentos.

Estas terras foram, pela maior parte, lagoas e pântanos ou areais, incapazes de cultura imediata. Mas, prevendo-se que com o trabalho e aumento da população acabariam por ser arroteadas, impôs-se-lhes a quota do oitavo do que viessem a produzir; pelo andar dos tempos, delas adveio ao convento renda muito avultada.

Ao contrário dos foros, esta ração era paga pelos possuidores das terras sem dependência de estipulação nem de reconhecimento, e nunca se lhe conheceu outro título em que se fundasse, além duma referência do foral do concelho, feito por inquirição de Fernão de Pina, ao oitavo das novidades colhidas pelos caseiros e moradores, nas terras e matos maninhos que não jaziam nas demarcações dos casais aforados (Idem, 1965:145-146).

Em nota de rodapé e no que toca à freguesia do Bunheiro, o referido autor esclarece ainda o seguinte:

Chamavam-se terras oitaveiras aquelas de que se pagava o oitavo. Para recolha dos frutos ou géneros desta quota, possuíam as freiras, na freguesia, dois celeiros, um no lugar dos Sedouros e outro no do Bunheiro. O edifício do primeiro ainda existe; está situado próximo da capela de São Silvestre, no caminho da Renda, e pertence aos Senhores Francisco Reverendo e Manuel de Sousa Lobo. O do Bunheiro ficava no lugar do Celeiro, no sítio em que está, agora, um posto de recolha duma empresa de lacticínios. O nome daquele caminho e o deste lugar têm origem na existência dos celeiros do oitavo (Idem, 1965:146).



Voltando aos foros, essas prestações certas, consignadas em prazos, continuemos a seguir o mesmo autor para ver em que consistiam uns e outros, bem assim como as obrigações que acarretavam:

Os prazos, esses, como eram todos perpétuos e hereditários, passaram a dividir-se entre os herdeiros dos primitivos foreiros e, depois, entre os herdeiros dos herdeiros. Convinha a divisão ao convento, porque as terras divididas mais facilmente se arroteavam e mais frequentemente se alienavam, aumentando com isso o número dos laudémios pagos pelas alienações; tinham dela necessidade os foreiros, porque não dispunham de bens alodiais nem de numerário suficiente com que, nas partilhas, se compusessem os herdeiros e ficasse o prazo a um só.

E como da divisão do prazo resultava a divisão do foro, foi conveniente às senhorias, para melhor se efetuar a cobrança, eleger ou nomear um dos consortes do prazo e impor-lhe o serviço pessoal de cobrar dos outros as suas respetivas porções do foro e apresentá-lo todo inteiro no celeiro do convento. Estas nomeações eram feitas pelos seus procuradores e julgadas pelo juiz privativo que o convento punha em Estarreja, com o nome de juiz dos direitos reais. Ao consorte escolhido chamava-se cabeça do prazo e à decisão do juiz sentença de encabeçamento.

O nomeado era obrigado a aceitar o encargo e a pagar as custas do processo que, depois, cobrava, rateadamente, dos consortes. Recebia uma cópia da sentença e uma relação dos obrigados na destrinça, e ficava responsável pela parte daqueles que não pagassem ou simplesmente se atrasassem. Morto o cabeça ou se, em vida, obtinha exoneração, logo o juiz nomeava outro. E, com nova sentença e novo rol, recomeçava o nomeado o calvário das cobranças, como tinham feito os seus pais e os seus avós, como haviam de continuar os seus filhos e os seus netos.

Até vésperas de Nossa Senhora de agosto, os caseiros entregariam as suas porções do foro ao cabeça; até dia de São Miguel de setembro, poria o cabeça a totalidade do foro dentro do celeiro de Estarreja. A cargo dos foreiros ficavam os foros, os laudémios, as lutuosas, as custas dos processos de encabeçamento, as despesas de caminhos e carretos. Sobre os remissos, além de execuções e penas pecuniárias, chegou a pairar a ameaça de excomunhão.

Era esta a situação dos moradores do concelho de Estarreja[1] *quando desabaram na sociedade portuguesa aquelas reformas que Almeida Garrett qualificou de radicais e tremendas, porque revolveram de alto a baixo a terra, a indústria, a família, a governação, tudo o que constituía social e materialmente o reino* (Idem: 146-147).

E entre essas reformas ocupa lugar de relevo, com aplicação direta ao assunto de que tratamos, o decreto de 13 de agosto de 1832, depois interpretado e modificado pela lei de 22 de junho de 1846, que ab-rogou os direitos territoriais e os serviços pessoais impostos pelos donatários da coroa, a título de emprazamento, nas terras das suas doações[2] (Idem:147-148).

Quanto à localização do celeiro de Estarreja, onde se recolhiam tais foros, o autor fornece-nos um claro ponto de referência, quando diz que os atuais paços do concelho estão construídos em terreno da antiga quinta das freiras. Agregada, ficava também a residência dos seus procuradores, normalmente frades da ordem de São Bernardo ou cisterciense. Descrevendo o local, há sessenta anos, pormenorizava:

As casas eram à esquerda de quem, na praça, está voltado para o edifício dos paços do concelho, por altura dos primeiros estabelecimentos comerciais que lá se veem. Por detrás da casa em que estão instalados esses estabelecimentos ainda hoje se conservam restos das construções do convento.

A entrada nobre ficava por alturas do segundo estabelecimento, com uma capela ao cimo da escada. Em frente das varandas da casa, erguia-se o pelourinho, aproximadamente onde está a bomba de gasolina[3] (Cunha, 1972:67).

Também no *Apêndice Documental*, mencionado no início deste artigo, a propósito duma medição das propriedades que as religiosas do Real Mosteiro de Arouca possuíam no concelho de Estarreja, é transcrito um documento, com data de 5 de novembro de 1695, ao qual foi atribuído o n.º 70, que descreve o referido celeiro e respetivas moradas anexas:

Item. *As casas da residência dos procuradores do Mosteiro de Arouca neste concelho de Estarreja que constam de uma casa de celeiro sobradada e grande para a qual se sobe por um peitoril com duas escadas de pedra pela banda de fora da parte do norte. E desta casa do celeiro se entra para a banda do sul por um corredor largo e ficando à mão esquerda três câmaras a modo de celas, se entra pela mesma banda do sul numa sala que tem duas janelas e todas estas casas são sobradadas e têm suas lojas. E do dito corredor do meio dele se desce por uma escada de pedra que fica da banda de fora a um pátio grande no qual, da banda de dentro para o norte, ficam as portas das lojas do celeiro e para o sul casas terreiras que são estrebaria e palheiro; e para o nascente as portas das lojas das ditas casas, aonde também está a cozinha e para a banda do poente tem um poço de água alto no meio de uma*

1 - Tenha-se presente que até à Revolução Liberal e à subsequente reforma administrativa levada a cabo por Mouzinho da Silveira, os lugares de Pardelhas e do Ribeiro, que vieram a integrar o concelho de Estarreja e posteriormente o da Murtosa, pertenciam então, ainda que sem contiguidade geográfica, ao concelho de Pinheiro da Bemposta.

2 - O decreto de 13 de agosto de 1832 extinguiu os forais e bens da Coroa. A lei de 22 de junho concluiu a extinção daqueles.

3 - Para melhor referência, tenha-se em conta que o primeiro estabelecimento referido era o extinto *Café Miranda*, que apenas um portão de ferro forjado separava dos paços do concelho. Quanto à bomba de gasolina, no seu lugar existe hoje uma praça de táxis.

parede que divide o pátio do laranjal e quinta para a qual se entra por uma porta que está junto do poço. E junto do dito laranjal para a banda do norte estão umas casas terreiras que servem de adega e lagar e estrebaria. E logo pegado para o poente um pombal e uma cerca com árvores, pomar, parreiras e terras e chão da eira com sua eira dentro para a banda do poente que agora se quer conjuntar com outras terras que se compraram e tudo se vai cercando de parede alta (Coelho & Gomes, 2021:289).

E do dito pátio se sai para a banda do poente por entre a largura que fica entre a casa do celeiro e a adega aonde está uma portada de pedra larga e alta com uma cruz e dois (sic) pirâmides de pedra em cima (Idem:289-290). Parte tudo do nascente com serventia de carro que vai para o Cazalinho, o qual caminho vai por junto da cerca e divide o aido que ficou de Manuel Antão e hoje é de Maria João, viúva que dele ficou e seus filhos, e terra de Manuel João do Paço e herdeiros que ficaram de Manuel Antão do dito lugar do Paço; e do poente com o caminho que vai da praça para a igreja de Beduído e para a Marinha [,] do norte com a praça desta vila de Estarreja aonde está a casa do conselho e a cadeia e o pelourinho, e do sul com terra de Gonçalo Marques digo Martins deste lugar de Estarreja. Tem tudo de circuito medido à roda por junto das casas e cerca com todas as voltas e cantos que faz duzentas e oitenta e nove varas de cinco palmos cada uma (Idem:290).

Contido no mesmo Documento n.º 70, sob a dupla rubrica de *Mais propriedades que possui o mosteiro e Clareza de algumas propriedades que possui o Mosteiro de Arouca neste concelho,* embora com data de 13 de janeiro de 1707, entre outros, é identificado o seguinte prédio:

Item. *Mais umas casas de celeiro com sua eira e terra e poço que também tem uma casa de madeira para sal e outras casas tudo junto e terra que levará de semeadura ao todo doze ou treze alqueires de pão tudo sito no dito lugar dos Saidouros, parte do poente com o caminho que vai para S. Silvestre e caminho que vai para o Porto Mancão e do nascente com Manoel Gonçalves Cazalinho, do norte com o dito Manoel Gonçalves e com Maria André Marrinha* [4]*, viúva, e Manoel João Cabessinha, todos dos Saidouros, e do sul com caminho público que vai de São Silvestre para o Bunheiro e com Domingos da Silva do dito lugar de São Silvestre* (Idem:291-292).

Estas casas de celeiro são as mesmas já antes identificadas e que se destinavam à recolha da renda do oitavo na parte sul da freguesia do Bunheiro. Continuam divididas entre dois proprietários, embora a parte do edifício que pertencia ao Sr. Manuel de Sousa Lobo tenha sido demolida para dar lugar a uma vivenda, onde reside um seu neto. Resta apenas, muito degradada, a parte que pertenceu ao Sr. Francisco Reverendo e que hoje é propriedade de um familiar nosso.

Quanto à sua eira, não é por certo a original. No que respeita ao poço, foi, por segurança, não há muito, entulhado, pelo que dele só é visível a parede superficial e parte do respetivo engenho. E a c*asa de madeira para sal* há muito que terá desaparecido, pois até se perdeu a memória dele aqui ser fabricado.

4 - Corruptela de *Marinha,* utilizada como apelido local desde tempos imemoriais, porém normalmente usada no plural: Marrinhas.

Contudo, no meio das terras de Leirosa, existe um topónimo, ainda em uso, indiciador de tal atividade: o *Viveiro*[5]. O mesmo é já referido num documento de 17 de fevereiro de 1514 (Doc. 65), ao qual é erradamente atribuído, ainda que sob condição, o crédito da existência de *produção piscícola controlada* (2023:23). Ora, tal não corresponde à verdade, como deixamos explicado em nota de rodapé, mas faz remontar em dois séculos a prática intensiva da salicultura no lugar dos Saidouros:

A qual marinha tem estas confrontações e partições, silicet, da parte do soão pelo Valo de Lourosa e dali como vai pela borda do Viveiro e vai ter ao esteiro que vem do Porto de Lourosa e dali vai pela borda do Mozinho da banda do aguião e vai ter na tapagem da dita marinha da banda do mar e dali vira e vai ter à Eira da dita marinha e dali vira da banda do vendaval pela tapagem que vem ter ao dito Valo de Lourosa como sempre esteve tapado (2023:276).

Tais confrontações remetem hoje para uma ampla extensão de juncais, incluindo os do Covelo, situados entre as terras de Leirosa, a nascente, a afloração arenosa do Mo[ò] zinho (topónimo que ainda se mantém), a norte, o dito Muro do Frade *(tapagem da banda do mar)*, a lembrar o extenso braço dos procuradores das monjas de Arouca, atualmente soterrado sob a estrada marginal, junto à ria, que liga a ponte da Varela ao cais da Be[è]stida, onde a linha divisória inflete, prolongando-se pelo sul (*banda do vendaval*) e completando o circuito, indo de novo ter àquelas terras iniciais.

Apesar de ainda mencionado, enquanto topónimo, na primeira metade do séc. XX, como veremos mais abaixo, fica, no entanto, por localizar o referido *Porto de Lourosa*. À falta de melhor candidato, evocaremos a *Ribeira da Lamosa*, única existente nos arredores, a qual bem chegámos a conhecer. (De registar que nas suas proximidades ainda sobrevive o sugestivo topónimo de *Galé*, a lembrar antigo e provável ancoradouro de embarcações de maior calado.) Hoje, porém, mesmo aquela já não passa dum imenso lodaçal, resultado da subida avassaladora das marés, fenómeno generalizado que, ao arrepio de todo o bom senso, parece que os poderes públicos porfiam em ignorar.

No que respeita às confrontações do dito celeiro, passados trezentos anos, mantêm-se no essencial as mesmas, se levarmos em conta que p*arte do poente com o caminho que vai para S. Silvestre e caminho que vai para o Porto Mancão* (hoje conhecido por Ribeira do Mancão). Só estranhamos a confrontação que, pelo Sul, lhe é atribuída: *com caminho público que vai de São Silvestre para o Bunheiro e com Domingos da Silva do dito lugar de São Silvestre.*

5- O viveiro é a primeira das várias partes constituintes duma marinha de sal. Corresponde aos tanques de armazenamento da água salgada, de onde esta verte para os sucessivos compartimentos de evaporação, até o processo de cristalização ficar concluído. Porém, durante o enchimento dos referidos tanques, várias espécies piscícolas entravam naturalmente neles. Tornavam-se então propriedade exclusiva do dono da respetiva marinha e nem aos moliceiros autorizados a limpar os viveiros era permitido apanhá-las.

De fato, quer a descrição do prédio feita há sessenta anos, quer a que hoje lhe corresponde, não permitem afirmar que a sua confrontação, pelo Sul, se estendesse até ao *caminho público que vai de São Silvestre para o Bunheiro.* Até porque, devido a razões práticas, a disposição das moradas que pertenceram ao citado Domingos da Silva e que ainda permanecem de pé, constituem um obstáculo físico ao prolongamento, para Sul, dos limites do referido celeiro. À falta de melhor explicação, pensamos que a identificação desse caminho como limite, em parte, daquele celeiro possa ter resultado de um lapso, justificado pela proximidade efetiva do mesmo e sua relativa importância como principal eixo viário da freguesia.



Casas que pertenceram a Domingos da Silva, no lugar de S. Silvestre [6]

Para melhor prova do que acabámos de afirmar, diremos que um descendente daquele Domingos da Silva, nascido em 21 de outubro de 1821, mais de cem anos após a elaboração do rol das mencionadas propriedades, chamou-se Gonçalo Afonso Cirne e veio a receber a ordem de *presbítero pela imposição das mãos e palavras* de D. Jerónimo Rebelo na capela do Paço Episcopal do Porto em 17 de maio de 1845.

Diz o Pe. Manuel Joaquim Cirne (cf. *Achega* n.º 36, de 28.02.1993) que ele foi *capelão na cidade do Porto, em longa permanência.* Com efeito, tendo cumprido todos os exercícios espirituais com vista à receção da prima tonsura e dos quatro graus de ordens menores na Igreja de Santo António da Porta de Carros (ou dos Congregados), aí viria a exercer também o seu posterior múnus sacerdotal. Transitoriamente, integrou também o coro da Igreja dos Clérigos.

6 - Segundo Oliveira & Galhano (1992) preenchem as características das *Casas da Murtosa ou Casa Murtoseira*. Melhor lhe caberia, porém, aqui com justa propriedade, a designação de *Casa Marinhoa.* No caso concreto, pode-se considerá-la do tipo 2, se bem que, atendendo ao sobrado que já possuiu, reunisse os requisitos para ser incluída no tipo 3 (o qual, aliás, segundo os eminentes etnógrafos, apenas considera o acrescento de um corpo térreo). De qualquer modo, a merecer outra atenção por parte de quem tem a incumbência de preservar o património regional.

Com os proventos da sua sinecura, o Pe. Gonçalo Silva, como ficou conhecido, mandou construir, contíguo e pelo Sul daquelas casas, um sobrado que resistiu inteiro até ao final do século XX. Hoje, desprovido do seu andar superior, resta apenas a sua parte térrea, semelhando vulgar peça de arrumos. Quanto ao reverendo Gonçalo, viria a falecer na sua casa de S. Silvestre, em 28 de fevereiro de 1893. Poucos meses antes, porém, por testamento de 18 de julho de 1892 (a que infelizmente não tivemos acesso), legou as suas casas – velhas e novas – à sobrinha Maria Rosária Tavares Cirne, solteira, proprietária, do referido lugar.

Maria Rosária era familiarmente conhecida por Madrinha Silva, vocativo que nos chegou por tradição oral. Apesar de à frente aparecer como residindo na companhia de uma sobrinha, que herdou o sobrado e a metade sul da referida propriedade, a mesma tradição oral dá-no-la como tendo vivido nas primitivas casas que pertenceram ao já mencionado Domingos da Silva. Trinta e cinco anos depois, por testamento de 2 de agosto de 1937, aquela mesma Maria Rosária repartiu igualmente os seus bens pelos próprios sobrinhos, começando pelos filhos de seu irmão Domingos, Manuel José e Catarina, aos quais legou, entre outros bens, uma terra sita no Porto de Leirosa. E prosseguiu:

Lega a seu sobrinho Padre Manuel, filho de sua irmã Custódia, uma terra lavradia sita nas Leiras, do Bunheiro, a confinar do Norte com a estrada; metade de um assento de aido e casas, sito em São Silvestre do Bunheiro, onde ela testadora nasceu, a confinar no todo do Norte com um armazém e do Sul e poente com a estrada; um juncal sito no Rinchão, do Bunheiro, denominado o do Arame; um juncal sito em Marinha do Cunha, do Bunheiro, a confinar do Norte com Domingos Pombo.

Desconhecemos se a casa em que a testadora nasceu é a mesma em que viveu, mas jamais demos fé de que este seu sobrinho, o Pe. Manuel Ruela Pombo, tenha sido herdeiro daquela metade da casa em que a tia faleceu. Antes pelo contrário, por muito sedutora que seja a referida confrontação com um armazém, teoricamente compatível com algum resquício do antigo celeiro das freiras, tudo aponta para que este assento de aido e casas seja outro[7]. Com efeito, a mesma testadora acrescenta:

Lega a sua sobrinha Beatriz, filha da sua irmã Custódia e com ela testadora residente, metade de todo o seu assento de aido e casas, onde ela testadora vive, em S. Silvestre do Bunheiro, que todo confina do nascente e norte com António Rico, sendo esta metade pelo lado sul, e ainda lhe lega tudo o que se encontrar de portas a dentro do primeiro andar da casa denominada o ***sobrado*** *do dito prédio.*

Até aqui, é lógico depreender-se que a irmã do Pe. Ruela Pombo ficava dona da parte sul da propriedade legada pela tia de ambos, como de fato ficou. Contudo, a dúvida surge logo no período seguinte, quando a referida tia determina:

E no resto de todos os seus demais bens, direitos e ações institui seus herdeiros aquela sua sobrinha Beatriz e seus irmãos (…), filhos de sua irmã Custódia; e ainda João, José, Catarina,

7 - Cremos tratar-se das casas sitas uma quadra mais para nascente, na esquina da estrada que, pelo Sul, conduz ao Bunheiro e de outra que, pelo Poente segue para a Voltinha. Estas têm hoje respetivamente o nome do próprio Pe. Ruela Pombo e de Travessa de S. Silvestre.

Custódia e António, filhos de sua irmã Beatriz[8]*, devendo o quinhão daquele seu sobrinho João começar a preencher-se pela outra metade do aido e casa sitos em São Silvestre, do Bunheiro, onde ela testadora vive.*

Ora, esta outra metade só podia ser aquela que ficava pela sua parte Norte, tal como até hoje se mantém. Com efeito, aquele seu sobrinho João, cujo quinhão se começou de preencher pela metade restante da propriedade, era o nosso avô paterno e para lá foi viver quando casou. E aí também nós nos criámos…

Ao tempo da elaboração do rol atrás mencionado, o lugar de São Silvestre pouco mais representaria que a ermida do mesmo nome, situada pelo sul da embocadura do caminho que, como descrito, vinha do Porto Mancão, passava pelo poente do referido celeiro e entroncava na estrada que ia para o Bunheiro (isto é, a parte norte da freguesia). A esse lugar específico ainda ouvimos, por razões óbvias, chamar *O Santo;* enquanto o sítio delineado por aquele caminho era simplesmente conhecido por *A Renda*.

A propósito, o Pe. Nogueira Gonçalves (1981:120), ao referir-se à atual Capela de S. Silvestre, diz que foi inteiramente reconstruída em 1936, o que é certo, acrescentando o seguinte:

Conservaram, na porta da esquerda, o friso antigo, gravado do letreiro: CAPELLA DE SAM SILVESTRE E MAIS SANTOS D / 2 ELLA A QUAL FOI FEITA DO ANNO DE 1691 IHS. A antiga escultura do titular, S. Silvestre, é pequena, de madeira, do século XVIII, graciosa, mas corrente. Havia alpendre na frente, de quatro pequenas esculturas, toscanas, de granito, assentes em parapeito, agora reempregadas em construção domiciliária. Não longe da capela levantaram um cruzeiro, a imitar o velho tipo de grandes braços[9].

Quanto ao topónimo *Saidouros*, a merecer estudo etimológico mais aturado, chegou aos nossos dias, como vimos, com a grafia de *Sedouros*, devendo a primeira vogal pronunciar-se aberta *(Sèdouros)*. Embora atualmente em desuso, designava, de um modo geral, toda a parte sul da freguesia do Bunheiro. Resiste ainda enquanto componente de outros topónimos inseridos na mesma área geográfica, como *Levegada de Sedouros* ou *Entrada de Sedouros*, por exemplo.

Não deixa de ser curioso notar que, no original, esta última variante comporta em si dois termos opostos, que, no entanto, têm a sua razão de ser, se os tomarmos em separado: o lugar da *Entrada* e o dos *Saidouros*. Entrada na freguesia e eventual saída dela – foi explicação que ouvimos em pequenos. Ou, talvez mais racionalmente, entrada no lugar dos *Saidouros*, sítio por onde saíam os gados a pastar livremente nas terras então ainda incultas de Além Esteiro, isto é, da Ínsua e de Leirosa.

---

8 - Contemplou com um legado à parte outro sobrinho, de nome Manuel, *mudo,* também filho desta sua irmã Beatriz. De fato, por tradição oral, ainda nos chegaram ecos da existência de um *Padrinho Mudo.*

9 - Não pondo em causa a data da sua fundação, lembramo-nos de, mais tarde, termos identificado pessoalmente os mesmos dizeres, embora ressalvando algumas pequenas alterações, desde logo: *Esta Capela É De Sam Silvestre E Mais Santos Della…*

Quanto a *Levegada dos Sedouros*[10] também já vimos o primeiro termo grafado como Lamegada, o que até faz mais sentido quando aplicado a terras baixas e facilmente inundáveis, que o trânsito constante de pessoas, carros e animais por força transformaria em lama, provável étimo daquele topónimo. Contudo, não nos repugna que possa ser também corruptela de levada.

Na parte norte da freguesia, as casas destinadas à recolha da renda do *oitavo*, como vimos, estavam situadas no lugar do Celeiro, em local que a moderna nomenclatura atribuída à rede viária circunscreveu ao entroncamento da Travessa que leva aquele mesmo nome com o início da Rua Dr. António Tavares Afonso e Cunha.

Como refere o Dr. José Tavares e nós bem nos lembramos, ficavam no sítio onde chegou a funcionar um posto de recolha duma empresa de laticínios. Também muito derruído, para além das memórias com que preencheu a nossa infância, dele ainda resta intacto o alpendre onde se acolhiam os fregueses em tempo de chuva e o tronco seco do velho ulmeiro que sombreava a escadaria que lhe dava acesso. Por natural modéstia, o autor não identificou o proprietário, que então era o seu irmão António, nosso avô materno.



À direita, o que resta do celeiro situado no norte da freguesia do Bunheiro, no preciso lugar que dele tomou o nome.

Ainda inclusos no mesmo Documento n.º 70, acima citado, são referidos mais alguns prédios, nomeadamente:

Item. *Uma marinha que faz sal aonde chamam o Covello de Louroza*[11]*, freguesia do Bunheiro, que tem oitenta moios ou mais por esta parte dela a montante, parte do poente com filhos de Manoel João, o Martinho, e com terras da Confraria do Santíssimo Sacramento do Bunheiro, e do nascente com terras da Camboa*[12] *e caminho público, do Norte com praia da mesma marinha, a qual praia parte com o rio público, e do Sul com juncais de Manoel Jorge Feital e outros dos Saidouros (Idem:291).*

10 - De registar que no Bunheiro, isto é, na parte norte da freguesia, também existe um sítio denominado apenas *Levegada*.

11 - Trata-se da mesma marinha referida duzentos anos antes, porém já diminuída na sua extensão e circunscrita ao lugar do Covelo, ainda hoje existente como *praia de junco*, i.e., simples juncais. Estes, em concreto, tal como os chegámos a conhecer, estavam situados em cota baixa, denunciando o aproveitamento da antiga marinha de sal.

12 - Trata-se de um reduzido afloramento arenoso, próximo do lugar do Viveiro e isolado no meio de juncais, que ainda conhecemos cultivado e circuitado por tamargueiras. Aqui sim, o nome remete, sem dúvida, para a existência de uma armadilha para captura de peixe entrado na maré cheia.

Item. *Mais a praia que está junto da mesma marinha pela banda do Norte que parte do nascente com João André, o Gato, e herdeiros de João Francisco, dos Saidouros, e do poente com a Cal[e]*[13] *e atravessa pelo meio hum muro real*[14]*, do Norte com Pedro Souza, dos Saidouros, e do Sul com a marinha acima (Idem:291).*

Item. *Mais uma praia no Porto Mancão*[15] *no mesmo limite dos Saidouros que parte do Norte com o mesmo Porto Mancão que é o caminho público do povo e do Sul com a horta de Domingos de Pinho, do Agro, do nascente com Manoel Tavares e sua irmã e outros, e do poente com o dito Manoel Tavares e seu cunhado João Nunes e com Domingos Mateus dos Santos, todos dos Saidouros (Idem:291).*

Ora, esta última praia, que não parece ter servido para produzir sal, constituindo apenas um local de pastio ou *solão*, cujo nome decorre da sua proximidade ao Porto Mancão, ainda hoje existe, atestando a designação do respetivo lugar: *a Praia*. Situava-se pelo nascente do esteiro que servia de vazante às águas pluviais, acumuladas durante o inverno na imensa lagoa em que se transformavam as terras baixas dos Adeixos, a montante e a Sul, as quais desaguavam no referido porto. Com o passar do tempo, aquele braço da ria também haveria de emprestar o seu nome a um lugar: *o Esteiro.*

Entretanto, decaído de importância ou vítima das modas do tempo, aquele porto passou a ser singelamente conhecido por Ribeira do Mancão. Tal como o mencionado esteiro, que desceu à condição de simples regueira, contudo acrescida de nova designação: *Regueira da Praia*. Era através da desembocadura daquele esteiro que, vadeando-a, os habitantes dos Sedouros acediam às terras amplas de Leirosa, onde tinham as suas lavouras.

Segundo o Pe. Manuel Joaquim Cirne (1989), em data que rondará, segundo ele, por defeito, o ano de 1712, o procurador das religiosas de Arouca ordenou que aí se construísse um muro capaz de servir à regulação do caudal das águas do dito esteiro, o qual mandou que fosse largo o suficiente para o efeito e, para maior segurança, rematado por uma ponte. Mas cedo os moradores começaram a abusar da boa vontade do procurador, pois em vez de continuarem a vadear o referido esteiro, logo resolveram aproveitar-se do muro e da nova travessia.

Face ao abuso, o Procurador das freiras terá bem pensado no assunto e resolveu tornar em ganho aquilo que, à partida, parecia ser um abuso de consequências nefastas. Como resultado, solicitou ao Juiz do Tombo do Mosteiro de Arouca que mandasse vir à sua presença todos os moradores dos Sedouros que quisessem utilizar a nova passagem e com eles estabeleceu o seguinte acordo:

---

13 - Cale é obviamente a parte mais funda de um rio, referindo-se neste caso à própria ria.

14 - Trata-se do já referido Muro do Frade, valo extenso que separava as águas da ria das praias interiores.

15 - Parece-nos que este topónimo, o único ainda em uso, não pode servir de justificação para os demais que surgem no Apêndice do Foral, mas que, entretanto, desapareceram da geografia local. Pelo contrário, deverão ser estes a contribuir para a elucidação daquele. Arredado de dicionários antigos e modernos, cumpre-nos procurar o seu significado na descrição das características de todos os outros mancões naquele arrolados. Muito resumidamente, pela análise breve dos respetivos documentos, supomos tratar-se de acidentes orográficos, i.e., acumulações de areia no leito da ria, que com o passar do tempo acabaram por aumentar de tamanho e reunir condições de cultivo. Propomos que se considere uma eventual corruptela de marachões ou mouchões.

Ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil e setecentos e doze aos dezassete dias do mês de Abril do dito ano neste lugar dos Sedouros, freg[a] do Bunheiro, termo da vila de Estarreja e casas em que está pousado o doutor Faustino de Bastos Monteiro, juiz do tombo das propriedades e foros pertencentes ao Real Most[o] das Religiosas da vila de Arouca, donatário e direto senhorio das vilas de Arouca e Estarreja e seus termos e pelo Padre Frei João do Rosário, Procurador das ditas Religiosas foi dito que ele por ordem das suas constituintes havia feito um muro que atravessa o Porto Mancão com uma ponte para vazão das águas o qual fizera à custa das ditas religiosas e por(que) este muro fez muito largo, os moradores deste lugar dos Sedouros passavam de uma para a outra parte pelo dito muro a pé enxuto, por não passarem pelas águas que estão sempre ao pé dele e valer precisa e quase contínua a dita passagem para as suas terras lavouras, criações e estrumes o que causava no dito muro ruína e perda que para se refazer necessitava de muito custo como era notório por cuja razão ele dito Procurador havia dado várias (forças?) contra muitos dos ditos moradores, e porque desejava que eles não tivessem vexação, e fazer-lhes favor por serem caseiros e vassalos do dito Mosteiro não punha dúvida em que os ditos moradores passassem pelo dito muro em todo o tempo todas as vezes que quisessem, contanto que cada um dos fogos pagasse ao dito Mosteiro cada ano um frangão bom para o conserto e reparo do dito muro o qual o dito Mosteiro e seus Procuradores de hoje para sempre serão seguro, concertado e pronto capaz de passarem os ditos moradores e seus filhos, criados e familiares a pé enxuto, com mais declaração que procedendo não estar o dito muro capaz de se passar por ele, não pagarão o dito frangão de cada fogo, e assim requeria a ele juiz mandasse vir perante si aos ditos moradores para declararem se aceitavam ou não esta condição para poderem ter (usança?) pelo dito muro na forma referida como fica dito de que não o fazendo ficava sem esse (direito?) e o juiz o mandou de que fiz este termo que assinou com o dito procurador. Franc[o] Fer[a] da Cruz, o escrivão do tombo que o escrevi.

As) Faustino de Bastos Monteiro
As) Fr. João do Rosário

Atesta o Pe. Manuel Joaquim Cirne que do documento constam dezenas de assinaturas de moradores dos Sedouros, por vezes um nome apenas, nele apostas em datas sucessivas. Isso leva-o a concluir da adesão progressiva dos mesmos ao pagamento do novo foro. E regista o estribilho que a partir de então terá começado a ser usado como espécie de advertência coletiva com vista ao cumprimento de tal obrigação:

Se queres passar
a pé enxuto
pelo Mancão
tens de pagar
em cada ano
um bom frangão…

Bibliografia

Cirne, Manuel Joaquim. 1989. Achegas para a História do Bunheiro, in Jornal "O Concelho da Murtosa", Ano LXIII, n.º 1917, 28 de fevereiro.
Cirne, Manuel Joaquim. 1993. Achegas para a História do Bunheiro, in Jornal "O Concelho da Murtosa", Ano LXVII, n.º 1961, 28 de fevereiro.
Coelho, Maria Helena da Cruz & Gomes, Saul António. 2021. Foral de Antuã, Câmara Municipal de Estarreja, Estarreja.
Cunha, José Tavares Afonso e. 1965. Notas Marinhoas, Livraria Ramos, Murtosa.
Gonçalves, A. Nogueira. 1981. Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Aveiro – Zona Norte, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa.
Oliveira, Ernesto Veiga de & Galhano, Fernando. 1992. Casas da Murtosa, in "Arquitetura Tradicional Portuguesa", Etnográfica Press, Lisboa.

Arquivo Particular

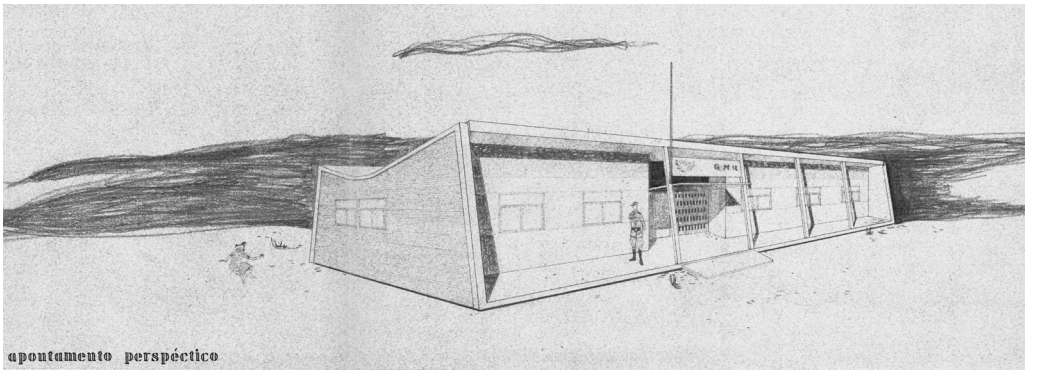
Testamento de Maria Rosária Tavares Cirne

Créditos Fotográficos

José Gurgo e Cirne

APONTAMENTOS PARA A FIXAÇÃO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO CONCELHO DE ESTARREJA

*José Pedro Reis – CIDEHUS**



Anteprojeto do Quartel da GNR de Estarreja (1955)[1]

Resumo: O presente documento tem como objetivo analisar a implantação e evolução da Guarda Nacional Republicana (GNR) no concelho de Estarreja e no distrito de Aveiro durante a Primeira República Portuguesa (1910-1926). O estudo baseia-se na imprensa local e no arquivo histórico municipal de Estarreja, procurando compreender as dinâmicas e os desafios enfrentados pela GNR na construção da rede de segurança no território.
O período em análise foi marcado por uma conjuntura social e política complexa, com implicações significativas para a segurança nacional e para os cidadãos. A instabilidade política, caracterizada por sucessão de governos com mandatos curtos, resultou em sérios desafios de segurança.

*José Pedro Reis (CIDEHUS-UE), nascido em Fornelo (Vila do Conde), licenciado em História e Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Mestre em Ensino em História do 3.º Ciclo e Secundário pela Universidade do Minho, pós-graduado em História do Império Português pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Atualmente aluno de doutoramento em história pela Universidade de Évora.

Autor de diversas comunicações em congressos, como também de artigos científicos dedicados a diversas problemáticas da história contemporânea e colaborador com a imprensa local escrevendo regularmente uma crónica sobre a história da terra que o acolheu (Trofa).

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020.

1 - Apontamento perspético Arquivo Municipal de Estarreja, cx. 2779 | Arquiteto António Linhares de Oliveira.

Introdução

O presente artigo visa analisar a implantação da Guarda Nacional Republicana no concelho de Estarreja.

O artigo é desenvolvido em consequência da elaboração de uma tese de doutoramento em História na Universidade de Évora, que versa sobra a história da Guarda Nacional Republicana, com especial enfoque na sua implementação em território nacional e na construção da rede de segurança no território de Portugal continental durante a Primeira República.

Para o cumprimento dos objetivos delineados, será imperativo recorrer à documentação arquivada no Arquivo Distrital de Aveiro, mais concretamente na análise das comunicações do Governo Civil com os vários órgãos do poder político local. Ademais, será igualmente essencial consultar a imprensa local e o respetivo arquivo histórico municipal de Estarreja, com o intuito de acompanhar e escrutinar as várias etapas de fixação e também da atuação da Guarda Nacional Republicana neste território.

Nas páginas subsequentes, proceder-se-á à explanação dos tópicos anteriormente mencionados, de modo a averiguar se o processo foi simples, quais os principais intervenientes envolvidos e se os acontecimentos verificados neste território foram semelhantes aos registados noutros concelhos.

O período em análise foi marcado por uma conjuntura social e política complexa, com implicações significativas para a segurança nacional e para os cidadãos. A instabilidade política, evidenciada pela sucessão de governos com mandatos curtos, resultou em sérios desafios de segurança, enfatizando a necessidade premente de compreender as dinâmicas e os fatores que contribuíram para a instabilidade. A realização deste estudo, é, portanto, imperativa para aprofundar o conhecimento sobre as questões de segurança e para identificar estratégias eficazes de mitigação dos riscos futuros.

Antes da realização de um estudo mais aprofundado sobre o tema, é necessário clarificar alguns aspetos fundamentais. O objetivo é compreender a evolução da Guarda Nacional Republicana no concelho de Estarreja, bem como identificar as fontes concretas sobre o território em questão. Dada a escassez de informações, foi imperativo expandir o escopo a investigação para abranger a realidade da segurança no distrito e, subsequentemente, acompanhar a tentativa de construção da rede de segurança.

A hipótese de inexistências de um foco único levou a que os objetivos deste estudo histórico fossem múltiplos. Num primeiro momento, é fundamental tentar esclarecer a instalação e a evolução subsequente da Guarda Nacional Republicana no espaço temporal da I.ª República (1910-1926). Num segundo momento, a atenção será dirigida para algumas das problemáticas inerentes a este processo formativo, nomeadamente a ligação desta instituição à comunidade e também o acompanhamento do processo de formação e instalação no território.

A vertente operacional é fundamental, na medida em que representa a imagem institucional das forças policiais e militares. No entanto, o objetivo não se centrava

exclusivamente nesta vertente, mas também em múltiplas outras, nomeadamente nas relações humanas e sociais estabelecidas com as comunidades locais entre outras.

O papel das forças policiais num ambiente de paz social e política reveste-se, por si só, de uma grande complexidade. Evidentemente, o grau de dificuldade no cumprimento da sua missão é mais exigente quando o poder político é frágil e os elementos da sociedade lutam permanentemente por mais e melhores condições de vida como aconteceu na primeira República Portuguesa.

A interpretação do que foi referido evidencia a complexidade inerente à construção de pontos de equilíbrio, nos quais as características culturais dos elementos da sociedade são fundamentais para a sua concretização.

A função da polícia é crucial para a gestão de crises decorrentes da implementação de um novo tipo de regime, sendo que os elementos devem demonstrar assertividade, firmeza e, quando possível empatia para com a comunidade, conforme mencionado anteriormente. Deste modo, é possível facilitar uma transição mais suave entre diferentes regimes.

Em última análise, o período temporal em apreço, que até há pouco tempo era alvo de escassa atenção por parte dos historiadores, sofrerá profundas alterações na sua estrutura. Vários dos elementos da GNR participaram no episódio histórico designado *Noite Sangrenta*, encontrando-se, deste modo, presentes nos momentos mais cruciais do novo regime.

Estamos perante um período em que se verificaram sérias dificuldades para o cidadão comum, sendo a GNR, por vezes, encarada como a última fronteira da racionalidade e da ordem pública. Nesse sentido, muitos confiavam na sua capacidade operativa para solucionar problemas complexos de segurança.

Os esboços de segurança – primeiros pensamentos securitários em Estarreja

De acordo com os registos da GNR, a sua data de nascimento é a 3 de maio de 1911. Uma discussão historiográfica sobre o seu nascimento de forma mais aprofundada seria oportuna, mas não é objetivo deste estudo. A nossa atenção deve recair sobre Estarreja, como ponte de partida, e, posteriormente, sobre o distrito de Aveiro.

A consulta da documentação arquivística, nomeadamente no Arquivo Distrital de Aveiro, permitiu identificar as primeiras referências sobre a introdução da guarda no território. Estes registos apontam para o mês de setembro de 1913 como o mês de referência, com o envio de, pelo menos, seis praças de cavalaria para a realização de um serviço previamente requisitado.[1] Este evento não pôde ser devidamente apurado, contudo, é possível afirmar que, após pouco mais de dois anos de existência, a Guarda aparentemente penetrou gradualmente no território.[2]

1 - Arquivo Distrital de Aveiro, Governo Civil - Registo de telegramas expedidos, GCAVR/E-B/014/0004.

2 - Arquivo Distrital de Aveiro, Governo Civil - Registo de telegramas expedidos, GCAVR/E-B/014/0004.

Após a análise das fontes arquivísticas adicionais, tornou-se evidente que a implementação do projeto de segurança da Guarda era altamente instável, evidenciada essa fraqueza pela oscilação da sua presença e atividade. Observou-se que, durante um período significativo, o pedido de assistências para a realização de tarefas tipicamente policiais foi atendido por militares ou elementos da guarda, embora estes últimos fossem recrutados de outras áreas do território, como o Porto.

A fim de diversificar as fontes e obter mais referências sobre o projeto em questão e as suas várias etapas, foi consultado o jornal *O Concelho de Estarreja* de 24 de outubro de 1916. Na leitura do artigo intitulado *Polícia Rural*, foi possível constatar que, de forma bastante direta, é descrito o sentimento de falta de um corpo de polícia rural alocado sobretudo às áreas rurais do concelho. O artigo afirma que, no tempo das colheitas, os gatunos *entravam desaforadamente pelas searas*.[3] As queixas apresentadas por esta distinta classe dos trabalhadores, que se encontram desprovidos de proteção e de defensores dos seus sacrossantos interesses, não são devidamente consideradas.

O autor prossegue com a enumeração de críticas e, por conseguinte, de instabilidade, asseverando que se verificava um furto negligente e se perpetravam ainda outras infrações contra a ordem e a moralidade pública.

O cenário descrito é pertinente no contexto da insegurança, na medida em que se verificou um sentimento generalizado de impunidade, decorrente da inoperacionalidade das forças policiais.

Em termos práticos, é possível que estejamos perante uma esperança adiada, visto que, no dia 24 de julho de 1915, num outro artigo intitulado: *Polícia*, foi escrito que seria realizada uma reforma da polícia civil. O governo manifestou a intenção de dotar os mais importantes concelhos do país com um corpo de segurança pública.[4]

O jornalista sustentava a tese de que, na eventualidade da veracidade das afirmações proferidas, a implementação de um procedimento reformista da polícia implicaria a solicitação desta solução securitária para Estarreja, um concelho de grande relevância que, segundo os mesmos, deveria usufruir da presença de um corpo de polícia.

Solicitava-se, que a referida força policial e os seus operacionais não se limitassem a aguardar no quartel, durante todo o período de serviço, visto que o concelho não se restringe à vila de Estarreja, mas também abarca as suas nove freguesias, que se encontravam à mercê de toda a casta de gatunos e desordeiros, impunes e destemidos perante a ação da justiça.

A presente análise deve agora incidir sobre as datas anteriormente mencionadas. Em 1915, é apresentado um processo reformista da Guarda. Em 1916, é referida a falta de elementos naquele território.

3 - O Concelho de Estarreja, Polícia Rural, 24 de outubro de 1916.

4 - O Concelho de Estarreja, Polícia, 24 de julho de 1915.

No ano seguinte, é referida a presença de operacionais desta instituição no território. Contudo, esta situação seria meramente temporária, resultante do envio de elementos, não da presença garantida no território, conforme será explicado em breve.

No que diz respeito ao contexto de 1917, a informação foi veiculada pela notícia publicada no periódico *Concelho de Estarreja*, na qual se formularam severas críticas à conduta da guarda e à maneira como esta abordava os cidadãos durante incidentes causados por crises sociais. Tal como demonstrado no estudo de caso das Quintãs, próximo de Aveiro, o povo, com o objetivo de impedir a saída de dois carros de farinha de uma fábrica local para aquela cidade, foi espadeirado e ferido pela Guarda, que foi chamada telegraficamente para ser escrito de forma irónica: *…fornecer peixe espada a esse povo faminto e esfomeado*.[5]

A confirmação da informação anteriormente mencionada, que indicava uma dificuldade significativa em alcançar um equilíbrio com a sociedade, em cumprir os deveres cívicos e em preservar ou tentar manter uma relação de estabilidade, proximidade e harmonia com os elementos da sociedade, é um dado relevante.

No que diz respeito à presença da guarda e à sua fixação, o patamar final é mencionado na leitura das ordens à guarda de 31 de outubro de 1919, em que se refere que foi a 24 de outubro de 1919 que foi instalado o posto de Estarreja. [6]
A presente comunicação visa confirmar a instalação definitiva da Guarda Nacional Republicana em Estarreja.

Em última análise, é manifesto que o processo foi complexo, tendo demorado um pouco mais de oito anos até à sua concretização. Este facto comprova as dificuldades de fixação desta instituição, bem como a construção da rede de segurança para o bem-estar da população.

Distribuição do contingente da Guarda pelo Distrito de Aveiro

O município de Estarreja pertence ao distrito de Aveiro, conforme é sabido. Inicialmente, de acordo com o projeto de instituição da Guarda para o território daquele distrito, estava destinado, uma unidade de cavalaria e a de infantaria para fazerem serviço nas áreas próximas a Aveiro, sendo distribuídos mais elementos para a Vila da Feira.

A produção bibliográfica afirmava que a chegada da Guarda Nacional Republicana à Vila da Feira, Anadia, Ovar, Estarreja, Espinho aconteceria apenas em 1917.[7] Os territórios em questão pertenciam à mesma companhia.

Verifica-se uma discrepância de dois anos relativamente às informações constantes na ordem de serviço, na qual se faz referência ao ano de 1919 e não ao ano de 1917, como António Serralheiro Salgado (antigo elemento desta força policial) afirma na sua obra: *Apontamentos para a história da Guarda Nacional Republicana na Região Centro do País*. A hipótese mais plausível é a data de 1919, uma vez que não existem referências prévias

5 - O Concelho de Estarreja, Carestia de Vida, 13 de outubro de 1917.

6 - Guarda Nacional Republicana, Ordens à Guarda, Ordens de Serviço de 1911 a 1919.

7 - SALGADO, António Serralheiro; Apontamentos para a história da Guarda Nacional Republicana na Região Centro do País. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2004, p.26.

sobre a abertura de um posto neste território em 1917, conforme é indicado nas ordens de serviço.

Em circunstâncias de manutenção da ordem no distrito de Aveiro que se apresentavam de forma mais complexa, verificou-se um acontecimento que se afasta do padrão habitual. Trata-se da requisição de operacionais do exército ao Governo Civil, ocorrida em 9 de maio de 1919. Esta movimentação de elementos excedia várias centenas.

Para uma melhor compreensão da situação, é imperativo considerar a mobilização de mais de 60 praças de infantaria para Águeda, 60 para Estarreja e mais 30 elementos para Ílhavo. O Governador Civil mencionou a possibilidade de a necessidade de injeção de mais elementos no futuro. Em relação a outras localidades no concelho de Sever do Vouga, foram solicitados 20 praças de infantaria, das quais 10 foram destacadas para a sede do município em Sever as restantes 20 para a outra freguesia. A chegada dos militares à estação ferroviária de Paradela estava prevista para as 12 horas, tendo em vista a manutenção da ordem pública.

O pedido foi apresentado ao general comandante da 5.ª Divisão do Exército, com sede em Coimbra, enquanto relativamente à GNR não foi feita qualquer referência.[8]

Esta situação é atípica, uma vez que, em circunstâncias análogas, nunca antes se verificou um número tão elevado de militares em movimento, distribuídos por diversos locais. Após a Guarda ter sido estabelecida no território, recordamos o ano de 1919, época em que verificou a mobilização de um elevado número de elementos do exército.

Esta situação permitiu ainda identificar a necessidade crítica de compreender que a estrutura da força policial era manifestamente frágil, incapaz de realizar atividades de grande envergadura e consequentemente, limitada na sua ação.

No que diz respeito a Estarreja, é evidente nas missivas trocadas que, em 1922, foi solicitado um reforço de pessoal para aquela localidade. No entanto, o pedido foi indeferido pelo Comando Geral, com a alegação de que o quartel já não dispunha de espaço suficiente para mais elementos e que, por conseguinte, não era possível atribuir mais recursos humanos até que a Câmara Municipal de Estarreja disponibilizasse um novo quartel.

Na análise da evolução legislativa, verifica-se a promulgação de um novo decreto de lei que estabelece o reforço do pessoal nos postos. O documento indica que seria necessário um aumento do efetivo em Estarreja, com um acréscimo de sete soldados, elevando o total para dez, e a redução de dois sargentos para um, mantendo-se um segundo sargento no comando dos soldados. Verifica-se que o contingente apresentava uma maior capacidade operacional e um maior número de praças, aproximando-se, deste modo, da realidade desejada para a sua operacionalidade.

8 - Arquivo Distrital de Aveiro, Registo de Telegramas Expedidos - GCAVR/E-B/014/0009.

Porém, as solicitações de incremento de recursos para Estarreja eram recorrentes, sendo imperativo encontrar uma resolução para a situação, dada a preocupação com a potencial ação dos monárquicos. No quartel-general, a resposta continuava a ser próxima daquilo que era afirmado antes da fixação da Guarda: …, *mas que a grande falta de efetivos com que se luta neste momento, torna muito difícil montar já o posto que há-de ter nessa vila*…. [9]

Em meados de 1919, as competências do poder local haviam sido executadas, encontrando-se a habitação destinada a servir de quartel pronta para receber os elementos. Restava simplesmente proceder à nomeação dos soldados e sargentos para prestarem serviço de acordo com o Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana.

Por último, é possível compreender a significativa dificuldade em mobilizar elementos, consolidar a rede de segurança e garantir que a Guarda Nacional Republicana pudesse executar as suas funções de forma contínua.

Os problemas de segurança em Estarreja

Os problemas de segurança no distrito de Aveiro apresentavam uma natureza complexa, constituído um desafio constante para as autoridades. Em 1913, por exemplo, foi afirmado que era necessário dispor de uma força de cavalaria para acudir a Albergaria, caso fosse necessário, uma vez que se verificava a reunião de pessoas com o objetivo de arruinar as obras da linha férrea. Tinha-se o receio de que a resposta a esta situação pudesse resultar em atos de vandalismo.[10]

No presente capítulo, são abordados os problemas de segurança, não apenas no que diz respeito à ordem pública, mas também noutras vertentes. Como é referido, em Estarreja, os copiadores de telegramas transcreviam a informação de que, em 1916, ainda faltavam executar alguns mandados de captura e que, segundo a informação disponível, tal não seria facilmente alcançado.[11]

Em certas circunstâncias, as dificuldades encontradas estavam associadas a problemas de natureza administrativa. Um exemplo ilustrativo deste fenómeno é a tentativa de independência da Murtosa em relação a Estarreja. No que diz respeito a este impasse, referia-se que, aquando do encerramento do comércio em Estarreja se verificava um ambiente de total tranquilidade. O Administrador do Concelho declarou que uma comissão de grandes proporções se opunha à autonomia da Murtosa, que não consentira a realização do mercado semanal de domingo.

A autoridade competente confirmou a requisição de uma força de 15 elementos de cavalaria para garantir a liberdade de compra e venda relativamente a estas situações. [12] Os problemas no concelho de Estarreja perduravam. Poucas semanas depois, verificou-se a presença de um elevado número de operacionais, nomeadamente 45 elementos de cavalaria e 4 de infantaria. Não foi possível determinar os motivos que conduziram à

9 - Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana, Localização de Postos da GNR – Distrito de Aveiro.

10 - Arquivo Distrital de Aveiro, Registo de Telegramas Expedidos, GCAVR/E-B/014/0006.

11 - Arquivo Municipal de Estarreja, Copiadores de Telegramas, 1916 – 1936.

12 - Arquivo Distrital de Aveiro, Registo de Telegramas Expedidos, GCAVR/E-B/014/0006.

mobilização destes elementos.[13]

Em fevereiro de 1916, verificaram-se novos incidentes em Estarreja, motivados pela escassez de milho, consequência da *Crise das Subsistências*. Nesse sentido, foi solicitada a presença da Guarda naquele concelho. A escassez de milho e de outros géneros alimentares gerou um clima de alarme social em vários concelhos. A resposta a este problema foi a intervenção das forças de segurança, cuja missão foi a de acalmar os ânimos da multidão.[14]

Decorridos cinco anos sobre a fundação da Guarda Nacional Republicana, os problemas persistiam, e as soluções continuavam a ser asseguradas pelas forças armadas, numa situação que, apesar de provisória, aparente se prolonga, acarretando todo o prejuízo lógico decorrente.

Em outubro de 1916, foi mencionado que, alegadamente, se impunha a obrigação de proporcionar alojamento às forças da Guarda Republicana, destacadas para o concelho em virtude do serviço que lhes competia. É exequível que neste distrito e nos respetivos concelhos a guarda comece a ficar em permanência.[15]

No final de novembro do mesmo ano, a autoridade policial foi, mais uma vez, suplantada pela GNR. Nessa ocasião, foi solicitada a presença de 15 a 20 agentes da GNR, no momento em que se realizavam as eleições para a Junta de Freguesia de Salreu.[16]

Em 10 de maio de 1918, foi solicitada a presença de elementos de infantaria, especificamente dez praças, para apoiar a guarda, que se encontrava quase permanentemente destacada. Esta solicitação foi motivada por relatos de assaltos a lavradores de destruição da chicharia. Não foi especificada a força policial envolvida.[17]

Nos pedidos subsequentes, datados de 15 de junho de 1918, foi requerida a presença de seis elementos de praça de cavalaria para a manutenção da ordem pública e a distribuição de milho.[18]

Os problemas e as necessidades de intervenção da Guarda eram igualmente provocados pelas diversas greves, que visavam garantir a liberdade de trabalho de alguns operacionais. Em maio de 1918, foi solicitada a garantia da liberdade de trabalho, bem como a libertação do telégrafo e do telefone.

O presente pedido deverá ser repetido para outras localidades, designadamente: Águeda, Algarve, Anadia, Estarreja, Feira, Sever do Vouga, entre outras.[19]

---

13 - Arquivo Distrital de Aveiro, Registo de Telegramas Expedidos, GCAVR/E-B/014/0006.

14 - Arquivo Distrital de Aveiro, Registo de Telegramas Expedidos, GCAVR/E-B/014/0006.

15 - Arquivo Distrital de Aveiro, Registo de Telegramas Expedidos, GCAVR/E-B/014/0007.

16 - Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas, 1916 – 1936.

17 - Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas, 1916 – 1936.

18 - Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas, 1916 – 1936.

19 - Arquivo Distrital de Aveiro, Registo de Telegramas Expedidos, GCAVR/E-B/014/0008.

A elaboração do presente artigo foi dificultada por vários fatores, destacando-se a complexidade inerente à análise da documentação. Muitos dos documentos apresentavam-se cifrados, o que tornou difícil a compreensão do seu conteúdo e resultou na perda irremediável da informação.

Na análise da documentação do Governo Civil, verifica-se uma escassez de referências à guarda e ao empenho dos seus elementos. No entanto, relativamente a questões de ordem pública, as referências são numerosas.[20]

Apesar da potencial ausência de respostas ou apostas por parte da Guarda Nacional Republicana, era evidente a atitude preventiva que, embora excessiva, era justificada pelos números envolvidos, conforme foi possível perceber noutros municípios, com uma clara pressão sobre os agentes de segurança. Na ausência de soluções por parte de uma das forças, recorria-se a outras forças, embora a lei já não preveja essa possibilidade, como tem sido explicado anteriormente, relativamente ao exército nas questões de ordem pública.

Considerando o contexto da envolvência e pressão política para a implementação de medidas de segurança no território, em resposta à realização de eleições, estas ocorrem sem incidentes significativos, com a abstenção da lista de oposição monárquica. Em relação ao concelho sujeito a escrutínio, nomeadamente o município de Estarreja, a lista monárquica obteve a vitória, uma vez que, de acordo com as informações recebidas, os republicanos não exerceram o seu direito de voto.

Em 1922, foi novamente solicitado o reforço do pessoal em Estarreja. Contudo, o Comando Geral rejeitou o pedido, alegando que o quartel já não dispunha de espaço para mais pessoal e que, por conseguinte, não era possível atribuir mais recursos humanos até que a Câmara Municipal de Estarreja disponibilizasse um novo quartel.

A existência de um possível conflito entre a Guarda Nacional Republicana e a Câmara Municipal local, cuja resolução se revelava morosa, poderia indicar que a solução implementada até então seria provisória, perpetuando-se ao longo do tempo.
Solicitava-se a manutenção dos elementos em questão no quartel, sem o devido reforço de meios humanos, tendo em conta a natureza complexa e a demora na resolução da situação.

A aprovação de um novo decreto de lei, que previa reforço de pessoal nos postos, indicava que seria necessário um aumento do efetivo em Estarreja. O número de soldados aumentaria de sete para dez, e o número de sargentos passaria de dois para um, sendo que um deles assumiria o comando do posto territorial.

Os pedidos de reforço de meios eram contínuos, sendo imperativo resolver a situação, dada a preocupação com a ação dos monárquicos. No entanto, do quartel-general, a resposta era invariavelmente a mesma (…), *mas que a grande falta de efetivos com que se luta neste momento, torna muito difícil montar já o posto que há-de ter nessa vila*…[22]

20 - Arquivo Distrital de Aveiro, Registo de Telegramas Expedidos, GCAVR/E-B/014/0009.

21 - Arquivo Distrital de Aveiro, Registo de Telegramas Expedidos GCAVR/E-B/014/0009.

22 - Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana, Localização de Postos da GNR – Distrito de Aveiro.

Os problemas de ordem pública verificados em Estarreja encontravam-se igualmente relacionados com a religião, como evidenciado pela necessidade de autorização prévia das autoridades administrativas para a realização de procissões. Adicionalmente, os indivíduos responsáveis pela organização destes eventos religiosos exerciam um ato de soberania, devendo proceder imediatamente à captura dos indivíduos em questão.[23]

Em conformidade com a legislação de 1922, referente à reforma da Guarda Nacional Republicana, é evidente que este aquartelamento pertencia à secção de Aveiro, contando com um contingente de doze elementos afetos exclusivamente à arma de infantaria. Este contingente era comandado por um segundo sargento e um segundo cabo, contando ainda com o apoio dos restantes dez elementos.[24]

Em 25 de março de 1924, foi efetuada a redução do contingente em questão, que constava da ordem n.º 9 do mesmo ano. Esta ordem discutia a necessidade de reduzir as despesas da Guarda, tendo o seu contingente diminuído de 12 para 4 elementos em apenas 2 anos. Destes, apenas 1 era sargento de infantaria, um segundo cabo de infantaria e, por fim, 3 elementos de infantaria. O seu contingente era inferior ao de alguns subpostos, como Alvarenga, sendo apenas superado na diminuição pelo posto de Anadia e de Ovar.[25] Em 1929, contudo, a sua constituição já era de oito elementos, sob o comando de um cabo e sete soldados.[26]

Limitações nas atuações

A instalação da Guarda Nacional Republicana em Estarreja foi um processo repleto de obstáculos. Como foi referido anteriormente, a falta de instalações adequadas constituiu um desafio inicial, entre outras razões.

Posteriormente, a escassez de pessoal e as limitações impostas pelas instalações existentes contribuíram para agravar a situação. Ademais, a resposta do poder local a este conjunto de circunstância foi tardia.

No entanto, as dificuldades encontravam-se igualmente associados a questões de natureza disciplinar, conforme se pôde comprovar através das ordens de guarda, nas quais se encontravam anexas as sanções disciplinares impostas aos operacionais e aos elementos do contingente de Estarreja não se verificava uma situação de exceção.

No dia 15 de outubro de 1920, através da ordem de serviço, foi aplicada uma sanção disciplinar a um operacional que não participou na formatura de patrulhas. A sanção aplicada consistiu em oito dias de prisão correcional. Este ausente do serviço operacional durante um período de 8 dias, sem apresentar uma justificação válida para tal.

23 - Arquivo Distrital de Aveiro, Governo Civil - Registo de telegramas expedidos, GCAVR/E-B/014/0004.

24 - Diário do Governo – Ministério do Interior, Direção Geral da Segurança Pública, Decreto nº8064.

25 - Guarda Nacional Republicana, Ordens à Guarda, Ordens de serviço de 1920 a 1929, p. 90.

26 - Guarda Nacional Republicana, Ordens à Guarda, Ordens de serviço de 1920 a 1929 p.162.

Um mês bastaria para que em 15 de novembro de 1920, de acordo com uma nova ordem de serviço, um operacional foi punido com trinta dias de prisão correcional, devido ao seu comportamento. No mesmo dia, outro operacional foi punido com quarenta dias de prisão, por fazer parte da diligência responsável pela ocupação e vigilância da estação ferroviária de Estarreja. Após o término do serviço de patrulha, ocorreu o seguinte:

…ausentaram-se da referida estação sem a necessária autorização, faltando a comparecer ás 17 horas do mesmo dia 26 para entrarem novamente de patrulha, apresentando se 30 minutos mais tarde e, quando intimados pelo cabo da diligência a que se fossem armar para irem desempenhar o serviço de patrulha, declararam quo não iam, por outras praças ainda não terem desempenhado esse serviço, negativa em que se mantiveram ainda depois da intervenção do sargento comandante da diligência….[27]

Trata-se de um caso notório de indisciplina, em que os elementos se recusavam a realizar o serviço, chegavam atrasados à convocatória e confrontavam as suas chefias. Deste modo, as penas aplicadas são substancialmente superiores ao período de tempo referido inicialmente.

Decorrido um mês, mais concretamente a 20 de dezembro de 1920, um outro indivíduo em questão foi novamente sujeito a quatro dias de detenção, por desobediência à ordem do cabo que era o comandante do posto, que solicitou a assistência do operacional no auxílio ao carcereiro da cadeia de Estarreja, devido à presença de um recluso insubordinado.

O elemento da guarda em questão afirmou ao seu cabo que não sentia medo do referido preso e que, por conseguinte, não era necessário estar armado.
Os dois elementos que acompanharam o Guarda Prisional foram desarmados, o que possivelmente resultou numa situação menos favorável em termos de segurança. Como consequência, o Guarda Prisional foi forçado a utilizar uma pistola particular em vez da arma que transportava.

A situação apresentada evidencia uma manifesta irresponsabilidade e um facilitismo que podem acarretar consequências gravosas para os indivíduos em questão, nomeadamente a possibilidade de serem agredidos ou o preso evadir-se, resultando na aplicação da pena anteriormente mencionada.

Por último, são evidentes os sinais de indisciplina e de uma aparente falta de rigor nas ações policiais, que poderia acarretar consequências gravosas para a instituição e para a sociedade.

27 - Guarda Nacional Republicana, Ordens à Guarda, Ordens de serviço de 1920 a 1929, p.627.

Conclusão

A elaboração do presente artigo evidencia a escassez de informações sobre esta instituição no concelho de Estarreja. Para realizar um trabalho de investigação mais aprofundado sobre uma instituição centenária, seria aconselhável tentar colmatar esta lacuna.

No decurso deste capítulo, torna-se evidente a evolução e os desafios da segurança pública no distrito de Aveiro e no concelho de Estarreja, com a tentativa de realizar uma análise da transição do uso predominante das forças militares para a crescente atuação da força em questão. É evidente que o exército constituía a principal força responsável pela manutenção da ordem num primeiro momento, respondendo a múltiplos cenários, desde tumultos, crises de subsistência e também conflitos eleitorais. A GNR evidenciou a falta de efetivos, instalações inadequadas, mas sobretudo uma certa ambiguidade nas responsabilidades com as autoridades militares, civis e até mesmo militares.

A documentação analisada revela a existência de uma rede de segurança em desenvolvimento, num período e território caracterizados por tensões sociais, com ocorrências de greves e manifestações, bem como por uma significativa dificuldade em coordenar as diferentes forças para garantir a tranquilidade pública na região.

O presente estudo analisa a implantação e evolução da Guarda Nacional Republicana no concelho de Estarreja e também no distrito de Aveiro durante a Primeira República Portuguesa (1910 – 1926).

Por último, abordamos os desafios enfrentados pela GNR, como a escassez de efetivos, instalações inadequadas e a complexa coordenação com outras autoridades civis e militares, num período de instabilidade política e social caracterizado por tumultos, greves e crises de subsistência. A investigação da predominância do exército na manutenção da ordem pública e da progressiva afirmação da Guarda Nacional Republicana como força de segurança no território, ainda que frequentemente dificultada, constitui um dos objetivos deste estudo.

Bibliografia

Produção legislativa
Diário do Governo – Ministério do Interior, Direção Geral da Segurança Pública, Decreto nº8064.

Bibliografia
SALGADO, António Serralheiro; Apontamentos para a história da Guarda Nacional Republicana na Região Centro do País. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2004.

Arquivos Históricos
Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana:
Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana, Localização de Postos da GNR – Distrito de Aveiro.

Arquivo Distrital de Aveiro
Governo Civil - Registo de Telegramas Expedidos, GCAVR/E-B/014/0004.
Governo Civil - Registo de Telegramas Expedidos, GCAVR/E-B/014/0006.
Governo Civil - Registo de Telegramas Expedidos, GCAVR/E-B/014/0007.
Governo Civil - Registo de Telegramas Expedidos, GCAVR/E-B/014/0008.
Governo Civil - Registo de Telegramas Expedidos, GCAVR/E-B/014/0009.

Arquivo Municipal de Estarreja
Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas, 1916 – 1936.

Produção da própria Guarda
Guarda Nacional Republicana, Ordens à Guarda, Ordens de Serviço de 1911 a 1919.
Guarda Nacional Republicana, Ordens à Guarda, Ordens de Serviço de 1920 a 1929.

Fontes periódicas
O Concelho de Estarreja, Carestia de Vida, 13 de outubro de 1917.
O Concelho de Estarreja, Polícia, 24 de julho de 1915.
O Concelho de Estarreja, Polícia Rural, 24 de outubro de 1916.

OS BAILES DO "CENTRO"

*José Fernando Ferraz Correia**

* José Fernando F. Correia nasceu em Novelas, Penafiel, mas logo à saída da Escola Primária vem viver para Estarreja trazido na onda migratória industrial que assolou esta região no final dos anos cinquenta do século passado. Quase setenta anos passados sobre essa chegada, sente-se um filho adotivo bem tratado e um Estarrejense agradecido à terra que lhe deu novas raízes e oportunidades. Casado com Marília, sua namorada desde os bancos do Colégio, também ela filha de migrantes industriais vindos do Norte, é um orgulhoso pai da Patricia e da Gilda. Com uma vida profissional exercida sempre no Concelho, procura retribuir o que Estarreja lhe deu e dá, participando, nas formas em que pode ser útil, na vida comunitária e associativa, procurando saber mais sobre o passado, as gentes e as memórias destas Terras de Antuã.
Escreve segundo a antiga ortografia.

Os *Bailes*, Soirées *Dançantes*, ou qualquer outra designação que se lhe queira dar, foram sempre uma actividade social e recreativa com espaço no entretenimento da sociedade portuguesa transversalmente aos seus extractos sócio-económicos, geográficos e culturais. Eram, e hoje já não o serão assim tanto, uma forma privilegiada de conhecimento, relacionamento e muitas vezes de início de romances e compromissos. Embora qualquer motivo fosse válido para a realização de um "Baile", com meros intuitos de encontro e diversão, formas de angariar fundos ou receitas, celebração de datas e outros, existia um conjunto de motivos comuns que se disseminavam por todo o país, de que eram paradigmáticos os *Bailes de Passagem de Ano*, também chamados de *Réveillons*, os *Bailes da Micarême*, os *Bailes de Carnaval* e os *Bailes de Finalistas.*

Existiam, e existem ainda outros bons motivos para justificar a organização desses bailes, como as *Vindimas*, as *Colheitas*, os *Santos Populares*, as *Debutantes*, ou até mesmo os *Bailes da Paróquia*, como canta Rui Veloso, etc, mas a importância que esses eventos tinham, a excitação anterior que causavam pela expectativa da sua realização e o debate posterior pelas incidências neles verificadas, que eram motor e tema das conversas das famílias e comunidade participante, essa diminuiu consideravelmente nas últimas décadas. E neste enquadramento social e comunitário, Estarreja e a sua população, não constituíram excepção. Houve, nomeadamente até ao último quarteldo passado século XX, uma tradição e profusão de bailes, de diferentes temas e entidades organizadoras, mas de entre as quais duas se terão distinguido pela sistemática e dimensão das suas realizações dançantes. E, em nossa opinião, os Bailes dos Bombeiros (e aqui, como curiosidade lembre-se de que em 1972 apareceu um filme checo do conhecido realizador Milos Forman que se chamava precisamente *O Baile dos Bombeiros*, ganharam dimensão, tanto nos Carnavais como nas Passagens de Ano, a partir dos princípios da década de sessenta e que ainda hoje se realizam.

Anteriormente, porém, no período entre os anos da primeira década do passado século e a sua década de sessenta, uma Colectividade houve que dominou na realização de grandes bailes no centro da então Vila, e que foi o *Centro Recreativo de Estarreja*. E por nos parecer merecedor, não só de tributo por esse desempenho de animação da comunidade, mas também para registar e publicitar pessoas, orquestras, costumes e todo um conjunto de detalhes que estavam associados a esses momentos de diversão associativa, se tentará dar conta de alguns documentos, noticias e práticas associadas à organização e realização do que passaremos a chamar como *Os Bailes do Centro*.

Numa rápida referência, recordemos que o Centro Recreativo de Estarreja foi fundado a 10 de Julho de 1910, ainda em tempos portanto da Monarquia, se bem que por apenas três meses, após os quais passou a viver tempos republicanos. E não demora muito tempo até que apareçam os primeiros acordes musicais para acompanhar os passos de dança, com o pedido de um grupo de sócios para a realização de bailes carnavalescos em Fevereiro de 1911, aproveitando a direcção para estabelecer regras internas e de conduta que garantam e protejam o bom nome da Colectividade, como se pode ler numa das deliberações registadas em acta: *que em ocasiões de bailes não podeo contínuo vender vinho nem bebidas alcoólicas, porque não se pode tolerar que tal costume, impróprio da garantia ao respeito e consideração devida a esta Associação, que mais se criou para a educação, do que para nela se haverem e efeito aqueles e outros exemplos que só servem para degenerar a sociedade, podendo somente vender cerveja e refrigerantes de qualquer espécie. Estabelece-se igualmente que logo que a orchestra que faça*

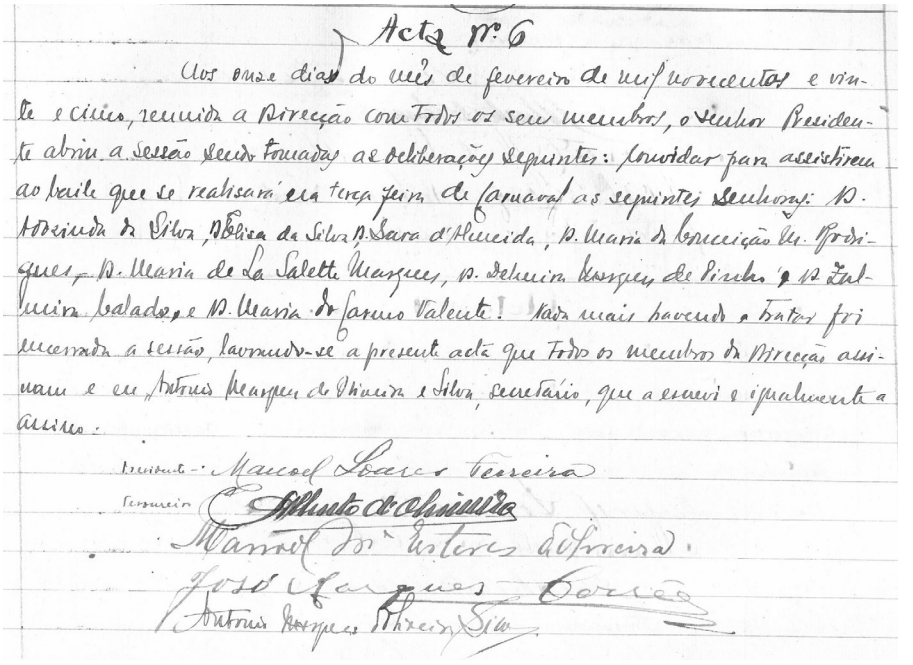
parte de qualquer baile se retire, considere-se desde logo terminado o baile. Se o baile for promovido pela Direcção, esta previamente determinará a hora a que deve findar. Se for promovido por sócios, estes deverão previamente entender-se coma direcção para estabelecer a hora a que deve findar, não se podendo, contudo, prolongar para além da meia noite. E de acordo com estas regras os bailes, pelas mais diversas razões, vão-se sucedendo, sendo frequentes encontrar-se nas actas menções a essas realizações em que as despesas com a orquestra/músicos é assumida por um sócio ou grupo de sócios que promovem esse baile.

Começam assim a realizar-se eventos dançantes e que aproveitavam as ocasiões festivas que os justificavam e no mínimo ocorriam pelo Carnaval, na Micarême, na Páscoa e num ou outro aniversário festivo. Os tempos porém vão mudando, surge a eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial, a instabilidade governativa decorrente da jovem república que se tenta afirmar vão contribuído para dificuldades sociais e económicas e frases como *carestia de vida* passam a constar de algumas transcrições das actas das reuniões directivas. E quando a guerra termina, novo flagelo se apresenta com o aparecimento da epidemia da *gripe espanhola* e as menções nas actas a falecimento de sócios ou de seus familiares, torna-se uma nota dominante. Durante este período que ocupa grande parte da primeira década do século XX, não são muitas as condições para festejos. Mas quando se inicia a segunda década, as nuvens negras que haviam forrado os céus abrem-se um pouco e começam a surgir pedidos de marcações de matinées e soirées dançantes. A Direcção delibera sobre esses pedidos e antes de avançar para as autorizações entende ser importante estabelecer limites para as liberdades carnavalescas dentro das suas instalações. É curioso conhecer agora, passados mais de 100 anos, o teor desses limites, tal como constam dos registos das suas deliberações directivas, Era então permitido: *Os sócios que tenham filhos com mais de dezasseis anos, podem-se fazer acompanhar deles, para que assistam e participem nos bailes, desde que estes estejam debaixo do poder paterno; - Eram permitidos os jogos carnavalescos de lançamento de serpentinas, confettis e lança-perfume.* Em contrapartida, havia todo um conjunto de restrições, devidamente descritas, tais como: *Os mascarados tinham à entrada que retirar a máscara e dar a conhecer ao director de serviço, que efectuaria a identificação do associado; - Não era permitido permanecer, depois de iniciar o baile, a máscara para além de meia hora; - Não são permitidas máscaras ou fantasias que ofendam a moralidade ou qualquer crença ou ideologia; - É pedida aos associados a fineza de não se fazerem acompanhar de crianças com menos de dez anos de idade, os quais, além de se tornarem incómodos, correm o risco de se magoarem durante os "combates" carnavalescos.*

Com toda esta *legislação* em vigor, realizavam-se todos os anos no Salão das Sedes que o Centro foi ocupando, com particular destaque para os da sua Sede no Palacete do Visconde de Valdemouro (actual Casa Municipal da Cultura) os bailes dos domingos *magro e gordo* e do dia de Carnaval, numa tradição que se manteve durante várias décadas.

Mas os bailes, que tinham na sua maioria como pares dançantes os casais em que o marido era sócio do Centro, (sendo que nesses recuados tempos de um século atrás apenas os homens é que podiam ser sócios efectivos) não deixava grande espaço para os sócios que eram solteiros e que ficariam limitados a procurar par entre uma ou outra filha de um sócio que os pais decidissem levar consigo, o que era uma raridade. Não será portanto de estranhar que alguns sócios venham solicitar á Direcção que efectue convites formais a senhoras que não sejam familiares de sócios para que possam estar presentes nessas reuniões dançantes. E é curioso verificar que tais indicações nominais constavam do

teor das actas, como se encontra na seguinte descrição de uma Acta de 1925: …*que para o baile de Carnaval se convidasse a sobrinha do sócio Alexandre da Silva, a irmã do falecido sócio Manuel Mortágua e a menina Helena Peres a pedido do sócio* …. Mais adiante, para outros bailes, vão surgindo pedidos para que se convidassem as seguintes senhoras: *Sara de Almeida, Maria José Martins, Elisa Vieira, Diamantina Mendes, Maria de Jesus Martins, Ricardina Pires, Maria Guilhermina, Judith Morato, Ilda Veiga, Licínia de Almeida Lima, Elisa Silva, Maria da Conceição M. Rodrigues, Maria de La-Salette Marques, Delmira Marques de Pinho, Zulmira Calado, Maria do Carmo Valente.*



Acta Nº 6

Aos onze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e vinte e cinco, reunida a Direcção com todos os seus membros, o Senhor Presidente abriu a sessão sendo tomadas as deliberações seguintes: convidar para assistirem ao baile que se realisará na terça feira de carnaval as seguintes Senhoras: D. Adozinda da Silva, D. Elisa da Silva, D. Sara d'Almeida, D. Maria da Conceição M. Rodrigues, D. Maria de La Salette Marques, D. Delmira Marques de Pinho, e D. Zulmira Calado, e D. Maria do Carmo Valente! Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente acta que todos os membros da Direcção assinam e eu Antonio Marques de Oliveira e Silva, secretário, que a escrevi e igualmente a assino.

Presidente - Manoel Soares Ferreira

Secretário - Augusto de Oliveira

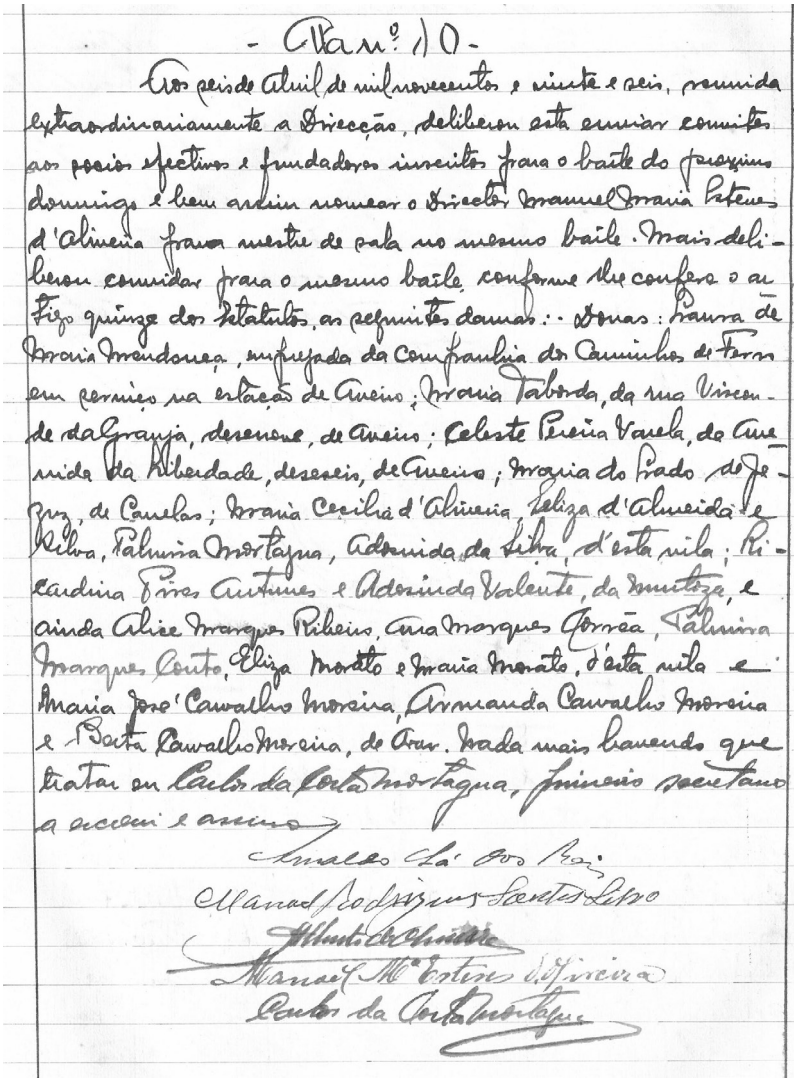
Manuel dos Santos d'Oliveira.

José Marques Correia

Antonio Marques Oliveira Silva

Cópia de extracto da transcrição da Acta de 11 de Fevereiro de1925.

Nalguns casos, quando os pedidos eram para senhoras que não viviam aqui no centro da Vila, e para que não houvesse confusão, os convites eram bem específicos, como os que se encontram assim referenciados : *foi deliberado, por unanimidade, convidar para o baile as senhoras Esther Batista e suas manas, de Pardilhó, e Palmira Cravo, da Murtosa*. A preocupação com a precisão e detalhe das identificações, chega a ter preciosa descrição, como aquela que se encontra na Acta de reunião da Direcção n.º 10, de Abril de 1926, em que se pode ler: … *deliberado convidar para o baile do próximo domingo, as seguintes damas: D.ª Laura de Maria Mendonça, empregada da Companhia de Caminhos de Ferro em serviço na Estação de Aveiro; D.ª Maria Taborda ,da Rua Visconde da Granja, 19, Aveiro; D.ª Celeste Pereira Varela, da Avenida da Liberdade, 16, Aveiro; Maria do Prado de Jesus, Canelas; Maria Cecília de Oliveira, Eliza de Almeida e Silva, Palmira Mortágua e Adozinda da Silva, Alice Marques Ribeiro, Ana Marques Corrêa, Palmira Marques Couto, Eliza Morato e Maria Morato, todas desta vila; Ricardina Pires Antunes e Adozinda Valente, da Murtosa e ainda Maria José Carvalho Moreira, Armanda Carvalho Moreira e Berta Carvalho Moreira, de Ovar. Nada mais havendo que tratar* ….



- Acta nº 110 -

Aos seis de Abril de mil novecentos e vinte e seis, reunida extraordinariamente a Direcção, deliberou esta enviar convites aos socios efectivos e fundadores inscritos para o baile do proximo domingo e bem assim nomear o Director Manuel Maria Pereira d'Almeida para mestre de sala no mesmo baile. Mais deliberou convidar para o mesmo baile, conforme lhe confere o artigo quinze dos Estatutos, as seguintes damas: - Damas: Laura de Maria Mendonça, empregada da Companhia dos Caminhos de Ferro em cernicio na estação de Aveiro; Maria Taborda, da rua Visconde da Granja, desenove, de Aveiro; Celeste Pereira Varela, da Avenida da Liberdade, desesseis, de Aveiro; Maria do Prado de Jesus, de Cavelas; Maria Cecilia d'Almeida, Eliza d'Almeida e Silva, Palmira Montagna, Adelaide da Silva, d'esta vila; Ricardina Pires Antunes e Adelaide Valente, da Gafanha, e ainda Alice Marques Ribeiro, Ana Marques Correia, Palmira Marques Couto, Eliza Moreto e Maria Moreto, d'esta vila e Maria José Carvalho Moreira, Armanda Carvalho Moreira e Beata Carvalho Moreira, de Avar. Nada mais havendo que tratar eu Carlos da Costa Montagna, primeiro secretario a escrevi e assino.

Manuel Maria dos Reis
Manuel Rodrigues Santos Leite
Manuel Maria Esteves d'Oliveira
Carlos da Costa Montagna

Cópia de extracto de transcrição da Acta de 6 de Abril de 1926.

Talvez que algum dos leitores possa encontrar aqui o nome das suas avós ou mesmo bisavós, que eram tão formalmente convidadas para participarem nessas reuniões dançantes.

Mas os anos vão passando, os tempos mudam, os costumes liberalizam-se e as tecnologias evoluem. O que eram bailes animados por músicas ao piano e por vezes mais dois ou três músicos, começa a ter o apoio de grafonolas e gira discos. O suave *frou-frou* das saias e dos vestidos compridos, que rodavam nas valsas, vai sendo abafado pelas notas mais estridentes do *charleston* e do *jive*. E as meninas e jovens senhoras, aproveitando as ainda leves brisas de liberdade e emancipação que começam a soprar, já não precisam de convite tão formal pelo correio e vão-se organizando de moto-próprio a ir com as famílias das amigas ou com os irmãos mais velhos.

E quando se tratava de ocasiões mais festivas, realizavam-se grandes Bailes, com a animação de afamadas orquestras, como eram na época as de *Fausto Neves* a *Vista Alegre*, a *Internacional de Vagos*, a de *Resende Dias* ou a *Palácio de Espinho*, entre muitas outras de menor fama ou popularidade, incluindo no seu reportório as tendências musicais que iam surgindo como os *slows*, o *twist* e sobretudo e cada vez mais o *rock and roll*. Assim se vão encontrando registos de Bailes nas décadas de quarenta e cinquenta do passado século, encontrando-se notas históricas referentes a esta época dando conta de alguns detalhes pitorescos, como é o caso da referência que encontramos nos escritos do sócio Alexandre Miranda, um profundo conhecedor de toda a história Centro, que relata: *…estava-se no entardecer da quarta década de existência do Centro e não resisto a recordar um personagem dos seus Bailes nestes anos. Trata-se do Francisco Vilhegas, conhecido como o "Chico das Pegas ou das moças", que com a sua maneira experiente e elegante de dançar, rodopiava uma estonteante valsa ou compassava suavemente, donairoso, um tango, ao som de orquestras famosas como a de "Fausto Neves" ou "Palácio" de Espinho, deixando sempre pregadas ás cadeiras algumas damas em grande ansiedade para que chegasse a vez de ser ele o seu par. E os Bailes iam até ao amanhecer, quando o sol já despontava e a vida nas ruas começava ….*

E a dimensão destes eventos dançantes pode ser constatada em alguns documentos da época, de que são exemplos o Baile em 1951, que tinha como Comissão Organizadora os sócios *Eduardo Costa, Mário Marcelo da Costa Marques, Carlos Augusto da Graça e Sousa, Luís Firmino de Melo Vilhena e Amilcar Hernâni Linhares Vidal,* como se pode ver na cópia de um original do Convite para esse baile.


CENTRO RECREATIVO
DE
ESTARREJA

BAILE

comemorativo do 40.º aniversário da Fundação

16 de Junho de 1951

Temos a honra de convidar V. Ex.ª e sua Ex.ma Família a tomar parte no Baile comemorativo do 40.º aniversário da fundação do Centro Recreativo de Estarreja, que terá início pelas 22 horas do dia 16 de Junho próximo, nos salões desta Colectividade.

A DIRECÇÃO:

Dr. Eduardo Costa
Mário Marcelo da Costa Marques
Carlos Augusto da Graça e Sousa
Luís Firmino de Melo de Vilhena
Amilcar Hernani Linhares Vidal

Capa do Convite do Baile de 16 de Junho de 1951, com a identificação da Comissão Organizadora.



ORQUESTRA RESENDE DIAS
(Da Emissora Nacional)
E
ORQUESTRA RAMOS-PINHO

INSCRIÇÃO:
Cavalheiros { Não sócios . . 70$00
Sócios. . . . . 50$00
Senhoras e crianças . . . . 20$00

SERVIÇO INCLUÍDO
com o famoso espumante natural "PRÍNCIPE REAL", das CAVES IMPÉRIO, de Sangalhos

Trajo de passeio

Convite pessoal e intransmissível

Indicação das Orquestras, do preço das Entradas, do Trajo a usar e do Serviço oferecido

É de salientar que este Baile não tinha apenas uma, mas sim duas Orquestras, ambas de grande fama na época e no País, sendo uma delas da Emissora Nacional que era então e tão só a principal estação radiofónica do território nacional. Relevante também o facto de ser um baile com Serviço incluído, o que era então sinónimo de classe e elegância social.

E, alguns anos mais tarde novo exemplo, em 1958, com uma Comissão organizadora bem mais alargada, composta pelos seguintes 27 sócios, a saber: *Joaquim Mendonça, António Ferreira, António S. Fernandes, António A. Oliveira, Augusto M. Coutinho, Aníbal Oliveira Dias, Carlos Pinto Sousa, Adelino Cabral Tavares, Sérgio Gouveia Cunha, António Afonso Tavares, Miguel Tavares, António Cavaleiro Medina, Jaime Gonçalves, Ernesto Marques Pinho, Alberto Augusto Vidal, Vitor Mano, Servando Gonzales Carbalho, Florentino Marques Correia, António Marques Rodrigues, Homero Martins Coutinho, António Nunes Miranda, Carlos Eurico Marques, José Fonseca, José Eugénio Oliveira Olivanda, Vasco Pais e Adelino Figueira Rebelo).*



COMISSÃO

Joaquim Mendonça
António Ferreira
António S. Fernandes
António A. Oliveira
Augusto M. Coutinho
Aníbal Oliveira Dias
Carlos Pinto Sousa
Adelino Cabral Tavares
Sérgio Gouveia Cunha
António Afonso Tavares
Miguel Tavares
António Cavaleiro Medina
Jaime Gonçalves
Ernesto Marques Pinho

Alberto Augusto Vidal
Vitor Mano
Servando Gonzalez Carbalho
Florentino Marques Correia
António Marques Rodrigues
Homero Martins Coutinho
António Nunes Miranda
Carlos Eurico Marques
José Fonseca
José Mendonça
José Eugénio Oliveira Olivanda
Vasco Pais
Adelino Figueira Rebelo

Constituição da Comissão Organizadora do Baile de 1958.

Se se atentar com alguma atenção na listagem dos elementos dessas Comissões, todos eles sócios do Centro, encontraremos nesses jovens de vinte e trinta anos a fina flor dos Estarrejenses que habitavam no centro da Vila nessa década de 50 do passado Século XX, na sua grande maioria comerciantes e empresários do então importante tecido comercial e industrial local e que durante as décadas seguintes nos habituamos a conhecer como figuras patriarcais em termos familiares, comunitários e sociais.

Pode-se observar, em ambos os casos, o formalismo dos Convites em que se referia que os mesmos eram *pessoais e intransmissíveis*, a identificação das orquestras, os preços da entradas, o trajo a usar, o tipo de serviço oferecido e outras informações pertinentes.


1958

CENTRO RECREATIVO
DE
ESTARREJA

Convite

MATINÉES
INFANTIS

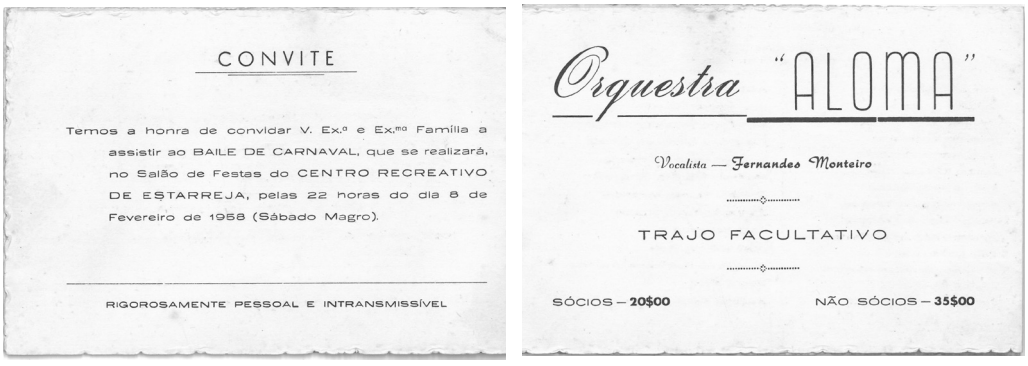
Dedicadas aos filhos dos Ex.mos Associados

DOMINGO GORDO
E
TERÇA-FEIRA DE ENTRUDO

realizam-se as habituais matinées infantis, com início às 15,30 horas.

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

Capa do Convite para o Baile de Carnaval de 1958 e informação sobre as Matinées Infantis


CONVITE

Temos a honra de convidar V. Ex.ª e Ex.ma Família a assistir ao BAILE DE CARNAVAL, que se realizará, no Salão de Festas do CENTRO RECREATIVO DE ESTARREJA, pelas 22 horas do dia 8 de Fevereiro de 1958 (Sábado Magro).

RIGOROSAMENTE PESSOAL E INTRANSMISSÍVEL

Orquestra "ALOMA"

Vocalista — *Fernandes Monteiro*

TRAJO FACULTATIVO

SÓCIOS — **20$00** NÃO SÓCIOS — **35$00**

Convite formal e Informação sobre a Orquestra e Trajo a usar.

em consequência definhando e o seu Salão de Festas perdendo o brilho, fazendo lembrar a decadência de um nobre com *pedigree* mas sem recursos materiais. E como que a fechar esse ciclo de ouro da vida e história do Centro, surge de rompante a *Revolução dos Cravos* em Abril de 1974, abalando os alicerces sociais, os costumes e de um modo geral o *modus vivendi* de todo o País. O fim da Guerra Colonial trás consigo uma tentativa de recuperar os anos perdidos e o restauro do edifício Sede do Centro, entretanto iniciado por um admirável grupo de sócios que se empenham, física e economicamente nessa tarefa, tenta reatar as tradições e podemos encontrar nesse final da década de setenta provas de novos Bailes, agora a pretexto de aniversários da colectividade, como se pode comprovar nos cartazes adiante de 1977 e 1978, e com a curiosidade de num deles se ver publicitado o agrupamento musical *Escala 5,* que havia sido formalmente criado nos primórdios do ano de 1977 e que a partir dessa data viria a ser um habitual animador dos Bailes concelhios, com particular ênfase nos Bailes de Carnaval e de Passagens de Ano organizados pelos Bombeiros.



Agrupamento Musical Escala 5, com os seus músicos fundadores, a saber: Sérgio Cunha e Castro (Teclas); José Lopes (Saxofone, Clarinete e Banjo); Manuel Ferreira (Viola Ritmo); Jorge Silva Ginho(Bateria) e José Manuel Matos (Viola Baixo)





Cartazes publicitando Festejos e Bailes a propósito de celebração de Aniversários da Colectividade

O golpe final nesta tradição dos Bailes do Centro Recreativo de Estarreja vem com o desalojamento do Centro da sua Sede no Palacete dos Viscondes da Valdemouro, no coração da Praça de Estarreja, em Agosto de 1981 e por decisão judicial no seguimento de um processo iniciado pela Câmara Municipal para aí instalar a sua Biblioteca e Casa da Cultura. Mas isso são contas de um *outro rosário* que merecem ser desfiadas e tratadas noutro espaço e noutro enquadramento.

Para a história ficam cerca de sete décadas, entre 1910 e 1980, de Bailes de grande envergadura comunitária, outros mais intimistas e familiares de associados, de reuniões da juventude em pequenos Bailes e Matinés Dançantes, ao som de gira discos e aos Domingos à tarde, entre o fim da sessão de Cinema no Cine Teatro de Estarreja e ate à hora de jantar, de Récitas Musicais e de outras oportunidades para um *pé de dança*.

Os salões da Vila e em particular o Salão Nobre da Sede do CRE, já não têm suspensos do tecto os candelabros de pingentes de vidro e nas paredes os grandes espelhos de molduras douradas, substituídos agora por discretos leds luminosos e suportes de exposições. Os elegantes pares já não rodopiam ao som de orquestras ou conjuntos musicais, mas desfilam lentamente observando fotografias, pinturas ou outras mostras culturais. Dança.-se fora da terra, em discotecas ou reveillons em salões de hoteis. Mudam-se os tempos e não apenas as vontades, mas também os hábitos e os costumes. Mas que permanece uma saudade dourada, luminosa e harmoniosa como uma qualquer dança de salão, isso não há como negá-lo…. Bons tempos…

A CULTURA DO ARROZ E A PROBLEMÁTICA DA SAÚDE PÚBLICA EM ESTARREJA NO SÉCULO XIX[1]

Juliana Cunha *

Contudo, devo ainda ponderar que a cultura do arroz é uma cultura importante, vital mesmo, para alguns pontos do distrito. Há muitas povoações, cuja industria principal é a cultivação d'esta gramínea, que brota e se desenvolve nas terras alagadas, assim fertilisadas pelos esforços de uma laboriosa applicação. Esta cultura é hoje na maior parte do districto o desideratum da industria agricola, que sem ella difficilmente poderia subsistir; sendo prova do que levo dito o facto averiguado de que só no anno de 1857-1858 o valor da producção nos concelhos de Águeda, Albergaria, Anadia, Aveiro, Estarreja, Feira, Ílhavo, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro e Vagos subiu a 1:734 moios e 29 alqueires, ou réis 41:627$600. [2]

Nicolau Anastácio de Bettencourt (1810-1874)
Governador Civil de Aveiro



Homens e mulheres na cultura do arroz[3]

* Licenciada em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica (pré-Bolonha) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestre em Património Cultural e Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Técnica Superior da Divisão da Cultura, Eventos e Turismo da Câmara Municipal de Estarreja. Coordenadora do Museu Fábrica da História - Arroz.

1 - Este artigo baseia-se em parte de um capítulo da tese de mestrado apresentada em outubro de 2024 à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e intitulada "A indústria de descasque de arroz no concelho de Estarreja: identidade, património e musealização".

2 - In Relatório sobre a Cultura do Arroz e a sua influência na saúde pública. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 169.

3 - Fotografia [s.d.], cedida por Maria da Anunciação Vicente (Estarreja).

Na região do Baixo Vouga Lagunar[4], a zona mais a norte do território nacional onde se produz arroz, e aquela onde está inserida o concelho de Estarreja e que aqui se pretende analisar, os arrozais fazem, desde o século XIX, parte integrante do património identitário.

Com terrenos propícios ao cultivo do cereal, ao longo dos séculos o Homem converteu terra outrora alagada em locais férteis para o cultivo do cereal. Região propícia à orizicultura, nos séculos passados o arroz era produzido em todo o distrito de Aveiro. Considerada uma cultural rentável, atingiu a nível nacional e local a sua maior expansão agrícola em meados do século XX.

Contudo, a par do aumento e sucesso da produtividade do produto orizícola, assistiu-se, ainda na segunda metade do século XIX, a um período de grandes contestações e conflitos populares, devido ao cultivo do arroz ser associado ao sezonismo[5], originado tensões e debates locais, com impacto parlamentar e legislativo. Assim, a cultura do arroz foi, à época, travada pela insalubridade dos arrozais, levantando questões de saúde pública e desagrado das populações nas regiões onde era cultivado o cereal.

Em Estarreja e nas suas freguesias, também esta problemática da cultura do arroz e a saúde pública, esteve na ordem do dia. Em 1856, à Casa da Comissão de saúde pública foi presente *uma representação que os povos de Santa Marinha de Avanca, e de São Pedro de Pardilhó, do concelho de Estarreja, Distrito de Aveiro, dirigiram a esta câmara, pedindo que tome em consideração uma epidemia que à cultura do arroz tem ocasionado nas suas duas freguezias e que adopte providencias para os livrar d'esse flagelo, lembrando os supplicantes, como uteis, as providencias já justificadas pela experiência, e adoptadas pelo governo no ano de 1855 para o concelho de Ovar, acerca do mesmo objecto.*[6]

Os povos das referidas freguesias de Avanca e Pardilhó pedem, inclusive, aos representantes da nação que t*omando em consideração os males que a cultura o arroz tem espalhado n'estas freguesias, se dignem a prohibi-la*…[7]. O que de facto se veio a confirmar, pois a dita cultura foi proibida por portaria do ministério do reino de 17 de abril de 1858, em virtude de reclamações dos povos em 1856, conforme abaixo se verifica:

Senhores deputados: Os povos das freguezias de Santa Marinha de Avanca e de S. Pedro de Pardilhó, do concelho de Estarreja, districto administrativo de Aveiro, vão por este modo pedir aos sábios representantes da nação que tomando em consideração os males que a cultura do arroz tem espalhado n'estas freguezias, se dignem prohibi-la, não só porque uma epidemia cruel e devastadora tem desde o aziago anno de 1853 assolado estas freguezias, em consequência também porque a posição especial d'estas freguezias, pela sua planície natural e carência de aguas, não permitte a

4 - O Baixo Vouga Lagunar abrange os concelhos de Estarreja, Aveiro e Albergaria-a-Velha. Situa-se na foz do Rio Vouga e ocupa uma superfície de cerca de 4600 hectares. A referida designação aplica-se a uma extensa área de paisagem plana integrada num vasto ecossistema lagunar – a Ria de Aveiro.

5 - Sezonismo, paludismo ou malária – doença infeciosa transmitida pelo mosquito ao Homem e através do qual se manifesta a sezão.

6 - In Relatório sobre a Cultura do Arroz e a sua influência na saúde pública. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

7 - *Idem.*

perenne irrigação dos taboleiros em que se fazem as sementeiras, dando por isso logar á estagnação e decomposição das aguas.

E pois, senhores, no meio da maior afilicção que estas infelizes povoações levantam seus brados de angustia e dor, e por este meio os fazem chegar até vós, senhores deputados, pedindo-vos mui instante e submissamente providencias, a fim de nos livrardes d'este flagello exterminador de nossas famílias e contra que lutámos ha perto de tres anos!

A imprensa tem repelidas vezes fallado das mortíferas epidemias dos concelhos de Ovar e de Estarreja, e vós, senhores, já o anno passado acolhestes benignamente a representação que vos dirigiram os povos de Ovar; acolhei também agora a nossa, e livrae-nos assim de uma morte quasi infallivel.

Alem das rasões expostas receiámos muito o reapparecimento da cholera-morbus, que sempre faz maiores estragos nos sitios pantanosos, e achando-se os nossos campos, em consequência da cultura do arroz, convertidos em um vasto e continuado pantano, que poderemos nós, enfraquecidos já pelas febres intermittentes, esperar, se por desgraça se apresentar este inimigo terrivel entre nós?

Não se diga que estas pobres freguezias levantaram em vão as suas vistas supplicantes aos dignos representantes da nação. Nós temos hem fundadas esperanças de merecermos a vossa alta protecção; para a obtermos confiámos na justiça do nosso pedido e na vossa illustração e reconhecida solicitude pelo bem do povo.

O attestado do reitor da freguezia de Avanca, que vae appenso a esta representação e que mostra o numero das victimas d'esta moléstia, vos convencerá dos nossos soffrimenlos.

Providenciae pois, senhores, a nossos males, e lembrae-vos que não soffre tardança o remedio, porque já se preparam novas sementeiras. Livrae-nos do risco que correremos se se levam a efeito.

Em vista do exposto esperámos favoravel deferimento, e receberemos mercê.

Avanca, 9 de março de 1856.[8]

A orizicultura estava, assim, envolvida numa polémica controversa, onde se sobrepunham interesses económicos aos interesses das populações e de saúde pública que se arrastou *por várias décadas*, s*em que a legislação e as medidas adotadas pelos sucessivos governos, monárquicos e republicanos, consubstanciassem uma posição clara e aceite pelos diversos interesses em jogo* (Silva, Faísca, 2015, p. 110).

Desta forma, a 16 de maio de 1859 é criada por portaria uma comissão encarregue de *visitar os arrozaes e colligir a maior copia possível de informações e documentos sobre a importância económica e agricola, e sobre as condições hygienicas da cultura do arroz em Portugal*.[9] A comissão era composta pelo lente do Instituto Agrícola, João de Andrade Corvo; o lente de química aplicada às artes no Instituto Industrial de Lisboa, Sebastião Bettamio de Almeida e pelo lente substituto de engenharia rural do Instituto Agrícola, Manuel José Ribeiro.

8 - In Relatório sobre a Cultura do Arroz e a sua influência na saúde pública. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 193.

9 - In Relatório sobre a Cultura do Arroz e a sua influência na saúde pública. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p.5

O referido trabalho resultou num *Relatório sobre a Cultura do Arroz e a sua influencia na saúde pública,* publicado em 1860. De difícil estudo e ainda mais de difícil resolução, era importante *que o governo se habilite com as informações e esclarecimentos precisos para que possam adoptar-se medidas que, resguardando a saúde dos povos, que é um dos seus mais importantes deveres, imponham todavia à propriedade individual o menor numero de restrições possível…*[10]

A comissão esteve também no concelho de Estarreja e no referido relatório, poder-se-á verificar que em 1854 o cultivo de arroz era realizado nas freguesias de: Avanca, Pardilhó, Salreu e Veiros, sendo que, como já verificamos acima, em Avanca e Pardilhó foi a cultura proibida por ordem do governo, a requerimento dos povos.

No mesmo relatório, a 31 de dezembro de 1858, consta também o parecer do governador civil de Aveiro, Nicolau Anastacio de Bittencourt, que afirma que a cultura do arroz tem recebido bastante desenvolvimento no distrito. Segundo o referido governador, no distrito de Aveiro, *os terrenos alagados, onde outrora não vegetavam senão plantas aquáticas, estão hoje agricultados e semeados de arroz. Os agricultores d´esta gramínea não poupam esforços em lhe darem grande incremento, porque a produção compensa os seus trabalhos.*[11]

Consta ainda do seu parecer que sobre este género de cultura aparecem várias opiniões: *…umas condenando-o como prejudicial à hygiene pública, e outras apresentando-o como indiferente, ou antes como favorável à salubridade…*[12] Afirma ainda que *…as mulheres e os homens que annualmente se empregam na monda do arroz não são atacados de preferência pelas febres intermitentes, pois apesar de andarem com os pés mergulhados na água, e do sol projectar sobre elles os seus raios, nem por isso é maléfica a sua influencia…*[13]

10 - *Idem,* p. 6.

11 - *Ibidem,* p. 168.

12 - *Ibidem.*

13 - *Ibidem,* p. 169.

Concelho de Estarreja

Mappa demonstrativo da população e seu movimento nas freguezias de Avanca, Pardilhó, Salreu e Veiros, pertencentes ao dito concelho, nos annos abaixo designados

ANNOS	FREGUEZIA DE AVANCA			FREGUEZIA DE PARDILHÓ			FREGUEZIA DE SALREU			FREGUEZIA DE VEIROS			OBSERVAÇÕES
	POPULAÇÃO	NASCIMENTOS	OBITOS	POPULAÇÃO	NASCIMENTOS	OBITOS	POPULAÇÃO	NASCIMENTOS	OBITOS	POPULAÇÃO	NASCIMENTOS	OBITOS	
1841	3:981	116	66	2:440	108	51	2:894	63	42	2:018	54	18	O anno de maior incremento da cultura do arroz no concelho de Estarreja foi, segundo informa o respectivo administrador, o de 1851.
1842	3:991	82	93	2:427	87	82	3:054	68	66	2:026	70	17	
1843	3:960	113	94	2:440	99	40	3:135	69	68	2:029	39	27	
1844	3:940	131	68	2:430	84	30	3:286	71	55	2:068	69	22	
1845	4:126	118	63	2:442	91	37	3:135	73	51	2:007	54	51	
1846	4:039	116	68	2:390	100	40	3:225	82	46	2:039	75	40	Nas freguezias de Avanca e Pardilhó foi a dita cultura prohibida por portaria do ministerio do reino de 17 de abril de 1858, em virtude de reclamações dos povos.
1847	3:974	102	82	2:385	93	54	3:240	82	30	2:022	63	36	
1848	4:018	124	89	2:362	81	46	3:926	90	48	2:192	65	51	
1849	3:988	139	84	2:365	95	99	3:781	78	67	2:210	54	35	
1850	4.071	109	82	2:744	95	99	3:319	99	54	2:179	60	56	
1851	4:019	106	116	3:170	108	83	3:170	108	83	2:083	65	63	Os terrenos em que ainda se cultiva arroz, e aquelles em que deixou já de ser cultivado, produziam milho, continuando estes ultimos a produzi-lo.
1852	4:036	131	87	3:408	107	59	3:046	89	65	2:086	72	63	
1853	3:963	94	96	3:539	92	68	2:678	95	81	2:109	60	75	
1854	4:029	105	176	3:408	45	80	2:400	94	93	2:095	75	78	
1855	3:830	96	145	3:390	71	110	2:388	82	75	2:255	69	76	
1856	3:680	97	144	3:502	87	88	2:399	87	97	2:061	68	65	As doenças reinantes são as febres intermittentes, sendo no estio e outono que costumam recrudescer.
1857	3:724	100	82	3:556	89	70	2:432	92	107	2:024	63	81	
1858	3:830	96	62	3:833	74	54	2:475	96	105	2:034	70	42	

Aveiro, 12 de novembro de 1859.=O secretario geral, *José Ferreira da Cunha e Sousa*.

Mapa demonstrativo da população e o seu movimento (nascimentos e óbitos) nas freguesias de Avanca, Pardilhó, Salreu e Veiros (1844-1858)[14]

No referido relatório foram ainda consultados e inquiridos médicos dos respetivos concelhos do território nacional onde se produzia arroz. No caso de Estarreja, foram consultados o médico cirurgião Manuel Maria Ribeiro, o médico do partido Agostinho Luiz Pereira Valente e o médico José da Silva Teixeira.

O médico Manuel Maria Ribeiro afirma que em anos anteriores à cultura do arroz as febres intermitentes foram em maior número, assim, conclui que *logo a consequência lógica é que as sementeiras n´esta localidade são innocentes; ou porque a cultura em si é innocente*…[15] O médico Agostinho Luiz Pereira Valente também foi inquirido e respondeu a algumas questões acerca da cultura do arroz e a saúde pública. À pergunta: *Essas doenças manifestam-se com mais intensidade e tomaram caracter mais grave depois que na localidade se cultiva o arroz?* O médico responde que: *Não posso atribuir aos arrozaes o desenvolvimento das moléstias febris. Já muito antes da cultura do arroz tem sempre aparecido as mesmas moléstias com mais ou menos fúria.*

São atacadas todas as pessoas indistinctamente; menos atacadas as que trabalham nos arrozaes…[16] De facto, na opinião de Agostinho Luiz Pereira Valente, não devia ser atribuído à cultura do arroz a causa das doenças e febres. *A ignorância viu na cultura do arroz a fonte de todos os males que afligem a humanidade,* afirma o médico. Já a opinião do médico José da Silva Teixeira, intitulando-se da Murtosa de Estarreja[17] é ligeiramente diferente,

14 - In Relatório sobre a Cultura do Arroz e a sua influência na saúde pública. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 192.

15 - *Ibidem,* p. 304.

16 - *Ibidem.*

17 - De salientar que as quatro freguesias que hoje constituem o concelho da Murtosa: Murtosa, Monte, Bunheiro e Torreira estiveram anexadas ao concelho de Estarreja até 1926.

pois afirma que em alguns sítios *em que se fez a sementeira do arroz notou-se que, depois da cultura d´esta planta, as mencionadas febres intermittentes appareciam em maior número, e tomando um caracter um tanto mais sério.*[18] Contudo, é da opinião que se deve cultivar o arroz, sem contudo prejudicar a saúde pública, *e que é possível fazer-se um regulamento completo para a mencionada cultura…*[19]

De facto, opiniões divergentes tornaram esta questão difícil de esclarecer. No entanto, o relatório mencionado afirma que no caso do concelho de Estarreja, a cultura dos arrozais teve como consequência o aumento a mortalidade. *Cresceu, pois, e n´uma progressão assustadora, a mortalidade com a cultura do arroz. O ano de 1858 em que se supprimiram quatro quintos dos arrozaes do concelho de Estarreja, dá-nos a contra-prova d´esta deplorável verdade.*[21]

Segundo as conclusões do relatório, *a estatística prova positivamente que os arrozaes, quer se estabelecessem em terrenos antes paludosos, quer em terrenos livres de um excesso de humidade e cultivados, deram sempre em resultado o augmento muito considerável da mortalidade. Assim…que tomámos para exemplo, 16 hectolitros de arroz custaram uma vida!*[22]

A anterior frase explanada no final do referido relatório, devido à objetividade e comparação da vida humana à produção do cereal, acompanhou ao longo das décadas os investigadores e historiadores que se debruçaram acerca desta temática da cultura do arroz e a saúde pública.

Chegados às primeiras décadas do século XX, e apesar de já ultrapassadas algumas opiniões acerca do problemática dos arrozais e a saúde pública, a favor da rentabilidade da cultura que entretanto foi crescendo e iniciou o seu apogeu na década de 30 do referido século, a 19 de novembro de 1938, o Ministério do Comércio e Indústria da Agricultura promulga várias disposições relativas à cultura do arroz (Decreto-Lei n.º 28.493, 1938), que até então tinha sido regulada pelo Decreto-Lei n.º 20.596, de 20 de outubro de 1931, que a tornava dependente de licença da antiga Direção Geral do Fomento Agrícola. Segundo o relatório dos Decretos-Leis n.ºs 28.493 e 28.494, *a referida cultura só deveria ser proibida onde por más condições de irrigação desse lugar ao estagnamento das águas e à formação de pântanos*. Desta forma, segundo o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 28.493, *é criada na dependência da Direção-geral de Saúde uma direção de serviços anti-sezonáticos, à qual ficam subordinadas as estações e postos."* As referidas estações foram instaladas em: Montemor-o-Velho; Benavente; Idanha-a-Nova e Alcácer do Sal e os postos em Pocinho, Soure, Ponte de Sor e Azambuja. Além das estações e postos, havia ainda sete dispensários e cinquenta e cinco locais de consulta. Segundo o artigo 11.º do referido Decreto, competia à direção dos serviços anti-sezonáticos:

---

18 - In Relatório sobre a Cultura do Arroz e a sua influência na saúde pública. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p.304.

19 - *Idem.*

20 - Como foi mencionado acima, em 1858 foi proibida a cultura do arroz nas freguesias de Avanca e Pardilhó, a pedido dos povos. Percebe-se assim, que as mencionadas freguesias representariam, à época, grande parte da cultura no concelho de Estarreja.

21 - In Relatório sobre a Cultura do Arroz e a sua influência na saúde pública. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p.508.

22 - *Idem.*

1.º Dirigir e fiscalizar a ação das estações e postos na luta contra o sezonismo;
2.º Velar pelo estado sanitário dos ranchos migratórios e demais pessoal empregado na cultura do arroz;
3.º Inspecionar as habitações do referido pessoal e prestar-lhe gratuitamente assistência médica;
4.º Organizar cursos de preparação e aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar empregado na defesa contra o sezonismo;
5.º Propor a realização das obras de saneamento indispensável nos rios, ribeiros, valas ou esteiros, albufeiras e pântanos e colaborar com os serviços competentes do Estado e dos corpos administrativos na elaboração dos respectivos projetos;
6.º Promover a defesa das povoações atacadas de endemia sezonática pela instalação de redes metálicas nas habitações e outros meios adequados;
7.º A divulgação das causas e efeitos do sezonismo e dos meios de evitá-los, com o fim de obter a cooperação e auxílio dos organismos e das pessoas na luta contra a doença;
8.º Executar os trabalhos de investigação científica e de anotação estatística e epidemiológica para a realização dos fins indicados nos números anteriores.

Desta forma, nos vários concelhos onde se cultivava o arroz, estavam assim as populações abrangidas pela área de influência de cada estação. No caso de Estarreja, era abrangida pela Estação de Montemor-o-Velho, onde existiam sete locais de consulta: sede da Estação, Tentúgal, Arazede, Vila Verde, Foja, Rol e São Silvestre, distribuídas por vários dias da semana e horários. A procura incessante por uma resposta regulamentar para a orizicultura, *mas esta nunca pareceu satisfazer todos os envolvidos, suscitando sempre questões, dúvidas e acusações que sugeriam a sua imperfeição ou ambiguidade…* (Saavedra, Silva, 2010. p. 101). A classe médica, conforme verificámos acima no Relatório sobre a Cultura do Arroz e a sua influência na saúde pública também não detinha opinião unânime, contudo, o avanço natural da medicina […] *do início do século XX permitia, se não ilibar em absoluto os arrozais da culpa pela incidência da malária, pelo menos redimi-los do papel de causa directa e necessária da doença* […]. (Idem, p. 120). A solução e aposta seriam, desta forma, […] *a regulação e ação sanitárias, para controlar a nocividade potencial, mas não fatal, dos arrozais* (Silva, Faísca, 2015. p. 110). Todavia, a partir da década de 1950, devido à expansão dos campos de arroz, […] *favorecido pelas intervenções de hidráulica agrícola* […], estaria já a problemática da associação do sezonismo aos arrozais completamente ultrapassada (Idem, p. 110).

Bibliografia

COMISSÃO REGULADORA DO COMÉRCIO DE ARROZ. (1940) Campanha de 1940-41. Ministério da Economia.

CUNHA, Juliana (2024). A indústria de descasque de arroz no concelho de Estarreja: património, identidade e musealização. Tese de Mestrado. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras.

RELATÓRIO SOBRE A CULTURA DO ARROZ EM PORTUGAL E A SUA INFLUÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA. (1860). Lisboa: Imprensa Nacional.

SAAVEDRA, Mónica (2010). "Uma questão nacional": enredos da malária em Portugal, séculos XIX e XX. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

SILVA, Ana Isabel e FAÍSCA, Carlos Manuel (2015). A orizicultura em ponte de sor - economia e saúde pública (1850-1950). ABELTERIVM, Vol. II, Nº1, 107-120.

VAQUINHAS, Irene; MENDES, José Amado (2005). Canteiros de Arroz: a orizicultura entre o passado e o futuro. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal.

PROCESSOS DA INQUISIÇÃO DO CONCELHO DE ESTARREJA

*Marco Pereira**

Entre 1536 e 1821 funcionou em Portugal o Tribunal do Santo Ofício, vulgo Inquisição, ocupando-se do combate áquilo que ao tempo era considerado heresia. Entre os processos da Inquisição de Coimbra (11) e os da Inquisição de Lisboa (4) encontram-se alguns em que os acusados eram naturais ou residentes no actual concelho de Estarreja[1]. É quanto consta no espaço de quase três séculos.

De há alguns anos a esta parte estes processos ficaram disponíveis para consulta, em formato digital, no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), conforme as cotas que aqui se indicam. Para além disso foram disponibilizados online, no site "Genealogia FB"[2], índices úteis que facilitam as pesquisas a este respeito. Trata-se de bons exemplos locais da actividade da Inquisição, para referência em contexto escolar e igualmente com interesse genealógico.

Segue-se a lista dos processos em que os acusados eram naturais ou residentes no actual concelho de Estarreja, com a indicação das cotas (ou código de referência) do ANTT, data, nome do acusado, estatuto social, idade, crime de que foi acusado, profissão, naturalidade, residência, nomes dos pais, estado civil, nome do cônjuge e o resultado do processo.

---

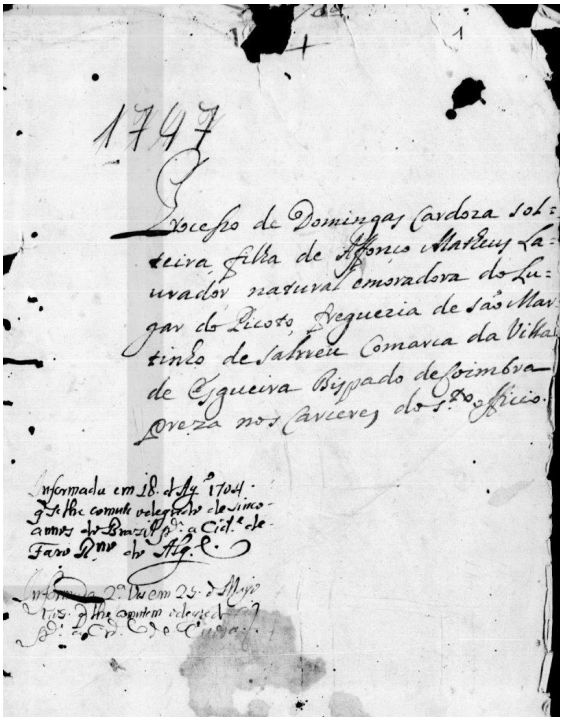
*Advogado.

Escreve segundo a antiga ortografia.

1 - Está erradamente atribuído a Estarreja o processo da Inquisição de Coimbra de Isabel Domingues (21.4.1735), cristã-velha de 60 anos, acusada de superstição e feitiçaria. A ré era, na verdade, do lugar de Esterege, freguesia de Santa Maria de Ardegão, concelho de Barcelos. Código de referência – PT/TT/TSO-IC/025/01684.

2 - Genealogia FB – https://genealogiafb.blogspot.com/.

INQUISIÇÃO DE COIMBRA



Processo de Domingas Cardoso

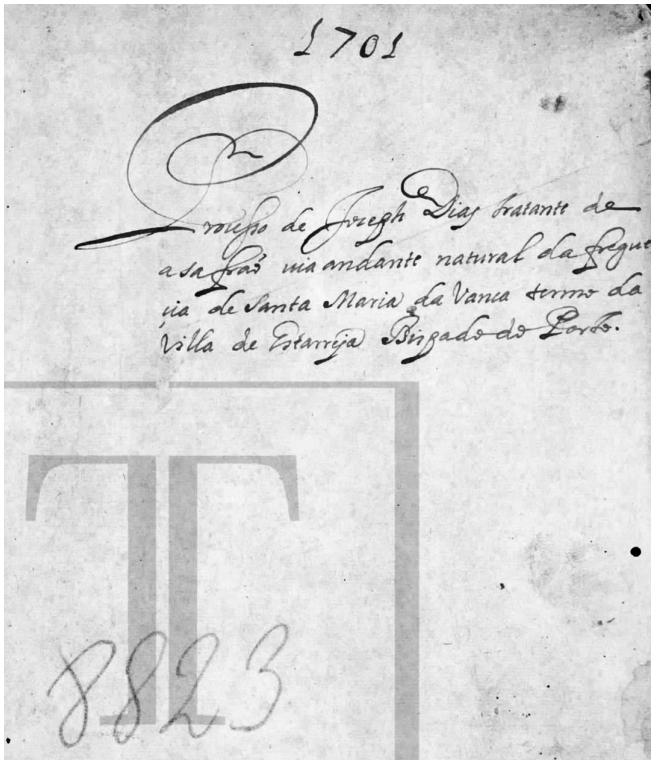
1 – Processo de Domingas Cardoso (16.6.1693), cristã-velha de 57 anos, curandeira, acusada de **superstição, feitiçaria** e **pacto com o demónio**. Natural e residente no lugar do Picoto, freguesia de Salreu. Filha de Afonso Mateus, lavrador, e Maria André, solteira. Presa em 16.6.1693, sentenciada com auto-de-fé de 17.10.1694, obrigada a abjuração de leve suspeita na fé, degredo por tempo de três anos para o bispado da Guarda, cárcere a arbítrio, instrução na fé, penas e penitências espirituais, pagamento de custas. Código de referência – PT/TT/TSO-IC/025/01747.

2 – Processo de Manuel Rodrigues de Almeida Matoso (10.2.1790), cristão-velho, sem ofício, acusado de **impedir o recto ministério do Santo Ofício**. Natural e residente em Fermelã. Filho de Francisco de Almeida Matoso, lavrador, e Maria Rodrigues de Almeida, solteiro. Apresentado em 10.2.1790, sentenciado em 5.10.1790. Outros Dados: M.C.; em 5.10.1790 foram passados ao réu termos de segredo e de licença de dois meses para ir cumprir o degredo. Código de referência – PT/TT/TSO-IC/025/08322.

3 – Processo de Francisco de Salreu (14.12.1677), cristão-velho, padre/frade religioso de Santo António dos Capuchos, acusado de **solicitação**. Natural de Salreu e residente no seu convento de Cantanhede. Filho de João Vaz, barbeiro, e Maria Rebelo, solteiro. Preso em 30.12.1676, sentenciado em 14.12.1677. Outros Dados: M.C.; foram passados ao réu termos de soltura e segredo em 14.12.1677 e de ida e penitências em 29.12.1677. Código de referência – PT/TT/TSO-IC/025/08376.

4 – Processo de Antónia de Oliveira, "a Taurina" (21.6.1717), cristã-velha, curandeira, acusada de **superstição** e **feitiçaria**. Natural de Oliveira de Azeméis e residente em Salreu. Filha de Aleixo Antunes, vendeiro e trabalhador, e Maria de Avelar, solteira. Presa em 21.6.1717, sentenciada em 19.6.1718, com Auto de Fé de 19.6.1718. Outros Dados: M.C.; foram passados à ré termos de soltura e segredo em [20].?.1718 e de ida a penitências em ? Código de referência – PT/TT/TSO-IC/025/08581.

5 – Processo de Gaspar Fernandes (4.7.1583), cristão-velho de 61 ou 71 anos, lavrador / alfaiate, acusado de **blasfémia**. Natural e residente no lugar de Fermelainha, freguesia de Fermelã. Apresentado em 4.7.1583. Outros Dados: M.M.C.; o réu, quando se apresentou, tinha 60 ou 70 anos de idade; mais tarde, foi condenado; o processo não tem genealogia, nem a data da publicação da sentença. Código de referência – PT/TT/TSO-IC/025/08771.



Processo de José Dias

6 – Processo de José Dias (18.12.1701), cristão-velho de c. 20 anos, tratante de açafrão / viandante, acusado de **bigamia**. Natural de Avanca e residente em Moreira. Filho de Francisco Godinho, jornaleiro, e Maria Dias, casado com Isabel de Almeida. Preso em 18.2.1701, sentenciado em 18.12.1701, com Auto de Fé em 18.12.1701. Outros Dados: M.C.; o réu casou, pela segunda vez, com Maria de Magalhães, sendo ainda viva a sua primeira mulher; foi-lhe passado termo de ida e penitências em 23.1.1702; em 1.6.1703, foi informado de que lhe comutavam o resto do tempo nas galés em degredo em Castro Marim. Código de referência – PT/TT/TSO-IC/025/08823.

7 – Processo de Maria Carvalho (22.1.1652), cristã-velha, criada de Manuel Pacheco, acusada de **superstição** e **feitiçaria**. Residente no lugar de Canelas, freguesia de Fermelã. Solteira. Sentenciada em 22.1.1652. Outros Dados: M.M.C., 2 folhas soltas; retirado da leitura; a ré faleceu no Aljube de Coimbra, não chegando a ser presa nos cárceres da Inquisição; primeira denúncia em [19].8.1651. Código de referência – PT/TT/TSO-IC/025/08941.

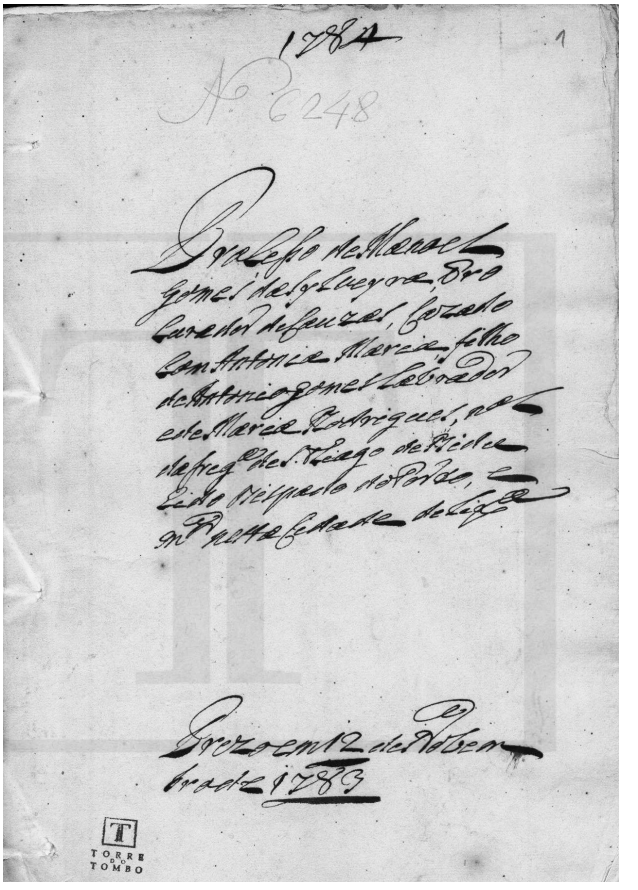
8 – Processo de Maria Soares (16.7.1727), cristã-velha, curandeira, acusada de **superstição** e **feitiçaria**. Natural de Salreu e residente em Aveiro. Filha de Domingos Jorge e Maria Soares, casada com Domingos de Oliveira, trabalhador. Presa em 16.7.1727, com sentença em 9.5.1728 e Auto de Fé em 9.5.1728. Outros Dados: M.M.C., manchado, 4 folhas soltas e descosido quase a meio; foram passados à ré termos de soltura e segredo em [10].5.1728 e de ida e penitências em 20.5.1728. Código de Referência – PT/TT/TSO-IC/025/09782.

9 – Processo de Simão de Sousa, também conhecido por Simão Dias (16.7.1727), cristão-velho de c. 40 anos, trabalhador, acusado de **bigamia**. Natural de Salreu e residente em Salreu ou Montemor-o-Velho. Filho de João Dias e Margarida Fernandes, casado com Maria Martins. Preso em 22.5.1610. Outros Dados: M.M.C., manchado, com a parte superior das primeiras folhas muito danificada, retirado da leitura; o réu casou, pela segunda vez, com Isabel Fernandes, sendo ainda viva a sua primeira mulher; foi-lhe passado termo de segredo em 25.7.1610; em 27.7.1610, foi entregue a quem de direito para ir cumprir o degredo. Código de referência – PT/TT/TSO-IC/025/09889.

10 – Processo de Belchior Fernandes (24.4.1599), cristão-novo de 22 para 23 anos, acusado de **judaísmo**, **heresia** e **apostasia**. Natural de Beduído e residente em Bragança. Filho de Gaspar Fernandes e Filipa Rodrigues, solteiro. Apresentado em 21.4.1599, sentenciado em 24.4.1599. Outros Dados: M.C.; foi-lhe mandado tirar o hábito e comutada em penas e penitências espirituais em 27.4.1599. Código de referência – PT/TT/TSO-IC/025/05893.

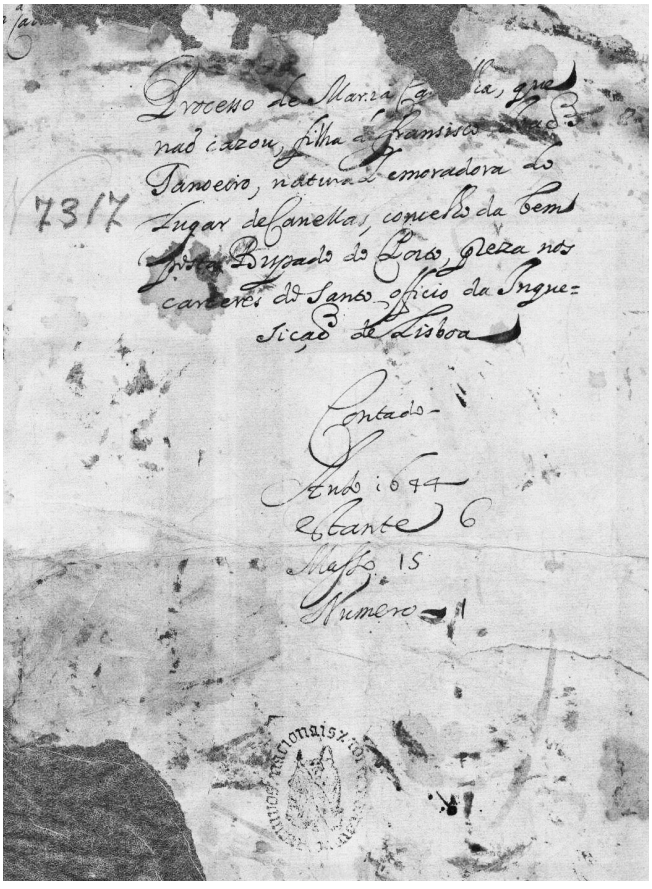
11 – Processo de João Rodrigues (27.2.1598), cristão-novo de c. 51 anos, almocreve e alfaiate, acusado de **judaísmo**. Natural de Beduído e residente em Moucos. Filho de Manuel Rodrigues, rendeiro, e de Brites Lopes, casado com Isabel Pereira (segundo casamento). Apresentado em 27.2.1598, sentenciado em 6.5.1601, com Auto de Fé em 6.5.1601. Outros Dados: o réu foi casado, pela primeira vez, com Catarina Fernandes; quando se apresentou, tinha 48 anos de idade; ouvido, foi-lhe passado termo de juramento de segredo em 28.2.1598; notificado, apresentou-se, pela segunda vez, em 7.12.1600; mais tarde, foi reconciliado; foram-lhe passados termos de soltura e segredo em 6.5.1601 e de ida em 15.6.1601. Código de referência – PT/TT/TSO-IC/025/06691.

INQUISIÇÃO DE LISBOA



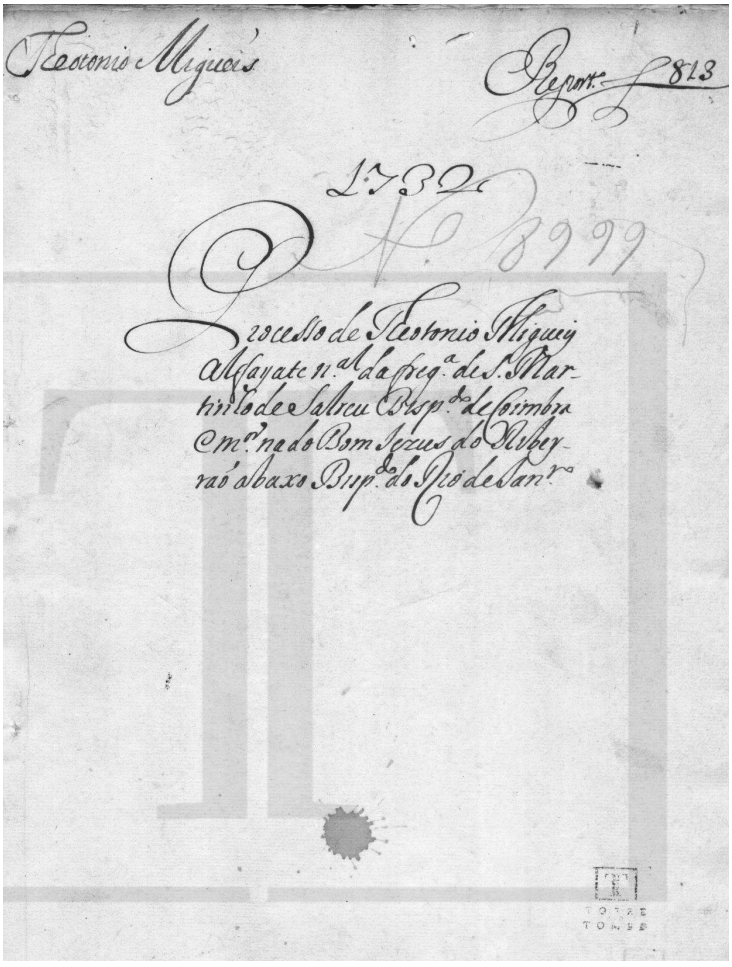
Processo de Manuel Gomes da Silveira

1 – Processo de Manuel Gomes da Silveira (12.11.1783), de 45 anos, procurador de causas, acusado de **bigamia**. Natural de Santiago de Beduído e morador em Lisboa. Filho de António Gomes, lavrador, e Maria Rodrigues, casado com Antónia Maria. Preso em 12.11.1783, sentenciado com auto-da-fé de 30.4.1784, obrigado a abjuração de leve, degredo por seis anos para Angola, penitências espirituais, pagamento de custas. Código de Referência – PT/TT/TSO-IL/028/06248. Cota actual – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6248.



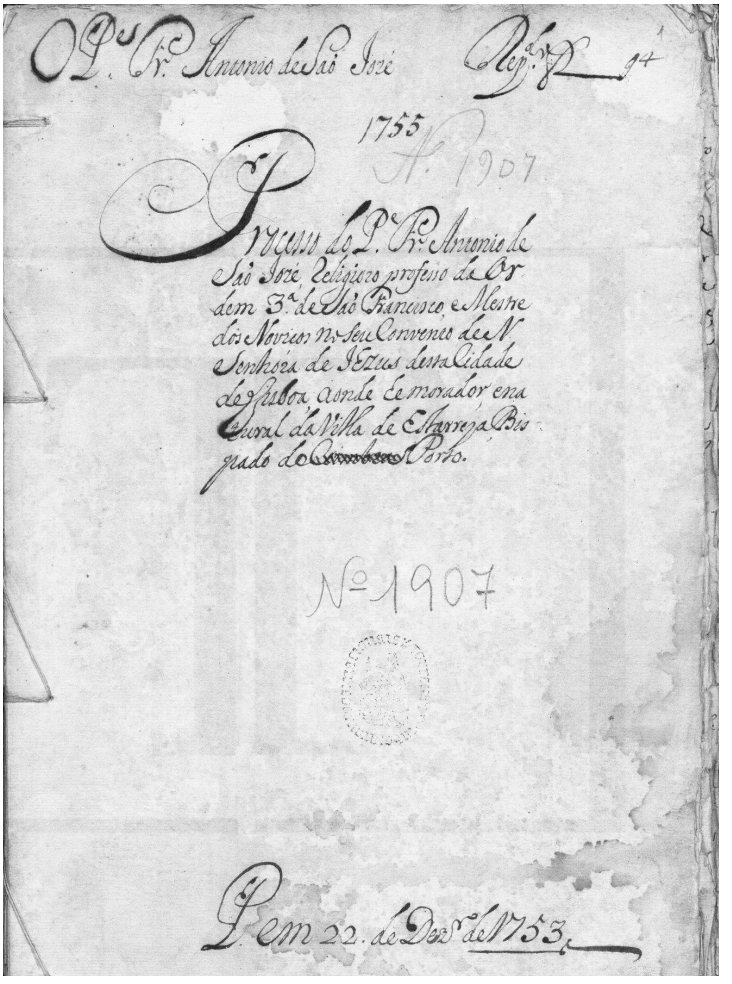
Processo de Maria Carvalha

2 – Processo de Maria Carvalha (1.2.1644), cristã-velha de 50 anos, acusada de **superstições** e **feitiçaria**, bem como **pacto com o demónio**. Natural e residente em Canelas. Filha de Francisco João, tanoeiro, e Catarina Fernandes, "a Carvalha", solteira. Presa em 6.2.1644, sentenciada com auto-da-fé de 10.7.1644, obrigada a abjuração de leve, degredo para fora do bispado por um ano, cárcere a arbítrio, penitências espirituais, pagamento de custas. Código de referência – PT/TT/TSO-IL/028/07317. Cota actual – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 7317.



Processo de Teotónio Migues

3 – Processo de Teotónio Migueis (31.12.1730), cristão-velho de 48 anos, alfaiate, acusado de **bigamia**. Natural de Salreu e residente na freguesia do Bom Jesus do Ribeirão, bispado do Rio de Janeiro. Filho de Estêvão Migueis e Juliana Rodrigues, casado com Maria Fernandes. Preso em 11.12.1731 e sentenciado com auto-da-fé de 6.7.1732, obrigado a abjuração de leve, açoitado publicamente, degredo para as galés, por cinco anos, instrução na fé católica, penitências espirituais, pagamento de custas. O réu casou segunda vez com Catarina Álvares. Código de referência – PT/TT/TSO-IL/028/08999. Cota actual – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8999.



Padre Frei António de São José

4 – Processo do Padre Frei António de São José (28.9.1743), de 36 anos, religioso professo da Ordem Terceira de São Francisco, mestre dos noviços no Convento de Nossa Senhora de Jesus, acusado de **sentir mal as determinações e doutrinas da Igreja.** Natural de Estarreja e residente no Convento de Nossa Senhora de Jesus em Lisboa. Filho de Manuel Dias da Silva, lavrador, e Teresa de Oliveira, solteiro. Preso em 19.1.1754, sentenciado a auto-da-fé privado de 15.1.1755, obrigado a abjuração de leve, privado para sempre de poder confessar de voz activa e passiva, suspenso do mais exercício de suas ordens por três anos e oito anos de degredo. Código de referência – PT/TT/TSO-IL/028/01907. Cota actual – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1907.

OS REGISTOS DE SANTOS DA CAPELA DE SANTO ANTÓNIO E DA CAPELA DE SÃO JOAQUIM

*Maria Clara de Paiva Vide Marques**
*António Leandro***

A azulejaria, uma das manifestações artísticas de maior relevo em Portugal, encontra nos registos de santos – painéis decorativos com figuras ou cenas religiosas destinadas a serem afixados em espaços públicos ou privados – uma das suas expressões mais emblemáticas.

Esta tradição de colocar registos de santos está presente por todo o concelho de Estarreja, sendo visível num número significativo de fachadas, tanto de edifícios religiosos como civis. Evocando Cristo, a Virgem, nos seus diversos títulos, e um santoral variado, entre os muitos exemplares de painéis azulejares hagiográficos existentes nos espaços de culto, merecem especial destaque, na paróquia de São Tiago de Beduído, os painéis cerâmicos colocados nas frontarias das capelas de Santo António e de São Joaquim.

Embora ainda pouco valorizados, os registos de santos fazem parte integrante da cultura portuguesa, constituindo um testemunho vivo das devoções populares. Com este breve artigo, procuramos preservar a memória e contribuir para a divulgação deste importante património.

*Licenciada em Ciências Históricas; Pós-Graduada em Museologia e História Contemporânea. Autora de obras e artigos monográficos nas áreas de história e património.

**Licenciado em História de Arte e Mestre em Património e Turismo. Professor de História. Autor de obras e artigos monográficos nas áreas de história e património.

REGISTOS DE SANTOS

Os registos de santos são pequenos painéis cerâmicos onde se encontram representadas figuras religiosas ou cenas bíblicas. Durante muitos anos, estas representações receberam diversas designações, nomeadamente *registos de fachada*, até que se convencionou chamá-las *registos de santos*, numa extensão do conceito de *registo*, nome dado às pequenas estampas que representam santos ou episódios da Bíblia e que servem para a veneração dos crentes. Constituídos por vários azulejos justapostos que formam uma composição, estes painéis de fachada são, na sua maioria, compostos por dois elementos: o núcleo, que contém a representação hagiográfica, e a guarnição que a envolve. Na generalidade dos casos apresentam ainda uma inscrição identificativa inserida numa cartela[1]. Invocando a intercessão de Cristo, da Virgem e dos Santos, estes painéis figurativos em azulejo são aplicados com intenções devocionais, mas também com funções protetoras, devendo-se o seu uso a uma ampla clientela devota. Muitas vezes colocados como cumprimento de uma promessa e constituindo um *ex-voto*[2], acabam por assumir *uma intenção memorativa na evocação eficaz dos santos*[3].

Reflexo das novas práticas religiosas e do incremento das práticas cultuais das devoções saídas do Concílio de Trento (1545-1563), na origem dos registos de santos encontram-se os painéis cerâmicos hagiográficos, destinados sobretudo a serem inseridos nos chamados tapetes cerâmicos. A sua produção ficou a dever-se à introdução da técnica da majólica. Com efeito, a representação de figuras sagradas sobre superfícies cerâmicas surgiu em Portugal no século XV, sendo atribuída a Francisco Niculoso, artista italiano que introduziu a técnica da majólica na Península Ibérica. Esta inovação permitia a pintura sobre superfícies cerâmicas vidradas, na medida em que as diferentes cores utilizadas não se misturavam durante o processo de cozedura das peças[4]. A época ficou assim marcada pela crescente produção de painéis figurativos, tendo-se dedicado a esta temática, para além de Francisco Niculoso, também o português Francisco de Matos[5]. No século XVII, este género de representação adquiriu grande relevo, sendo os painéis figurativos frequentemente associados aos azulejos de padrão. Esta conjugação deu origem a uma nova tipologia azulejar, os tapetes cerâmicos, que ornamentavam exclusivamente os interiores arquitetónicos[6]. A partir de meados do século XVII, e adquirindo um cariz mais popular, estes painéis figurativos hagiográficos começam a surgir, de forma isolada, nas fachadas de habitações privadas, de templos e de outros edifícios. Para este fenómeno contribuiu a crescente circulação dos

---

1 - VELOSO, A. J. Barros; ALMASQUÉ, Isabel – *Azulejaria de Exterior em Portugal*. Lisboa: Inapa. 1991, p. 34.

2 - LOPES, Fernando M. Peixoto; BASTOS, Margarida Almeida – *Devoção e Fé - Registos em azulejo na cidade de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa, 2019, p. 21.

3 - SOALHEIRO, João – Azulejo. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, Vol. A-C, p. 178.

4 - Majólica é a designação de uma cerâmica em que a chacota era coberta integralmente com vidrado de óxido de estanho e depois decorada a pincel e sujeita a segunda cozedura. Por hipótese, o termo terá tido origem em Maiorca, um dos centros desta técnica, mas vulgarizou-se para designar a imensa produção nesta técnica cerâmica durante os séculos XV e XVI, nomeadamente as peças historiadas italianas, com incidência nas de Faenza. Cf p. *Normas de Inventário. Artes Plásticas e Artes Decorativas. Cerâmica*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), 1.ª edição, Maio 2007, p. 110.

5 - VELOSO, A. J. Barros; ALMASQUÉ, Isabel – *Azulejaria de Exterior em Portugal*, p. 32.

6 - VELOSO, A. J. Barros; ALMASQUÉ, Isabel – *Azulejaria de Exterior em Portugal*, p. 33.

registos impressos em papel ou pano, que constituíram a sua principal fonte de inspiração e aos quais, por apropriação, foram buscar a designação.

Assiste-se, então, à sua produção gradual, feita parcialmente em série, com base nas entidades celestes mais veneradas, ou por encomenda específica, apresentando uma ou mais figuras religiosas ou cenas bíblicas. Fortemente apreciado pelos grupos sociais populares, o gosto pelos pequenos painéis devocionais em azulejo vulgarizou-se e ganhou relevância ao longo de todo o século XVIII, especialmente após o Terramoto de 1755. Os *registo*s, ao longo da centúria setecentista, concorreram com as figuras de convite que iam surgindo nas fachadas, e mesmo nos interiores, dos grandes palácios. Naquela altura, pelo seu carácter apotropaico, os *registos* tiveram um uso excecional, traduzindo a tomada de consciência da fragilidade humana perante o imponderável da existência, os cataclismos e os surtos epidémicos[7].

No início do século XIX e com a implantação do Liberalismo, a aplicação destes painéis diminuiu, refletindo a situação conturbada que o país atravessava e até o carácter anticlerical da nova ideologia liberal. Todavia, no período romântico, o gosto eclético e revivalista desse movimento fez renascer o interesse pela sua utilização, tendência que se manteve ao longo de todo o século XX, apesar das tentativas de laicização da sociedade durante a Primeira República. Esta tendência revivalista, mesmo a mais tardia, recupera as formas e o cromatismo ligado ao barroco setecentista, estendendo um certo barroquismo. Dando continuidade à tradição, na atual centúria mantém-se o gosto pela afixação de singelos registos de santos nas fachadas, sobretudo nos meios suburbanos[8].

Os registos em azulejo evoluíram ao longo do tempo, acompanhando as diferentes correntes estéticas, que se reconhecem sobretudo na decoração das suas molduras.

Os primeiros exemplares, datados do século XVII, caraterizavam-se por uma policromia intensa, por composições de desenho simples e por molduras retangulares decoradas com motivos geométricos. Com a introdução da linguagem barroca, na transição para o século XVIII, tornou-se crescente a predominância dos painéis pintados em tonalidades de azul sobre fundo branco, com emolduramentos mais sóbrios. Durante o período da grande produção joanina, as composições ganharam maior complexidade, sendo enquadradas por molduras recortadas de grande dinamismo, decoradas com volutas e folhas de acanto, ao gosto da produção das figuras de convite. A partir da década de 1760, quando se atingiu a sua máxima expressão artística, reapareceu a policromia, e as molduras adquiriram uma exuberância caraterística, integrando elementos típicos do vocabulário rococó: concheados assimétricos recortados, motivos de *asa de morcego,* enrolamentos e querubins.

6 - VELOSO, A. J. Barros; ALMASQUÉ, Isabel – *Azulejaria de Exterior em Portugal,* p. 33.

7 - LOPES, Fernando M. Peixoto; BASTOS, Margarida Almeida – *Devoção e Fé-registos em azulejo na cidade de Lisboa,* p. 22.

8 - VELOSO, A. J. Barros; ALMASQUÉ, Isabel – *Azulejaria de Exterior em Portugal,* p. 37-39.

Na viragem para o final do século XVIII os painéis tornaram-se mais lineares, aproximando-se da gramática neoclássica, com núcleos pintados em azul e branco e cercaduras policromas decoradas com folhagem, grinaldas e festões de flores. O neoclassicismo prolongou-se por todo o século XIX, mas, já no final da centúria, surgiu um novo tipo de registos, menos erudito e de feição ingénua, que recuperava certas características da produção seiscentista[9]. Os primórdios do século XX foram marcados pela estética Arte Nova, que encontrou grande expressão no azulejo, embora tenha tido pouca aplicação nos registos de santos. Contudo, desenvolveu-se, em paralelo, uma corrente eclética, historicista e revivalista, oriunda do Romantismo, que perdurou até cerca de 1920. Neste contexto, destaca-se o nome de Jorge Colaço (Tânger, 1868 – Caxias, 1942), autor de painéis de grande riqueza iconográfica e ornamental, notáveis pelos temas, composição e desenho, tendo também deixado um contributo inovador ao nível das técnicas e dos processos utilizados[10].

Todavia, ao longo de todo o século XX e até aos dias de hoje proliferaram os registos de fabrico mecânico produzidos em chacota de pó de pedra[11], com recurso ao processo de estampagem[12]. Frequentemente pintados à mão, estes registos apresentam uma repetição das figuras representadas e cercaduras de cariz revivalista, sendo, por vezes, possível identificar a empresa que os produziu, embora nem sempre se encontrem devidamente assinalados.

9 - LOPES, Fernando M. Peixoto; BASTOS, Margarida Almeida – *Devoção e Fé - Registos em azulejo na cidade de Lisboa,* p. 154.

10 - LOPES, Fernando M. Peixoto; BASTOS, Margarida Almeida – *Devoção e Fé - Registos em azulejo na cidade de Lisboa,* p. 154.

11 - Pasta cerâmica de granulometria fina a que se adiciona caulino para obter maior brancura e dureza.Cf. *Normas de Inventário. Artes Plásticas e Artes Decorativas. Cerâmica*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), 1.ª edição, Maio 2007, p. 115.

12 - Técnica de decoração industrial que consiste na aplicação dos motivos decorativos directamente na chacota simples ou já com vidrado, através de papéis endurecidos ou placas metálicas que transportam directamente as tintas para a superfície cerâmica a decorar.Cf. *Normas de Inventário. Artes Plásticas e Artes Decorativas. Cerâmica*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), 1.ª edição, Maio 2007, p. 106.

OS REGISTOS DE SANTOS DAS CAPELAS DE SANTO ANTÓNIO E DE SÃO JOAQUIM

Os registos de santos inventariados neste artigo foram produzidos na Fábrica do Outeiro, em Águeda. Fundada em 1923 por António de Souza Carneiro, esta unidade fabril iniciou a sua atividade com a produção de azulejos e louça doméstica de decoração simples. A partir da década de 1930, passou também a dedicar-se à criação de peças decorativas de faiança mais elaboradas. Esta transformação foi impulsionada pelo recrutamento de pintores talentosos, o que permitiu à empresa afirmar-se como a principal da região e alcançar projeção nacional entre 1932 e 1960. É neste contexto que se insere a colaboração com Licínio Pinto da Silva e Francisco Luís Pereira, reconhecidos pintores cerâmicos de Aveiro. O seu contributo artístico e técnico foi determinante para o prestígio da produção local, assinalando uma era de vitalidade e sucesso para a faiança e a azulejaria de Águeda[13].

No que respeita à cronologia, na Capela de Santo António desconhece-se a data exata em que os registos foram produzidos, embora não se possa excluir a hipótese de datarem do segundo quartel do século XX. Já os registos da Capela de São Joaquim datam de 1946[14].

Estilisticamente, os registos da frontaria da Capela de São Joaquim inspiram-se na azulejaria barroca azul e branca, enquanto os da Capela de Santo António inserem-se numa tipologia de inspiração rococó. De formato retangular e com núcleos em pintura monocromática a azul, os registos da Capela de São Joaquim apresentam um emolduramento simples, composto por uma cercadura linear que envolve as figuras sagradas. Já os painéis da Capela de Santo António possuem um emolduramento irregular, com ornamentação policroma formada por motivos concheados e vegetalistas, conferindo-lhes uma configuração mais dinâmica.

Quanto às figuras sagradas representadas, destaca-se, na Capela de Santo António, a presença do orago nos dois painéis, enquanto, na Capela de São Joaquim, representa-se a figuração dos pais da Virgem Maria: São Joaquim, titular da capela, e Santa Ana. As representações, embora executadas a partir de gravuras e registos de santos impressos, evidenciam um trabalho cuidado, marcado pela interpretação individual do pintor na aplicação dos modelos que lhe serviram de referência.

13 - J.C. – Fábrica do Outeiro, retalhosdeaguedaantiga.blogspot.com, abril 27, 2022 [Consult. 10 jun. 2024], disponível em: https://retalhosdeaguedaantiga.blogspot.com.

14 - LEMOS, Ana – Capela de São Joaquim, IPA.00008601, Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) - Sistemas de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA), 2006, [Consult. 10 jun. 2024], disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8601.

CAPELA DE SANTO ANTÓNIO

A frontaria da Capela de Santo António apresenta um conjunto de dois painéis cerâmicos de grandes dimensões, dispostos simetricamente a ladear a janela do coro. Com núcleos executados em tons de azul e branco e molduras policromas de inspiração rococó, os painéis representam dois episódios milagrosos da vida de Santo António, titular do templo.



Frontaria da Capela de Santo António, localizada na cidade de Estarreja, na Praça de Francisco Barbosa e Largo dos Heróis da Grande Guerra

Alvo de intensa e especial devoção em Portugal, devido à sua vida e às suas ações como taumaturgo e pregador, Fernando de Bulhões – seu nome de batismo – nasceu em Lisboa, muito próximo da Sé, em 1195. Oriundo de uma família da pequena nobreza, estudou com os cónegos da catedral, ingressando, aos 18 anos, como noviço na Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Dois anos mais tarde transitou para Coimbra, a fim de prosseguir a sua formação na então grande comunidade intelectual de Santa Cruz, dos frades crúzios, membros da ordem agostiniana, onde foi ordenado sacerdote. Nessa época, conheceu o ideal franciscano, visitando com frequência o hospital dos discípulos de São Francisco. A chegada a Coimbra, no ano de 1220, dos restos mortais dos cinco franciscanos martirizados em Marrocos despertou em Fernando o espírito evangelizador. Ingressou, então, na Ordem de São Francisco e deu entrada no Convento de Santo Antão dos Olivais, trocando o hábito de monge de Santo Agostinho pelo burel dos franciscanos e mudando igualmente de nome: passou a chamar-se Frei António. Partiu pouco depois para Marrocos com o objetivo de anunciar o Evangelho e converter os gentios, mas a doença obrigou-o a regressar a Portugal. No retorno, uma tempestade arrastou o barco para Itália, onde permaneceria até ao fim da sua vida, distinguindo-se como notável pregador e orador.

A sua eloquência e aura de santidade rapidamente se espalharam e a presença do frade atraía verdadeiras multidões. Em 13 de junho de 1231 morreu em Arcela (Pádua) e em menos de um ano foi canonizado, através da bula Cum dicat Dominus, do Papa Gregório IX, a 30 de maio de 1232. Em 16 de janeiro de 1946, o Papa Pio XII, pela Carta Apostólica Exulta Lusitania Felix, proclamou-o Doutor da Igreja. A Igreja celebra a memória de Santo António de Lisboa no dia 13 de junho[15].

No painel colocado no lado esquerdo, figura o episódio da Aparição do Menino Jesus a Santo António, que remete para uma história da vida de Santo António relacionada com uma visão mística do Menino Jesus, que, segundo a tradição, o Santo terá tido. A história não provém de documentos contemporâneos à vida de Santo António, mas sim de tradições orais e hagiográficas que ganharam forma escrita e artística entre os séculos XIV e XVI. Autores como Marcos de Lisboa, na sua Crónica da Ordem dos Frades Menores (séc. XVI), já relatam a história tal como hoje a conhecemos. Bem-recebida e amplamente aceite na tradição iconográfica antoniana até aos nossos dias, a cena é profusamente representada na pintura e na escultura, sobretudo em Portugal, Espanha e Itália. Segundo a lenda, acolhido por um hospedeiro numa das suas viagens, o Santo foi visto pelo anfitrião, numa certa noite, a receber a visita de uma belíssima criança. Tratava-se do Menino Jesus que descia do Céu sobre um livro e passava para os braços do Santo. Tudo isto foi visto pelo anfitrião através de uma porta entreaberta. Prometeu guardar segredo e assim fez até à morte de Santo António[16].

O painel, com pintura monocromática em azul sobre fundo branco e moldura policroma, é composto por 13 × 10 azulejos, num total de 130 unidades. De formato retangular, a composição é envolvida por uma guarnição de contorno reto, composta por uma cercadura de motivos vegetalistas e florais, limitada, externa e internamente, por filetes e enquadrada, no topo e na base, por elaborados remates de linhas curvas, ao gosto rococó, com elementos decorativos próximos da talha, visíveis, por exemplo, em alguns detalhes dourados. No topo, o remate, de recorte sinuoso, exibe decoração de concheados, folhas de acanto, perlados e flores, apresentando ainda, ao centro, um arranjo de concheados e perlados enquadrado por urnas laterais com ramos de flores. Na base inscreve-se um remate também de recorte sinuoso, com decoração de concheados, folhas de acanto, perlados e flores. A composição central apresenta Santo António como franciscano, de pé, com feições jovens e cabelo cerceado com tonsura. O Santo taumaturgo enverga o hábito dos Frades Menores, cingido à cintura por um cordão e com capucho erguido, mostrando com humildade os pés calçados com sandálias. A delicada teatralidade da postura, com a mão direita sobre o peito, é reforçada pela expressão serena do rosto e pelo olhar cândido e devoto, dirigido para o alto, em contemplação do Menino.

15 - COSTA, Manuela Carmona Graça Pinto da – Santo António de Lisboa. In: *Em louvor de Santo António-Notas para um inventário.* Vale de Cambra: Câmara Municipal de Vale de Cambra-Museu Municipal, Junho de 2001, p. 11-12; MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – Santo António-Devoção Popular. In: *Em louvor de Santo António-Notas para um inventário.* Vale de Cambra: Câmara Municipal de Vale de Cambra-Museu Municipal, Junho de 2001, p. 13-14.

16 - AZEVEDO, Carlos A, Moreira (Dir.) – *Roteiro do Culto Antoniano na Diocese do Porto.* Porto: Fundação Manuel Leão, 1996, p. 16-17.

O Divino Infante figura sentado sobre nuvens, as quais acentuam a dimensão celeste do episódio, coberto apenas por um panejamento esvoaçante. O seu rosto bojudo é emoldurado por cabelo curto e encaracolado. Com olhar expressivo, dirigido ao Santo, o Menino estende-lhe os braços. No chão repousa um livro aberto, o atributo mais antigo e amplamente usado nas representações antonianas, que simboliza o profundo conhecimento teológico e a missão de pregador de Santo António, bem como a forma como não só anunciou fielmente o Evangelho, mas dele fez regra de vida[17].



Painel cerâmico com a representação do tema da Aparição do Menino a Santo António

17 - AZEVEDO, Carlos A. Moreira - *Iconografia portuguesa de Santo António: principais variantes.* In: AZEVEDO, Carlos A, Moreira – Estudos de iconografia cristã. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2016, p. 255-256.

O painel, colocado no lado direito da frontaria, tal como o seu congénere, apresenta pintura monocromática em azul e moldura policroma, sendo composto por 13 × 10 azulejos, num total de 130 unidades. Igualmente de formato retangular e com emolduramento ricamente decorado, integra-se nas representações antonianas que aludem ao Pão dos Pobres ou Pão dos Pobres de Santo António, nas quais, muitas vezes, o Menino Jesus aparece na partilha do pão. Trata-se de uma devoção com expressiva representatividade ligada ao milagre narrado na *Legenda Rigaldina* e no *Liber Miraculorum*, onde se conta que uma mãe, aflita pela morte do filho, afogado numa banheira, prometeu ao Santo dar aos pobres, em trigo, o peso da criança.

O menino, segundo a narrativa, teria ressuscitado. Este episódio, um dos muitos prodígios atribuídos a Santo António, deu origem ao Pão dos Pobres, instituição assistencial criada no âmbito da devoção antoniana, que consistia na oferta de pão como esmola aos necessitados, em honra do Santo. A partir do final do século XIX, o movimento ganhou novo impulso pela ação de Louise Couffier de Tolone que, após receber uma graça, se dedicou à sua promoção, contando com o apoio do padre António Lacotelli. O Pão dos Pobres viria a tornar-se uma obra social de grande dimensão[18]. A devoção de distribuir pão pelos mais carenciados está também associada a outro milagre. A tradição popular conta que Santo António, conhecido pela sua caridade e compaixão pelos pobres, em diversas ocasiões distribuía os pães do convento onde vivia pelos necessitados.

Certa vez, distribuiu todos os pães do convento, incluindo os que os frades iriam comer nesse dia. O frade padeiro ficou em apuros quando, à hora da refeição, percebeu que não havia pão para os frades: *os pães tinham sido roubados.* Atónito, foi contar o sucedido a Santo António. Este mandou que verificasse novamente o local onde os tinha deixado. O irmão padeiro voltou estupefacto e jubiloso: os cestos transbordavam de pão, tantos que puderam ser distribuídos aos frades e aos pobres que visitavam o convento. A partir de acontecimentos como este espalhou-se por todo o mundo a devoção do Pão dos Pobres de Santo António, que consiste em distribuir pão aos pobres, muitas vezes em agradecimento por graças recebidas ou como cumprimento de uma promessa, bem como no costume de colocar nas igrejas uma caixa para recolher esmolas destinadas à compra de pão.

O painel cerâmico representa, num espaço de campo aberto, um arranjo de vibrantes açucenas (atributo de Santo António que, desde o século XV, por influência da célebre escultura de Donatello para a Basílica de Pádua, adquiriu amplo uso[19]) colocado em primeiro plano, do lado direito, que, em conjunto com uma treliça, enquadra um pórtico de colunas de fuste liso e remate em arco de volta plena. Sob este pórtico figura sentado Santo António, envergando vestes franciscanas, com capucho erguido e os pés calçados com sandálias. De feições jovens, com ampla tonsura e aureolado, o Santo apresenta expressão serena e radiosa, com o olhar baixo, voltado para o Menino Jesus. Este, sentado no colo de Santo António, também aureolado e com expressão airosa, veste túnica comprida e segura, com a mão direita, um prato com pães, enquanto, com a esquerda, faz o gesto de bênção.

18 - AZEVEDO, Carlos A. Moreira - *Iconografia portuguesa de Santo António: principais variantes,* p. 261-262.

19 - AZEVEDO, Carlos A. Moreira - *Iconografia portuguesa de Santo António: principais variantes*, p. 259.

Por sua vez, Santo António segura o prato com a mão esquerda e, com a direita, projeta um inequívoco gesto de dádiva, oferecendo um pão às crianças. Estas encontram-se de pé e uma está ajoelhada, quer numa postura de gratidão, olhando com devoção, quer recebendo ou aguardando receber o pão. Em segundo plano, surge uma paisagem campestre com frondosa vegetação e arvoredo, onde se elevam, do lado esquerdo, uma casa e outro edifício com estrutura conventual, numa iconografia que remete para o milagre da distribuição dos pães, narrado pela tradição popular.



Painel de azulejos com a representação do tema do Pão dos Pobres de Santo António

CAPELA DE SÃO JOAQUIM

A frontaria da Capela de São Joaquim apresenta um conjunto de dois painéis cerâmicos, dispostos simetricamente sobre as janelas que ladeiam o portal. Com padrão monocromático azul sobre fundo branco, os painéis representam os pais da Virgem Maria: São Joaquim, titular do templo, e Santa Ana.



Frontaria São Joaquim, localizada em Barreiros de Além, no lugar de Santeais, na rua de São Joaquim

Omitidos nos livros canónicos, os nomes de Joaquim e Ana, pais de Maria, surgem apenas referidos nos textos dos evangelhos apócrifos, nomeadamente no Protoevangelho de Tiago, escrito no século II, que narra o nascimento de Maria e atribui nomes aos seus pais que permaneceram sem descendência até idade avançada. Estes nomes encontram-se também nos relatos de Vicente de Beauvais e de Tiago de Voragine, que, na Idade Média, contribuíram para a popularização dos nomes dos pais da Virgem.

O Concílio de Trento (1545-1563) fomentou o culto da Sagrada Família, bem como o dos progenitores da Virgem Maria, alargando assim o conceito de família nuclear que daria origem a uma tipologia conhecida como Santa Parentela, cuja representação foi amplamente divulgada. Neste contexto, ganharam peso na iconografia as figuras de São Joaquim e Santa Ana, avós do Menino Jesus. O sucesso deste culto enquadra-se na afirmação do dogma da Imaculada Conceição, simbolicamente expresso no encontro de Joaquim e Ana diante da Porta Dourada de Jerusalém, um dos símbolos da Conceção Imaculada da Virgem Maria. Esta cena contribui para preparar e, de certo modo, anunciar antecipadamente a iconografia da Imaculada Conceição. Este tema, com origem nos Evangelhos Apócrifos, constitui uma das mais antigas representações simbólicas da Conceção de Maria, prevalecendo entre os séculos XIII e XV. Com algumas variantes de pormenor entre os diversos relatos, o episódio é narrado detalhadamente nos seguintes Evangelhos Apócrifos: Protoevangelho de São Tiago IV, 4; Evangelho de Pseudo-Mateus III, 5; e Livro sobre a Natividade de Maria V, 1-68. O episódio pode resumir-se em poucas

palavras: Ana e Joaquim, casal já idoso e temente a Deus, mas sem filhos, lamentavam não ter descendência, pois isso era sinal de que não haviam sido agraciados por Deus.

Para o povo bíblico, um casal sem filhos não podia acalentar a esperança de contribuir para que, da sua linhagem, pudesse eventualmente nascer o Messias esperado, sendo também visto como privado das bênçãos divinas. Aproximando-se a festa da Dedicação do Templo, Joaquim dirigiu-se a Jerusalém para apresentar a sua oferenda a Deus. Porém, o seu sacrifício foi recusado pelo sumo sacerdote que o humilhou publicamente, alegando que, por não ter descendência, não lhe era lícito oferecer sacrifícios, pois Deus não via com agrado a sua vida. Sentindo-se profundamente ofendido, Joaquim não regressou a casa nem avisou Ana, retirando-se para uma região distante, onde permaneceu a apascentar os seus rebanhos. Ana, por sua vez, sem notícias do marido, queixava-se amargamente a Deus, lamentando que, além de não ter sido abençoada com um filho, agora parecia ter perdido também o esposo. Passados alguns meses, um anjo apareceu a Joaquim, anunciando que as suas orações tinham sido atendidas e que Ana daria à luz uma filha, à qual deveria ser dado o nome de Maria. Como sinal, o anjo disse-lhe que, ao chegar à Porta Dourada de Jerusalém, encontraria Ana, que viria ao seu encontro preocupada com a sua demora. O mesmo anjo apareceu também a Ana, transmitindo-lhe uma mensagem semelhante.

Pouco depois, junto à Porta Dourada, Ana viu Joaquim regressar com os rebanhos. Correu até ele, abraçando-o e exclamando: Ainda há pouco era viúva e já não o sou; há pouco tempo era estéril e eis que concebi nas minhas entranhas. Este encontro entre Joaquim e Ana passou a ser interpretado como uma representação simbólica da Conceção Imaculada de Maria, acreditando-se que esta teria ocorrido não por união conjugal, que, segundo a crença, implicaria a transmissão do pecado original, mas sim a partir do casto beijo trocado pelos dois esposos. Esta interpretação parece ser confirmada pelas palavras de Ana que afirma ter concebido no seu ventre. Nove meses depois destes acontecimentos, Ana deu à luz uma filha, a quem deu o nome de Maria, conforme indicado pelo anjo[20].

O sucesso do culto de São Joaquim e de Santa Ana, cujo dia festivo é celebrado pela Igreja a 26 de julho, manifesta-se de forma diversa. Além da célebre cena da conceção pelo abraço casto junto à Porta Dourada de Jerusalém e do anúncio do anjo, onde ambas as personagens se encontram associadas, desenvolve também um culto independente: mais frequente o de Santa Ana e, mais raro, o de São Joaquim[21].

Os painéis, executados em pintura monocromática azul sobre fundo branco, são compostos por 9 x 6 azulejos, num total de 54 unidades. De formato retangular, a composição central é emoldurada por uma guarnição retilínea, formada por uma cercadura de motivos vegetalistas e florais, delimitada, interna e externamente, por filetes. Cada painel apresenta, inserida numa cartela, uma legenda identificativa da figura sagrada representada.

---

20 - CASIMIRO, Luís Alberto; MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – *Imaculada Conceição. Devoção e Património no Concelho de Vale de Cambra. Vale de Cambra:* Autores e Câmara Municipal de Vale de Cambra, 2020, p. 61-64.

21 - AZEVEDO, Carlos A. Moreira - *Iconografia da Imaculada: novas interpretações.* In: AZEVEDO, Carlos A, Moreira – Estudos de iconografia cristã. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2016, p. 63.

Os painéis, executados em pintura monocromática azul sobre fundo branco, são compostos por 9 x 6 azulejos, num total de 54 unidades. De formato retangular, a composição central é emoldurada por uma guarnição retilínea, formada por uma cercadura de motivos vegetalistas e florais, delimitada, interna e externamente, por filetes. Cada painel apresenta, inserida numa cartela, uma legenda identificativa da figura sagrada representada.

O painel afixado no lado esquerdo apresenta, em campo aberto, ao centro da composição, a imagem do orago do templo, São Joaquim. Santo varão da Casa de David, casado com Santa Ana, o pai da Virgem Maria é representado como um homem de idade avançada. Este aspeto é sublinhado pela calvície e pelos cabelos e longa barba grisalhos. O rosto, de expressão serena e olhar dirigido em frente, é realçado por uma auréola. São Joaquim enverga uma túnica comprida, cintada por uma faixa, que cai em pregas ondulantes, deixando à vista a extremidade dos sapatos. Um manto, passado a tiracolo sobre o ombro esquerdo, envolve a figura num movimento de volteio. Na mão direita segura, não o habitual cajado, mas uma pá; na mão esquerda sustenta um cesto de oferendas com duas pombas, evocando o episódio da oferta que preparava para entregar no Templo. Ao centro, na base da composição, inscreve-se uma cartela retangular, de cantos chanfrados, com a legenda: *S. JOAQUIM*.



Painel cerâmico com a representação de São Joaquim

O painel colocado no lado direito apresenta o tema de Santa Ana ensinando Maria, ainda criança, a ler. No período do Renascimento, Santa Ana tornou-se modelo feminino de mãe e esposa, sobretudo como educadora, sendo frequente a sua representação iconográfica iniciando Maria na leitura. Este tema, desenvolvido sobretudo a partir da reforma pós-tridentina, é relativamente comum na azulejaria e *exorta o papel de Santa Ana como mãe instruída que educa a prepara a futura Mãe de Jesus* [22]. A composição decorre no interior de uma divisão de um edifício com uma janela que permite vislumbrar o exterior, composto por uma paisagem de frondoso arvoredo. Em primeiro plano, sentadas sobre simples bancos, encontram-se Santa Ana e a menina Maria. A mãe da Virgem é representada com aspeto maduro e rosto de feições serenas, olhando para Maria com expressão de compenetração no ato de ensinar, reforçada pelo gesto da mão direita, com o braço elevado e fletido. Santa Ana usa um véu que lhe cobre totalmente o cabelo e uma auréola em torno da cabeça. Veste uma túnica comprida de pregueado simétrico, que deixa a descoberto os dedos dos pés, e sobre esta um manto com pregueado ondulante. Sobre o regaço, sustenta com a mão esquerda um livro aberto. Maria, com a cabeça circundada por um nimbo e o cabelo solto sobre as costas, apresenta um rosto ovalado de olhar erguido e voltado para a mãe, com expressão atenta e pensativa. A serenidade das feições é reforçada pela posição das mãos cruzadas junto ao peito. Veste uma túnica comprida e cingida à cintura, a qual descai em pregas ondulantes, deixando ver os pés calçados com sandálias. Ao centro, na base da composição, encontra-se uma cartela retangular, de cantos chanfrados, com a legenda: *S.ta ANA*.



Painel cerâmico com a representação de São Joaquim

22 - LOPES, Fernando M. Peixoto; BASTOS, Margarida Almeida – Devoção e Fé - *Registos em azulejo na cidade de Lisboa*, p. 102.

Bibliografia

ATTWATER, Donald – *Dicionário de Santos*. Men Martins: Publicações Europa-América, Lda., 1992.

AZEVEDO, Carlos A, Moreira (Dir.) – Roteiro do Culto Antoniano na Diocese do Porto. Porto: Fundação Manuel Leão, 1996.

- Iconografia da Imaculada: novas interpretações. In: AZEVEDO, Carlos A, Moreira – *Estudos de iconografia cristã*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2016, p. 47-68.

- Iconografia portuguesa de Santo António: principais variantes. In: AZEVEDO, Carlos A, Moreira – *Estudos de iconografia cristã*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2016, p. 251-272.

CASIMIRO, Luís Alberto; MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – *Imaculada Conceição. Devoção e Património no Concelho de Vale de Cambra.Vale de Cambra*: Autores e Câmara Municipal de Vale de Cambra, 2020.

COSTA, Manuela Carmona Graça Pinto da – Santo António de Lisboa. In: *Em louvor de Santo António-Notas para um inventário.* Vale de Cambra: Câmara Municipal de Vale de Cambra-Museu Municipal, junho de 2001, p. 11-12

COSTA, Paulo Ferreira da (coord. ed.); MÂNTUA, Ana Anjos; HENRIQUES, Paulo; CAMPOS, Teresa (coord. cient.) – *Normas de Inventário. Artes Plásticas e Artes Decorativas. Cerâmica.* Lisboa: Museu Nacional do Azulejo-Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), 1.ª edição, Maio 2007.

HERITAGE, Andrew; HERITAGE, Ailsa C. – *O Grande Livro dos Santos.* Maia: Círculo de Leitores, 2012.

LOPES, Fernando M. Peixoto e BASTOS, Margarida Almeida – *Devoção e Fé - Registos em azulejo na cidade de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa, 2019.

MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – Santo António-Devoção Popular. In: *Em louvor de Santo António-Notas para um inventário.* Vale de Cambra: Câmara Municipal de Vale de Cambra-Museu Municipal, junho de 2001, p. 13-14.

- *Capela de Santo António*, Inventário Patrimonial da Paróquia de São Tiago de Beduído, n.º de Inv.- Cap-0002, [Trabalho não publicado], 20 de janeiro de 2009.

- *Capela de São Joaquim*, Inventário Patrimonial da Paróquia de São Tiago de Beduído, n.º de Inv.- Cap-0005, [Trabalho não publicado], 22 de janeiro de 2009.

SOALHEIRO, João – Azulejo. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, Vol. A-C, p. 177-180.

TAVARES, Jorge Campos - *Dicionário de Santos.* Porto: Lello & Irmão, - Editores, 2.ª edição, 1990.

VELOSO, A. J. Barros e ALMASQUÉ Isabel – *Azulejaria de Exterior em Portugal.* Lisboa: Inapa. 1991, p. 34.

VORAGINE, Tiago de – *Legenda Áurea*. Porto: Livraria Civilização Editora, Tomo Primeiro e Tomo Segundo, 2000.

Webgrafia

DORDIO, Paulo – Capela de Santo António, IPA.00000269, Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) - Sistemas de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA), 1997, [Consult. 10 jun. 2024], disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=269.

J.C. – Fábrica do Outeiro, retalhosdeaguedaantiga.blogspot.com, abril 27, 2022 [Consult. 10 jun. 2024], disponível em: https://retalhosdeaguedaantiga.blogspot.com.

LEMOS, Ana – Capela de São Joaquim, IPA.00008601, Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) - Sistemas de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA), 2006, [Consult. 10 jun. 2024], disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Sit e/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8601.

ENGRAÇADO TESTAMENTO DO GALO E DA GALINHA: A HISTÓRIA DA CARROÇA DO GALO NA FREGUESIA DE CANELAS

*Paula Almeida**


ENGRAÇADO TESTAMENTO
DO
GALO E DA GALINHA
POR José d'Almeida Cardoso Jorge
Propriedade registada e garantida por lei
8.ª Edição Augmentada
8.ª Edição Augmentada
Vende-se no Porto em casa de José d'Almeida Cardoso Jorge, travessa de Santo Izidro, 67, onde se faz grande desconto para revendedeie na Rua do Mouzinho da Silveira, 198 a 200, nos armazens de niudezas de Silva Ferreira & Soares, L.ª, e em casa do sr. Antonio Pinto da Fonseca, Ld.ª n.º 125, e em Estarreja na Loja do Porto, Praça Francisco Barbosa, de Manoel Dias Vaz; em Vizeu em casa de Idalio Merino & C.ª, Praça de Camões, 69 e 71; — Almeida & David, Limitada, Rua Mousinho da Silveira, 294 a 298, Porto, em Braga no Bazar Braga, de Manoel Antonio Joaquim da Silva Braga rua da Misericordia, 1 a 7, e na Livraria Barateira de Salvador dos Santos Romana, Rua do Duque, 34, Lisboa.

*Secretária da Junta de Freguesia de Canelas entre 2009 e 2013. Presidente da Sociedade Recreativa e Musical Bingre Canelense entre 2013 e 2016. Curiosa dos usos e costumes de Canelas, que tenta perpetuar através das encenações no Mercado Antigo de Estarreja e das marchas populares, entre outros.

Volta e meia ouvia (e ouço, felizmente) o meu pai a recitar estes versos: Já ouço afiar a faca, com que me hão de degolar, a minha morte hoje é certa, de esta não vou escapar, já ouvi dizer à senhora, vai-se hoje o galo matar.

Com curiosidade ia tentando perceber melhor que tradição era esta que há alguns anos foi recuperada pela Banda Bingre Canelense no domingo gordo à saída da missa em Canelas e, posteriormente, levada ao Mercado Antigo das Festas da Cidade de Estarreja numa encenação que percorreu a Praça Francisco Barbosa.

Destas andanças guardei uma espada de madeira, idêntica à que o meu pai usara outrora, que me foi oferecida depois da apresentação em Estarreja e que foi feita especialmente para mim (era presidente da coletividade naquela ocasião) e as cópias dos versos que alguém me arranjou e que com muito zelo conservei, em conjunto outros documentos que me foram facultando por ocasião dos 150.º anos da Banda Bingre Canelense.

Já há algum tempo que tinha vontade de escrever sobre esta memória (e outras da nossa freguesia) para que não se perdesse, mas depois de perceber que uma família em Canelas tinha o livro original guardado religiosamente, fez-se o clique e cá estou eu, pela segunda vez, a partilhar vivências para memória futura.

Sabendo de antemão que é enorme a probabilidade de ter perdido algumas memórias associadas à tradição da Carroça do Galo na Freguesia de Canelas, por não ter iniciado antes esta pesquisa, tento, através deste artigo, dar-vos a conhecer um pouco das recordações de quem vivenciou estes momentos na primeira pessoa (ou não) e perceber qual o período temporal em que a mesma se realizou.

Vamos lá então perceber onde é que os meninos de Canelas foram buscar os versos que declamavam com grande entusiasmo, para apregoar a morte do pobre galo, desfolhando e descobrindo o livro original que, gentilmente, me foi cedido[1] com o propósito de o tornar também vosso, através deste artigo.

Engraçado Testamento do Galo e da Galinha é uma obra do autor José d'Almeida Cardoso Jorge[2], cujos títulos foram publicados entre o final do século XIX e metade do século XX[3]. Na capa do exemplar que me foi cedido é possível verificar que o livro era vendido em Estarreja, na Loja do Porto, Praça Francisco Barbosa, de Manoel Dias Vaz[4].

---

1 - Propriedade de Maria Eugénia da Cruz Mortágua Martins.

2 - Na página da Biblioteca Nacional de Portugal (https://www.bnportugal.gov.pt/) encontram-se referenciadas 27 obras do autor, entre as quais o *Engraçado Testamento do Galo e da Galinha* [Edição: 8.ª Edição Aumentada; Publicação: Porto, Tipografia Gonçalves; Descrição Física: 15 páginas, 18 centímetros; Cota: L. 30906//16 P.; Coleção: Fundo Geral de Monografias; Tipo Acesso: Mau estado, acesso sob autorização; Estado: No depósito].

3 - *Tristes queixumes de um pintassilgo que estava cativo da liberdade ou fábulas morais* foi publicado no Porto, pela Livraria Popular, em 1880 e *O velho prognosticador do futuro humano, A verdadeira confissão geral do Vicente Marujo* e *O verdadeiro correio de outro mundo: uma carta do reino do céu* foram publicados em 1945.

4 - Em partilha com um habitual autor da Revista Terras de Antuã, o Sr. António Augusto Silva, foi possível perceber que o Sr. Manuel Dias Vaz era natural de Avanca e fora empregado comercial no Porto. Já vendia na Feira de Santo Amaro e passou a ter uma loja na Praça Francisco Barbosa no final da década de 20 ou início da década de 30, tendo a mesma ficado conhecida por Loja do Porto.

NOVO E ENGRAÇADO
TESTAMENTO DO GALO



NOVO E ENGRAÇADO

TESTAMENTO DO GALO

Chegou finalmente a hora
De eu para o mundo acabar,
Já ouvi dizer á senhora
Vae-se hoje o Galo matar.

Já não ha quem me console
Nesta minha triste sorte;
Esta noite se escreveu
A minha sentença de morte.

Já ouço afiar a faca,
Com que me hão-de degolar,
A minha morte hoje é certa
D'esta não posso escapar.

Em nome da benta hora
Acudam todos, e venham vêr
O que faz um pobre galo,
Quando está para morrer.

A sentença já está dada
O remedio é morrer,
Porém antes que ela chegue
Vou meu testamento fazer.

Quero dispôr do que tenho,
Da forma que me parecer,
Ouçam pois, com atenção
Pois não ha tempo a perder.

Será meu testamenteiro
O filho de meu patrão,
A quem deixo para comer
O meu lindo coração.

Deu-me milho com fartura
Quanto eu queria comer,
A's escondidas de todos
Sem a sua mãe saber.

Muitas vezes ela ralhava
Por o milho me haver dado,
Mas ele já se desculpava
Não lhe importava o recado.

Eu não posso ser ingrato
Para quem me tratou bem,
Só tenho odio de morte
A' senhora sua mãe.

Porque ela só me espantava,
E não me dava de comer.
E agora ainda por cima
Sentenciou-me a morrer.

Essa maldita senhora
Era melhor ter morrido,
Antes me queria com o filho.
E com o seu nobre marido.

— 3 —

Pois estas duas alminhas,
Já por mim teem pedido.
Se não fossem elas ha muito,
Que eu já estava comido.

Quando vim para esta casa
Ha um ano pouco mais.
Não julguei que tão depressa,
Fossem meus dias finais.

Eu fui valente guerreiro,
Contra qualquer agressor.
Defendi as companheiras,
Com coragem e com valor.

Nunca me dei por vencido,
Em batalha onde entrasse.
Pois eu nunca tive luta,
Que vitória não cantasse.

Tive fama de valente,
E de belo cantador.
E p'ras minhas companheiras,
Fui raro exemplo de amor.

Delas hoje me despeço,
Já que a vida vou perder.
Adeus queridas companheiras,
Não vos torno mais a vêr.

Apesar que a minha morte,
Pouco tempo chorareis.
Assim que houver Galo novo
De todo me esquecereis.

As galinhas bem parecidas,
Como as viuvinhas são.
Que estão namoriscando,
E o marido no caixão.

Por isso logo que chegue,
Outro Galo á capoeira.
Esquecei por uma vez,
Minha morte traiçoeira.

Vivei alegres e contai,
Criai vossos filhinhos.
Que assim fazem as mulheres,
Ao faltar-lhe os maridinhos.

Estou tão atribulado,
Nessa nossa despedida.
Que deixar-vos nesta hora,
De certo me custa a vida.

Agora o que eu mais desejo,
E' que o meu testamenteiro
Entregue tudo o que eu deixo
A quem fôr meu herdeiro.

Deixo ás minhas companheiras
Por quem tenho mais paixão.
A magua que me acompanha,
Em tão triste separação.

Deixo a cinco pintainhos,
Que ficam na capoeira,
A astucia para fugirem,
Da raposa que é maireira.

— 4 —

Deixo tambem o meu bico
Com que eu me defendia.
Ao homem mais bulhento
Que houver nesta freguezia.

A's padeiras de Valongo
Que trazem biscouto ao Porto
Que fiquem com a minha lingua
Apenas me vejam morto.

Os meus olhinhos tão belos,
Que são mesmo um primor.
Hão-de ser para o namoro
Da sobrinha do reitor.

As minhas barbas vermelhas
Que são mesmo de encantar,
Deixo-as a um velho galteiro
Que ainda queira casar.

Deixo a minha crista
Por ser prenda de valor,
Ao gato que tenha fama
De valente caçador.

Os meus miolos assados
Nas brazas de um fogareiro
Hão-de ser para o almoço
Das filhas do madeireiro.

Deixo a minha cabeça
Ao cão mais esfomeado
Que por ahi apareça
Por seu dono abandonado.

Deixo a minha bela voz
Se a quizer aceitar.
Ao galo meu sucessor,
Para no poleiro cantar.

A minha linda garganta
A um galego vou deixar.
Para tocar um fandango
Quando á terra chegar.

Deixo o sangue do meu corpo
A' venda mais afamada
Para deitarem no vinho
Que tenha a côr desmaiada.

Deixo o miolo do papo,
Petisco desenganado
Para um doceiro do Porto
Fazer pasteis de picado.

E do miolo das tripas
Espero que me farão
Para a ceia dos lambareiros
De rechelo um pastelão.

E o meu papo que ha pouco
Era de milho um celeiro
Vou deixal-o ao meu patrão
Para bolsa do dinheiro.

A tripa que tem o papo
Que ainda deve ter milho
E' para as moças solteiras
Que já tiveram um filho.

— 5 —

Deixo as tripas mais grossas
A's raparigas solteiras.
Para deitarem uns canos,
N'umas meias domingueiras.

Se encontrarem o meu fel
Que é da côr da larangeira.
Vão leval-o de presente
A' Gertrudes lavadeira.

Deixo tambem a enxundia
Que em meu corpo se encontrar
Para quem padecer dos calos,
Poder as botas amaciar.

Do meu figado vou dispôr,
Pelo menos de metade.
Para um almoço taludo
Das irmãs da caridade.

E por ser vontade minha
Deixo a outra metade.
Para a mulher mais pobresinha
Dar de folar ao abade.

A' costureira da casa,
A quem eu sou dedicado.
Deixo-lhe um ovo sem casca
Para o comer estrelado.

A' mulher que me deixava
Ir comer milho á eira.
Quero deixar-lhe o estrume
Que encontrar na capoeira.

As minhas lindas polainas
Das pernas o meu asseio.
São para um rapaz solteiro
Dar no domingo um passeio.

Tambem deixo os esporões
A's creadas de servir.
Para picarem o namoro
Que infiel lhe sair.

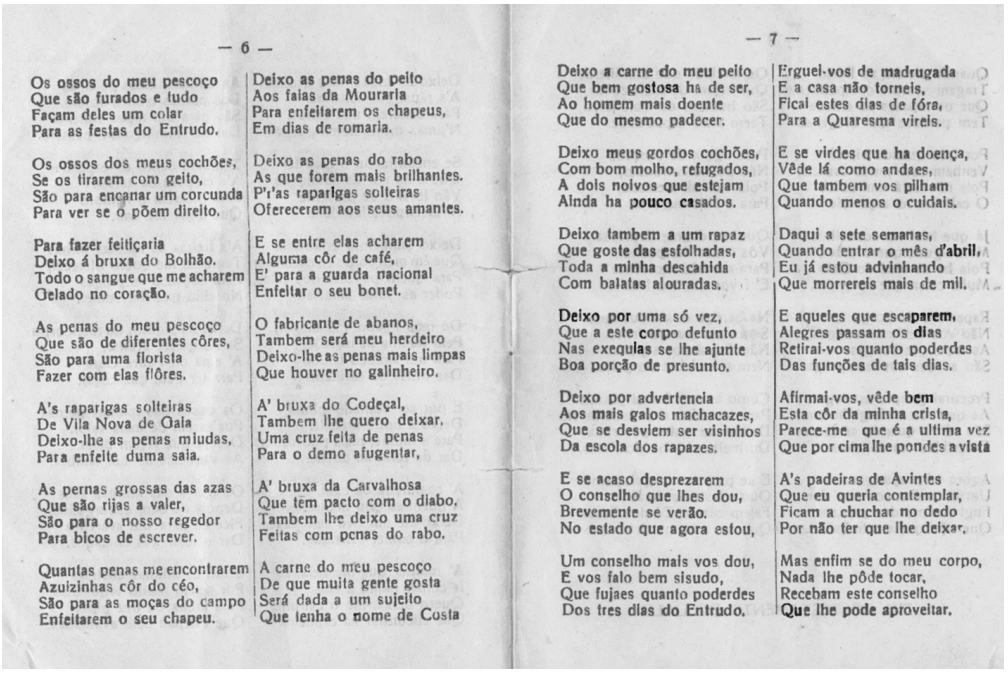
A's freiras as minhas unhas
Tambem lhe quero oferecer,
Para coçarem as pulgas
No sitio que lhe comer.

Deixo os piolhos do meu corpo
Se os quizer aceitar.
A' ama do Padre Cura
Para ter bem que coçar.

Os ossos das minhas pernas
Por serem de mais valor.
Desejo que façam deles
As vaquetas de um tambor.

Os ossos das minhas azas
Depois de bem esburgados,
Ficarão para um avarento
Dar o folar aos afilhados.

Serão as minhas costelas
Por serem muito arqueadas.
Para arcos de trez pipas
Que estejam bem avinhadas.



— 6 —

Os ossos do meu pescoço
Que são furados e tudo
Façam deles um colar
Para as festas do Entrudo.

Os ossos dos meus cochões,
Se os tirarem com geito,
São para encanar um corcunda
Para ver se o põem direito.

Para fazer feitiçaria
Deixo á bruxa do Bolhão.
Todo o sangue que me acharem
Gelado no coração.

As penas do meu pescoço
Que são de diferentes côres,
São para uma florista
Fazer com elas flôres.

A's raparigas solteiras
De Vila Nova de Gaia
Deixo-lhe as penas miudas,
Para enfeite duma saia.

As pernas grossas das azas
Que são rijas a valer,
São para o nosso regedor
Para bicos de escrever.

Quantas penas me encontrarem
Azuizinhas côr do céo,
São para as moças do campo
Enfeitarem o seu chapeu.

Deixo as penas do peito
Aos faias da Mouraria
Para enfeitarem os chapeus,
Em dias de romaria.

Deixo as penas do rabo
As que forem mais brilhantes.
P'r'as raparigas solteiras
Oferecerem aos seus amantes.

E se entre elas acharem
Alguma côr de café,
E' para a guarda nacional
Enfeitar o seu bonet.

O fabricante de abanos,
Tambem será meu herdeiro
Deixo-lhe as penas mais limpas
Que houver no galinheiro.

A' bruxa do Codeçal,
Tambem lhe quero deixar,
Uma cruz feita de penas
Para o demo afugentar,

A' bruxa da Carvalhosa
Que tem pacto com o diabo,
Tambem lhe deixo uma cruz
Feitas com penas do rabo.

A carne do meu pescoço
De que muita gente gosta
Será dada a um sujeito
Que tenha o nome de Costa

— 7 —

Deixo a carne do meu peito
Que bem gostosa ha de ser,
Ao homem mais doente
Que do mesmo padecer.

Deixo meus gordos cochões,
Com bom molho, refugados,
A dois noivos que estejam
Ainda ha pouco casados.

Deixo tambem a um rapaz
Que goste das esfolhadas,
Toda a minha descabida
Com balatas alouradas.

Deixo por uma só vez,
Que a este corpo defunto
Nas exequias se lhe ajunte
Boa porção de presunto.

Deixo por advertencia
Aos mais galos machacazes,
Que se desviem ser visinhos
Da escola dos rapazes.

E se acaso desprezarem
O conselho que lhes dou,
Brevemente se verão.
No estado que agora estou,

Um conselho mais vos dou,
E vos falo bem sisudo,
Que fujaes quanto poderdes
Dos tres dias do Entrudo.

Erguei-vos de madrugada
E a casa não torneis,
Ficai estes dias de fóra,
Para a Quaresma vireis.

E se virdes que ha doença,
Vêde lá como andaes,
Que tambem vos pilham
Quando menos o cuidais.

Daqui a sete semanas,
Quando entrar o mês d'abril,
Eu já estou advinhando
Que morrereis mais de mil.

E aqueles que escaparem,
Alegres passam os dias
Retirai-vos quanto poderdes
Das funções de tais dias.

Afirmai-vos, vêde bem
Esta côr da minha crista,
Parece-me que é a ultima vez
Que por cima lhe pondes a vista

A's padeiras de Avintes
Que eu queria contemplar,
Ficam a chuchar no dedo
Por não ter que lhe deixar.

Mas enfim se do meu corpo,
Nada lhe pôde tocar,
Recebam este conselho
Que lhe pode aproveitar.

— 8 —

Quando vierem ao Porto
Tragam sempre companheiras,
Que os rapazes da cidade
Tem partidas mui bregeiras.

Por isso quando vierem
Venham com muita cautela,
Pois não será mui dificil
O cahirem na esparrela.

Já que falei em conselhos
Mais alguns quero dizer,
Pois ha na vida do Galo
Muita coisa que aprender.

Rapazlada da borga
Não vos fieis em cantigas,
As raparigas songas
São as que vos fazem figas.

Procurai sempre as alegres
As que são mais galhofeiras,
São sérias quando se casam
Divertidas em solteiras.

Agora vós raparigas
Um conselho vos vou dar,
Fugi sempre dos rapazes
Que não querem trabalhar.

Os maridos que escolherdes
Que sejam de meia edade,
São homens de mais juizo
Teem mais capacidade.

Paro agora de cançado
Não posso continuar,
Pois vem ali a creada
Para a vida me tirar.

Que me degole depressa
Vós todas lhe pedireis,
Para me não mortificar
E' favor que me fazeis.

Na barriga dos meus amos
Será meu enterro feito,
Não ficará por sepultar
Nem uma febra do peito.

Como a terra é mui pesada
Para me cobrir depois de morto
Deitem-me antes por cima
Do melhor vinho do Porto.

E se para o ano quizerem
Outro testamento lêr,
Falem com o Zé dos livros
Que em casa os deve ter.

FIM DO TESTAMENTO DO GALO

NOVO E ENGRAÇADO
TESTAMENTO DO GALO[5]

Página 2

Chegou finalmente a hora
De eu para o mundo acabar,
Já ouvi dizer á senhora
Vae-se hoje o Galo matar.

Já não ha quem me console
Nesta minha triste sorte;
Esta noite se escreveu
A minha sentença de morte.

Já ouço afiar a faca,
Com que me hão-de degolar,
A minha morte hoje é certa
D'esta não posso escapar.

Em nome da benta hora
Acudam todos, e venham vêr
O que faz um pobre galo,
Quando está para morrer.

A sentença já está dada
O remedio é morrer,
Porém antes que ela chegue
Vou meu testamento fazer.

Quero dispôr do que tenho,
Da forma que me parecer,
Ouçam pois, com atenção
Pois não ha tempo a perder.

Será meu testamenteiro
O filho de meu patrão,
A quem deixo para comer
O meu lindo coração.

Deu-me milho com fartura
Quanto eu queria comer,
A's escondidas de todos
Sem a sua mãe saber.

Muitas vezes ela ralhava
Por o milho me haver dado,
Mas ele já se desculpava
Não lhe importava o recado.

Eu não posso ser ingrato
Para quem me tratou bem,
Só tenho odio de morte
A' senhora sua mãe.

Porque ela só me espantava,
E não me dava de comer.
E agora ainda por cima
Sentenciou-me a morrer.

Essa maldita senhora
Era melhor ter morrido,
Antes me queria com o filho,
E com o seu nobre marido.

5 - Transcrição do documento Testamento do Galo

Página 3

Pois estas duas alminhas,
Já por mim teem pedido.
Se não fossem elas ha muito,
Que eu já estava comido.

Quando vim para esta casa
Ha um ano pouco mais.
Não julguei que tão depressa,
Fossem meus dias finais.

Eu fui valente guerreiro,
Contra qualquer agressor.
Defendi as companheiras,
Com coragem e com valor.

Nunca me dei por vencido,
Em batalha onde entrasse,
Pois eu nunca tive luta,
Que vitória não cantasse.

Tive fama de valente,
E de belo cantador,
E p'ras minhas companheiras,
Fui raro exemplo de amor.

Delas hoje me despeço,
Já que a vida vou perder.
Adeus queridas companheiras,
Não vos torno mais a vêr.

Apesar que a minha morte,
Pouco tempo chorareis.
Assim que houver Galo novo
De todo me esquecereis.

As galinhas bem parecidas,
Como as viuvinhas são,
Que estão namoriscando,
E o marido no caixão.

Por Isso logo que chegue,
Outro Galo á capoeira,
Esquecei por uma vez,
Minha morte traiçoeira.

Vivei alegres e contai,
Criai vossos filhinhos,
Que assim fazem as mulheres,
Ao faltar-lhe os maridinhos.

Estou tão atribulado,
Nessa nossa despedida.
Que deixar-vos nesta hora,
De certo me custa a vida.

Agora o que eu mais desejo,
E' que o meu testamenteiro
Entregue tudo o que eu deixo
A quem for meu herdeiro.

Deixo ás minhas companheiras
Por quem tenho mais paixão.
A magua que me acompanha,
Em tão triste separação.

Deixo a cinco pintainhos,
Que ficam na capoeira,
A astúcia para fugirem,
Da raposa que é matreira.

Página 4

Deixo também o meu bico
Com que eu me defendia.
Ao homem mais bulhento
Que houver nesta freguezia.

A's padeiras de Valongo
Que trazem biscouto ao Porto
Que fiquem com a minha língua
Apenas me vejam morto.

Os meus olhinhos tão belos,
Que são mesmo um primor.
Hão-de ser para o namoro
Da sobrinha do reitor,

As minhas barbas vermelhas
Que são mesmo de encantar,
Deixo-as a um velho gaiteiro
Que ainda queira casar.

Deixo a minha crista
Por ser prenda de valor,
Ao gato que tenha fama
De valente caçador.

Os meus miolos assados
Nas brazas de um fogareiro
Hão-de ser para o almoço
Das filhas do madeireiro.

Deixo a minha cabeça
Ao cão mais esfomeado
Que por ahi apareça
Por seu dono abandonado.

Deixo a minha bela voz
Se a quizer aceitar.
Ao galo meu sucessor,
Para no poleiro cantar.

A minha linda garganta
A um galego vou deixar.
Para focar um fandango
Quando á terra chegar.

Deixo o sangue do meu corpo
A' venda mais afamada
Para deitarem no vinho
Que tenha a côr desmaiada.

Deixo o miolo do papo,
Petisco desenganado
Para um doceiro do Porto
Fazer pasteis de picado.

E do miolo das tripas
Espero que me farão
Para a cela dos lambareiros
De recheio um pastelão.

E o meu papo que ha pouco
Era de milho um celeiro
Vou deixal-o ao meu patrão
Para bolsa do dinheiro.

A tripa que tem o papo
Que ainda deve ter milho
E' para as moças solteiras
Que já tiveram um filho.

Página 5

Deixo as tripas mais grossas
A's raparigas solteiras.
Para deitarem uns canos,
N'umas meias domingueiras.

Se encontrarem o meu fel
Que é da côr da larangeira.
Vão leval-o de presente
A' Gertrudes lavadeira.

Deixo tambem a enxundia
Que em meu corpo se encontrar
Para quem padecer dos calos,
Poder as botas amaciar.

Do meu figado vou dispôr,
Pelo menos de metade.
Para um almoço taludo
Das irmãs da caridade.

E por ser vontade minha
Deixo a outra metade,
Para a mulher mais pobrezinha
Dar de folar ao abade.

A' costureira da casa,
A quem eu sou dedicado.
Deixo-lhe um ovo sem casca
Para o comer estrelado.

A' mulher que me deixava
Ir comer milho á eira.
Quero deixar-lhe o estrume
Que encontrar na capoeira.

As minhas lindas polainas
Das pernas o meu asseio.
São para um rapaz solteiro
Dar no domingo um passeio.

Também deixo os esporões
A's creadas de servir.
Para picarem o namoro
Que infiel lhe sair.

A's freiras as minhas unhas
Também lhe quero oferecer,
Para coçarem as pulgas
No sítio que lhe comer.

Deixo os piolhos do meu corpo
Se os quizer aceitar.
A' ama do Padre Cura
Para ter bem que coçar.

Os ossos das minhas pernas
Por serem de mais valor,
Desejo que façam deles
As vaquetas de um tambor.

Os ossos das minhas azas
Depois de bem esburgados,
Ficarão para um avarento
Dar o folar aos afilhados.

Serão as minhas costelas
Por serem muito arqueadas,
Para arcos de trez pipas
Que estejam bem avinhadas.

Página 6

Os ossos do meu pescoço
Que são furados e tudo
Façam deles um colar
Para as festas do Entrudo.

Os ossos dos meus cochões,
Se os firarem com geito,
São para encanar um corcunda
Para ver se o põem direito.

Para fazer feitiçaria
Deixo á bruxa do Bolhão.
Todo o sangue que me acharem
Gelado no coração.

As penas do meu pescoço
Que são de diferentes côres,
São para uma florista
Fazer com elas flôres.

A's raparigas solteiras
DeVila Nova de Gaia
Deixo-lhe as penas miudas,
Para enfeite duma saia.

As pernas grossas das azas
Que são rijas a valer,
São para o nosso regedor
Para bicos de escrever.

Quantas penas me encontrarem
Azuizinhas côr do céo,
São para as moças do campo
Enfeitarem o seu chapeu.

Deixo as penas do peito
Aos faias da Mouraria
Para enfeitarem os chapeus,
Em dias de romaria.

Deixo as penas do rabo
As que forem mais brilhantes,
P'r'as raparigas solteiras
Oferecerem aos seus amantes.

E se entre elas acharem
Alguma côr de café,
E' para a guarda nacional
Enfeitar o seu bonet.

O fabricante de abanos,
Tambem será meu herdeiro
Deixo-lhe as penas mais limpas
Que houver no galinheiro.

A' bruxa do Codeçal,
Tambem lhe quero deixar,
Uma cruz felta de penas
Para o demo afugentar.

A' bruxa da Carvalhosa
Que tem pacto com o diabo,
Tambem lhe deixo uma cruz
Feitas com penas do rabo.

A carne do meu pescoço
De que muita gente gosta
Será dada a um sujeito
Que tenha o nome de Costa.

Página 7

Deixo a carne do meu peito
Que bem gostosa ha de ser,
Ao homem mais doente
Que do mesmo padecer.

Deixo meus gordos cochões,
Com bom molho, refugados,
A dois noivos que estejam
Ainda ha pouco casados.

Deixo tambem a um rapaz
Que goste das esfolhadas,
Toda a minha descahida
Com balatas alouradas.

Deixo por uma só vez,
Que a este corpo defunto
Nas exequias se lhe ajunte
Boa porção de presunto.

Deixo por advertência
Aos mais galos machacazes,
Que se desviem ser vizinhos
Da escola dos rapazes.

E se acaso desprezarem
O conselho que lhes dou,
Brevemente se verão.
No estado que agora estou,

Um conselho mais vos dou,
E vos falo bem sisudo,
Que fujaes quanto poderdes
Dos tres dias do Entrudo.

Erguei-vos de madrugada
E a casa não torneis,
Ficai estes dias de fóra,
Para a Quaresma vireis.

E se virdes que ha doença,
Vêde lá como andaes,
Que tambem vos pilham
Quando menos o cuidais.

Daqui a sete semanas,
Quando entrar o mês d'abril
Eu já estou advinhando
Que morrereis mais de mil.

E aqueles que escaparem,
Alegres passam os dias
Retirai-vos quanto poderdes
Das funções de tais dias.

Afirmai-vos, vêde bem
Esta côr da minha crista,
Parece-me que é a ultima vez
Que por cima lhe pondes a vista

A's padeiras de Avintes
Que eu queria contemplar,
Ficam a chuchar no dedo
Por não ter que lhe deixar.

Mas enfim se do meu corpo
Nada lhe pôde tocar.
Recebam este conselho
Que lhe pode aproveitar.

Página 8

Quando vierem ao Porto
Tragam sempre companheiras,
Que os rapazes da cidade
Tem partidas mui bregeiras.

Por isso quando vierem
Venham com muita cautela,
Pois não será mui difícil
O cahirem na esparrela,

Já que falei em conselhos
Mais alguns quero dizer,
Pois ha na vida do Galo
Muita coisa que aprender.

Rapaziada da borga
Não vos fieis em cantigas,
As raparigas songas
São as que vos fazem figas.

Procurai sempre as alegres
As que são mais galhofeiras,
São sérias quando se casam
Divertidas em solteiras.

Agora vós raparigas
Um conselho vos vou dar,
Fugi sempre dos rapazes
Que não querem trabalhar.

Os maridos que escolherdes
Que sejam de meia edade,
São homens de mais juizo
Teem mais capacidade.

Paro agora de cançado
Não posso continuar,
Pois vem ali a creada
Para a vida me tirar.

Que me degole depressa
Vós todas lhe pedireis,
Para me não mortificar
E' favor que me fazeis.

Na barriga dos meus amos
Será meu enterro feito,
Não ficará por sepullar
Nem uma febra do peito.

Como a terra é mui pesada
Para me cobrir depois de morto
Deitem-me antes por cima
Do melhor vinho do Porto.

E se para o ano quizerem
Outro testamento lêr,
Falem com o Zé dos livros
Que em casa os deve ter.

FIM DO TESTAMENTO DO GALO

Depois de encontrar o livro e inquiridos alguns dos protagonistas, é possível chegar a várias conclusões: a Carroça do Galo era uma tradição da Freguesia de Canelas que se realizava por altura do Carnaval na qual participavam os alunos da quarta classe (era exclusiva dos rapazes) de forma voluntária (o que explica que nascidos no mesmo ano, tenham participado e outros não). Enfeitavam uma carroça de madeira com mimosas, levavam um galo e uma galinha, declamavam os versos do Testamento do Galo e empunhavam uma espada de madeira na expectativa de receber bens ou algum dinheiro que depois dividiam entre todos.

Os vários depoimentos que consegui recolher parecem indicar que a Carroça do Galo foi realizada por crianças nascidas em 1927 (ou em anos anteriores, pois não me foi possível recolher testemunhos de pessoas nascidas antes desta data) e terá terminado com os alunos nascidos em 1960 (outras pessoas inquiridas nascidas após esta data não têm memórias desta tradição na sua passagem pela Escola Primária de Canelas).

TESTEMUNHOS

Maria do Carmo Domingues de Oliveira | Data de nascimento: 4 de abril de 1927[6]

Fez a primeira classe na escola primária da Rua da Fonte (junto à Capela da Quinta do Senhor Juiz) e depois mudou para a nova escola que era no antigo posto médico de Canelas, onde estudou até à quarta classe.

Os rapazes mais velhos começaram esta palhaçada (palavras dela) na altura do Carnaval quando mudaram para a escola nova. Enfeitavam a carroça com ramos de mimosas em flor e o galo ia preso lá dentro. Contou que eles corriam as ruas da freguesia com o galo e a brincar e cantar e que depois se oferecia o galo ao professor e açúcar, café e massa à professora.

Dos versos do testamento do galo, já não se recorda. A minha avó diz que o Sr. Almeida[7] (avó do Sérgio[8]) andou com a carroça. Perguntei à minha sogra[9] (que é do ano de 1948) se ele contava alguma coisa desse tempo e ela não se recorda dele falar disso, mas disse que o meu sogro também chegou a andar nessa brincadeira e que se recorda de ver passar a carroça do galo.

A minha mãe[10], mais nova 10 anos que a minha sogra, já só se lembra de falarem nisso, mas no tempo dela já se tinha perdido a tradição. No tempo do meu tio[11] (de 1960) já não se fazia essa brincadeira.

---

6 - Informação partilhada pela neta, Marisa Gomes Valente. A Sra. Maria do Carmo, com 98 anos, do conhecimento que tenho, será a mulher mais velha da freguesia nesta data.

7 - António Domingues de Almeida, nascido em 1927 e falecido em 2007.

8 - Sérgio António Ribeiro de Almeida, marido de Marisa Gomes Valente.

9 - Clarinda Almeida Ribeiro, sogra de Marisa Gomes Valente.

10 - Alcina Gomes Valente, mãe de Marisa Gomes Valente.

11 - Manuel Augusto Oliveira Valente, tio de Marisa Gomes Valente.

João Dias da Silva | Data de nascimento: 14 de junho de 1930[12]

Fez a escola primária onde hoje é o antigo posto médico.

Não participou na carroça do galo, mas diz que era igual a um carro de vacas em ponto pequeno e tinha uma armação feita em loureiro e levava o galo.

A carroça era da Tia Felicidade Lameira.

Eram só rapazes e paravam nos largos e diziam algo do tipo: galinhas minhas amigas, acordem todas e venham ver o que faz o pobre galo quando está para morrer!

Abel Tavares Catarino | Data de nascimento: 3 de maio de 1934 (Falecido em 2016)[13]

A Carroça do Galo era um elemento alegórico utilizado na dramatização do julgamento jocoso do galo e da galinha pelo tempo do Entrudo.

Como o nome indica, tratava-se de uma carroça feita em madeira, em tudo semelhante à utilizada para tração animal, mas mais pequena e destinada a ser conduzida pelo homem.

Era normalmente requisitada a um mestre da construção civil da aldeia (vulgarmente conhecidos por mestres pedreiros ou pintores) e posteriormente adaptada a jaula para galináceos. Para tal, eram apanhados ramos de mimosas em flor, símbolo da iminente chegada da primavera e renovação do ciclo agrícola. Estes ramos, colocados em forma de arco sobre a mesa da carroça, eram depois circundados com rede de galinheiro para evitar a fuga dos réus.

Por esta altura, quem estava na escola primária era o Professor Madeira.

José Oliveira Faustino | Data de nascimento: 20 de fevereiro de 1936

Fiz a carroça do galo na quarta classe e na altura a escola primária era na Rua Direita. Uma das minhas professoras foi a D. Ilda.

O galo e a galinha iam na carroça que estava enfeitada com mimosas e outras flores.

Andávamos na rua a declamar os versos e a puxar a carroça. Essa carroça ainda há de estar em casa do Tio Alcides[14].

António Augusto da Cruz e Silva | Data de nascimento: 14 de abril de 1937[15]

Lembra-se que na altura o professor chamava-se Pompeu da Rocha Pereira e era de Aveiro.[16]

Participou na carroça do galo na quarta classe e lembra-se que o dinheiro angariado foi entregue de imediato ao pai, que tinha ficado viúvo após o seu nascimento e vivia com grandes dificuldades económicas para poder criar os quatro filhos.

---

12 - Informação partilhada por Paulo Alexandre de Morais Salgado. O Sr. João com 95 anos, está emigrado no Canadá e do conhecimento que tenho, será o homem mais velho da freguesia nesta data.

13 - Informação partilhada pelo neto, Miguel Filipe Tavares Valente.

14 - Alcides Fonseca Rego, residente na Rua Campo da Cruz e falecido em 2024.

15 - Meu pai.

16 - No Diário do Governo, de quarta-feira 22 de novembro de 1972 (III Série) consta um aviso referente ao aumento de capital da sociedade anónima de responsabilidade limitada Supermercados Cortiço Dourado S.A.R.L mediante a subscrição e realização imediata de 945 ações nominativas de valor nominal de 1.000 escudos, das quais, 15 ações referem ser pertença de Pompeu da Rocha Pereira (?), com domicílio na Costa do Valado, freguesia de Oliveirinha.

Manuel Carlos Marques Valente | Data de nascimento: 13 de maio de 1943[17]

Frequentou a escola primária de Canelas quando se localizava onde hoje é o posto médico e participou na carroça do galo na quarta classe.

Andavam a correr as ruas com uma carroça enfeitada com mimosas que iam buscar à Quinta da Carvalha. Levavam um galo dentro e diziam uns versos.

A carroça era guardada de um ano para o outro em casa da Eulália Barreira, que era a contínua da escola.

António Artur Oliveira Quinta | Data de nascimento: 24 de setembro de 1944

A escola primária na altura era na Rua Direita, local onde hoje se situa o posto médico.

Lembro-me da carroça do galo, embora eu nunca participasse. Mas sim, era na quarta classe. No meu ano não houve.

António Tavares Silva Cristóvão | Data de nascimento: 23 de junho de 1945

Fiz a escola primária onde hoje é o antigo posto médico e participei na carroça do galo.

Liamos os versos, o galo e a galinha estavam fechados na carroça, com as suas cristas vermelhas.

Fazíamos isto no domingo gordo.

Pedíamos dinheiro e milho. O dinheiro dividíamos por todos e o milho vendíamos para depois dividir o resultado da venda.

Levei uma espada emprestada, que parti. Era do Tio Elias[18] *e depois alguém me fez uma espada para eu poder entregar ao dono da que foi estragada.*

António da Silva Tavares Adam | Data de nascimento: 14 de fevereiro de 1947

Andei na escola primária em Canelas, no local onde hoje está situado o antigo posto médico.

Fiz a carroça do galo na quarta classe com o Professor Nelas.

Lembro-me de coisas muito giras, todos nós tínhamos uma espada de madeira.

No meu ano a galinha pôs um ovo na carroça.

Tudo enfeitado com mimosas que íamos buscar à Quinta da Carvalha do Otílio[19]*, já falecido e conhecido por Áltino, que tinha lá uma propriedade. Enfeitávamos a carroça, que era uma miniatura do carro das vacas de outrora. Era muito giro.*

Começava da parte da tarde, porque a freguesia era mais pequena.

No fim, repartia-se o dinheiro que se conseguisse angariar por igual e íamos para a loja do Tio Altino[20]*, casado em primeiras núpcias com a Tia Amélia*[21]*, cujo filho andou comigo na carroça do galo esse ano*[22]*, assim como, o Arlindo das Neves, o José Augusto e não me lembro de mais. O António Licínio*[23]*, marido da Rosa Clara, também falecido. O António Aguiar que também está a passar um momento menos bom. Éramos muitos.*

---

17 - Informação partilhada pela filha, Maria Elisabete Rodrigues Valente de Andrade.

18 - Elias Dias de Aguiar, meu tio (casado com a irmã do meu pai, Rosa Cidália Tavares e Cruz) e falecido em 2010.

19 - Otílio D. Correia, falecido em 1991.

20 - Otílio D. Correia, falecido em 1991.

21 - Amélia N. Matos, falecida em 1952.

22 - António Altino Matos Correia, nascido em 1946 e falecido em 2000.

23 - António Licínio Andrade Neno, nascido em 1945 e falecido em 2024.

Manuel Augusto Rodrigues Almeida | Data de nascimento: 27 de agosto de 1949[24]

Fez a escola primária em Canelas, que na altura era no local do posto médico.
Quando estava na quarta classe participou na carroça do galo, símbolo do Entrudo.

Lembra-se que a carroça era como as dos bois, mas em ponto pequenino e iam dois rapazes a puxar.

Colocavam rede em volta da carroça para proteger o galo e a galinha. Decoravam-na com flores amarelas das mimosas e íamos buscá-las à Quinta da Carvalha.

Cada elemento tinha uma espada feita em madeira para acompanhar os movimentos enquanto cantavam os versos.

Cantavam junto das pessoas para receberem umas moeditas para depois partilharem entre todos.
A minha avó[25] *disse que os rapazes também faziam a carroça do galo no posto de ensino do Roxico.*

Anselmo de Oliveira Rego | Data de nascimento: 17 de abril de 1950[26]

Da primeira à quarta classe frequentou a escola primária onde hoje se localiza o posto médico e participou na carroça do galo na quarta classe.

Lembra-se que a carroça do galo era um carro de vacas em miniatura que no lugar de canga, tinha um pau atravessado para ser puxado por dois meninos e os outros empurravam atrás. Tinha paus pequenos (fueiros) que seguravam uma rede de capoeiro e lá dentro ia o galo e uma galinha. A carroça era enfeitada com mimosas que apanhavam na própria escola e nos combros dos terrenos agrícolas.

Os meninos, apenas rapazes, iam de porta em porta a cantar os versos e as pessoas davam alguns bens, como por exemplo: milho, uma chouriça ou uma moedita. Depois vendiam os bens angariados (não se lembra bem onde vendiam, mas talvez nas lojas da aldeia) e dividiam o dinheiro pelos participantes.
Usavam uma cinta vermelha à cintura e uma espada na mão enquanto cantavam os versos. A espada era feira de madeira e incluída uma proteção na mão, como as verdadeiras.
Ainda se lembra de dois versos:
Sou testamenteiro filho do meu patrão, a quem deixo de comer o meu lindo coração.
Deixo as unhas dos meus pés às mulheres viúvas, para se arranharem de noite quando lhe morderem as pulgas.

Manuel da Silva Pires | Data de nascimento: 4 de fevereiro de 1952

Frequentei a escola primária em Canelas, naquela que deitaram abaixo e onde hoje é o posto médico. Fiz a carroça do galo na quarta classe.

Líamos o testamento do galo, com as espadas na mão, a fazer o sinal para matar o galo e no fim havia malta a pedir e davam-nos qualquer coisita.

O professor já faleceu, era o Belmiro das Neves.

24 - Informação partilhada pelo neto, Rafael de Almeida Marques.

25 - Maria Balbina de Sá Escudeiro de Almeida.

26 - Informação partilhada pelo filho, Elder António Oliveira Matos.

José Manuel Rodrigues Andrade | Data de nascimento: 2 de junho de 1952

Fiz a escola primária em Canelas quando esta se localizava onde hoje é o posto médico.

Participei na carroça do galo na altura e era feita pelos alunos da quarta classe. Lembro-me de ir buscar o galo.

A carroça era do Tio Jacinto[27], que a emprestava. Era uma carroça feita em madeira, artesanal. Colocávamos uma rede por cima e decorávamos com mimosas.

Tínhamos os versos que nos forneciam e com uma espada recitávamos esses versos.

Carlos Alberto Martinez Ramos[28] | Data de nascimento: 2 de junho de 1952

A escola estava situada onde é o atual posto médico.

Fiz a carroça do galo na quarta classe, que consistia em recitar uns versos e andas pelas ruas.

Atirávamos uns foguetes pequenos que comprávamos na loja.

Adelino Augusto Gomes Meira | Data de nascimento: 6 de fevereiro de 1957

Participei na carroça do galo na quarta classe, porque eram sempre os últimos que a faziam.

A escola primária era onde hoje é o posto médico. Lembro-me que nós não queríamos os da Aldeia misturados connosco e havia sempre problemas.

As nossas professoras foram a D. Fernanda e a D. Arminda, mas não eram elas que organizavam a carroça do galo, era a malta.

Ernesto Cruz Aguiar | Data de nascimento: 10 de maio de 1960

Frequentei a escola primária em Canelas e participei na carroça do galo na quarta classe.

Foi divertido e o dinheiro angariado foi para nós o que naquele tempo era muito bom!

Levei a mesma espada que usou o meu tio António Vicente[29], que nessa altura estava na Venezuela.

No final o José Amador[30] inventou um verso de agradecimento para recitarmos depois de receber o que as pessoas nos davam: Esta esmola já cá canta, sem custo e sem trabalho, se os senhores estão malcontentes, vão se queixar ao … (não posso dizer mais nada!).

Armindo José da Silva Marques | Data de nascimento: 27 de outubro de 1960

Frequentei a escola primária em Canelas. No primeiro ano foi na escola velha, o último ano que ela funcionou. Segundo ano foi na casa da banda, provisoriamente, até que a escola nova estivesse pronta e o terceiro e quarto ano já fiz nessa escola.

Não participei na carroça do galo e não me recordo de outras memórias associadas, neste momento.

---

27 - Jacinto Dias da Silva, falecido em 2006.

28 - Conhecido como Carlos da Correia.

29 - António Augusto Da Cruz e Silva, meu pai.

30 - Filho do caseiro de uma das quintas, talvez a Quinta do Calvário.

Ernesto Alexandre Silva Matos | Data de nascimento: 22 de dezembro de 1960

Frequentei a escola primária quando vim de Angola.
Participei na carroça do galo, mas não foi na quarta classe, foi a pedido de quem tinha os ditos versos na altura.

Gostei da participação. Momentos inesquecíveis, se me perguntarem hoje não consigo lembrar-me dos versos.

Gostaria de representar outra vez.

Camilo Manuel Andrade Fonseca Rego | Data de nascimento: 3 de março de 1963

A escola primária chegou a ser na casa da banda, no último piso. Aí funcionou a escola durante vários anos até o novo edifício estar construído. Também havia uma casa na Rua de São Tomé, pertença de antepassados meus, onde se davam aulas.

Não participei na carroça do galo.

Nelson Rodrigues Andrade | Data de nascimento: 16 de maio de 1964

Fiz a primeira classe na viela (a escola nova estava em fase de acabamentos) e depois fui inaugurar a nossa escola, tendo feito lá, a terceira e a quarta classe. No meu ano da quarta classe, para nossa pena, não houve carroça do galo.

RECRIAÇÃO EM CANELAS

Julgo que foi durante a direção presidida pelo Dr. Alcides José Sá Esteves, que foi retomada a tradição da carroça do galo como forma de angariação de fundos para as atividades da Banda Bingre Canelense.

Recordo-me de ver o grupo no largo da igreja, no domingo gordo, à saída da missa. Trajados com calça preta, camisa branca, colete e chapéu preto. Espada em punho, vozes afinadas a declamar os versos, enquanto dentro da carroça enfeitada o galo fazia o seu derradeiro percurso antes de morrer.

O Lino Meira[31] era o responsável por interpelar as pessoas e pedir a contribuição monetária e era bem-sucedido na sua missão, pois trazia sempre a saca das esmolas bem recheada.

Quando assumi a presidência da banda em fevereiro de 2013 assumimos a continuidade destas atividades, que para além do retorno económico, nos permitiam passar para as gerações mais novas o gosto pelos usos e costumes da freguesia.

31 - Adelino Augusto Gomes Meira.

Em 2015, como ordena a tradição, a carroça do galo saiu à rua em Canelas no domingo gordo (15 de fevereiro) e foi possível captar este momento no Largo da Igreja.



Da esquerda para a direita: Adelino Augusto Gomes Meira, António Manuel Pereira Martins, Ernesto Tavares Almeida, Rogério Paulo Oliveira Rodrigues, Miguel António Barbosa Rodrigues, Armindo Figueiredo da Silva Saramago e António Manuel Salgado Oliveira Santos.

Da volta pelo eixo central da freguesia, entre o Campo da Cruz e a Igreja, o grupo conseguiu com a sua prestação angariar um valor de 336,21 euros.

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO ANTIGO EM ESTARREJA

Depois de sucessivas participações no Desfile Etnográfico inserido no Mercado Antigo, em 2013 decidimos encenar a carroça do galo.

Desta vez, para além da tradicional carroça e dos homens que recitavam os versos, decidimos adicionar o acompanhamento musical da banda, para imprimir mais alegria e entusiasmo ao momento.

Com a preocupação de que os espetadores pudessem perceber o conteúdo da cena que estávamos a apresentar, decidimos fazer um aviso e colocá-lo no topo da carroça, junto da cruz que anunciava o fim da vida do galo, que depois do momento passaria a defunto.

Carroça do Galo

Contam os nossos avós que há muitos anos atrás, um professor da nossa escola primária começou com esta tradição da carroça do galo.
Todos os anos no domingo gordo os alunos da 4ª classe percorriam as ruas da nossa terra recitando o testamento do galo e da galinha com uma carroça enfeitada em que levavam os animais.
Fim

Nesta encenação participaram: José Luciano Domingues de Andrade (o saudoso Zé da Fonte, falecido em 2015), Rui Pedro Silva Costeira, Ernesto Tavares Almeida, António Manuel Salgado Oliveira Santos, António Augusto Nunes da Silva, António Manuel Pereira Martins, Adelino Augusto Gomes Meira, José António Andrade Marques (na altura com 17 anos), Rui Filipe Pereira Figueiredo (na altura com 14 anos), Rui Manuel Rodrigues Figueiredo e um grupo de músicos da Banda Bingre Canelense: Gabriel Alexandre Santos Silva (Bombardino), Flávia Alexandra Martins Alves (Clarinete), Rosa Isabel Monteiro Lopes (Clarinete), Bárbara Patrícia Martins Alves (Flauta), Bruno Miguel Rodrigues Martins Pereira (Flauta), Carlos Manuel Marques Sá (Percussão), Miguel António Barbosa Rodrigues (Percussão), Carla Daniela Martins Costeira (Saxofone), Ricardo Augusto Ferreira Rosas (Saxofone), Bárbara Margarida Maia Lima (Trompete), Daniela Filipa Rodrigues Pereira (Trompete), Elba Maria Rodrigues Figueiredo (Trompete), Rui Miguel Gomes Almeida (Trompete), José Manuel dos Santos Neves (Tuba), José Manuel Pais Ferreira (Clarinete), Cátia Sofia Santos Melo (Clarinete), Daniel Alexandre de Almeida Garrido (Clarinete).[32]

NOTA FINAL

Deixo publicamente expresso o meu agradecimento a todos os que, com um brilho de saudade nos olhos, partilharam comigo as suas histórias. Prometo que, em breve, volto-vos a contactar pois temos muito mais para deixar aos mais novos.









BANDA VISCONDE DE SALREU, 1 DE OUTUBRO DE 1925 – 1 DE OUTUBRO DE 2025

Do Passado ao Presente: um só Caminho, a mesma Entrega à Música e à Arte de Bem Fazer

*Raquel Maria Rodrigues de Jesus**



Foto de 1895 – Antiga Música de Salreu

---

* Raquel M.R. Jesus, natural de Beduído, com residência a partir dos 2 anos de idade, em Salreu (Terra Paterna), onde se mantém na propriedade que herdou. Tem o 12.º Ano de Escolaridade (Ciências) e o Curso de Técnica de Contas, no Instituto F.P. de Aveiro (1996). Em Maio de 1982 e até Dezembro de 2000, prestou Serviços na Dow Portugal. De 2001 – 2009 prestou serviços na área de Recursos Humanos à empresa Sycon - Gestão e Planeamento (Ramo de Metalomecânica e Engenharia), cargo que teve que abandonar por razões familiares. Foi investidora até 2021, na área do Imobiliário / Construção. Em Abril de 1997, assumiu a Vice-Presidência da Banda Visconde de Salreu até Abril de 2005, em que foi eleita Presidente, cargo que ocupa até hoje. Em parceria com o Maestro Afonso Alves e tendo a BVS no suporte Musical, já escreveu letras para fados/canções, e o Libreto para três Musicais, O Auto da Páscoa, exibido várias vezes na Sede da BVS, Pedro e Inês – Paixão e Tragédia (exibido no CTE) e a comédia Brites de Almeida – A Padeira de Aljubarrota, exibido no CTE e no Castelo da Foz - Porto.
Mantendo a mesma parceria estreará um novo Musical em 2026 (A Fuga do Rei D. João VI para o Brasil).
Escreve segundo a antiga ortografia.

INTRODUÇÃO

A curta distância de vermos reunidos uma série interessantíssima de documentos, fotos, histórias, percursos de Festas, depoimentos, espólio de muitos colaboradores, que nos irão permitir editar o Livro de Vida desta secular Instituição, fazemos breves apontamentos do que tem sido este percurso e os Pilares sobre os quais assentam os Fundamentos da BVS.

Sobre o passado respondem as Obras e os Testemunhos que vão sendo passados e que as sucessivas gerações continuam, numa espécie de hereditariedade musical, que não se perde, antes se aperfeiçoa e projecta, como legítima sucessora dos que ousaram e venceram. Pesada Herança e Responsabilidade esta, que hoje nos é confiada, e que procuramos manter e desenvolver, com projectos inovadores, colaboradores motivados e participativos, um Maestro criativo e apoiado, assente num trabalho sério, responsável, que nos dignifica e nos permite encarar os novos tempos com renovada esperança e optimismo , sustentados por episódios menos dignificantes que soubemos com elevação e respeito à Instituição, suster e ultrapassar dignamente.

É, pois, o Presente, sinal inequívoco e pleno de realizações culturais, excelente nível Técnico e com um Futuro Promissor, berço de novos desafios, promessa de continuidade na diversidade cultural e na obtenção da excelência a nível do Ensino da Música e de Execução, abrindo e orientando perspetivas de futuro na área da música.
Muito devemos a quem iniciou esta gigante caminhada, muito devemos a quem a continuou e continua no presente.

Aos Corpos Sociais da Banda pelo árduo trabalho e pelo rumo firme que imprime.

À Escola de Música, aos Monitores: Prof António Silva (Director Pedagógico) Prof.ª Natália Marques Vieira (Iniciação Musical), Gonçalo Marques, Fábio Freitas, Rui Ruela, Mónica Antão, David Valente, Renato Almeida, Tiago Santos.
À MiniBanda da BVS – Direcção Afonso Alves
Ao Orfeão da BVS, fundado e Dirigido pelo Maestro Afonso Alves.
À Banda Visconde de Salreu, dirigida pelo Maestro Afonso Alves.
Um GRANDE OBRIGADO por tudo o que representais para a Instituição.

Ao nosso Benemérito Sr. António de Oliveira Rodrigues O Zagala pela Grandiosa Obra que nos deixou – A Sede da BVS. Aos Amigos, Sócios, Sócios de Mérito e Beneméritos que o ajudaram nesta Magnifica Construção.

Aos nossos Grandes Beneméritos, a Família do Senhor Visconde de Salreu, pela ajuda preciosa que nos deram e dão nos dias de hoje e que nos permite ir vivendo com dignidade, dentro das muitas dificuldades com que nos deparamos no dia-a-dia.
Aos Pais e Familiares dos Músicos que disponibilizam o tempo necessário para o enriquecimento curricular dos seus educandos, trazendo-os até nós.

BREVE HISTORIAL

Lê-se na *Certidão de Nascimento da BVS*, a data do seu Nascimento: 1 de Outubro de 1925. Mas esta Fundação Oficial, definitiva, assente na vontade e determinação de uns tantos amantes de música, arrasta seguramente memórias de outros projectos com o mesmo fito, que por razões que desconhecemos não vingaram, mas que agora sabemos ter existido.

E a sustentar esta ideia, transcrevemos parcialmente esta notícia: *No ano de 1856, foi fundada uma sociedade musical em Salreu, sob regência de João Castão, e outra na Murtosa, sob regência de Agostinho António Leite. Estas músicas vieram ocupar o lugar de outra que vagamente se dizia do concelho de Estarreja e era dirigida por Francisco Joaquim Leite, irmão de Agostinho António.*[1]

Se o Projecto tem vingado estaríamos hoje a celebrar 169 ANOS!!!

Mas a semente foi lançada.

Volvidos 39 anos, em 1895, existe uma foto que se diz ser da *Antiga Música de Salreu.*[2] É difícil situá-la geograficamente, pese algumas opiniões de que será ou Ribeira de Fráguas ou Vale de Cambra.

Não seriam muitos os Executantes, mas dada a importância e a relevância da época em ficar *no retrato*, temos razões para crer que estariam todos os elementos. As Mulheres que se vêm seriam as *carregadoras dos instrumentos* e poderiam ser familiares ou não.

De resto, há uma delas que mantém a canastra à cabeça, cujo conteúdo, muito provavelmente seria a refeição, uma vez que os instrumentos já se encontravam junto aos distintos músicos… Não sabemos concretamente o que se passou entre essas duas datas.

Porém, temos conhecimento da Formação de uma Banda em Estarreja, em 1858 e que se denominava Filarmónica Estarrejense a que alguns se referiam como sendo a Banda dos Leites, e se a fita do tempo é credível, a Formação de Salreu foi a primeira. Não temos uma data para a sua desagregação, uma vez que haveria uma severa rivalidade dentro da mesma família, com formação musical e peso social relevante e fracturante, que determinou que uma não tivesse pernas para andar e a outra se sustentasse.

1 - Notas Marinhoas, Vol. II, pág. 33 e 34

2 - In Jornal de Estarreja nº 3641 de Novembro de 1987, pág.8
Informação disponibilizada pelo Dr. Marco Pereira

Daí que em 15 de Setembro de 1907, aquando da Inauguração das Escolas Domingos Joaquim da Silva, Visconde de Salreu, as duas Bandas de Música presentes, foram a União Estarrejense e a de S.Tiago de Riba de Ul, o que assegura que a Banda de Salreu já teria sido extinta ou integrada na de Estarreja, uma vez que há registos de que antes da Fundação Oficial da Visconde de Salreu, a Banda de Estarreja chegou a denominar-se Banda de Salreu e Estarreja entre outros nomes.

Sem certezas a Banda de Estarreja foi definitivamente extinta nos anos 50.

Chegamos a 1925, e aqui tudo se clarifica, e muito provavelmente os Fundadores, mais maduros e experientes, cientes do sonho a realizar, não vacilaram, e tendo como Patrono, o Grande Benemérito da Freguesia de Salreu – Visconde de Salreu, deram Vida, Alma e Nome à nossa Banda Visconde de Salreu!

Das dificuldades - todas passaram! - eram tempos difíceis, a maior parte dos habitantes de Salreu, sobreviviam da agricultura, outros emigraram tendo como destino principal o Brasil, não só pela língua, mas e sobretudo pelo exemplo daqueles que o haviam já feito e tinham vencido na Vida, neste particular o Visconde teria sido um significativo exemplo pela fortuna alcançada.

Do ponto de vista cultural, Salreu, nada tinha, e apesar do esforço do Visconde em dotar a sua Terra com uma Majestosa e Imponente Escola Primária, que tinha inclusive Ensino Nocturno para Trabalhadores, que a não podiam frequentar no período diurno, uma grande parte da população era analfabeta!

É difícil imaginar, nestas circunstâncias, as dificuldades que os Fundadores da Banda encontraram…!

Apesar de se constatar, através das fotos da época, que a Banda era composta por alguns Executantes que já deveriam ter alguma formação e experiência, vemos também muitos miúdos que terão começado na Escola de Música da Banda, constituída para o efeito e cujas aulas seriam asseguradas por músicos mais velhos e pelo próprio Maestro, o primeiro da BVS – Pedro Calado! E o que nos chega aos dias de hoje, é que seria uma Figura interessante, culto, e com uma criatividade, pioneira e invulgar, e de quem temos alguma informação.

Em Maio de 1927, a Banda apresenta-se pela primeira vez ao público, afirmando-se com a determinação de quem quer vencer e convencer!



Foto de 1927 Foto de João Fortunato de Pinho
Cortesia de João Manuel Estrela Dias (Neto do Autor)



Foto de 1927

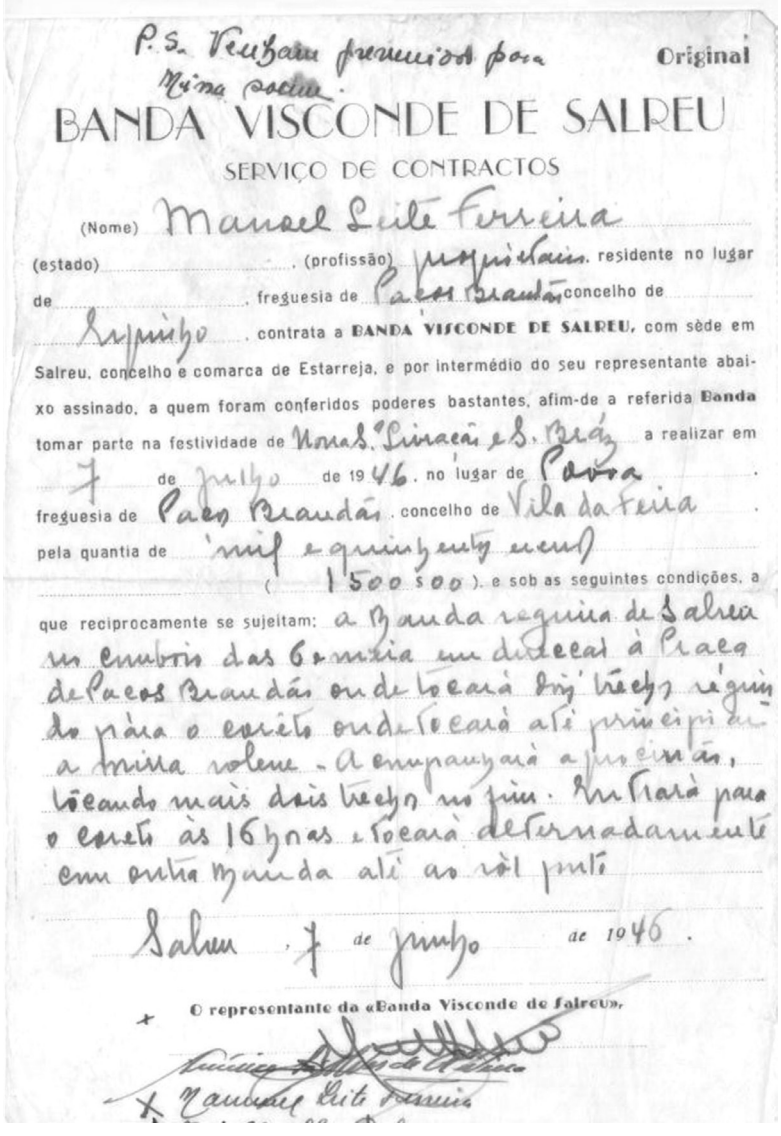


Foto de 1932. Homenagem da BVS ao Ilustre Salreense Visconde de Salreu. Busto que ainda se encontra no Largo da Igreja de Salreu e que lá foi colocado por esta Instituição.

E o caminho estava traçado e o futuro haveria de fazer justiça ao grande passo destemido que poucos deram para a satisfação e orgulho de muitos.
O aperfeiçoamento técnico e artístico foi-se tornando uma regra de ouro, que nos dias de hoje é constantemente cultivado e superado.

Em 25/3/1939, o Jornal *O Povo de Pardilhó* referia-se à BVS nestes termos: *Há bastante satisfação nesta freguesia pelo facto desta Banda se achar inscrita no Certame de Bandas Civis do Distrito. Esta manifestação de arte musical será levada a efeito em 15 de Abril próximo, em Aveiro.* E no mesmo jornal *Seguiu no Sábado para Aveiro, esta apreciada Banda de Música, sob a direcção artística do distinto Chefe da Música, Snr Capitão Manuel Lourenço da Cunha… Foi uma jornada verdadeiramente gloriosa para a Banda Visconde de Salreu, que conseguiu arrebatar o primeiro prémio - 500$00. O facto causou júbilo na nossa terra, que passou horas de vibrante entusiasmo…* foram interpretadas duas obras: a primeira *Abertura Sinfónica n.º 7* de Pereira dos Santos, escrita expressamente para o concurso, a segunda escolhida entre o repertório da *Banda Il Regente* sinfonia da Ópera de Mercadante.

Em Junho de 1946 o Jornal *O Concelho de Estarreja refere-se-lhe nestes termos: Esta excelente Banda de Música sob a Direcção Artística do Snr Capitão Cunha tem recebido inúmeros convites para abrilhantar importantes festas em diversas partes do país, tendo já firmado muitos contractos.*



P.S. Venham premunidos para Minha escolta.

Original

BANDA VISCONDE DE SALREU

SERVIÇO DE CONTRACTOS

(Nome) Manuel Leite Ferreira

(estado) ..... (profissão) proprietario residente no lugar de ..... freguesia de Paços Brandão concelho de Espinho, contrata a **BANDA VISCONDE DE SALREU**, com sède em Salreu, concelho e comarca de Estarreja, e por intermédio do seu representante abaixo assinado, a quem foram conferidos poderes bastantes, afim-de a referida **Banda** tomar parte na festividade de Nossa Senhora e S. Brás a realizar em 7 de julho de 1946, no lugar de Carvoa freguesia de Paços Brandão, concelho de Vila da Feira pela quantia de mil e quinhentos escudos (1500$00), e sob as seguintes condições, a que reciprocamente se sujeitam: a Banda requisita de Salreu em embarcadas em direcção à Praça de Paços Brandão onde tocará dois trechos regressando para o coreto onde tocará até principiar a missa solene - acompanhará a procissão, tocando mais dois trechos no fim. Partirá para o coreto às 16 horas e tocará definitivamente em outra banda até ao pôr do sol

Salreu, 7 de junho de 1946.

O representante da «Banda Visconde de Salreu»,

Manuel Leite Ferreira

Contracto

Em 1958, sob a Regência de Artur Pinheiro (mais de 25 Anos ao Serviço da Banda), estará presente no Concurso de Bandas da Câmara Municipal da Maia, voltando a arrecadar o Primeiro Lugar!

Em julho de 1955, foi publicado um artigo no Jornal *O Concelho de Estarreja*, pelo Jornalista Viriato Luso, que é uma preciosidade pela descrição absolutamente apaixonada com que descreve esse famoso confronto musical entre a BVS e a Banda de Pardilhó. O título não poderia ser mais sugestivo: *Artístico, brioso e impressionante duelo entre duas Bandas de Música que honram o Concelho de Estarreja.* Transcrevemos algumas partes: (…) *Como por milagre, as primeiras notas da imortal e gloriosa ópera de Mascagni, soaram suaves, cristalinas, puras, no coreto da Banda de Salreu* (…), *E mais adiante depois da intervenção da Banda de Pardilhó,* (…). *Mas já o Regente da Visconde de Salreu se ergue para a resposta a este primeiro ataque. É mais magro e mais nervoso, mais agitado, parecendo que traz fogo na alma; às vezes estes regentes, estes maestros e directores fazem milagres, conseguem galvanizar os executantes e o auditório. A um sinal enérgico da sua batuta, a banda rompe, respondendo com outro passodoble, daqueles que o público dos arraiais gosta, e que fazem aquecer os bailarinos e ferver as raparigas* (…).

Logo nos primeiros compassos percebemos estar a ouvir uma banda experimentada, colectivamente consciente, bem ensaiada e possuidora de óptimos e muito treinados elementos… *A propósito da famosa* **SINFONIA** *Esta caixa de surpresas num arraial de Adro, em luta aberta, mas leal, honesta e limpa, tem um sabor bem lusitano, bem português, bem popular (….) Durante a execução desta Sinfonia, a nossa impressão radicou-se acerca da Banda executante, a Visconde de Salreu: é uma boa, excelente e grande Banda de música, com bom e bem ensaiado reportório e com regência fogosa, nervosa, insatisfeita, ansiosa de corrigir, de melhorar, de constante e persistente aperfeiçoamento.*

E é com o mesmo espírito Filarmónico a que nos entregamos, para que a Banda Visconde de Salreu, atravesse o tempo e os tempos, permanecendo eternamente Jovem, com a entrada de sangue novo que a fará RE (viver) para lá da memória presente.



Foto de 1952, Póvoa do Varzim



1952



O Músico sem o Boné, era António Oliveira e Silva, dos muitos qu a BVS ajudou a formar e que fizeram da Música a sua principal actividade, a quem se referiu o Jornal O Concelho de Estarreja em 18 de Janeiro de 1962.Regressou há dias de Itália onde foi em viagem de aperfeiçoamento de Estudos, com bolsa da Fundação Calouste Gulbenkien, o Salreense António Oliveira e Silva, músico de 1.ª classe na Orquestra da Emissora Nacional



1956 – Cortejo de Angariação de Fundos para a construção da Residência Paroquial de Salreu



1960 – Senhora da Agonia –Viana do Castelo



1988 – Na foto o Grande Benemérito da Construção da Sede da BVS – Sr. António Oliveira Rodrigues Zagala
Banda sob a Regência do Maestro António Ferreira da Silva

PATRIMÓNIO

O nosso Edifício-sede é de facto uma construção imponente, com capacidade para acolher diversas actividades de índole artística, recreativa e social, constituindo assim um verdadeiro centro de arte e cultura. O lançamento da primeira Pedra da construção da Sede, data de 07 de Julho de 1985, onde o Revmo. Bispo, D. Francisco Nunes Teixeira, coloca uma pá de cimento sobre ela.[3]

Em 1987, é inaugurado o Auditório / Salão Nobre, mas ainda inacabado, com uma festa de fim de Ano, de que reuniu as Colectividades de Salreu. A Sala de Ensaio já estava a ser utilizada, mas também por acabar.[4] (2)

Muito solicitado, principalmente o Salão Nobre, dá apoio a diversas Instituições e Colectividades do Concelho que o utilizam graciosamente.

A um Homem se deve a iniciativa da construção da Sede, ao envolver os seus conterrâneos Emigrantes, principalmente da Venezuela, que muito ajudaram a que se levantasse a magnífica Obra que nos legaram.

António de Oliveira Rodrigues, o Mentor e Grande Benemérito, agraciado pela Câmara Municipal de Estarreja, com a Medalha de Prata de Mérito, por significativos e relevantes serviços prestados à comunidade, neste particular, a uma Instituição a quem ele doou parte da sua fortuna e que testemunhou em Vida, o apreço e reconhecimento pelo Bem que praticou!

A ESTRUTURA DA BANDA

ESCOLA DE MÚSICA

Foi reorganizada acerca de 30 Anos, pelo grande obreiro e a própria alma da Escola – o Sr. José Santos. Homem de uma dedicação exemplar, disciplinado, competente, a quem a Banda muito deve, e que formou músicos que ainda hoje servem o Corpo Activo da BVS, e outros que pela excelência da sua Formação, se encontram hoje nas melhores Orquestras do mundo. No presente, está a Escola entregue a actuais Músicos da Banda e que fizeram o Conservatório.

Passando a ter mais valências e pessoal docente preparado que responde às necessidades actuais que uma Banda com expectativas de crescimento exige.

Tem a Escola cerca de 55 Alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos, a quem são ministradas aulas de Iniciação Musical, Formação Musical e Técnica de Instrumento e que são a fonte de novos executantes para a Banda, razão pela qual o ensino é GRATUITO!

---

3 - In Jornal de Estarreja n.º 3620 de 25 de Julho de 1985.

4 - In Jornal de Estarreja n.º 3641 de Novembro de 1987, pág.8.

Informação disponibilizada pelo Dr. Marco Pereira.

Os respectivos Monitores têm Formação complementar do Conservatório de Música, tendo 2 deles Formação Superior e leccionando no Ensino Secundário.
Desde 2009 que o Instituto Inglês ABRSM *Associated Board of the Royal Schools of Music*, certifica anualmente os alunos da Escola de Música da BVS, através de exames, e cujos resultados têm sido extraordinários, atestando a excelência de preparação a que são sujeitos.

MINIBANDA DA BVS

Restruturada em 2017, tem cerca de 35 Jovens Executantes e que funciona também como uma plataforma de inclusão dos alunos da Escola de Música, preparando-os para a entrada na Banda. É seu Maestro Afonso Alves.

ORFEÃO DA BVS

Fundado em 2012 pelo Maestro Afonso Alves que também o Dirige e apesar da sua curta existência tem tido grande actividade com apreciáveis convites de participação em Encontros de Coros um pouco por todo o País. Gravou o seu 1º CD em 2013.

A BANDA FILARMÓNICA

Com 100 Anos de Existência contínua, é composta por cerca de 67 Executantes (Femininos e Masculinos) com uma média de idades inferior a 20 anos. A 1.ª Mulher a integrar uma Filarmónica no Concelho de Estarreja, na circunstância a BVS, foi a Isabel Fernandes Silva Valente, oficialmente já como executante em 1978, nas Festas de Santo António em Estarreja.

Com um passado glorioso que acabamos de resumir, tem a partir de 2005, ano em que o Maestro/Compositor Afonso Alves assumiu a Direcção Artistíca da BVS, explorado e apresentado projectos inovadores, entre os quais destacamos:

- 2 Concertos com o Tenor Carlos Guilherme e Coros (cerca de 300 pessoas em palco)
- 4 Festivais da Canção apresentados no CTE.
- 3 Musicais Originais com Música composta pelo Maestro Afonso Alves e Libreto de Raquel de Jesus, únicos no País, concebidos e exibidos, 2 foram apresentados no CTE 1 na Sede da BVS.
- 2 Concertos de Música Ligeira: 1 Com o cantor Miguel Oliveira e outro com o cantor Bruno Henriques.
- Musical Auto da Páscoa - A Paixão de Cristo apresentados 4 vezes no Auditório da BVS
- Musical Pedro e Inês - CTE.
- Musical A Padeira de Aljubarrota - CTE e Foz do Douro.
- Requiem de Mozart com Transcrição para Banda de Afonso Alves (a 1.ª vez que uma Banda Filarmónica executa a Obra) única no País.
- Tributo ao Fado, com Banda, Guitarra, Viola e Fadistas Amadores.
- Concerto Coral Sinfónico apresentado no Parque Municipal do Antuã com Banda e 400 Coralistas dos Distritos de Aveiro e Porto. Única no País com esta dimensão.
- 5 Concertos Barrocos e Românticos apresentados na Casa Museu Egas Moniz e nos Jardins do Palacete do Visconde de Salreu, com Banda, Ballet Clássico, Ballet Contemporâneo e

Grupos Poéticos, únicos.
- 3 Concertos com os Três Rios (Vitorino Salomé, Carlos Tavares e Manuel Rebelo) apresentados no CTE, no Casino do Estoril e na Casa da Música do Porto.
- Concerto com o Cantor Luis Portugal Grupo JAFUMEGA.
- Concerto com Jorge Almeida, Virtuoso Trompetista, um dos melhores de Portugal.
- Concerto com o Cantor Augusto Canário, apresentado no CTE.
- Concerto com o Cantor Zé Amaro, apresentado no CTE.
- Tributo à FILARMONIA, 21 de Setembro, organização de um Encontro com 6 Bandas Filarmónicas, com Desfile da Estação da CP até ao Edifício dos Passos do Concelho, e os concertos no Cine Teatro de Estarreja, integrado nas Celebrações do Centenário da Banda.

Acrescentamos a tudo isto as Festas e Romarias em que participamos um pouco por todo o País, principalmente no Verão.

Resumindo a nossa História de Vida:

A Banda Visconde de Salreu é uma Associação sem fins lucrativos, fundada em 1925, reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública em 27/11/1985, publicado no Diário da República, II Série, de 12/12/1985 e Isenta de IRC por Despacho n.º 10070/2008, publicado no Diário da República, II Série de 07/04/2008.

Reconhecida pelos Serviços Prestados à Comunidade foi-lhe atribuída em 13/06/2005 a Medalha de Prata de Mérito Municipal, pela Câmara Municipal de Estarreja.
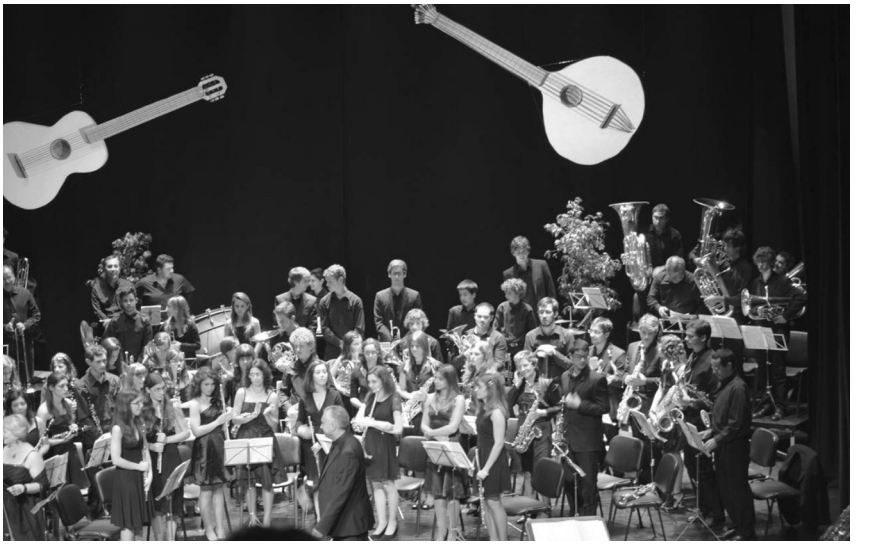
Tem como objecto a realização de Actividades Culturais e Recreativas, a Manutenção da Banda de Música e da Escola de Aprendizagem Musical (Art.º 2.º dos Estatutos, publicados em Diário da República, III Série de 01/10/1984.

GALERIA DE FOTOS





4.º Concerto Barroco – Sede
Com o Estúdio de Dança de Margarida Valle
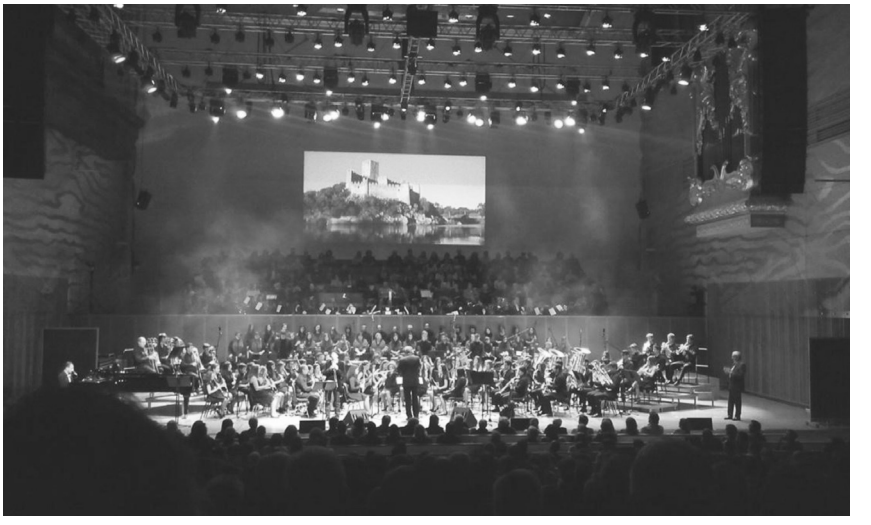


TRIBUTO AO FADO
Gratos Momentos vividos no palco do CTE, com a BVS e Amigos. Fantásticos Arranjos do Maestro Afonso Alves, Excelentes Vozes Amadoras, magnificam interpretação da BVS



Mega Concerto Coral-Sinfónico – Parque do Antuã, 7 de Julho de 2012 BV e 350 Coralistas dos Distritos de Aveiro e Porto. Direcção e Arranjos do Maestro Afonso Alves



Concerto no Casino do Estoril – Nov 2014
BVS e os Três Rios - Carlos Tavares,Vitorino e Manuel Rebelo e o Grupo Coral da Senhora do Monte (Salreu) c/ alguns elementos do Orfeão da BVS



Concerto na Casa da Música – Porto - Espectáculo a favor da Mama Help
Lotação esgotada – cerca de 1200 Pessoas - Dezembro de 2014



Comédia Musical – A Padeira de Aljubarrota – 2013 versão 2
O 3.º Musical Original da BVS (Afonso Alves / R.Jesus)
Memoráveis momentos





Orfeão da BVS, fundado e Dirigido pelo Maestro Afonso Alves (Maio de 2011)



Romaria do Senhor de Matosinhos



Estágio com a Banda Bingre Canelense, Banda Club Pardilhoense e Banda Visconde de Salreu, para o Concerto Bandas em Festa nas Festas de Santo António 2025



Quinta do Sr.Visconde de Salreu, 1 de Janeiro de 1982





Romaria de S. Paio da Torreira





Amarante 2025 – Festa que há 4 décadas não se fazia com Bandas Filarmónicas. Cortesia das Mordomas

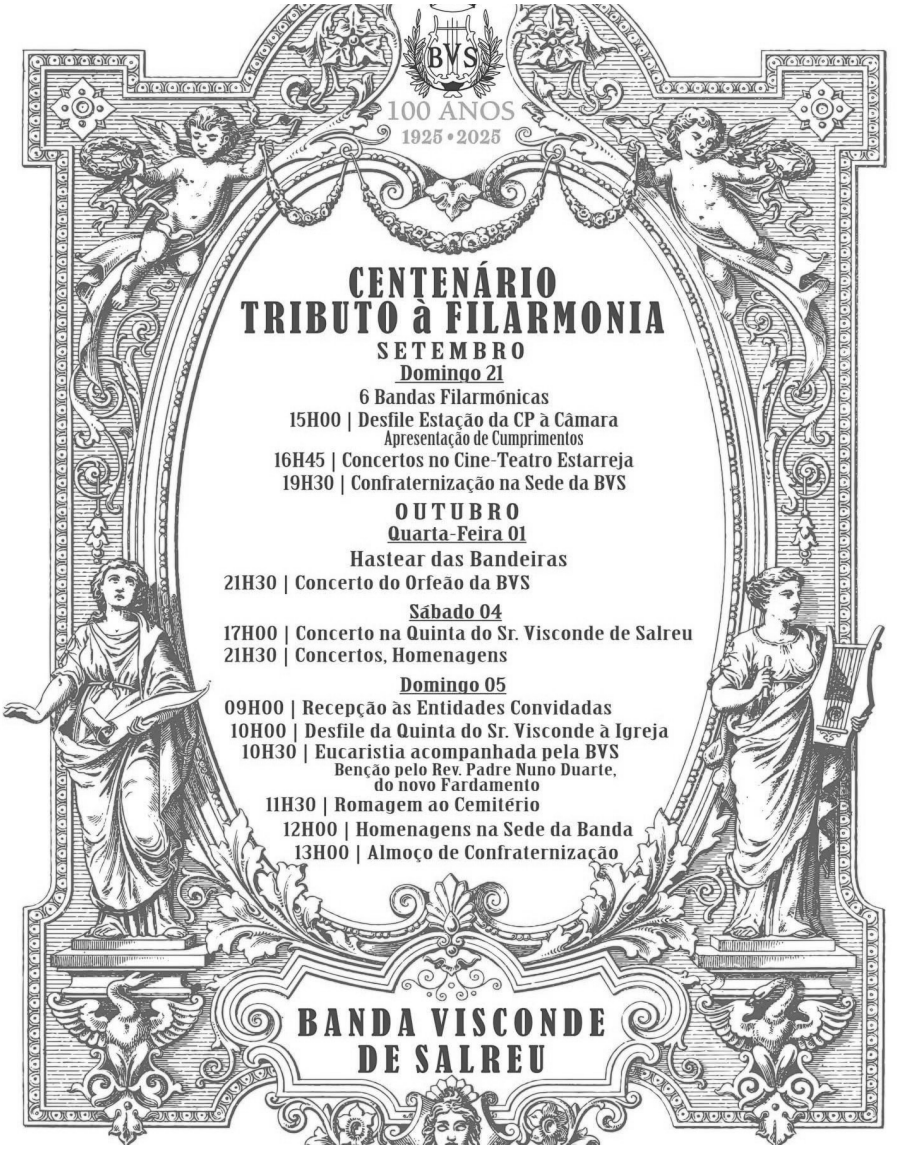


Foto de Família - Aniversário BVS 2014
Tributo ao Saudoso Amigo Padre Carlos Martins. Fica a Memória de um Grande Homem, de um Pastor exemplar que nos deixa muitas saudades. Gratificantes as breves horas de convívio que valem uma Vida inteira, nos 3 anos em que fez o favor de Celebrar a Missa de Aniversário da BVS. As duas primeiras na quinta do Senhor Visconde de Salreu e a última na nossa Sede

Celebramos com Honra e Gratidão o Centenário da BVS!
De 21 de Setembro a 5 de Outubro, foram vários os Eventos que programamos para assinalar a Gloriosa Data, através do Memorável Contributo dos que Fundaram, Continuaram e Legaram aos Presentes a Responsabilidade do Testemunho de um Século de representarem a Banda Visconde de Salreu.
No dia 21 de Setembro, juntamos cerca de 300 Músicos, procedentes de 5 Bandas Filarmónicas, num verdadeiro Hino à Filarmonia!
De 1 a 5 de Outubro, tivemos uma Programação cuidada e participativa, que seguramente figurará na Memória e na História que transportamos e soubemos honrar.
Tivemos o privilégio da companhia dos Herdeiros do SR Visconde de Salreu, Netos e Bisnetos (22) que nos receberam na sua Quinta, no dia 4, a quem dedicamos vários momentos musicais e em que prestamos Homenagem a Domingos Joaquim da Silva – Visconde de Salreu , e que fortaleceram ainda mais o Apoio que nos vão continuar a dar e que tanto carecemos e agradecemos.
A Banda é Jovem, a média de idades ronda os 18 Anos.
A Confiança e Esperança no Futuro, está alicerçada na Excelência do Ensino da Escola de Música.
Com as Condições criadas, a Boa Relação com os Agregados Familiares, o apoio dos Sócios e Amigos, as Direcções (Artística e Administrativa) a procurarem novos e inovadores projectos, temos motivos para olhar para o Futuro com a determinação dos Pioneiros.
HONRA AO PASSADO. GLÓRIA AO FUTURO.



Foto Carlos Marques | 2025 EIS O PRESENTE



Cartaz comemorativo doa 100 anos da BVS

EGAS MONIZ – O ENCONTRO ESPIRITUAL COM O BELO

*Rosa Maria Rodrigues**



A Arte e a Medicina não têm antagonismo. Trabalham paredes meias. As artes plásticas e a medicina assentam as suas bases no mesmo terreno anatómico, que a uns dá as particularidades das formas e a outros ensina a origem da vida.

Egas Moniz

*Licenciada em História. Diretora da Casa Museu Egas Moniz, com investigação e trabalhos publicados na temática Moniziana.

Considero Egas Moniz,[1] uma personalidade emblemática, singular e carismática da Cultura Portuguesa, pois foi um médico no sentido mais hipocrático do termo, bem como, era dotado de uma apurada e prodigiosa sensibilidade estética e sentido artístico, tendo por isso se rodeado ao longo da sua vida, das peças e obras de Arte, que foram a razão de ser e o ponto de partida para a concretização de um sonho.

A Casa Museu Egas Moniz[2] (Casa do Marinheiro)[3], que por vontade do casal Egas Moniz, foi transformada em Casa - museu, é um lugar de memórias e refúgio, de beleza e simetria, bem como representa um símbolo cultural por excelência, pois conserva um ambiente de extremado gosto, despertando em rediviva evocação a personalidade relevante da individualidade que nela passava as férias de Verão, e onde em cada pormenor deixou impressos os seus gostos e predileções, e que nos legou para que na sua redescoberta, se possa interpretar a mensagem que presidiu à sua constituição: –*As grandes escolas de artes plásticas são os Museus. Quisera um em cada cidade, em cada vila e em cada aldeia para que o povo se elevasse na comunhão espiritual do Belo. Percorrer estas salas é recordar um passado de trabalho sereno que hoje desconhecemos, é sublimar, na admiração destes quadros, a sentimentalidade da hora presente, é instuir-se, é educar-se, é olhar sobranceiro à vida, de forma a poder divisar nela o que ela tem de mais encantador: – a Arte*[4].



Casal Egas Moniz

1 - António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz (1874-1955), Clínico, Político, Investigador, Ensaísta, Professor e Cientista, inventou a Angiografia Cerebral em 1927, pela qual foi galardoado com o Prémio de Oslo (1945) e com o Prémio Nobel a 27 de outubro de 1949, pelos seus trabalhos no domínio da Leucotomia Pré-Frontal.

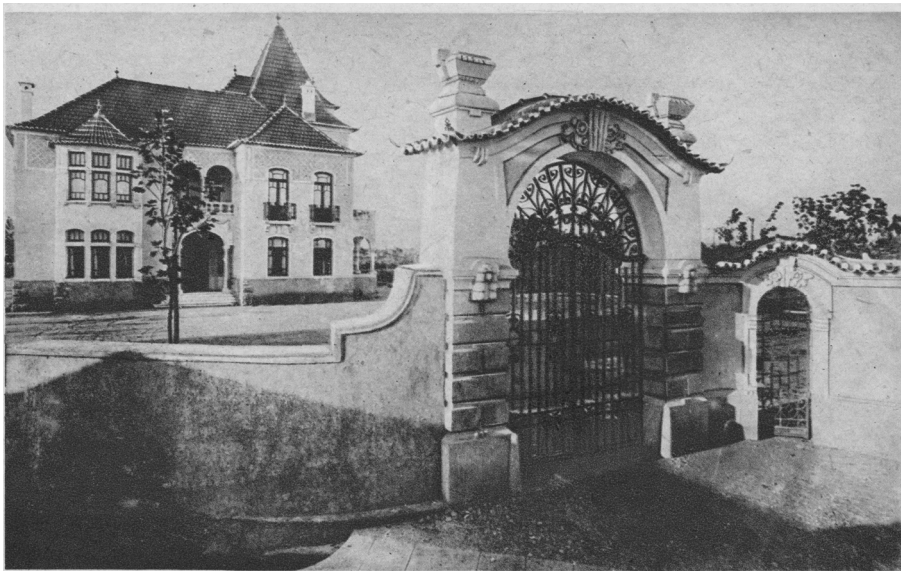
2 - Classificada com Imóvel de interesse público por Decreto n.º 67/97, DR. I série –B, n.º 301 de 31-12-1997 e abrangida pela ZEP (zona especial de proteção), por Portaria n.º 577/ 2011, Dr. 2.ª série, n.º 110 de 07-06- 2011 e património do Município de Estarreja após extinção da Fundação Egas Moniz, por despacho ministerial de 23 de maio de 1985.

3 - Segundo documentos do acervo documental de Egas Moniz, terá sido Elias Paes, marinheiro, o primeiro habitante deste espaço, daí a atribuição do nome a este espaço.

4 - Palavras proferidas por Egas Moniz, numa conferência no Museu Regional de Aveiro em janeiro de 1916, na comunicação *Divagações sobre Arte*.

Todas as vivências do Neurocientista, nos conduzem neste espaço museológico a um reencontro. Revestidas de um misticismo invulgar, estas transportam-nos a uma poesia subtil e tocante, onde se adivinham deleites, que nos falam com a mesma nostalgia, força e inquietude, que sempre foram uma constante em Egas Moniz, e que, por isso são perenes.

Hoje, este espaço património do Município de Estarreja, é também o agradecimento de Egas Moniz à sua aldeia, às suas origens, como demonstração do apreço pelos os amigos desta região ribeirinha, cujas populações sempre o acompanharam nas horas de alegria e momentos de tristeza, ao mesmo tempo que nos permitem visualizar um pouco da sua vida, como que reencontrando-nos espiritualmente com o eminente neurocientista, analisando-o numa perspetiva um pouco diferente - na sua intimidade.



Casa do Marinheiro

Citando Egas Moniz…*A actual Casa do Marinheiro foi reconstruída, aproveitando todo o perímetro da velha edificação, depois aumentada para Sul dando frente para a estrada que, da estação, segue para o Mourão e Pardilhó. A entrada do antigo prédio era do Norte, do lado posto. Ainda me lembro de não haver estrada….(…) Estava no meu quarto ano de Medicina quando me faltou o meu tio abade (…) deixou-me a Casa do Marinheiro entre os seus haveres: Ninho abençoado, que recorda todo este passado familiar e onde decorrera a vida inteira ao lado da minha carinhosa Mulher que tanto se afeiçoou á terra onde nasci. Foi sempre o nosso melhor refúgio no redemoinhar de alegrias e contrariedades da vida.*

Egas Moniz

Em suma, podemos *olhar* este espaço na sua génese, em trilogia: a família, a arte e a investigação científica. Este lugar, é por isso, o símbolo da família, de que Egas Moniz, foi o último e mais notório representante direto[5].

Ao percorrer a sua Casa, porque foi preservada a arquitetura dos espaços, sente-se a cada momento a presença do neurocientista, adivinha-se os seus gostos e perceciona-se o quotidiano do homem, que nela passava longas temporadas. A sua aura envolve o espaço numa paz tranquilizadora, marcando a proximidade às vivências do Neurocientista.

Poderia analisar as perspetivas do Belo em Egas Moniz, a partir da sua obra literária, ou através do homem que indiretamente conheço, mas vou fazê-lo vagueando pela sua casa, imaginando o que sentiu o homem, que a reconstruiu em 1915 segundo projeto do Arquiteto Ernesto Korrodi[6] nos alicerces da casa onde nasceu[7].

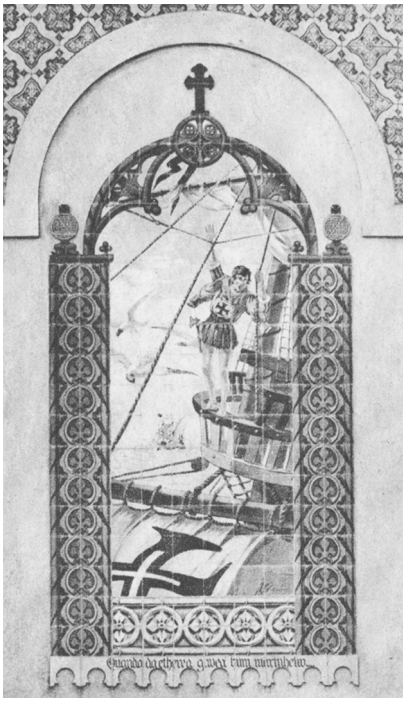


Korrodi, soube aliar com mestria a historicidade e romantismo do espaço, com a personalidade e estatuto social dos seus proprietários, que não duvido, tenham em muito influenciado todo o traçado da casa, nomeadamente a articulação entre a unidade dos espaços, quer interiores quer exteriores, onde a sumptuosidade se aliou à comodidade, ao bom gosto e à funcionalidade, sendo o tratamento da fachada depurado e estilizado, ganhado ritmo e volumetria, marcando por isso a sua presença física e imaterial. As varandas e alpendres de linhas ondulantes, assimétricas e estilizadas, remetem para a organização racional dos espaços, bem como é evidente a autonomia volumétrica do edifício, com os seus telhados independentes e de alturas variáveis.

5 - Aquando da formatura de Egas Moniz em 1899, todos os seus ascendentes tinham falecido.

6 - Ernesto Korrodi (Nasceu em Zurique 1870 e faleceu em Leiria em 1944). A partir de 1897, Korrodi começou a trabalhar como arquiteto, dando início a uma produção profícua que se estendeu por projetos de habitação, até palacetes para famílias abastadas, como é o caso da recuperação da Casa do Marinheiro.

7 - Nesta casa passava as suas férias de agosto e setembro, onde pautava os seus dias pelo recolhimento para a escrita e leitura, acompanhamento dos trabalhos da quinta, bem como consultas médicas. Quando estava em Avanca, juntava as figuras gradas da terra para animado cavaqueio, enquanto para os mais novos organizava passeios e festas. Os almoços na ria, as travessias para a Torreira com caldeiradas e vinho nas malgas, como mandam as praxes ao som de canções ribeirinhas da sua autoria. Contava a família que todas as manhãs, quanto habitava a Casa do Marinheiro, dava uma volta pela quinta para apreciar as árvores de fruto, observar o adiantamento das culturas e conversar com os criados da casa.



Ex Libris de Egas Moniz

Quando da Eterea gauea hum marinheiro
Prompto coa vista, terra, terra, brada[8]

A Casa do Marinheiro tem sido e é o nosso apetecido refúgio de férias de Agosto e Setembro, mansão de repouso em que horas passam na companhia de futilidades, no relato das peripécias da lavoura, nas contrariedades do tempo e nas novidades da vida daqueles que nos cercam. Nesta casa as evocações surgem de todos os lados. Não é apenas a nossa vida que passa, outras seguem connosco o mesmo caminho. Não as vemos, mas sentimo-las. São partes afetivas de um bloco sentimental que somos a representação mais real por ser consciente, mas que não ofusca a memória dos que deixaram de existir. O Marinheiro tem raízes fundas no coração desfeito dos que aqui viveram e naquele que ainda pulsa por vós, na devoção que a todos tributa. Recordações da Casa que é de todos vivei comigo, não me abandoneis! Sois o meu enlevo, trago-vos sempre a meu lado.

Egas Moniz - *A Nossa Casa*

8 - Este verso camoniano funciona como lema, onde a expressão marinheiro assume um tríplice significado. Em primeiro lugar pela expressão marinheiro que aponta para um período da de referência fulcral na história de Portugal. Em segundo lugar, pela curiosidade de sabermos que a casa da sua infância em Avanca, reconstruída pelo próprio segundo projeto arquitetónico de Ernesto Korrodi, era conhecida pelo nome de Casa do Marinheiro. Por fim, porque Egas Moniz se identificava com um marinheiro. Corajoso, inovador, irreverente e também questionável, tal qual como aqueles marinheiros que durante tanto tempo defrontaram ventos, marés, sede, fome, doença, saudade e tantas outras carências - os tais que, com coragem, mas provavelmente também com discórdias, pessoais ou institucionais desbravaram novos trilhos e novo conhecimento, que confluíram numa notável herança histórica, cultural e científica.

O ambiente desta Casa vive das sensações. Quando a porta se abre, sente-se na penumbra um feixe de luz que teima sempre em fazer-nos companhia, um delicadíssimo bom gosto, um equilíbrio perfeito na decoração geral e, um sem número de mil e uma pequeninas coisas que fazem deste espaço o retrato da personalidade que a habitou.





Sala de Jogo e salão de festas da Casa do Marinheiro

Tudo foi ponderado, desde a sua organização financeira até à distribuição dos objetos artísticos que formam a base de atração dos visitantes. Encheu-me de prazer este trabalho, que apreciei nas mínimas particularidades. Reunir num único local as coisas que durante décadas de anos foi adquirindo, informar da origem das mais importantes, viver peripécias que muitas compras determinaram e que ainda permanecem na lembrança, coisas mínimas que só os que se dedicam ao prazer de colecionar algumas antiguidades, podem saborear.

Egas Moniz

Todas as vezes que percorro estas salas, equilibradamente ordenadas num ambiente de extremado requinte, onde nada foi deixado ao acaso, numa organização elevada à perfeição, consigo comungar espiritualmente com o Belo, que sempre norteou as suas vivências, sinto a presença do seu criador e consigo por isso deleitar-me sem qualquer esforço, com o requinte, a beleza, a antiguidade, a raridade e minúcia das coleções expostas.





Casa de jantar com o seu magnifico serviço de Cantão[9]



Prato coberto em porcelana de Cantão

A Arte é um fenómeno social. Fabrica-se um objeto com determinado fim, decora-se logo para que agrade, para que mereça o aplauso dos que dele tenham que servir-se.
A Arte é a grande dominadora da sentimentalidade. Sublima-a despindo de aspectos grosseiros, a elevá-la em arroubos de imaginação, até às vagas regiões do sonho e da fantasia.

Egas Moniz

9 - Este serviço, era usado diariamente pelo Prof. Egas Moniz.

Recordo *bocados* de histórias deixada propositadamente pelo Génio, onde são contadas as suas peripécias de colecionador ávido, atento e exigente[10], mas sempre guiado por uma elevada intuição artística, que sempre o orientou na compra dos objetos, que hoje na Casa Museu Egas Moniz, imprimem uma harmonia e ordem perfeitas, que imediatamente ao visitante a certeza de que nada de banal se encontra neste espaço, e que que a pessoa criadora de tal ambiente teve a necessidade espiritual de dar a tudo que o rodeou um pouco de si, rodeando-se por isso de peças, que por isso hoje me permitem afirmar, que não estamos somente num Museu, mas numa casa de requinte e bom gosto que demonstra bem que Egas Moniz, para além de um eminente médico e neurocientista, foi um cultor da Arte e do Belo.

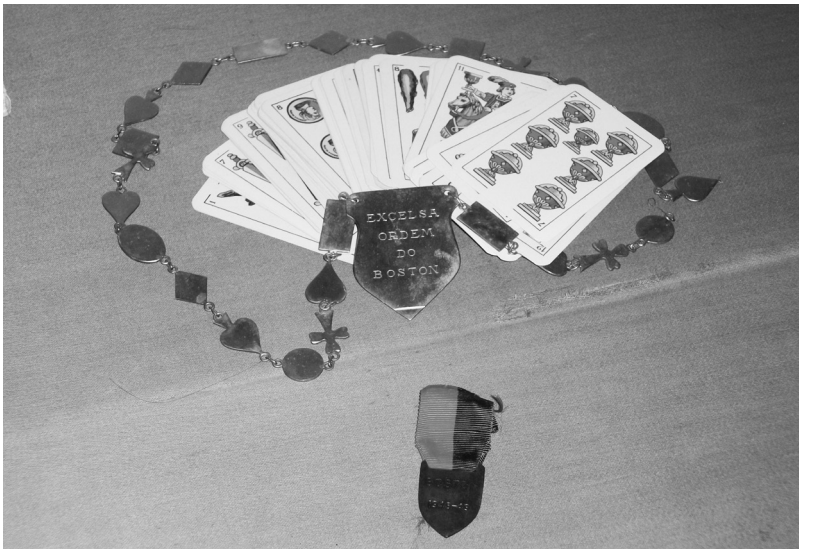


Relógio de Sol em marfim pertença da Casa do Marinheiro desde o Séc. XVIII [11]

10 - Não caracterizo Egas Moniz, como um colecionador no sentido literal da expressão, pois usava todas as peças que colecionava no seu quotidiano, para seu equilíbrio espiritual, pelo que através de algumas conseguimos inferir a sua vida social e o requinte da mesma.

11 - Díptico de marfim composto por relógio horizontal e bússola. Modelo fabricado, provavelmente, na oficina J.B. Haas século XVIII.

Por vezes, consigo adivinhar a azáfama frenética dos dias de festa, dos cuidados dos criados no manusear dos serviços de Karsbad, Cantão ou Companhia das Índias, o tilintar dos cristais da Boémia, os aromas vindos da cozinha, que iriam fazer as delícias dos convidados mais exigentes. Por momentos quase que oiço a D. Elvira ao piano[12], onde no Salão de Festas se dançavam danças de roda e a polca, ou mesmo as batidas surdas das cartas dos jogos de Voltarete ou Boston[13].



Mesa, colar e cartas de do jogo



12 - Curiosamente Elvira Egas Moniz, tocava também bandolim.

13 - Egas Moniz, era um apreciador de jogos de cartas e da arte de jogar, sendo afamados os seus serões na Casa do Marinheiro, onde, uma vez por semana, se reuniam os melhores jogadores da região de bridge ou Boston.

Vezes sem conta, imagino Egas Moniz, na sua Biblioteca, rodeado de estantes de livros[14] até ao teto de bonitos apainelados em madeira, a ler, escrever, a receber amigos ou simplesmente a vaguear no tempo, numa procura constante dos seus antepassados (eles que foram os grandes responsáveis pela sua personalidade rica e multifacetada), sempre a segredar-lhes, que tudo iria fazer para que esta Casa fosse no tempo um preito às suas origens. E conseguiu-o de facto, pois esta, é também uma homenagem a este clã perdido[15], que não viu a trajetória de um Homem que quase tudo que almejou, conseguiu.





Na Biblioteca do Marinheiro

Os museus e as bibliotecas essas fontes de água pura, jorrando ensinamentos, são, na verdade, a maior herança, aquela herança que perdura.

Egas Moniz

14 - Neste espaço é possível conhecer os gostos e predileções na literatura, e onde os clássicos portugueses, Rudyard Kipling e os clássicos Franceses são devidamente representados.

15 - Aquando da Formatura de Egas Moniz, todos os ascendentes diretos de Egas Moniz, tenham falecido.

Outras vezes, quase sem querer e perante as coleções expostas, interrogo-me qual terá sido o motivo que levou Egas Moniz, para uma tão grande heterogeneidade ao nível do colecionismo e a um gosto tão eclético, e concluo que tudo aconteceu pela beleza, física, objetiva e espiritual.



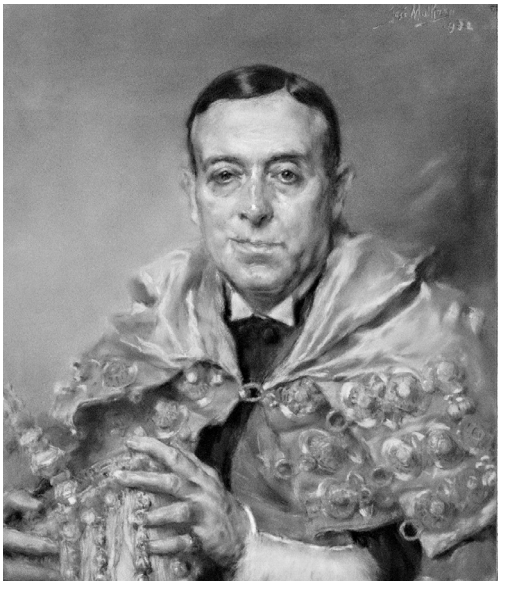
A beleza policromática da cerâmica, que nos remete para o Belo

Egas Moniz viveu sempre procura do Belo, por forma a colmatar a frieza da investigação científica, pelo que encontrou na arte o expoente máximo dessa procura. Ela proporcionou-lhe o prazer espiritual necessário, um equilíbrio mental único, e era como que uma panaceia, que tinha o condão de atenuar a crueldade que sentia nas suas vivências do quotidiano (senão não se compreenderia este seu pensamento: *Os médicos carecem da Arte e, os que a sentem acabam por prestar-lhe o culto da sua atenção, dando-lhes as horas vagas do seu labor profissional, elevando o espírito nas asas irisadas do devaneio e da fantasia.*

Com especial carinho analisou o realismo de Malhoa, pintor que num admirável pastel o retratou nas vestes universitárias, e que está exposto no Centro de Estudos Egas Moniz. Da paleta de Henrique Medina (grande amigo e admirador), saiu o retrato fiel de Egas Moniz, onde da perfeição do pintor surgem par a posteridade as feições corretas, o traço fino dos lábios onde as palavras se mediam, o olhar profundo, a expressão bondosa e nobre que toda a sua figura realçava e que hoje, podemos apreciar na Casa Museu Egas Moniz.



Retrato de Egas Moniz
pintado por Henrique Medina em 1950



Retrato de Egas Moniz
pintado por José Malhoa em 1932

Dispersos pela Casa-museu, encontramos fragmentos da vida do homem, que no convívio diário com a obra de Arte, se extasiava com a beleza policromática das porcelanas, admirava a obra dos pintores naturalistas, com pinturas de Carlos Reis, João Reis, Falcão Trigoso[16], Eduarda Lapa[17], Silva Porto, Henrique Medina[18], José Malhoa[19], Abel Salazar[20], José Mendonça ou mesmo os desenhos El-Rei D. Carlos. A cerâmica, gravura, vidro, gravura, aguarela, ourivesaria ou mobiliário, no seu conjunto representavam marcos inequívocos na história de qualquer coleção, que nas suas cores, texturas, eram um estímulo para o desenvolvimento de novos conceitos, para que como neurocientista, conseguisse novas ideias e reflexões, acerca do cérebro e dos seus enigmas.



Egas Moniz observando peças de porcelana de Saxe e Sévres

16 - **João Maria de Jesus Falcão Trigoso**, também conhecido por Falcão Trigoso, foi um pintor português adepto do naturalismo.

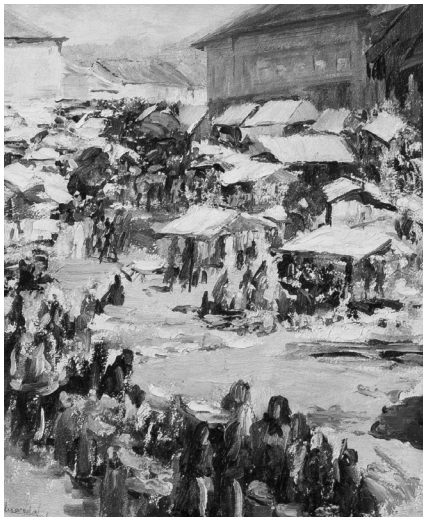
17 - **Maria Eduarda Lapa de Sousa Caldeira**, mais conhecida por Eduarda Lapa, foi uma pintora e professora de pintura. Na sua atividade pictórica destacou-se pela excelência na técnica da pintura a óleo e pastel, e no desenho de traço seguro, correto e elegante.

18 - **Henrique Medina de Barros**, foi um pintor português. É atualmente considerado o principal retratista português do século XX.

19 - **José Vital Branco Malhoa**, foi um proeminente pintor português, conhecido por suas pinturas de género que retratavam os costumes rurais e o imaginário camponês de Portugal.

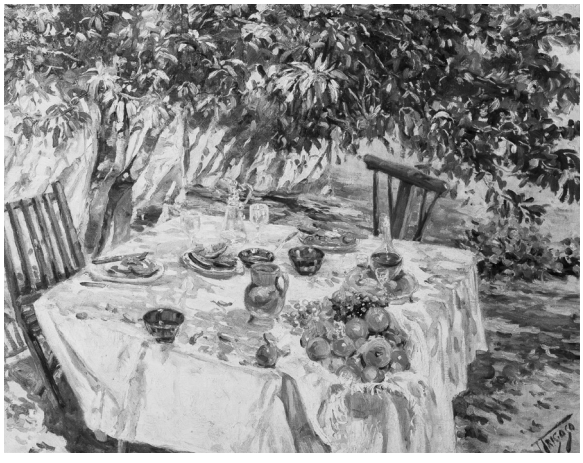
20 - **Abel de Lima Salaza**r, foi um médico, professor, investigado e pintor. As suas obras artísticas, antecipam o movimento neorrealista na pintura portuguesa.

Todas as coleções expostas, porque são a alma e o coração do seu patrono, têm sempre algo para contar: a história do Homem que estabeleceu com elas um diálogo profundo, íntimo, marcante e por isso vivo. Elas, de uma forma subtil, desprendem-nos da vida, têm a magia de centralizar em si a nossa atenção, cativando-nos e seduzindo-nos.



Mercado de Estarreja - Eduarda Lapa

Escreve Egas Moniz: *Tudo foi ponderado, desde a sua organização financeira até à distribuição dos objetos artísticos que formam a base de atração dos visitantes. Encheu-me de prazer este trabalho, que apreciei nas mínimas particularidades. Reunir num único local as coisas que durante décadas de anos foi adquirindo, informar da origem das mais importantes, viver peripécias que muitas compras determinaram e que ainda permanecem na lembrança, coisas mínimas que só os que se dedicam ao prazer de coleccionar algumas antiguidades, podem saborear.*



A Merenda - Falcão Trigoso



Figuras Femininas – Abel Salazar



Convento de Figueiró dos Vinhos - Malhoa



Vapor de Pesca – El-Rei D. Carlos 1883

Todos os espaços estão impregnados de uma beleza ímpar, transportam-nos ao seu criador, permitindo por isso um diálogo com Egas Moniz, que deixou neste espaço tudo aquilo que iria permitir às gerações vindouras uma evocação e homenagem constante da sua obra e da sua carácter multifacetada.



Caixa de costura – Estilo Império

Neste, encontramos um momento de reflexão do Homem e do seu legado, pelo que é um espaço de educação e cultura, pois todos os que partilham deste espaço, sentem-se mais enriquecidos e seduzidos, pois cada objeto, cada pintura, cada canto ou recanto, cada feixe de luz, ou o silêncios do espaço, têm a magia de centralizar em si a nossa atenção, cativando-nos, seduzindo-nos, transportando nos a um encontro com o Homem no seu refúgio e intimidade, que entendia Arte e o Belo, como condições indispensáveis para o equilíbrio espiritual.



Diz-nos Egas Moniz: *Gosto de sentir, a beleza das flores, os reflexos das boas porcelanas, a alegria dos jardins, a vida rural, a contemplação de uma boa noite de lua*[21].



Penumbras e espaços. A raridade e a beleza coabitam com o Génio de forma inigualável

21 - Texto extraído da entrevista concedida por Egas Moniz à Revista Internacional, n.º 15 publicada a 15 de dezembro de 1949.

O Belo e a Arte, foram objetivamente, um dos seus elos de ligação à vida. Através destes, podemos não só caracterizá-lo, mas acima de tudo e sob a forma de uma singela homenagem apetecerá dizer: obrigado Egas Moniz, porque esta, agora também *Nossa Casa*, que é a mais genuína e cativante ligação a um passado repleto de Beleza e Amor, e onde nos legou tudo o que mais amou, mais estimou e o prendeu à vida.





Lago da Quinta do Marinheiro



A arquitetura dos espaços e o bucolismo do lugar

Porque Egas Moniz considerava que, *o culto do Belo era a finalidade suprema da aspiração de um povo culto nas suas múltiplas manifestações*, deixou-nos neste espaço, ou melhor neste *legado de Amor,* um motivo e a razão de ser, para através dela, olharmos o nosso passado, compreendermos um pouco da nossa História e consequentemente nos orgulharmos dela.

QUE LEGENDA SE PODE DAR À FOTOGRAFIA?

*Sérgio Paulo Silva**

...quero a alegria de um barco voltando...
verso da canção. A Noite do meu Bem, como tão bem a canta a Eliseth Cardoso.

Ao longo dos anos de existência da Ria de Aveiro quantos barcos nasceram, viveram e morreram?

À medida que a Ria se foi formando, por gerações que se sucederam nos vagares do tempo e dos seus caprichos, se foram fazendo os barcos porque essenciais à vida desta gente anfíbia que sempre foram os que povoaram toda a região. Penso que muitas dunas de areia sopraram os ventos sem que existissem os barcos mais emblemáticos, os mercantéis e os moliceiros. A necessidade aguça o engenho e a função faz o órgão. Esses e todos os outros – as diversas bateiras, em que igualmente consideramos a singela chata e os colossais barcos da arte xávega – conheceram sempre as mesmas madeiras, o pinheiro bravo e o pinheiro manso.

---

*Autor Estarrejense.

Escreve segundo a antiga ortografia.

Jamais o eucalipto e muito menos austrálias, choupos ou assim. Pinho, assim um pouco como as abelhas que outras não toleram, ficando madeiras mais nobres, com a tóla, importadas, para as lanchas e veleiros que foram aparecendo no correr do Sec. XX. Hoje, e no geral, essas embarcações de recreio e de vela são feitas em fibra de vidro e já há bateiras igualmente construídas em fibras, por moldes. Mas isso não me interessa ou motiva.

A vida dos barcos da Ria nunca foi longa. A água é um conhecido inimigo da madeira. Com o breu, à força de esfregações com escopeiros, enfim, com a substituição duma tábua, desta ou daquela caverna, podia-se prolongar a vida dum barco. Como acontece com as pessoas à medida que vão envelhecendo… Quando chegava a sua hora, construía-se outro novo.

Tudo isto desdobrando muitos anos na imaginação, tempo que nos ajuda a saber como o moliço se tornou abundante na Ria, tempo que nos ajuda a saber como – de avós para netos, bisnetos… - os pinheiros foram crescendo e engrossando até terem dimensões úteis para a construção naval, árvores seculares, madeira de terrenos não arenosos de S. Martinho da Gândara, Madail, Albergaria…

A necessidade aguça o engenho e a função…assim se foram, de um barco para outro, melhorando as embarcações, se foram adaptando às funções. Não se vai para uma arena lidar um touro com um burro ou uma mula.

Sabemos como esse ciclo de vida e morte dos barcos urdiu e alimentou os estaleiros navais da região. Vários, de conhecida memória, em Pardilhó, na Murtosa, Salreu e Canelas e por aí fora, menores ou maiores, como o Bóia, em Aveiro.

No desfiar, tão longo, tão moroso, desses anos toda a exploração da terra (e lembremo-nos da arte xávega) era suportada por animais. E, já se sabe, por um enorme e constante esforço humano.

Esforço humano que era alimentado como um exército por vagas que se rendiam dando a vez a outros. Esses eram os anos em que não havia pílulas para as mulheres e em que era enormíssimo tabu falar em camisas-de-vénus, preservativos, palavras que o poder da Igreja e da sociedade em geral mantinham no índex. Claro, como quem anda à chuva sempre se molha, os filhos sucediam-se, as famílias eram numerosas. E era preciso alimentar todas as bocas. Ganharás o pão com o suor do teu rosto!

E a vida para as gentes, não só da região, mas do país inteiro era de muita dureza, tinha laivos de escravatura. Só à terra se podia arrancar o pão necessário para as pessoas e para os animais que faziam parte do ciclo infernal. Mas a terra era pobre, arenosa. Não havia fertilizantes químicos, não havia mondas químicas e não havia janelas ou portas por onde se pudesse escapar. A Espanha vivia anos duma Guerra Civil devastadora, a que se sucedeu a II Grande Guerra. Quem se atrevia, sequer em sonhos, a mergulhar nessa aventura da mala-de-cartão nesse tempo? Restava o mar e a Faina Maior conheceu nesses anos épocas gloriosas. Mas era outra dolorosa escravatura e cheia de riscos que desmotivavam.

Às vezes abro os meus mudos livros de memórias e ponho-me a desfolhar páginas de quanto vi e vivi nessa roda. Vou pelos caminhos e onde encontro florestas cerradas de milho de sementes modificadas, encontrava milho criado com sementes tradicionais, que se guardavam duns anos para os outros. Quando se formavam as espigas, os lavradores partiam a bandeira que alimentava o gado de corno. Desse milho se fazia o pão (boroa) que se comia ao longo de dias. Desse milho se alimentava a criação do galinheiro e do curral. Por esses milheirais fora viam-se rolas bravas e saltavam, a cada passo, codornizes.

Por toda a parte cantavam grilos… Hoje os milheirais são triturados para silos e nas terras onde foram produzidos veem-se os canolos e nem uma erva, sequer junça, só evidências da química que os suportou. Desapareceram os grilos, as rolas bravas, as codornizes e os pardais, tão rústicos, caminham para a rarefação, disputam migalhas de bolos pelas esplanadas dos Cafés. Não se vê uma joaninha em lado nenhum, não se vê a amável lanterna dos pirilampos em cômoro nenhum. A boroa que se compra, ao cabo de dois ou tês dias está cheia de bolor, e torna-se doloroso virar páginas.

Era, na verdade, duma enorme dureza a vida. Mas como nos ensinou Albert Camus, é preciso imaginar Sísifo feliz. As muitas bocas que se tinham que alimentar faziam da terra a madre a que tudo se pedia, existia em comunhão. Para que produzisse, enriquecia-se com o húmus que se obtinha dos animais e da Ria. O moliço. Não só aqui, no nosso Baixo-Vouga. Toda a gente, de alguma maneira, ouviu falar das sargaceiras da Apúlia, do sargaço que colhiam no mar para enriquecerem as terras de toda aquela região, Vila do Conde, Póvoa de Varzim…O moliço é um conjunto de algas e o sargaço não é outra coisa.

Rapaz, a caminhar para a vida adulta, houve anos em que, com meu irmão e outros espigadotes, de Estarreja, entretínhamos os dias pasmados das intermináveis férias escolares na Torreira a jogar à bola e a nadar. Senão diariamente pelo menos com grande frequência, atirávamo-nos para a água da Rampa, junto ao Café Guedes e íamos a nadar, sem qualquer bóia, barco de apoio ou vigilância, ainda que o fosse à distância - uma verdadeira loucura, sei-o hoje - até à praia do Monte Branco, contornávamos a prancha de saltos e regressávamos ao ponto de partida.

Nada que se compare à proeza, em mar aberto, do Baptista Bastos, o Gineto do Soeiro Pereira Gomes, mas ainda assim era um feito. Tanto mais que a Ria nessa altura não tinha sequeiros, tinha outra fundura, mesmo na maré baixa. O que me desagradava nessa tolaria não era a distância, mas o moliço arrolado que se atravessava na frente, na cara, e o moliço que, nadando, eu via debaixo de mim, ondulando como uma floresta interminável de cabelos.

Num qualquer dia da passada Primavera (2024) fui à Murtosa à Oficina das Artes assistir a um encontro promovido pela C.M.M. e pelo Cineclube de Avanca. Lá estiveram velhos amantes da arte do Cinema, o Paula Dias, o Manuel Matos Barbosa, outros. E todos desfiando memórias. Ao fundo, por trás da mesa, um grande ecrã ia mostrando um filme de Matos Barbosa de moliceiros na faina do moliço. Sim, eu já conhecia os filmes de Alfredo Tropa. Também um que está arquivado no Museu Etnográfico de Gottingen. Mas aquele, feito em 8mm pelo Matos Barbosa quando eu me desligava da casula da infância, aquele, rodado na Ria na zona do Monte Branco (então a praia para onde os nossos pais nos

levavam) e nas águas onde eu nadava, aquele filme pôs em carne viva a minha memória e eu olhava extasiado as imagens.

Apesar de ser uma curta-metragem e de a nitidez da película não ser das melhores, percebe-se que foi rodado nessa vastidão onde eu me recreava, nas aforas do Monte Branco porque aparece em fundo a casa da Guarda-Fiscal, que ainda hoje existe, embora desactivada. O pequeno filme permite ainda outras impressões. Num dos barcos há uma criança a bordo e uma mulher, a mãe, trabalha na recolha do moliço, faz a maré fazendo as vezes de camarada do marido. Para que todo o proveito ficasse dentro de portas? Não era costume. Porque, à data, (o Brasil, a Venezuela, os USA ou o Canadá) já fossem escassos os braços disponíveis para cumprir a tarefa? Por certo... Aqueles eram as gentes e as embarcações que davam de comer à terra para que a terra desse de comer às pessoas.



Ao fundo a casa do guarda Fiscal e a praia de Monte Branco.
Foto retirada do Filme de Matos Barbosa

A todos os lados os vi aportar, aos esteiros de Pardilhó, da Murtosa, de Veiros, a todos os esteiros do concelho de Estarreja, descarregando o producto de cada safra, as marés de moliço que balizavam, logo partindo a caminho da ria larga. Deixavam o húmus que iria para os terrenos deste e daquele, em carros de vacas, semeando pelas estradas um perfume, um odor singular, o cheiro do moliço fresco que se extinguiu também.

Conheci de perto essa gente. Curioso, abeirava-me. Atrevido, sempre que havia uma nesga de oportunidade, trepava para os barcos. E muitos eram conhecidos do meu pai e, nos acasos, conversavam ainda que fosse só pelo tempo de um copo ao balcão do Catrazana, da Alcina ou noutra qualquer venda do estilo. Volvidos os anos, mais de cinquenta, certamente, a Ria não tem moliço e não há moliceiros (não falo de barcos). A cobiça, a ganância, os interesses cegos e o compadrio mataram a Ria. Sem retorno. A um país pequeno, como é o nosso, bastaria Leixões, Sines e outros, à semelhança de Aveiro, do que tínhamos em Aveiro. Mas não bastaram. Hoje Aveiro tem um porto para barcos de considerável calado, mas...à custa da Ria.

Continuando, posso ler nas páginas que se foram esbatendo, diluído, apagando-se de tudo o que sabia de tanto observar. Aqueles homens que ganhavam as suas vidas dando vidas a ganhar, eram todos magros, secos de carnes e de músculos. Todos, não havia obesos na safra. E tinham ainda em comum as mãos. Porque todos tinham mãos disformes, manápulas calejadas que as longas varas dos ancinhos tinham moldado. A dureza do trabalho fazia bolhas e eram bolhas em cima de bolhas, calosidades que ficavam, iam ficando até darem àquelas mãos uma textura de cortiça, de casca grossa que rematava as figuras de cabelos desgrenhados, de barba que não se fazia dias a fio, de roupas surradas que o salitre e o lodo engomavam. Penso no sofrimento por noutras artes o ter conhecido.



Marido e Mulher na faina do moliço.
Foto retirada do filme de Matos Barbosa

O que dói uma farpa de madeira, o que dói uma bolha rebentada com o afago da água salgada! Houve tempos em que pesquei enguias e solhas à fisga e sei o quanto o cabo me mordia nas mãos. Posso bem imaginar o resto….e espraiar a ideia até aos homens dos dóris ou aos marnotos das famosas salinas de Aveiro, comover-me com a dureza de alguns ofícios a que ninguém quer voltar, tentar ver o que escondem as cortinas de quanto se desenrolou na fantástica teia do Baixo Vouga lagunar.

O filme de Matos Barbosa trouxe à tona essa memória que se vai arquivando mesmo que estilhaçada. Nisso pensava quando o acaso me fez chegar cópia de uma fotografia de Edouard Boubat o francês que fazia poesia com a sua máquina fotográfica. E tacteei a foto com o olhar.



Foto de Edouard Boubat.

O moliceiro é um barco já cansado, de muito estar, de muito labutar. Não ostenta pintura de proa o que, naqueles anos, não era invulgar. A maresia, o vaivém das artes, a qualidade de iniciais tintas usadas… Esse era o *drama* dos painéis dos moliceiros que pereciam rapidamente num tempo em que as máquinas fotográficas eram os olhos e a lembrança de cada um.

Não fora as cordas e os seus nós e poder-se-ia, talvez, pela matrícula datar o barco, conhecer a identidade do moliceiro (a pessoa) e seguindo o fio da meada chegar ao conhecimento da sua vida, do percurso que a imagem deixa ao capricho imaginativo de cada um. Que legenda se pode dar a uma imagem destas? Um pai segura um filho e mostra-lhe, do alto da proa, com a ternura que o comum dos olhares de então não suporia em mãos tão grosseiras, a Ria, o que está na transparência das águas que marulham com a aragem fazendo o reflexo irregular, disforme. O que lhe pretende mostrar, o passado ou o futuro? A Ria, mãe e madrasta de tanta gente, divindade de águas, que destino reservou para aquele pequeno ser que na segurança dos braços paternos abriu para ela o olhar inicial, não se podendo saber se deslumbrado se aterrorizado?

As marés e, entretanto, *o tempo fez cinza da brasa / e outra maré cheia virá da maré vaza* … que se sucedem em cada dia, e um ano após outro, alguma coisa teriam para nos contar, alguma história de vida. De vidas. Ao fim e ao cabo, também nossas. E ficou por contar, como tantas que se vão como cisco pelo viajar das marés até ao mar largo.

EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE ENTRE 1850 A 1859 E O ANO DE 1914

*Teresa Tubby**

Nesta edição trazemos os registos de passaportes referentes aos anos de 1850 – 1859 e o ano de 1914.

Estarreja (concelho)

1840

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Joaquim da Silva	20		31-12-1850 Rio de Janeiro n.º 966		
Manuel Lopes	19		09-10-1850 Rio Grande do Sul n.º 288		
Manuel Vaz	20		09-10-1850 Rio Grande do Sul n.º 286		

*Investigadora, autora das obras: Quinta e Casa da Botica; Banda de Música de S. João da Madeira, 1860/2005; Portugal e a Grande Guerra – a Participação dos Oficiais de Oliveira de Azeméis; coautora das obras A Misericórdia da Vila de Cucujães, 1937/2012, Banda de Música de Angeja e revista Cucugianis, Histórias e Memórias do Couto de Cucujães, Poder Autárquico em Cucujães, 1974/2021.

1851

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António de Oliveira	24		26-08-1851 Rio de Janeiro n.º 790		
António Lopes c.º	40		15-10-1851 Rio Grande n.º 1101		
António Martins	25		01-04-1851 Rio de Janeiro n.º 1926		
Caetano da Silva Terra	33		21-03-1851 Rio de Janeiro n.º 1728		
Fernando António da Silva Abreu Freire	23		01-07-1851 Pará n.º 3		
Francisco da Silva Terra	20		21-03-1851 Rio de Janeiro n.º 1727		
João Pereira de Azevedo c.º	28		27-03-1851 Rio de Janeiro n.º 1816		
José da Silva c.º	30		27-03-1851 Rio de Janeiro n.º 1815		
José Martins	26		27-03-1851 Rio de Janeiro n.º 1817		
Manuel da Silva Terra	26		27-03-1851 Rio de Janeiro n.º 1814		

1852

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António José Afonso Lopes	26	Alfaiate	07-06-1852 Pará n.º 3304		
António Lopes Pereira	17		27-09-1852 Rio Grande do Sul n.º 336		
António Vaz c.º	26		27-09-1852 Rio Grande do Sul n.º 337		
Custódio Afonso da Silva	20		07-08-1852 Pará n.º 133		
Domingos António Soares Cerqueira	14		21-12-1852 Rio de Janeiro n.º 1030		
Domingues José Vieira	15		07-06-1852 Pará n.º 3312		
João Pedro Tavares	16		07-06-1852 Pará n.º 3303		
José Caetano da Silva	18		28-01-1852 Pernambuco n.º 2190		
José Manuel Dias da Silva	17		07-06-1852 Pará n.º 3305		
José Maria de Oliveira	25	Carpinteiro	14-04-1852 Rio de Janeiro n.º 3062		
José Tavares c.º	33		03-02-1852 Rio de Janeiro n.º 2229		
Manuel da Silva Brandão Abreu Freire	25		05-08-1852 Pará n.º 129		

1853

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António Caetano Marques Valente	14		05-03-1853 Rio Grande n.º 1743		
António do Marco	27		13-10-1853 Rio de Janeiro n.º 1221		
António Pereira da Silva	19		13-10-1853 Rio de Janeiro n.º 1222		
António Rodrigues Ferreira c.º	40	Ferreiro	13-10-1853 Rio de Janeiro n.º 1229		
Caetano Marques	30		29-08-1853 Rio de Janeiro n.º 520		
Custódio José Tavares Júnior	31		09-03-1853 Pará n.º 1775		
Domingos Manuel Lopes Amador	24	Padre	07-11-1853 Rio de Janeiro n.º 1440		
José da Costa c.º	30	Carpinteiro	13-10-1853 Rio de Janeiro n.º 1236		
José Lopes	10		07-10-1853 Rio Grande n.º 1077		
Manuel da Costa c.º	39	Carpinteiro	10-03-1853 Rio de Janeiro n.º 1804		
Manuel de Oliveira	22		13-10-1853 Rio de Janeiro n.º 1234		

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel José	14		09-03-1853 Pará n.º 1776		
Manuel José	24		19-03-1853 Rio de Janeiro n.º 1936		
Salvador da Silva Terra	25		14-10-1853 Rio de Janeiro n.º 1259		

1854

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António Joaquim da Fonseca	35		11-03-1854 Rio de Janeiro n.º 3053		
António Maria Afonso de Oliveira	12		01-02-1854 Pará n.º 2302		
Domingos Nunes Beirão de Resende	19		07-09-1854 Pernambuco n.º 637		
Gonçalo António Marques c.º	41		28-10-1854 Rio de Janeiro n.º 1622		
Gonçalo António Pires	15		01-02-1854 Pará n.º 2303		
João Maria de Castro	19		19-04-1854 Rio de Janeiro n.º 3710		
José de Matos	26		01-02-1854 Rio de Janeiro n.º 2267		
José António Valente da Cunha	27	Carpinteiro	03-02-1854 Pará n.º 2369		

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
José Joaquim Afonso de Oliveira	18	Alfaiate	01-02-1854 Pará n.º 2301		
José Jorge do Marco	23		11-03-1854 Rio de Janeiro n.º 3049		
José Marques Pires, c.º	31	Carpinteiro	19-04-1854 Rio de Janeiro n.º 3717		
Manuel Maria da Silva Neno	11		03-07-1854 Pará n.º 24		
Manuel Maria Fernandes Ruela	12		03-07-1854 Pará n.º 26		

1855

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Agostinho Lopes	13		14-09-1855 Pará n.º 1075		
António de Oliveira	22		14-08-1855 Rio de Janeiro n.º 664		
António Joaquim	32		22-08-1855 Rio Grande n.º 809		
António Jorge do Marco	28		14-08-1855 Rio de Janeiro n.º 670		
António José da Silva **Esposa:** Joana Rosa Freire **Filha:** Maria **Filho:** Manuel	26 29 5 1		24-04-1855 Pará n.º 4806		

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António José Dias	22		05-09-1855 Rio Grande n.º 954		
António Luís Pereira Valente	17		19-10-1855 Rio de Janeiro n.º 308		
Calisto José c.º	27		05-09-1855 Rio Grande n.º 955		
Claúdio José	19		08-11-1855 Pará n.º 550		
Domingos de Almeida c.º	39		04-04-1855 Rio Grande n.º 4343		
Filipe Roque	23		05-09-1855 Rio Grande n.º 953		
Francisco José Pereira c.º	26		24-05-1855 Pará n.º 5303		
Inácio José	27		05-09-1855 Rio Grande n.º 956		
Jerónimo Marques, c.º **Filho:** António	34 15		23-05-1855 Pará n.º 5228		
João Bernardo	17		24-07-1855 Pará n.º 236		
João Maria	16		24-05-1855 Pará n.º 5301		
João Marques	24		30-03-1855 Rio Grande n.º 4265		

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
José Manuel	24		24-07-1855 Rio de Janeiro n.º 237		
José Marques Pereira	23		08-11-1855 Pará n.º 552		
Manuel Afonso Pires c.º	32		05-02-1855 Rio de Janeiro n.º 3534		
Manuel da Costa Alves Nogueira	25		25-09-1855 Maranhão n.º 1337		
Manuel da Silva Pereira, c.º **Filho:** António **Filho:** Francisco	46 20 17		30-10-1855 Maranhão n.º 433		
Manuel Gonçalves Vieira. c.º	39		03-11-1855 Pará n.º 549		
Manuel da Silva Pereira, c.º **Esposa:** Maria Joaquina **Filha:** Maria **Filha:** Páscoa **Filha:** Maria Rodrigues	42 45 15 10 4		16-08-1855 Santos n.º 691		
Manuel Joaquim Oliveira Barbosa	16		06-09-1855 Pará n.º 967		

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel Joaquim Pereira	13		25-09-1855 Maranhão n.º 1338		
Manuel Lourenço	22		13-03-1855 Pará n.º 3975		
Manuel Marques de Oliveira	18		08-11-1855 Pará n.º 551		
Melchior José de Matos c.º	23		24-05-1855 Pará n.º 5304		

1856

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António da Silva Godinho	26		08-04-1856 Pará n.º 743		
António de Oliveira Marques	15		15-03-1856 Rio de Janeiro n.º 481		
António de Pinho	18		21-04-1856 Rio de Janeiro n.º 951		
António Martins de Matos	31		22-03-1856 Rio de Janeiro n.º 522		
Domingos Maria	17		14-05-1856 Pará n.º 1230		
Francisco Maria de Oliveira e Castro	15		16-01-1856 Rio de Janeiro n.º 1429		
Francisco Martins v.º	47		14-10-1856 Rio de Janeiro n.º 635		

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
João Lopes	26		22-04-1856 Rio de Janeiro n.º 979		
José Ferreira Matias Basto	15		28-02-1856 Pará n.º 343		
José Luís Tinoco	34		14-10-1856 Rio de Janeiro n.º 634		
Manuel José de Pinho	16		19-04-1856 Pará n.º 930		
Valério Pinto de Azevedo	15		24-04-1856 Rio de Janeiro n.º 1028		

1859

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
João Marques de Pinto c.º	37		16-08-1859 Rio Grande n.º 1027		Casado com Rosa da Silva Viviam no Porto
Manuel Lopes Pereira c.º	28		17-06-1859 Rio Grande n.º 693		Vivia no Porto.

1914

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António Valente da Costa Florentino c.º	57	Sabia escrever Relojeiro	02-03-1914 Brasil n.º 1025	Matias Valente e Maria da Costa	
João Marques	59	Trabalhador	28-02-1914 Rio de Janeiro n.º 720	Manuel Marques	
José Marques c.º	30	Trabalhador	23-01-18914 Rio de Janeiro n.º 406	António Marques	

Avanca

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Ana Roiz Saldanha c.ª	22	Sabia escrever	17-06-1914 Brasil n.º 1536	Manuel Francisco Saldanha e Rosa Roiz da Silva	
Ana Rosa da Silva de Matos v.ª	38	Sabia escrever Proprietária	23-01-1914 Brasil n.º 807	José Lopes de Pinho e Maria da Silva de Matos	2.ª via
António Augusto Pereira Júnior	11	Sabia escrever Lavrador	23-01-1914 Brasil n.º 808	António Augusto Pereira e Bernardina Dias	
António da Silva c.º	39	NSE Serrador	24-01-1914 Brasil n.º 815	João da Silva e Joana Maria de Jesus	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António Ferreira Marcelino c.º	26	Sabia escrever Barbeiro	10-07-1914 Brasil n.º 1608	Maria Ferreira	Vivia em Ovar
António Henriques de Pinho	21	Sabia escrever Lavrador	09-02-1914 Brasil n.º 907	Joaquim da Silva Henriques e Teodora Dias de Pinho	
António Maria de Matos c.º	36	Sabia escrever Lavrador	27-19-1914 Brasil n.º 1817	António Lopes de Matos e Ana Valente	
António Maria Valente de Matos	11	Sabia escrever Sem profissão	30-11-1914 Brasil n.º 1890	António Joaquim Valente e Laura Augusta	
António Valente	24	NSE Trabalhador	17-12-1914 Brasil n.º 1919	Casimiro Valente e Joana Maria de Jesus	2.ª via
Conceição Pereira da Rocha	20	NSE Lavradeira	10-11-1914 Brasil n.º 1852	Francisco Pereira da Rocha e Maria Joaquina de Aguiar	
Francisco Pereira Rodrigues	13	Sabia escrever Estudante	21-05-1914 Brasil n.º 1435	Manuel Pereira Rodrigues e Ana Henriques de Almeida	Irmão de Manuel Pereira Rodrigues
João Vaz da Silva c.º	51	Sabia escrever Comerciante	10-11-1914 Brasil n.º 1853	António Vaz da Silva e Maria Joaquina de Aguiar	3.ª via
Manuel da Silva c.º	37	NSE Jornaleiro	11-07-1914 Brasil n.º 1620	António da Silva e Maria de Jesus	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel Dias	20	NSE Jornaleiro	10-10-1914 Brasil n.º 1771	João Dias e Maria de Oliveira	
Manuel Pereira Rodrigues **Esposa:** Carolina Augusta da Silva **Filho:** José	25 25 3	NSE Trabalhador NSE	22-04-1914 Brasil n.º 1441	Manuel Pereira Rodrigues e Ana Henriques de Almeirda	Manuel - 2.ª via Viviam em Loureiro, Oliveira de Azeméis
Manuel Maria Nunes de Oliveira c.º	30	Sabia escrever Comerciante	30-10-1914 Brasil n.º 1824	João de Oliveira Rangel e Maria Nunes da Silva Oliveira	2.ª via
Manuel Maria Pereira da Rocha	11	NSE Sem profissão	10-11-1914 Brasil n.º 1854	Manuel Maria de Aguiar Rocha e Rosa Roiz da Silva	
Manuel Marques Soares	22	Sabia escrever Lavrador	03-04-1914 Brasil n.º 1219	José Marques Ferreira e Ana Soares	
Manuel Pereira Rodrigues c.º	25	NSE Trabalhador	22-05-1914 Brasil n.º 1441	Manuel Pereira Rodrigues e Ana Henriques de Almeida	
Maria de Jesus c.ª **Filha:** Albina da Silva Martins	44 16	NSE Lavradeira	20-01-1914 Brasil n.º 787	José Dias e Maria Teresa Martins	
Maria Rosário Soares c.ª	27	NSE Lavradeira	25-09-1914 Brasil n.º 1748	Joaquim Soares de Resende e Ana Soares de Jesus	

Beduído

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Alfredo Leite de Azevedo c.º	31	Sabia escrever Carpinteiro	11-05-1914 Brasil n.º 1425	Joaquim Leite de Azevedo e Joana Maria da Silva	
António Gonçalves da Costa	37	Sabia escrever Negociante	23-05-1914 Brasil n.º 1454	Agostinho Gonçalves da Cosra e Maria do Rosário	
Caetano Nunes Valente	25	Sabia escrever Jornaleiro	23-07-1914 Brasil n.º 1576	António Nunes Valente e Maria de Jesus Gomes	
Eduardo da Silva Teixeira c.º	35	Sabia escrever Trabalhador	05-03-1914 Brasil n.º 1040	Luís da Silva Teixeira e Teresa Elias do Nascimento	
Feliciana Valente de Melo	14	NSE Costureira	20-06-1914 Brasil n.º 1545	Domingos Melo e Joana Rosa Valente	Irmã de José de Melo
Joaquim Maria de Castro c.º	28	Sabia escrever Lavrador	22-05-1914 Brasil n.º 1443	Joaquim Caetano de Castro e Joaquina Marques	
Joaquim Rodrigues de Pinho	24	Sabia escrever Lavrador	12-05-1914 Brasil n.º 1402	João Roiz de Pinho e Maria Marques de Pinho	
José da Silva c.º	26	Sabia escrever Alfaiate	05-03-1914 Brasil n.º 1039	Joaquim da Silva e Ana da Silva	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
José de Melo	21	Sabia escrever Lavrador	20-06-1914 Brasil n.º 1544	Domingos Melo e Joana Rosa Valente	Irmão de Feliciana Valente de Melo
José Maria Valente da Costa	27	Sabia escrever Lavrador	06-03-1914 Brasil n.º 1047	Manuel Valente da Costa e Luísa Marques Dias	
José Pereira Valente **Esposa:** Luísa de Magalhães	50 41	NSE Negociante	20-06-1914 Brasil n.º 1543	José Pereira e Ana Maria Valente	José - 4.ª via Luísa - 2.ª via
Laurinda Dias Martins		NSE	22-05-1914 Brasil n.º 1441	Manuel Dias da Silva e Maria Martins	
Manuel Domingues de Melo	33	NSE Lavrador	17-01-1914 Brasil n.º 772	Manuel Domingues de Melo e Luzia Marques	2.ª via
Manuel Tavares c.º	28	Sabia escrever Barbeiro	02-07-1914 Brasil n.º 1575	Joaquim Tavares e Luísa Caralinha	
Manuel Valente da Silva c.º	32	Sabia escrever Alfaiate	22-05-1914 Brasil n.º 1442	Zacarias da Silva e Cristina Maria Valente	

Bunheiro

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Frederico Pais da Silva	18	Sabia escrever Caixeiro	27-04-1914 Brasil n.º 1341	Manuel Maria Pais da Silva e Isabel Agostinha Rodrigues	
Joaquim dos Santos	17	Sabia escrever Lavrador	23-05-1914 Brasil n.º 1923	José Rodrigues dos Santos e Joana Rosa de Oliveira	
Joaquim Nunes da Silva c.º	48	NSE Proprietário	20-10-1914 Brasil n.º 1793	Francisco José Nunes da Fonseca e Maria Antónia da Silva	9.ª via
José Maria da Silva c.º	24	NSE Lavrador	03-03-1914 Brasil n.º 1030	Manuel António da Silva e Joana Maria da Silva	
José Maria da Silva Arrojado	22	NSE Lavrador	21-01-1914 Brasil n.º 790	Manuel Agostinho da Silva e Maria Rosália da Silva	
José Maria Nunes da Silva c.º	26	NSE Lavrador	21-01-1914 Brasil n.º 791	António Maria Nunes da Silva e Maria Joana Nunes	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Júlia Augusta Rodrigues da Silva c.ª **Filho:** António **Filho:** José **Filho:** Manuel José **Filha:** Ana Joaquina	39 12 5 3 2 meses	NSE Lavradeira	22-01-1914 Brasil n.º 797	Domingos Nunes da Silva e Isabel Rodrigues da Silva	
Júlio Tavares de Oliveira c.º	23	Sabia escrever Negociante	14-03-1914 Brasil n.º 1088	Manuel Maria Tavares e Maria da Ascensão Tavares	
Pedro José Marques Vilar	26	Sabia escrever Lavrador	10-02-1914 Brasil n.º 909	Joaquim Manuel Marques Vilar e Ana Lopes da Silva	

Fermelã

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António Rodrigues de Sousa	18	Sabia escrever Comerciante	09-01-1914 Brasil n.º 726	Joaquim Rodrigues de Sousa e Rosa Rodrigues de Sá	

Murtosa

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Álvaro da Silva Maia	20	Sabia escrever Empregado no comércio	30-11-1914 Brasil n.º 1895	Domingos da Silva Maia e Maria de Oliveira Maia	4.ª via
António Joaquim de Matos c.º	46	Sabia escrever Alfaiate	16-02-1914 Brasil n.º 943	António Joaquim de Matos e Florência Rosa Valente	
António Maria da Silva Fidalgo	12	Sabia escrever Estudante	03-03-1914 Brasil n.º 1026	Manuel Luís da Silva Fidalgo e Maria José da Silva	
António Maria Vagueiro	21	NSE Moliceiro	06-05-1914 Brasil n.º 1384	Francisco António da Silva Vagueira e Maria José Fidalgo	
Belarmino Rodrigues c.º	21	Sabia escrever Alfaiate	02-01-1914 Brasil n.º 673	José Manuel Rodrigues e Libânia Maria	
Domingos António de Miranda c.º	55	NSE Negociante	25-05-1914 Brasil n.º 1462	António Maria Miranda e Maria Rosália Soares	2.ª via
Francisco António Amador c.º	22	Sabia escrever Mercantel	31-03-1914 América do Norte n.º 1203	Manuel João Amador e Ana Joaquina da Silva	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Henrique de Campos	12	Sabia escrever Estudante	30-11-1914 Brasil n.º 1891	Domingos Adão de Campos e Bernarda Maria	
João Agostinho Paiva	12	Sabia escrever Pescador	22-05-1914 Brasil n.º 1440	António Maria Paiva e Maria José Marques	
João José da Silva Lopes c.º	46	Sabia escrever Carpinteiro	02-01-1914 Brasil n.º 670	Maria Lopes da Silva	14.ª via
João Maria de Matos c.º	26	Sabia escrever Pescador	22-05-1914 Brasil n.º 1439	Domingos Joaquim de Matos e Ana Rosa	2.ª via
Joaquim António da Silva Vagueiro	21	Sabia escrever Moliceiro	18-06-1914 Brasil n.º 1541	João Maria da Silva Vagueiro e Rosa Vaz	2.ª via
José Manuel Soares dos Santos	21	NSE Pescador	13-01-1914 Brasil n.º 756	Domingos António Soares dos Santos e Maria Rosa da Silva	
José Maria Pereira	10	Sabia escrever Estudante	30-01-1914 Brasil n.º 840	Lázaro José Pereira e Maria Joaquina	
Manuel Carlos Amador	20	Sabia escrever Pescador	13-01-1914 Brasil n.º 757	Domingos Manuel Amador e Maria Joaquina	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel José Barbosa	23	Sabia escrever Lavrador	01-07-1914 Brasil n.º 1571	Manuel José da Silva Barbosa e Ana Teresa	
Manuel Lourenço de Miranda	32	Sabia escrever Carpinteiro	18-02-1914 Brasil n.º 967	António Maria de Miranda e Joana de Jesus	
Manuel Maria de Campos	12	Sabia escrever Estudante	17-10-1914 Brasil n.º 1786	David José de Campos e Isabel Maria	
Manuel Maria Pereira c.º **Filho:** Manuel José Pereira	41 15	Sabia escrever Marítimo Sabia escrever	03-01-1914 Brasil n.º 688	Pedro António Pereira e Mariana da Cruz	
Torcato da Cruz Tavares da Cunha	12	Sabia escrever Estudante	30-03-1914 Brasil n.º 1027	Manuel Caetano Tavares da Cunha e Maria Rosália	

Pardilhó

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António Ferreira da Silva	15	Sabia escrever Empregado comercial	11-05-1914 Brasil n.º 1397	Manuel Joaquim Ferreira da Silva e Maria Rosália da Silva Vigário	
Avelino da Silva e Pinho c.º	35	Sabia escrever Carpinteiro	29-08-1914 Brasil n.º 1714	Ana Joaquina Pereira	4.ª via

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Guilherme Pereira Valente	25	Sabia escrever Serralheiro	28-03-1914 Brasil n.º 1190	José Ernesto Pereira Valente e Maria da Silva Vigário	
Joaquim Lopes Conde c.º	42	Sabia escrever Lavrador	02-04-1914 América do Norte n.º 1214	Joaquim Lopes Conde e Domingas Ferreira	Vivia na Gafanha, Ílhavo
José Bento da Silva Esteves c.º	27	Sabia escrever Padeiro	11-07-1914 Brasil n.º 1621	João Maria Esteves e Isabel Maria da Silva Pereira	3.ª via
José Valente de Almeida c.º	36	NSE Lavrador	21-01-1914 Brasil n.º 817	Manuel Valente de Almeida e Maria Valente de Almeida	
Júlio Valente de Almeida	17	Sabia escrever Carpinteiro	10-07-1914 Brasil n.º 1606	Francisco Valente de Almeida e Maria Caetana Pereira	
Manuel da Silva Pinto c.º	27	NSE Jornaleiro	17-03-1914 América do Norte n.º 1100	Manuel da Silva Pinto e Rosália de Oliveira	
Manuel Lopes de Matos c.º	26	Sabia escrever Lavrador	20-07-1914 Brasil n.º 1652	Manuel António Lopes de Matos e Domingas Rosália Marques do Couto	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel Maria de Matos c.º	29	NSE Lavrador	10-02-1914 Brasil n.º 910	José Maria de Matos e Maria Valente Almeida	
Maximino da Fonseca c.º	25	Sabia escrever Ferreiro	30-03-1914 Brasil n.º 1196	Manuel Lourenço da Fonseca e Maria Albina da Silva	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Ângelo Marques Sardoeiro	26	Sabia escrever Padeiro	11-05-1914 Brasil n.º 1398	Maria Marques Sardoeiro v.ª	2.ª via
António Joaquim	15	Sabia escrever Lavrador	08-08-1914 Brasil n.º 1696	Manuel Tavares de Figueiredo e Ana Marques Figueira	
António Tavares da Silva	22	Sabia escrever Lavrador	14-11-1914 Brasil n.º 1863	Cipriano Tavares da Silva e Ana Valente dos Anjos	
Clemente da Fonseca	22	Sabia escrever Criado de servir	29-04-1914 Brasil n.º 1350	António da Fonseca e Maria Generosa Valente dos Anjos	
Eleutéria da Silva Rebelo	13	Sabia escrever Colegial	09-05-1914 Brasil n.º 1395	Raquel da Silva Rebelo	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Ezequiel da Silva Rebelo	23	NSE Lavrador	02-10-1914 Brasil n.º 1901	Francisco da Silva Rebelo e Rosa Roiz Soares	
Joaquim Tavares da Silva	24	NSE Carpinteiro	02-12-1914 Brasil n.º 1898	Joaquim Tavares da Silva e Maria Rosa Tavares	
José Maria Marques	20	Sabia escrever Lavrador	20-05-1914 Brasil n.º 1428	Malaquias Marques e Ana Rosa de Almeida	
José Maria Marques de Almeida c.º **Esposa:** Maria da Silva Rebelo **Filha:** Amélia Augusta **Filho:** Artur	54 54 13 10	NSE Lavrador NSE Sabia escrever Sabia escrever	31-07-1914 Brasil n.º 1688	José Marques da Almeida e Ana Rodrigues Escudeira	
Manuel Valente Rodrigues	22	NSE Lavrador	06-04-1914 Brasil n.º 1228	José Valente e Maria Rodrigues Varum	
Ventura Afonso dos Anjos	24	Sabia escrever Lavrador	30-05-1914 Brasil n.º 1198	Manuel Afonso Casqueira e Mariana da Conceição	

Veiros

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Alfredo Gonçalves	21	Sabia escrever Carpinteiro	04-03-1914 América do Norte n.º 1034	João Maria Gonçalves e Custódia da Silva	
Emílio Valente da Fonseca	20	NSE Lavrador	04-03-1914 América do Norte n.º 1036	Manuel Joaquim Valente da Fonseca e Tomásia Rodrigues de Oliveira	
José Carlos Valente	21	Sabia escrever Lavrador	04-04-1914 América do Norte n.º 1223	Narciso Tavares Valente e Teresa Maria de Oliveira	
José Maria da Fonseca c.º	25	Sabia escrever Serralheiro	02-01-1914 Brasil n.º 671	Manuel Maria da Fonseca e Cristina Maria Henriques	
José Maria da Silva Garganta	18	NSE Lavrador	04-04-1914 América do Norte n.º 1226	João Agostinho da Silva Garganta e Maria Joaquina de Oliveira	
Manuel Caetano Henriques	21	Sabia escrever Lavrador	04-03-1914 América do Norte n.º 1035	Gonçalo Maria Henriques e Maria José da Silva	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel Luís Pereira c.º	32	Sabia escrever Vendedor de jornais	21-04-1914 Brasil n.º 1318	Manuel Caetano Pereira da Cruz e Joana Antónia de Oliveira	
Manuel Joaquim Soares Valente c.º	37	NSE Jornaleiro	04-04-1914 América do Norte n.º 1224	António Joaquim Soares Valente e Maria Rosália da Silva	
Manuel Vaz de Oliveira	17	Sabia escrever Caixeiro	06-03-1914 América do Norte n.º 1045	José Vaz de Oliveira e Maria Pereira da Fonseca	

Abreviaturas
C.ª / C.º - Casada/Casado
N.º - Número
NSE - Não sabia escrever
V.ª / V.º - Viúva/Viúvo

AUGUSTO CARLOS AFONSO MARQUES, JUIZ DE DIREITO NO ULTRAMAR

*Victor Bandeira**



Dr. Juiz Augusto Carlos Afonso Marques

* Licenciado em Biologia, Mestre em Ecologia, Biodiversidade e Gestão de Ecossistemas, e Doutorado em Biologia e Ecologia das Alterações Globais, exercendo actualmente a sua actividade profissional como biólogo no Departamento de Biologia e CESAM, da Universidade de Aveiro. É autor e/ou co-autor de dezenas de publicações científicas na área da Biologia e Ecologia. Nos tempos livres procura conhecer melhor a história da freguesia de Veiros (e da região), com enfoque nos aspectos religiosos, tendo já publicado os livros: *Memórias da Igreja de São Bartolomeu de Veiros – Chão Sagrado*, em 2018 e *Memorial Eclesiástico de Santa Marinha de Avanca*. em 2022. Desde Janeiro de 2024 publica assiduamente na página online da Comissão Diocesana da Cultura | Aveiro na rubrica *Um olhar atento ao tempo que flui*.
Escreve segundo a antiga ortografia.

Natural de Veiros, nasceu Augusto Carlos Afonso Marques a 10 de Abril de 1889 no lugar das Cabeças, sendo o segundo de seis filhos do casamento de Manuel Lourenço Antão Marques com Maria Antónia da Silva Afonso Marques, ambos lavradores.

Quando jovem, um seu tio-avô materno que era sacerdote, o Padre António Joaquim Valente de Oliveira (natural de Veiros, nascido a 26.12.1839 e falecido a 05.07.1910) levou-o para o seminário, porque só assim teria possibilidade de estudar, como muitos outros jovens à época. Matriculou-se a 2 de Outubro de 1906, com 17 anos, na Universidade de Coimbra, onde cursou Teologia a partir do dia 17 de Outubro de 1906. Mas, quis o jovem Augusto Carlos Afonso Marques enveredar por outra carreira que não a vocação religiosa sacerdotal, prosseguindo estudos em Direito, tendo terminado o curso como bacharel e aprovado com 14 valores, a 11 de Julho de 1912, quando tinha 23 anos de idade.

Pouco mais de um mês após ter terminado os estudos universitários, a 19 de Agosto de 1912 saiu um despacho da 1.ª Repartição da Direcção-Geral de Justiça, do Ministério da Justiça, e publicado no Diário do Governo de 21 de Agosto de 1912, com a sua nomeação para ajudante do notário de Estarreja, José Maria Lopes da Cunha. Todavia, cerca de sete meses após esta nomeação, foi exonerado de ajudante de notário em Estarreja, a seu pedido, a 8 de Abril de 1913.

No último dia do ano de 1913 foi publicado o aviso de que a 12 de Janeiro de 1914 era chamado às provas teóricas e práticas no concurso para conservadores do registo predial, no Porto, junto à Relação.

Mais tarde, surge o Dr. Augusto Carlos Afonso Marques como Juiz de Direito na Comarca de Macau, no Ultramar Português, corria o ano de 1919, num processo que seguiu recurso para o Tribunal de Goa, em que o advogado de parte dos agravantes na apelação era o famoso poeta Camilo Pessanha. O motivo deste recurso é o de que quatro indivíduos (três portugueses e um chinês) estavam presos por alegadamente terem levantado da caixa do Tesouro do Estado, a cargo da Agência do Banco Nacional Ultramarino, em Macau, várias quantias que totalizavam 43.890,00 patacas, através de falsos títulos de despesa pública.

Ora, as circunstâncias da vida do juiz Veirense durante os anos seguintes ao seu regresso de Macau só se conhecem com maior pormenor porque a 3 de Dezembro de 2022 apareceu num sótão, em Veiros, uma parte do espólio de um sacerdote natural desta localidade, pertença do Padre Miguel Henriques (28.09.1875 – 18.08.1948), o qual incluía uma série de cartas que lhe foram enviadas pelo dito juiz. Contaram-se 37 cartas redigidas e assinadas pelo Dr. Augusto Carlos Afonso Marques, como troca de correspondência entre ambos, a partir de Luanda (Angola), Praia (Cabo Verde), Funchal (Madeira), Vidago, Santa Cruz da Graciosa (Açores), Lisboa, Vinhais e Estremoz. Nelas consegue conhecer-se melhor a personalidade deste juiz, a sua relação com a família (residente em Veiros), com os amigos, políticos locais e nacionais, as diligências que foi fazendo para conseguir ter casa própria (construída de raiz e a seu gosto) em Estarreja, assim como os pormenores curiosos da sua passagem pelos vários locais onde exerceu a magistratura. A carta mais antiga está datada de 18 de Janeiro de 1923 e foi escrita e enviada a partir de Lisboa onde

se preparava para embarcar para Luanda. A mais recente foi redigida e enviada a partir de Estremoz, corria o dia 18 de Maio de 1928.

O teor das cartas e, o início e final de cada uma delas, faz com que se compreenda que o Padre Miguel Henriques era um amigo da mais estreita confiança do juiz, aliás, ele próprio o afirma por diversas vezes. A primeira carta inicia com a justificação de ter saído de Estarreja sem se despedir e sem aviso, admite mesmo ter fugido para Lisboa, devido às circunstâncias (que não especifica) provocadas por várias pessoas, maioritariamente Veirenses. Nela, confessa não saber quando voltaria às raízes.

A 22 de Janeiro de 1923 chega ao Funchal, na Ilha da Madeira, durante a tarde, num navio que zarparia na madrugada de 23 de Janeiro e que o levaria até Luanda, mas que antes disso aportaria em Cabo Verde, para onde se dirigiam a maior parte dos poucos passageiros. A partilhar o mesmo camarote consigo, encontrava-se um conhecido, com quem já tinha viajado até Lourenço Marques (Moçambique), quando rumou para Macau. Chegou a Luanda a 11 de Fevereiro de 1923, onde não encontrou qualquer quarto disponível no hotel, como tal, teve acolhimento na Casa do Procurador das Missões do Espírito Santo, que era um velho amigo.

Em Luanda desempenhava as funções de Juiz Auditor do Tribunal Militar Territorial e, logo que ali chegou, encontrou *tudo em desordem*. Relatou que não lhe faltava serviço para despachar e que já tinha julgado cinco militares, além de ter realizado vários trabalhos na Relação. Parece que não esperava o estado do que encontrou em Luanda e por isso escreveu *se fosse supersticioso acreditaria que alguém me rogou alguma praga.* Relata já ter tido febres e que estas eram persistentes. Prevê não ficar por Luanda muito mais tempo, mas ainda não saberia dizer qual seria o próximo destino. *É uma vida movimentada, estoirando dinheiro, vendendo coisas e sofrendo arrelias.*

Em Março de 1923, admitiu novamente que não tencionava demorar-se muito por Luanda, não devido ao Tribunal ou ao Quartel-General, mas para protestar contra aquilo que lá estava a acontecer com ele, essencialmente devido a alguns colegas que estavam a levar por diante um projecto que o prejudicava, assim como ao Juiz de Direito de Luanda e a todos os juízes daquela província, em proveito dos delegados. Por isso, pediu transferência para Moçambique ou para a Índia, e esperava consegui-la. Assumiu que quem lhe trataria disso seria o Cunha Leal (eminente político português) por intermédio de um colega, o Dr. Videira, que por sua vez era cunhado do decisor. Neste período continua com as febres e por isso tem abusado do quinino e do café.

As altas temperaturas corporais teimavam em persistir. E, no início de Maio do mesmo ano escreve *eu vou mal, muito mal mesmo*, contando-se pelos dedos os dias que as não tem, passando *noites horrorosas*. As febres só o abandonaram no final de Maio quando entrou a estação do cacimbo (estação seca). Pela quinta vez decidiu repetir a solicitação da sua transferência, reconhecendo que a dita até pudesse já estar decidida, reiterando a sua vontade para ser colocado em Moçambique ou na Índia, querendo somente sair da Província de Angola, e do Tribunal para o qual estava nomeado, dado que até um tenente já teve que repreender.

No início de Julho de 1923 descreveu que tinha processos prontos para julgamento, que se estenderiam até ao final de Agosto, obrigando-o a fazer quatro julgamentos por semana. Ainda não tendo resposta sobre o pedido de transferência, convidaram-no a mudar-se provisória ou definitivamente para Benguela, mas não aceitou porque aquela comarca também teria que ser endireitada quanto aos serviços, e ele não estava disposto a andar continuamente a endireitar serviços, o que já lhe havia sucedido quando veio para Luanda e quando foi para Macau. Além do mais, o convite era um *presente envenenado*, porque sentiu que era para servir a outrem ou para se verem livres das suas críticas. Reiterou que só sairia de Luanda se dali fosse nomeado para Moçambique ou para a Índia. Caso o obrigassem a deslocar-se para Benguela, decidiria por faltar e não cumprir o serviço atribuído, mas tal não veio a acontecer.

No final de Agosto de 1923 concluiu que ainda lhe faltavam 2 anos e 4 meses para poder passar para Portugal continental e deixar o Ultramar. Augura o juiz que poderá vir a deixar Angola antes do final do ano civil, porque as leis não permitiam que ele sendo promovido à 1.ª classe continuasse no lugar onde estava, em virtude de ser um lugar destinado a um juiz de 2.ª classe. Ainda assim, revelou ter esperança de ainda ir ter à Índia. Ali em Angola estava continuamente a sobreviver à custa de quinino.

Em Novembro de 1923 estava irritado e enervado por saber que por lei não poderia estar colocado no tribunal onde estava durante a totalidade dos 3 anos, pela obrigatoriedade de ter de ser promovido. E, era da promoção que estava à espera para sair de Angola, até porque tinha conhecimento de haver vagas de sobra, e até excessivas, para esse propósito, mas tardava em chegar. Em Luanda, relatava, grassava a peste bubónica que lá tinha aparecido a meio de Outubro, tendo pensado que a tinha, mas tal não se confirmou. Os médicos queixavam-se que embora tivesse faltado a vacina, a doença já estava a desaparecer. Queixou-se ainda de Norton de Matos (que à época era Alto-Comissário da República em Angola), a quem adjectivou como louco, mas que teria sido atacado e não deveria voltar àquela província. Aconselhou a que os portugueses do continente se acautelassem com aquele político, em virtude de ter roubado *à grande e à francesa… e deixou roubar e estou convencido que até aconselhou a roubar.* Continuou o juiz explicando que em Angola não havia imprensa e, a quem ripostasse, Norton de Matos castigava-o ou expulsava-o da província. O juiz atribuiu-lhe falta de noção de patriotismo, consciência ou dignidade, cultivando somente o próprio ego, não hesitando para isso e sem escrúpulos de lançar mão a todos os processos. Este representante de Portugal (Norton de Matos) deixou no seu lugar alguém ainda pior, sem dignidade, nem carácter, tendo-se acabado o dinheiro. O juiz Augusto Carlos decidiu e enviou para o Conselho Colonial dois recursos, um contra Norton de Matos e outro contra o tal Encarregado de Governo, reiterando o seu pedido para ser transferido para outra colónia.

Em Fevereiro de 1924 estava de licença por causa de um golpe profundo na mão direita que o impediu de escrever desde o final de Dezembro e durante a maior parte do mês de Janeiro, o que já só se revelava através de uma cicatriz enorme e dos tendões paralisados. Continuava a sua luta contra os governantes em Luanda, que o queriam tirar dali, até concordando com a sua vontade, sem o saberem. Soube que não havia vagas para poder ser transferido, e estava desiludido com Cunha Leal, que as arranjou apenas para os próprios amigos. A este juiz nem se dignou a responder aos insistentes pedidos para transferência de colónia.

Neste mesmo mês refere na carta enviada ao P.e Miguel que achava graça ao *ilustre 'pavão' Guilherme Santos na Presidência da Câmara. Homem de muitos teres e haveres, de muitas ideias em cabeça tão pequena, o necessário para existir um idiota em que tudo se reduz a vento… e débitos.* Esperava não ser incomodado por eles, senão trabalhava o cavalo-marinho, ou nele próprio, ou neles, não especificando quem eram as outras pessoas a quem se referia para além do acima nomeado.

Em Abril de 1924 revelava ter receio de um regresso de Norton de Matos a Luanda, que se viesse, chegaria aumentado, aumentaria os amigos, mas também as vinganças, e o juiz estaria no rol daqueles que iriam sofrer vingança. Contudo, seria por pouco tempo, porque sabia ter sido colocado em Cabo Verde, para onde seguiria em Junho, e soube-o através de um amigo que tinha tido acesso ao decreto já lavrado em Janeiro. Durante esta época, o juiz Augusto Carlos já estava a acumular com o seu cargo, o de Juiz de Direito da Comarca como substituto de Juiz, o qual tinha sido promovido à Relação.

A 1 Junho de 1924 previa partir para Cabo Verde, para a Praia, e não para S. Vicente, como preferiria, esperando passar, de forma sossegada, os 18 meses que lhe faltavam para deixar as colónias e passar para a magistratura do continente. Embora só fosse ganhar em Cabo Verde um terço daquilo que ganhava em Angola, foi satisfeito. *Prefiro tudo a esta tão desgraçada Angola, perfeitamente a saque pelos altos funcionários que não se cansam de a sugar.* Tudo o levava a crer que haveria fome em Luanda muito em breve, por nada ter vindo de Portugal devido à falta de transferências. Prevê que no interior de Angola seria pior, devido ao não funcionamento do caminho-de-ferro, ao facto de pouco ou nada se ter cultivado, por não se poder obter mão-de-obra local, o que se atribuiu a um *diploma tolo de Norton de Matos. Agora andam, por ordem do mesmo Norton, escoltas armadas aprouver gente para ir para as fazendas trabalhar, praticando-se violências inauditas. Há um mal-estar geral que se sente, mas se não pode descrever. Queixa-se o comércio, queixam-se os funcionários, queixam-se os operários, queixa-se toda a gente. Dentro em pouco não haverá dinheiro para pagar aos funcionários, não se pagando eles já no interior e devendo-se somas enormes aos fornecedores.* Os lacaios de Norton de Matos, a quem o juiz denominou de *"filarmonia de nojentos lacaios"* enviou um telegrama a Norton pedindo a rápida rectificação do seu plano administrativo.

A 20 de Junho de 1924, o juiz Augusto Carlos chegava à cidade da Praia, após uma viagem aborrecida, sempre com chuva, durante a qual não conseguiu dormir no camarote devido à abundância de percevejos, tendo passado todas as noites no salão de fumo. Na Praia ficou instalado num *péssimo quarto* de um hotel, mas era o único disponível e se tivesse demorado mais 10 minutos, nem aquele teria arranjado. Em Agosto ainda andava à procura de uma casa. Já quanto ao trabalho, andava a observar, mas já tinha concluído de que não era terra para ultrapassar os 18 meses que lhe faltavam para sair das colónias.

Em Outubro de 1924 queixava-se de que não havia o que comer, queixava-se das gentes denominando-os de indolentes, queixava-se de que os subordinados eram muito fidalgos e que não quereriam fazer todos os serviços, sendo eles todos autóctones. Andava zangado com o Governador, Juiz da Relação que já conhecia de Benguela (Angola). Só se dava bem com o Secretário do Governo, um colega conterrâneo e *bom rapaz*. Ali ainda não tinha comido carne de vaca, porque ainda lá se não tinha matado nenhum bovino, e como não comia carne de porco porque dizia fazer-lhe mal, estava a ovos, bacalhau e galinha, que

embora fosse aparecendo, era cara. Não tinha ainda encontrado quem soubesse cozinhar para europeus.

Um mês depois estava doente com febres altas que resistiam a 1 g de quinino diário, o que o aguentava era saber que só lá teria de estar mais 14 meses até passar ao quadro do continente. A comarca estava em desordem e o serviço atrasado porque já estavam sem juiz há dois anos. Quando lá chegou tinha-se deparado com 50 presos sem julgamento.

No início de Fevereiro de 1925 viu no Diário do Governo a transferência do conterrâneo Veirense Joaquim Lívio, que achou ter sido por castigo, e até já a tinha adivinhado. *Há certas criaturas que se convencem que sendo empregados públicos não têm de trabalhar, e depois sofrem-lhe as consequências.*

Em Julho de 1925 enviou 50.000$00 para o P.e Miguel os guardar, que seriam para ele usar quando estivesse em Portugal, mas pediu sigilo, para que a família o não soubesse.

Em Agosto continuou a queixar-se do serviço acumulado no tribunal, dos escrivães que cada vez faziam menos, e termina afirmando que preferia morrer a continuar assim, até porque tinha tido de novo febres altas e problemas no ouvido, tendo sabido que até precisaria de o operar, mas deixaria isso para ser realizado em Portugal. O que o animava é que já só lhe faltavam quatro meses e meio para terminar o seu serviço ali em Cabo Verde e que não queria sair dali antes desse tempo, admitindo por isso, ser teimoso.

Em Outubro de 1925 declarou que Cabo Verde não haveria de ter crise de fome, porque o ano agrícola teria sido bom, sendo até um ano de grande abundância. Em meados de Novembro de 1925 informou o Pe. Miguel que talvez fosse a última vez que lhe escreveria a partir do Ultramar Português, já que não haveria navio em Dezembro, e estava a prever embarcar para o continente em Janeiro. Mesmo que não o deixassem sair de Cabo Verde, ele embarcaria com a justificação de ter de se apresentar à Junta de Saúde para que o enviassem para se tratar, precisando apenas da confirmação do Governador. Mandou o sacerdote esperar encontrar-se com ele por volta do dia 23 de Janeiro de 1926.



Frente da última carta enviada de Cabo Verde, ainda com alguns selos



Verso da última carta enviada de Cabo Verde, cujo lacre permite observar as iniciais manuscritas do sobrenome AM, relativo a Afonso Marques

É certo que o juiz teria embarcado para Portugal em Janeiro de 1926, porque não surgiram cartas enviadas ao P.e Miguel até ao final de Junho desse ano. Mas, escreveu-lhe a partir do Grande Hotel Vidago informando-o de que lá tinha chegado a 28 de Junho, e mais uma vez queixando-se imediatamente do que ali via, achava aquele lugar uma pasmaceira. Acrescentou que o hotel de *grande* só tinha o nome, que apenas só lá estavam 12 pessoas e todas com feitio macambuzio, embora admitisse que ele próprio não era excepção. Em todos os hotéis que estavam abertos estariam um total de 40 pessoas, entre as quais o ínclito Bernardino Machado (Presidente da República), com dois filhos e uma neta. Caso o juiz *soubesse como aquilo era, não teria lá posto os pés, estando condenado a morrer de tédio* e, por isso, mudar-se-ia antes dos 20 dias previstos.

Estava agora colocado em S. Tomé, de novo no Ultramar, para onde iria em Novembro, mas visto ter sabido que já tinha passado ao quadro, teria de ser colocado em Portugal, contudo ainda não sabia onde.

No penúltimo dia do ano de 1926 enviou carta ao amigo sacerdote a partir de Santa Cruz da Graciosa, no arquipélago dos Açores, onde estava colocado na sede da comarca *pelas venerandas decisões do Supremo Conselho Judiciário.* Mas, estava conformado. Ali teria chegado via ilha da Madeira, numa viagem tormentosa, que o obrigou a desembarcar no lado oposto da ilha por causa do mau tempo. Na primeira noite de viagem teria sido atacado por percevejos, tendo mudado de camarote, o que ainda terá sido pior, pois acabou constipado de andar *à caça deles*. Na passagem por Angra do Heroísmo foi visitado por um condiscípulo do colégio que nunca mais teria visto até à data e, durante a viagem desde Lisboa, teve por companhia um oficial que conheceu em Macau. Na Graciosa estava alojado no hotel, que apenas tinha um funcionário, o qual saía do serviço às 19h, ficando depois dessa hora sozinho no alojamento. Almoçava às 9h, ou fazia que almoçava, e jantava às 15h, sendo que na ementa nunca constava peixe. Estava num quarto paredes meias com *um irmão porco, como dizia S. Francisco, cujo centenário se vai celebrar.*

O tribunal na Graciosa era uma *coisa patusca*, o gabinete do juiz tinha uma cadeira e uma tábua pregada no vão de uma janela, que servia de mesa. Ali, nada tinha para fazer e perguntava-se a si próprio porque haveria lá uma comarca?! Admitiu já ter saudades da comarca de Cabo Verde.

Antes de partir para os Açores, pediu a aposentação enquanto esteve em Lisboa, tendo falado até com o Presidente da Relação. Na capital vendeu a sua máquina de escrever e o café trazido de Cabo Verde, como forma de angariação de fundos para pagar o seu transporte para os Açores. Conseguiu vender também um serviço de loiça que era defeituoso e que tinha sido enviado de Macau pelo cónego Soares, tendo dado ordens para o venderem a qualquer preço. Vendeu os dólares e o ouro, por necessidade. Só não vendeu as libras. Admitiu ter a vida em desordem, de ter feito algumas tolices até com alguma gravidade e estaria incapaz de trabalhar.

No final de Março de 1927 chegou de novo a Lisboa, porque houvera sido colocado em Vinhais, onde teria que dar entrada no prazo de 30 dias. Previa fazer a viagem no rápido (comboio) e até poderia conseguir fazer uma breve paragem por Estarreja, antes de mudar de comboio no Porto. A 30 de Março chegou a Vinhais pelas 22h30m. Soube que por lá a terra não prestava, mas que o clima era soberbo. Ainda lá não tinham chegado as malas dele, nem os seus livros, tendo já telegrafado para Estarreja para acelerarem o seu envio. Pareceu-lhe que estaria por Vinhais por bastante tempo, pois andava cansado de andar com a casa às costas e de gastar dinheiro. Só a viagem à Graciosa teria custado sete contos.

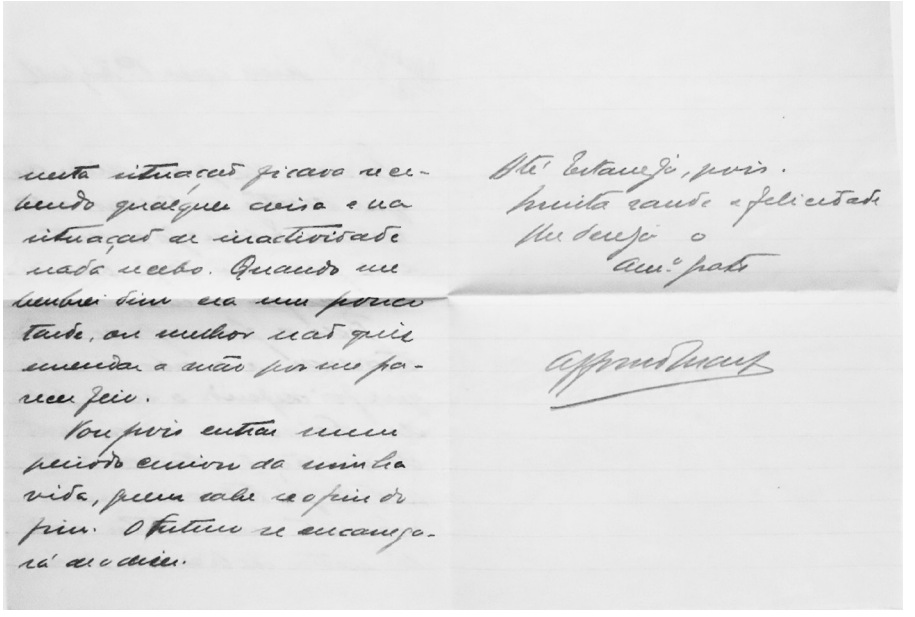


Colecção de livros que fazem parte do espólio do Dr. Juiz Augusto Carlos Afonso Marques que chegou até aos nossos dias, através da família de seu irmão João Carlos Afonso Marques

Contudo, no final de Maio de 1927 informou o sacerdote de que pediu transferência e indicou dez comarcas da sua preferência: Portimão e Albufeira (Algarve), Coruche, Moura e Arraiolos (no Alentejo), Cartaxo, Vouzela, Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Vila Pouca de Aguiar, para estar mais próximo do caminho-de-ferro.

Em Vinhais, sonhava em passar o mar mais uma vez, mas não sabia para onde. Queria ir ao Porto, mas o problema era sempre a viagem de Vinhais – Bragança. Por lá, estava farto de julgamentos de crimes, quantos mais fazia, mais lhe apareciam. Ao ter ido para Vinhais ia com a intenção de descansar mais, mas parecia-lhe ter sido o pior sítio de todos. Deu o exemplo de um julgamento de um padre acusado de dois crimes gravíssimos, como co-autor de aborto e de homicídio. Relatou que ali, a guarda-fiscal não fazia outra coisa que não enviar-lhe presos. E, a partir de Trás-os-Montes ainda critica o Ministro da Justiça que não perceberia de nada, *faz hoje, para emendar amanhã, para desfazer no dia seguinte.*

A 18 de Maio de 1928 redige e envia a sua última carta ao P.e Miguel a partir de Estremoz, localidade que não teria feito parte do elenco das comarcas por si indicadas para ser transferido. Assim, decidiu pedir a passagem à inatividade, tendo acabado de saber que a sua solicitação tinha sido deferida. Arrependeu-se de a ter pedido tão rapidamente, deveria ter aguardado por Outubro, e nessa ocasião teria ido de licença, porque do modo como procedeu, nada receberia no vencimento. *Vou, pois, entrar num período curioso da minha vida, quem sabe se o fim do fim. O futuro se encarregará de o dizer.*



Última página da última carta redigida e enviada ao Padre Miguel Henriques, datada de 18 de Maio de 1928 e enviada a partir de Estremoz

Atendendo a que escreve a um sacerdote, não deixa de relatar aquilo que vai sentindo no seu íntimo e no seu pensamento. No final de Março de 1923 agradeceu ao P.e Miguel por ter sido o único a escrever-lhe desde as terras de Veiros até ao momento, continuando por confessar *encontrou-me também num estado de espírito terrível,* que atribuiu ao que se passa em Luanda, mas também às recordações daquilo que se passava no torrão natal. O juiz não consegue pensar em momentos alegres da vida, apenas lhe ocorrendo *os maus ou os péssimos, que têm sido quase todos*. Pensa em não regressar a *essa terra de Veiros, nem mesmo de passagem*. Arrependeu-se de ter ido a Portugal em 1922, visto que as relações com o pai se tornaram frias e, com a mãe, ainda pior. Estas coisas não lhe saem da cabeça, fica durante muito tempo a pensar nelas.

Em Maio de 1923 admitiu abandonar completamente tudo o que respeitasse a Veiros, já que a f*erida cavada é grande!* Sentia-se com uma crise de espírito terminal, como nunca teria sentido. Ao aproximar-se do final do ano, o juiz escreveu que estava a passar por uma grande crise moral, que não sabia se teria fim, *a não ser no cemitério.* A nível físico também andaria mal, comparando-se a *um verdadeiro Lázaro.* Tentava evitar pensar nas coisas relativas a Veiros.

Poucos dias antes do Natal de 1923 admitiu estar a atravessar uma das maiores crises morais da vida dele, que receava não conseguir ultrapassar. O juiz admitiu já não ter ideal algum, sentindo-se um desgraçado, vivendo numa incerteza, numa dúvida, que lhe estava a amortecer a sensibilidade. Pressentiu que antes do fim dos 2 anos que lhe faltavam para voltar a Portugal continental entregaria o *canastro à terra*.

Em Fevereiro de 1924 continuava irritado com os pais, para cuja má relação não encontrava motivo, já que o continuavam a censurar em conjunto, nunca perdendo ocasião para o vexarem ou ferirem, crendo mesmo que o seu maior prazer era verem-no pobre e doente a pedir esmola. A mãe descrevia-a como a *soberba em acção,* mas acreditava que se confessaria todos os dias. Por vezes, o tom deles nas cartas parecia ter amainado a má vontade, mas depois vinha a descobrir o contrário. Da última vez que tinha estado em casa, encontrou um cunhado a quem a mãe tratava melhor do que a um filho, o que também fez com que não nutrisse simpatia por ele, não o podia admitir, nem perdoar. Só se lembravam do juiz para o vexarem e para saber se tinha muito dinheiro, só lhes dá para o mal. *Não se lembram que são pais, mas querem que se lembre que é filho.*

Em Veiros só considerava ter três amigos leais, enumerando o Padre Miguel Henriques, o Dr. Tavares e o tio materno João Maria Afonso Marques. Este seu tio chegou a ir pedir dinheiro sem garantia para o poder ajudar a ir trabalhar para África. E, de vez em quando, o pai perguntava ao cunhado se já tinha recuperado o dinheiro, com *sorriso irónico e sarcástico.* Com isto, receia sucumbir e, se perder a Fé, sucumbirá. Há muito que resolveu ter o menor número de relações possível com os pais. Pela moral que tem, pela instrução e educação, entendeu ser-lhe vedado ir mais longe.

Em Março de 1925 continua a atribuir à mãe as maiores culpas do seu mau relacionamento com a família.

Dois anos depois, na Primavera de 1927, em Vinhais, estava magríssimo e muito doente, *fazendo pedidos a Deus, para que me leve o mais breve possível.* Veio assim da ilha da Graciosa, tendo embarcado após ter estado cinco dias acamado, com uma enterite, tendo continuado doente a bordo do navio. Prevê passar o Natal de 1927 sozinho, em Vinhais, com o cheiro do estrume de um cavalo e de um porco que eram os habitantes debaixo do seu quarto.

Ao longo do tempo vai relatando as decisões que foi tomando sobre ter uma casa própria em Estarreja. Encarregou para isso o Dr. Tavares, a quem já tinha deixado algum dinheiro para o efeito. Na primeira carta, datada de Janeiro de 1923, solicitou ao Pe. Miguel que levantasse o dinheiro que tinha no Banco Popular e que o entregasse ao dito Dr. Tavares, dado que o dinheiro que haveria em Lisboa, já o tinha gastado todo.

Em Junho de 1923 encontrando-se doente e acamado, ainda teve força para soltar uma gargalhada quando leu na carta que o P.e Miguel lhe houvera redigido a 24 de Abril último, que o pai lhe faria uma casa se ele se amistasse com ele. Contudo, embora o juiz tenha achado graça à oferta, não sabia até que ponto não se estava a sentir ofendido. Por este motivo, é que preferiu arranjar uma casa fora de Veiros, assim *dificilmente lá tornaria a pôr os pés mais de uma hora.* Preferiu ter viajado rapidamente para África a fim de não endoidecer a pensar muito nestas questões familiares.

Em Julho de 1923 persistem as más relações com a família que se empoderaram com a última ida que tinha feito a Portugal, a ponto de nem se querer encontrar com a mãe. *Hoje detesto Veiros e toda a sua gente, com excepção de uma meia dúzia de pessoas, se a tanto chega o meu número.* Como tal, acabou por ter deixado Portugal sem comprar terreno, nem ter mandado fazer a casa que queria para si, e se não tivesse acontecido assim, já teria terreno e casa, e ainda lhe sobraria dinheiro para poder viver. Deste modo, estava resolvido a ter casa própria, fosse em Estarreja, ou noutro local, excepto em Veiros, o que lhe permitiria ter as suas coisas arrumadas ou desarrumadas, ou até quebrá-las sem ter de dar satisfações ou de pedir licença a alguém. *É para isto que eu necessito da casa e para ter onde morrer ou curtir uma doença; não preciso dela para mais nada.,* já que os herdeiros não queriam saber da fortuna que amealhou com esforço, assim, pelo menos, ambicionava por ter uma casa a que pudesse chamar de sua. Se já a tivesse, talvez ainda estivesse a viver em Veiros gozando a licença ganha com oito anos de trabalho e de febres.

Nesta mesma missiva discorda do P.e Miguel acerca da vantagem de adquirir uma casa já construída, que seria mais económica, mas nunca seria como ele a queria ou idealizava. Pediu para que, junto do Dr. Tavares, apressasse a compra de terreno para a casa, onde quer que fosse, caso ainda o não tivesse comprado. Tinha acabado de elaborar uma planta da casa e os respectivos alçados, tratando-se de uma casa térrea, pequena e de fácil construção, a fim de a enviar naquele mesmo dia 9 de Julho de 1923 ao Dr. Tavares.

No final de Julho soube-se que o juiz já tinha comprado o terreno para a construção da casa, através do Dr. Tavares, a Manuel Pedro Calado, e admitiu ter havido demasiada demora por causa do aconselhamento do dito Dr. Tavares, que acharia o terreno caro. O sítio, achou-o esplêndido, além disso tinha um poço, e estava todo vedado, com um portão de ferro, o que o valorizaria. A partir desta compra, haveria que iniciar-se o processo da construção da casa. Deste modo, o juiz enviou no final de Agosto um segundo desenho, com algumas modificações nalgumas dependências, que estavam originalmente um pouco acanhadas. Terminou esta explicação afirmando *e agora quase posso dizer que Veiros para mim morreu,* achando que àquela hora já o pai saberia da compra do terreno. Soube que o pai *anda trombudo* com o Dr. Tavares por este não lhe ter entregado o dinheiro do filho juiz, isto corroborado com a carta *sequíssima das Cabeças* (lugar em Veiros onde nasceu) recebida e redigida por um sobrinho. Embora o pai lhe tenha imposto muitas contrariedades, ainda assim, o filho juiz *só lhe deseja saúde,* resultado da qualidade que diz ter, ao agir com tenacidade. Ao pai apenas pediu que entregasse o seu dinheiro ao Dr. Tavares e não as contas, já que seria necessário para pagar as despesas, mas o pai assim não o entendeu.

Em Dezembro de 1923 terá recebido carta do pai, que ironizou como sendo *extraordinariamente amável,* o qual dizia não ser o seu procurador, e como tal, queria saber a quem deveria entregar o dinheiro que com ele tinha. Respondeu ao pai que o entregasse ao Dr. Tavares, ou que o desse de esmola aos pobres. Descreve o pai como uma pessoa que só quereria dinheiro. Neste mês ainda recebeu notícias do Dr. Tavares com as contas, que o terreno estaria pago e até já lá tinha 1000 adobes de parede. Entendia que estava a andar tudo devagar, mas pelo menos, estava a andar.

Em Fevereiro de 1924 recebeu nova conta que o informava que os materiais estavam muito caros, devido à carestia que se fazia sentir, mas o que receava era que assim o dinheiro não chegasse devido à constante subida assustadora dos preços. Assim, via-se obrigado a pedir ao P.e Miguel que intercedesse junto do Dr. Tavares a fim de que acelerasse a compra dos materiais.

No início de Abril de 1924 enviou mais quatro cheques ao Dr. Tavares, mas dois deles iam ao nome do P.e Miguel e de seu irmão Francisco (padrinho do sacerdote), já que as transferências estavam limitadas a 2.000$00. Depois de todos assinarem, o Dr. Tavares trataria da sua cobrança, pedindo-lhe ainda para lhe comprar 5 obrigações brasileiras e 30 obrigações externas do Estado Português, explicando ser a maneira de se defender contra a desvalorização do escudo. Neste mesmo mês, já tinha as paredes da casa levantadas e demonstrou estar ansioso pela própria independência com a sua futura casa.

Em Agosto de 1924, desde Cabo Verde, enviou mais dois cheques para o Dr. Tavares poder custear as despesas da casa. E, em Outubro do mesmo ano, ainda não sabia se a casa estava a ficar como na planta traçada por ele, ou diferente. Já em Dezembro de 1924, mostrava-se bastante preocupado com a casa, por ainda não estar coberta, o que o deixava desconfiado de que o Dr. Tavares lhe andaria a fazer uma fortaleza, em vez de uma casa. Mais ainda, pelas contas já lá estavam enterrados 32 centos e ainda faltavam pagar as madeiras para as traves, as telhas, entre outros materiais. Ainda assim, o que mais desejava era ver a obra concluída! Entretanto, o Dr. Tavares informou-o de que adicionou lojas à casa, que as paredes têm a grossura de um adobe ao través e de outro ao comprido, pois receava os tremores de terra e os vendavais, e para atrasar ainda mais a construção, o mesmo Dr. Tavares já falava na *caixa da libra*.

Em Fevereiro de 1925, o juiz mandou parar com todas as obras porque tinha obtido a confirmação de que estava a ser enganado no fornecimento de adobes e madeiras, atribuindo as culpas a Augusto Ferreira, apelidando-o como o maior cigano do concelho. Mandou apenas arranjar o exterior e o interior da casa. Gostou de saber que as portas, as janelas e o soalho tinham vindo da fábrica da Granja. Gostaria de ir ver a casa em Maio de 1925, mas queria ver se se aguentava sem interrupções em Cabo Verde até terminar os meses que lhe faltavam para perfazer os 3 anos para o regresso das colónias. Mas, também pensava que não teria onde ficar em Veiros, por estar moralmente impossibilitado de lá ir. Portanto, só mesmo quando a casa estivesse pronta poderia visitar Estarreja.

Em Março de 1925 ficou a saber que já tinha enterrado 60.000$00 na construção da casa e ainda nem sequer tinha a telha. Em Julho do mesmo ano recebeu notícias do Dr. Tavares dizendo que em Agosto a casa estaria apta a receber as tintas. E durante o mês de Agosto teve a notícia de que a casa estaria quase pronta. Deste modo, pediu ao P.e Miguel para ir ver como tinha ficado a casa por dentro, e ainda lhe deu autorização para comprar um cofre para guardar o dinheiro que tinha levantado no Banco Nacional Ultramarino.

Em Setembro recebeu notícias do Dr. Tavares com a informação de que a casa estava atrasadíssima por dentro e que não ficaria pronta em Janeiro, informando-o também de que ainda tinha com ele 37 contos. O juiz Augusto Carlos escreveu dizendo que já só o deixaria gastar o excedente de 30 contos, porque precisaria do resto para se vestir e tratar quando fosse a Portugal continental. Mandou-o pintar e caiar a casa por empreitada e recusou dar uma camada de ceresite tal como proposto pelo Dr. Tavares.

Em Outubro de 1925 pediu a *um patrício de Avanca*, tenente Silva Pereira, que tinha aparecido em Cabo Verde, e que já conhecia de Luanda, que fosse portador de uma carta com dinheiro para entregar ao P.e Miguel. No mês seguinte queixou-se de que o Dr. Tavares tinha aceitado exageros na casa, que os descreveu como puro luxo, já que os comerciantes quiseram vender o que tinham e tanto quanto sabia, já só faltava forrar a despensa.

Em Junho de 1926 continuou a não receber contas da casa a partir do Dr. Tavares e concluiu que ele não perceberia muito de contas, não lhe tendo valido de nada andar a economizar 12 anos. Mas, autorizou o P.e Miguel a utilizar o dinheiro que precisasse.

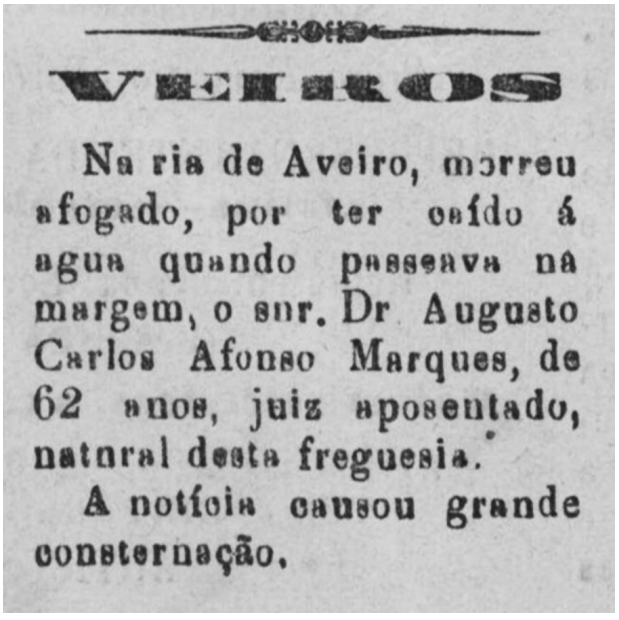
Em Dezembro de 1926 estava revoltado com o Dr. Tavares, *a sua seriedade foi para as malvas*. Não sabia qual seria o futuro do dito, mas também não estaria preocupado com isso. Colocou a hipótese de não ficar com a casa que tinha construído em Estarreja, até porque parte da bagagem que trazia com ele teria ficado em Lisboa. Em Abril de 1927, enquanto em Vinhais, estava a pensar vender a casa de Estarreja por qualquer preço, escrevendo *não gosto de Veiros mas entre o viver em Estarreja e Veiros, prefiro Veiros.* Iria aproveitar as férias de Verão de 1927 para ir a Estarreja vender a casa.

Em Novembro de 1927 faz menção a um problema que conseguiu resolver com o *Presidente da República Soviética de Estarreja* não especificando o nome próprio. O que é certo é que em Estarreja já só lhe faltava vender a casa, para lá ter tudo liquidado, apelidando-a de *terra de gatunos e de malandrins.* Em Fevereiro de 1928 continuava por vender a casa em Estarreja.

Na carta que redigiu a 26 de Agosto de 1925 relata a sua indignação por ainda não ter recebido através dos seus familiares a notícia de que o irmão João Carlos tinha ido para o hospital, *são uns pimpões que há mais de 6 meses me não escrevem.* Em Novembro de 1927 recebeu uma carta de seu irmão escrita no próprio dia em que iria ser operado. O juiz telegrafou ao pai para que o fosse informando sobre o resultado, pagando até o telegrama de resposta e a despesa a fazer com o portador, mas o pai nunca lhe deu resposta. O juiz escreveu ao irmão oferecendo-lhe dinheiro para o que fosse necessário. O irmão respondeu aceitando a oferta para mais tarde, visto que o pai já havia abonado o operador.

Este seu irmão, João Carlos Afonso Marques, viu uma das suas pernas ser trucidada sob a roda do carro das vacas, quando tinha cerca de 19 anos, mas foi tentando salvá-la da amputação. O que é certo é que em 1927 após um longo período de tratamentos que passou por Barcelos e por fazer bastante praia na Torreira, não houve mais possibilidade de a manter e teve que a amputar por estar a gangrenar. Assim se procedeu e o irmão João Carlos foi operado na própria casa, quando já era casado, tendo sobrevivido e originado larga prole, terminando os seus dias em Setembro de 1988.

Após a sua aposentação, o juiz Augusto Carlos visitava este seu irmão, por quem tinha muita admiração, chegando a confidenciar-lhe que sentia por ele grande estima, por ele conseguir ser tão feliz, mesmo sem uma das pernas: conseguia trabalhar, tinha formado família, e era um homem alegre, de bem com a vida. Enquanto, ele, juiz aposentado, teve uma carreira na magistratura, ganhou muito dinheiro, viajou muito, mas era um homem infeliz, doente e amargurado. O testemunho de uma sobrinha que ouviu o seu pai (João Carlos) falar sobre o tio juiz, revela que o pai contava que esta amargura com que o juiz vivia quotidianamente estava relacionada com os vários julgamentos que teria feito e que conscientemente saberia que tinha sentenciado erradamente, prejudicando a vida de outrem. Essa mágoa acompanhava-o e atormentou-o até ao último dos seus dias, quando decidiu pôr termo à vida no dia 14 de Fevereiro de 1943, aos 53 anos, atirando-se à Ria de Aveiro, num dos canais daquela cidade, onde viveu os últimos anos da sua vida. Foi trasladado para Veiros, onde se encontra sepultado juntamente com seus irmãos e demais familiares.



VEIROS

Na ria de Aveiro, morreu afogado, por ter caído á agua quando passeava na margem, o snr. Dr Augusto Carlos Afonso Marques, de 62 anos, juiz aposentado, natural desta freguesia.

A notícia causou grande consternação.

Notícia do falecimento do Dr. Juiz Augusto Carlos Afonso Marques publicada no Concelho de Estarreja de 20 de Fevereiro de 1943, cuja idade do falecido se encontra errada, na verdade tinha 53 anos

A Junta de Freguesia de Veiros decidiu atribuir o nome do juiz à rua onde nasceu e onde viveu durante a sua infância e adolescência, no lugar das Cabeças, denominando-a de *Rua Dr. Juiz Afonso Marques*, onde actualmente já só existe o local com alguns vestígios das ruínas da casa de seus pais.



Placa toponímica que denomina o nome da rua onde nasceu e viveu o Dr. Juiz Augusto Carlos Afonso Marques, no lugar das Cabeças, na freguesia de Veiros (concelho de Estarreja)

Fontes

Fontes manuscritas

Livros Paroquiais de Veiros (1612-1911). Arquivo Distrital de Aveiro.

Fontes hemerográficas

Concelho de Estarreja de 20 de Fevereiro de 1943.
Diário do Governo, número 196, de Quarta-feira 21 de Agosto de 1912.
Diário do Governo, número 82, de Quarta-feira 9 de Abril de 1913.
Diário do Governo, número 305, de Quarta-feira 31 de Dezembro de 1913.

Outras fontes

Cartas

Afonso Marques, Augusto Carlos (1923 a 1928). 37 cartas redigidas pelo Dr. Juiz Augusto Carlos Afonso Marques dirigidas ao Padre Miguel Henriques.

Testemunhos

Luzia das Flores de Sousa Marques (sobrinha do juiz Augusto Carlos Afonso Marques, filha de seu irmão João Carlos Afonso Marques).

Referências Bibliográficas

Bandeira V. (2018), Memórias da Igreja de São Bartolomeu de Veiros – Chão Sagrado. Tempo Novo Editora. Aveiro. 461 pp. [ISBN: 978-989-99806-9-3].
Veiga de Oliveira, C. (1990). Linguística: Camilo Pessanha: O poeta, o jurista e o homem. Revista de Cultura, Ano IV, volume 3, n.º 9: 90-102 (edição em português). Edição do Instituto Cultural de Macau. (sítio online http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30009/1541).
Pereira, M. (2017), Beduído e Veiros – Património Construído. Junta de Freguesia da União de Freguesias de Beduído e Veiros. 104 pp. [ISBN: 978-989-20-7745-1].

Referências online

Universidade de Coimbra (sítio online https://pesquisa.auc.uc.pt/descriptions/184387) – Arquivo da Universidade de Coimbra, Tratamento arquivístico e comunicação da informação, Instrumentos de descrição, Índice de alunos da Universidade de Coimbra: 003376 - Augusto Carlos Afonso Marques.

ESTARREJA: DUAS DÉCADAS DE ELEVAÇÃO A CIDADE

*Paulo Dias**



* Licenciado em História – História de Arte e Pós-Graduado em Ciências Documentais (Arquivo e Biblioteca), Mestre em Arte, Património e Restauro, Doutorando em Ciência da Informação. Técnico Superior do Arquivo Municipal de Estarreja.

A elevação de uma localidade à categoria de cidade representa um marco significativo na sua história, simbolizando não apenas um reconhecimento do seu desenvolvimento e importância, mas também um novo patamar de desafios e oportunidades. No caso de Estarreja, este evento, ocorrido em 2005 e ao qual se associa, ainda, a elevação simultânea das freguesias de Pardilhó e Salreu à dignidade de vila, consolidou uma trajetória de crescimento e impulsionou uma visão estratégica para o futuro do município.

Localizada no distrito de Aveiro, na margem Norte do Rio Antuã e em estreita ligação com a Ria de Aveiro, Estarreja possui uma história rica e uma identidade bem definida. Registos arqueológicos atestam o povoamento humano no atual território concelhio desde cerca do século V a.C. Já a idade média traz a confirmação de aglomerados populacionais de algum relevo, tendo D. Afonso III feito doação, em 1257, das vilas de Antuã e Avanca ao Mosteiro de Arouca. Com D. Manuel I há a atribuição do Foral a Antuã em 1519 e, em 1707, Estarreja consta com a dignidade de vila.





Estarreja a cidade

— aspiração que ganha novos contornos

Salreu e Pardilhó a Vilas

A elevação de Estarreja a cidade é um objectivo a concretizar, agora que estão reunidas as condições desejáveis. *"Terminadas, iniciadas ou confirmadas obras ou intervenções estruturais e garantidos serviços municipais mínimos de qualidade, entendo ser esta uma verdadeira elevação do concelho, na responsabilidade maior que nos dá trabalhar pelo desenvolvimento das 7 freguesias e pela qualidade de vida dos 28 000 cidadãos aqui residentes"*, justificou o Presidente da Câmara, Dr. José Eduardo de Matos em Conferência de Imprensa.

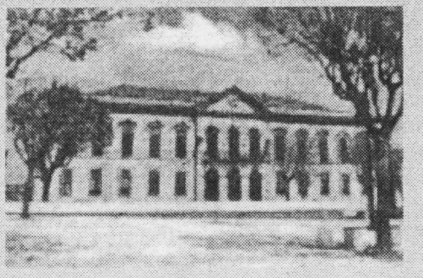
Página 3

A sua posição geográfica, valorizada pela Ria de Aveiro e seus esteiros, foi fundamental para o seu desenvolvimento, nomeadamente como o segundo maior porto de sal da Ria de Aveiro. O processo de elevação a cidade, proposto pela primeira vez em 2001, decorreu ao longo de anos e atravessou dois mandatos autárquicos. Seria formalizado através da Lei no. 3/2005, um diploma crucial publicado em Diário da República a 26 de janeiro de 2005, data que, a partir de então, assinala a efeméride.

A transição de Estarreja de vila para cidade foi um processo multifacetado, que envolveu critérios legais específicos, um percurso legislativo que sofreu ajustes e correções e a ação concertada de diversos atores chave, quer a nível local, quer a nível nacional. O processo não decorreu, contudo, com unanimidade e surgem, na imprensa local, vozes discordantes. Umas, defendendo que o projeto sofre de imperfeições e erros históricos, outras, afirmando que se trata de aproveitamento eleitoralista.

A Lei no. 11/82, alterada pela Lei no. 8/93 que, ao tempo, definia o regime de criação e extinção das Autarquias Locais e de designação e determinação da categoria das povoações, estabelecia critérios específicos para as elevações, admitindo, igualmente, a possibilidade de, em alternativa, se poder atender a razões históricas. Era necessário, para que uma vila obtivesse o estatuto de cidade a exigência de, pelo menos, 8000 habitantes em povoamento contíguo, um conjunto de instituições e equipamentos coletivos essenciais, tais como serviços públicos da administração central ou local, centro de saúde, farmácia, respostas sociais (infância, idosos e pessoas com deficiência), estabelecimentos de ensino básico ou secundário, associações culturais ou recreativas, pavilhão desportivo, serviços postais, agência bancária, estabelecimentos de restauração ou empreendimentos turísticos, parques ou jardins públicos, e património cultural classificado. Estima-se que, em 2004, a população total do concelho de Estarreja rondasse os 27800 habitantes e a da freguesia de Beduído, centro da futura cidade, os cerca de 7000.

Estarreja elevada a cidade?

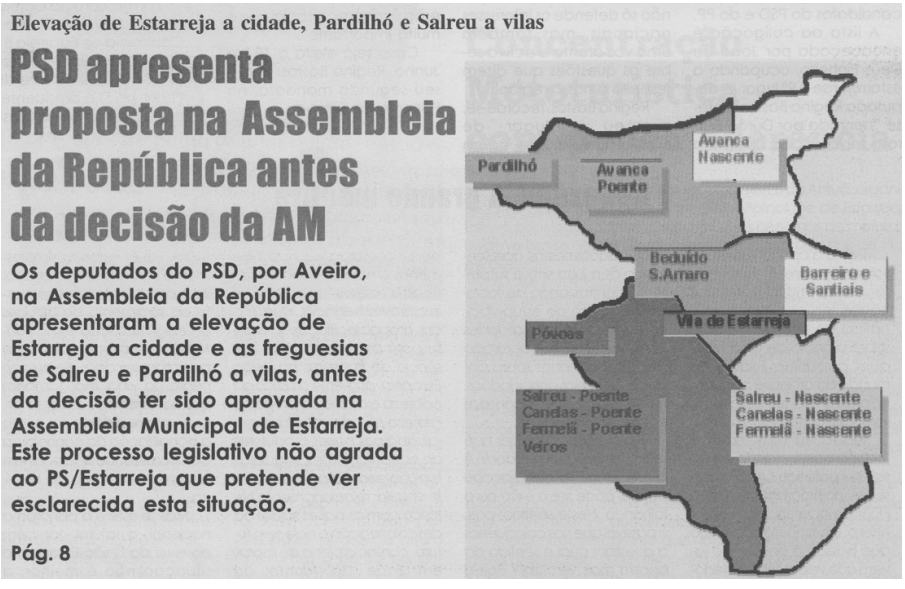


A aspiração ganha novos contornos. *"Enviarei à próxima reunião de Câmara os respectivos novos dossiers completos para as elevações da Vila de Estarreja a Cidade e das Freguesias de Pardilhó e de Salreu a Vilas, já em apreciação pelos seus respectivos Executivos"*, anunciou o presidente da Câmara Municipal de Estarreja, José Eduardo Matos, em conferência de imprensa realizada nos Paços do Concelho.

A elevação de Estarreja a cidade é um objectivo a concretizar agora que estão reunidas as condições desejáveis. *"Terminadas, iniciadas ou confirmadas obras ou intervenções estruturais e garantidos serviços municipais mínimos de qualidade entendo ser esta uma verdadeira elevação do concelho, na responsabilidade maior que nos dá trabalhar pelo desenvolvimento das 7 freguesias e pela qualidade de vida dos 28 000 cidadãos aqui residentes"*, justificou o autarca.

Esta diferença populacional sugere que a justificação para a elevação pode ter-se baseado não apenas no número de habitantes da sede, mas também na importância e na dotação de equipamentos e recursos do concelho como um todo. Exemplos mencionados no dossier remetido à apreciação dos deputados da Assembleia da República incluem o Hospital Visconde de Salreu, a Casa Museu Egas Moniz, em Avanca, um hotel em Beduído, e a riqueza da fauna e flora em Canelas e Salreu.

O processo de elevação de Estarreja a cidade pode encontrar-se nas atas das reuniões de câmara de inícios de 2001, ainda durante a Presidência do Dr. Vladimiro Silva, havendo o esgrimir de argumentos quanto ao carácter precoce de tal proposta e ao facto de não estarem reunidas todas as condições, sem prejuízo de ser uma aspiração digna do município e de todos os Estarrejenses. Elencam-se, todavia, as principais obras em curso bem como a razão última de que o progresso recente do concelho merecia os melhores empenhos junto do poder político central. No final desse ano de 2001 a Câmara Municipal obtinha já a concordância da Junta de Freguesia de Beduído sobre a eventualidade de elevação de Estarreja a Cidade e, bem assim, a anuência das Juntas de Freguesia de Salreu e de Pardilhó para esse mesmo processo e para as concomitantes elevações à dignidade de vila. Não obstante, o processo ficaria por concretizar atendendo ao facto de a Assembleia Municipal de Estarreja, na sua sessão extraordinária de 17 de dezembro - alegando o contexto político decorrente das eleições autárquicas - decidir por maioria não se pronunciar sobre o assunto, devendo o mesmo transitar para o mandato seguinte.



Elevação de Estarreja a cidade, Pardilhó e Salreu a vilas

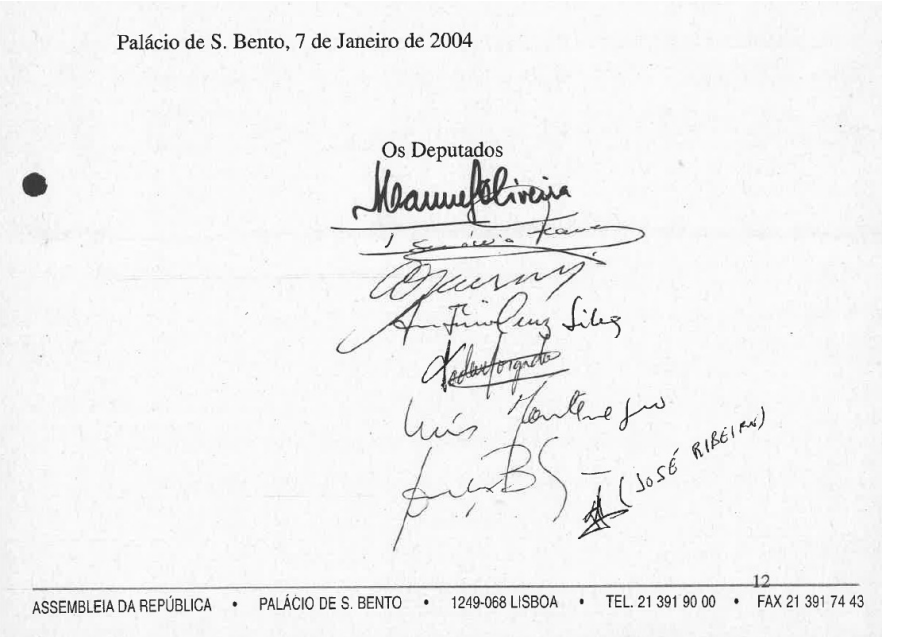
PSD apresenta proposta na Assembleia da República antes da decisão da AM

Os deputados do PSD, por Aveiro, na Assembleia da República apresentaram a elevação de Estarreja a cidade e as freguesias de Salreu e Pardilhó a vilas, antes da decisão ter sido aprovada na Assembleia Municipal de Estarreja. Este processo legislativo não agrada ao PS/Estarreja que pretende ver esclarecida esta situação.

Pág. 8

Já em inícios de 2004 e, de novo, por iniciativa do executivo camarário, a intenção de elevar Estarreja à dignidade de cidade, mediante a deliberação no. 23/2004, será, de novo, motivo de renovadas diligências. O então Presidente da Câmara Municipal de Estarreja, Dr. José Eduardo Matos, que liderou o executivo de 2001 a 2013, desempenhou um papel central neste processo e foi fundamental para a concretização deste objetivo, interpretando a elevação como um *sentido direto de ascensão* e um *desafio* para o desenvolvimento municipal. Nas suas palavras, esta visão passava por *elevar os cidadãos de uma forma mais ativa e mais enriquecedora,* procurando traduzir essa ideia numa *marca cultural de novos valores* para o Concelho. Remete, então, à Assembleia Municipal de Estarreja novo dossier atualizado e produzido em articulação com as Juntas de Freguesia, afirmando que quando se *celebram os 30 anos do 25 de Abril e das raízes do poder local democrático*, se trata de *renovar o desafio colectivo de novos patamares municipais.*

O processo de elevação de Estarreja a cidade foi formalmente impulsionada pelo Projeto de Lei no. 401/IX. Este projeto deu entrada na Assembleia da República a 7 de Janeiro de 2004, baixa à Comissão de Poder Local, Ordenamento de Território e Ambiente e será discutido e aprovado em Plenário a 9 de dezembro. O apoio político a esta iniciativa foi transversal, com diversos deputados do PSD a figurarem como proponentes: Manuel Oliveira, Isménia Franco, Abílio Almeida Costa, Cruz Silva, Jorge Tadeu Morgado, Luís Montenegro, Gonçalo Breda Marques e José Manuel Ribeiro.


Palácio de S. Bento, 7 de Janeiro de 2004

Os Deputados

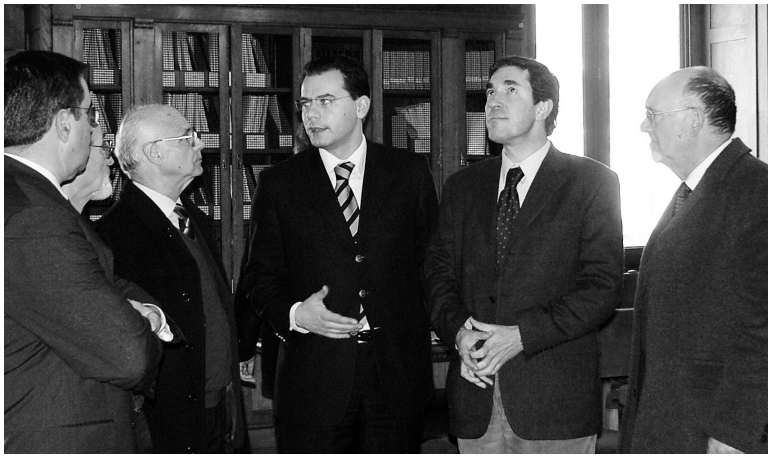
(José Ribeiro)

12

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA • PALÁCIO DE S. BENTO • 1249-068 LISBOA • TEL. 21 391 90 00 • FAX 21 391 74 43







Sabendo-se da discussão do Projeto de lei uma comitiva de Estarrejenses, neles se incluindo muitos autarcas, dirige-se a Lisboa para, nas galerias de S. Bento e após visita guiada pelo, então, jovem Deputado Dr. Luís Montenegro, acompanharem o desfecho positivo do processo.

Pelo PSD, nessa mesma sessão, o Deputado Luís Rodrigues usando da palavra, evidencia a importância da elevação de diversas localidades à dignidade de cidade e de vila, referindo *que ao longo de 28 anos o poder local promoveu alterações significativas no território nacional e na sociedade através do desempenho dos seus autarcas e dos seus trabalhadores* (…) *os Portugueses reconhecem no poder local um suporte basilar do regime democrático* (…). Por sua vez, pelo grupo parlamentar do PS, o Deputado António Galamba realça, na mesma ocasião, o facto de que *o poder local democrático desempenha um papel fundamental na modernização de Portugal, na concretização de melhorias na qualidade de vida das populações e na promoção da coesão e sustentabilidade económica e social dos territórios sob sua jurisdição.*



Após a aprovação parlamentar, a Lei no. 3/2005 foi promulgada pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, em 7 de janeiro de 2005, e subsequentemente publicada no *Diário da República* a 26 de janeiro desse mesmo ano, conferindo-lhe o caráter oficial e legal que formalizou o novo estatuto de Estarreja como cidade. A aprovação do Projeto de Lei pelos deputados e a promulgação pelo Presidente da República foram passos decisivos que transformaram a aspiração local em realidade nacional.





A comunidade e as associações locais também tiveram um papel importante. A elevação de Estarreja a cidade resultou de uma confluência de aspirações locais, uma liderança municipal vigorosa e uma vontade política nacional. A visão articulada pelo então Presidente da Câmara, Dr. José Eduardo Matos, que enfatizava a *elevação dos cidadãos e a criação de uma marca cultural.* demonstra que a decisão foi estratégica e enraizada numa visão partilhada para o futuro de Estarreja. Este consenso político-comunitário foi um motor essencial para o sucesso do processo legislativo. A elevação de Estarreja à categoria de cidade em 2005 transcendeu o mero formalismo administrativo, assumindo um profundo impacto simbólico e institucional, e transformando-se num desafio e num motor para o futuro desenvolvimento do município.

A nova dignidade de cidade foi amplamente percebida como um *sentido direto de ascensão*, gerando um *sentimento coletivo* de progresso e um *desafio* para toda a comunidade. Este reconhecimento formal foi também visível na heráldica municipal, com o brasão criado em 1929 a ser ajustado de quatro para cinco torres, uma representação simbólica da nova categoria urbana.


Actualidade

A NOVA CIDADE DE ESTARREJA

OPINIÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Página 7

O novo estatuto de cidade impulsionou a revisão do Plano Geral de Urbanização da Vila de Estarreja, que foi transformado no Plano de Urbanização da Cidade de Estarreja (PUCE), aprovado em 2010. Este plano estratégico foi concebido para qualificar o ambiente urbano e criar condições para um desenvolvimento sustentado e planeado, alinhado com as necessidades e expectativas do município. A sua implementação tem sido um pilar para a gestão territorial e urbanística de Estarreja.



A NOVA CIDADE DE ESTARREJA

Por: Dr. José Eduardo de Matos
(Presidente da Câmara M. de Estarreja)

Quase 500 anos depois de ter obtido o Foral do Antuã – num primeiro momento de autonomia do Concelho – estamos agora a celebrar o momento histórico da conquista de três novos títulos. A Vila de Estarreja foi coroada com o estatuto de Cidade, com Pardilhó e Salreu a tornarem-se Vilas.

A Elevação de Estarreja a Cidade traduz-se, sobretudo, numa responsabilidade maior para o futuro. Esta promoção, no global concedida ao Município, impõe novos patamares de exigência e qualidade de vida acabando também por ser uma marca de desenvolvimento do Concelho, mas sem trazer mais encargos para os Estarrejenses.

Além disso, é também uma forma de reconhecimento a todas as pessoas que fizeram do Concelho aquilo que ele é hoje, nomeadamente, os Autarcas que, ao longo destas décadas, deram o seu melhor às sete Freguesias e ao Município, assim como aos residentes e emigrantes que contribuíram para o desenvolvimento da nossa terra comum.

Não podemos entender esta elevação como um estatuto. Temos que encarar esta ascensão como um desafio para os próximos anos. A Cidade traz mais exigência ao nível da qualidade de vida e impõe mais entrega da nossa parte para darmos resposta aos anseios e necessidades das Pessoas.

Estarreja soube esperar pelo momento certo. Nesta altura vai reunindo todas as condições para ser uma Cidade, ao nível de equipamentos e de infra estruturas. Foram terminadas, iniciadas ou confirmadas obras e intervenções estruturais e garantidos serviços municipais mínimos de qualidade. E esta é a verdadeira Elevação do Concelho.

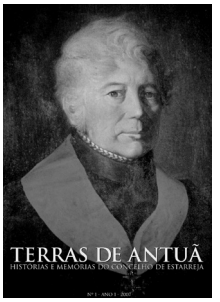
Assim podemos já ver e sentir os alicerces que suportam intervenções estruturantes: das Escolas à Rede Viária, do Eco – Parque Empresarial ao Saneamento, do Cine Teatro ao Parque Antuã, do Parque do Mato à Praça do Município, das Unidades de Saúde de Salreu e de Pardilhó à Rotunda do Hospital, da Biblioteca à Estrada do Molarinho, dos Campos Relvados em Estarreja e Avanca aos Recintos Desportivos.

Mas a melhoria da qualidade de vida dos Cidadãos impõe esse caminho e inovadoras opções de acção, como a Escola Municipal de Desporto, e de intervenção, como o Projecto BIORIA, o reinício da construção de Habitação Social e o Programa "Casa Melhor".

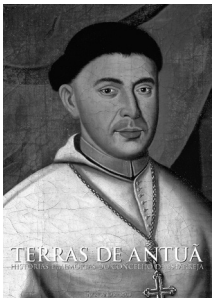
A continuidade de um conjunto de projectos, em desenvolvimento, materializa a evolução do Município. As acções lançadas dão-nos futuro e garantias de um Desenvolvimento Sustentado a nível económico, social e ambiental para o nosso Concelho de 108 quilómetros quadrados e quase 30 mil habitantes.

(Texto publicado no JN de 15-12-04)

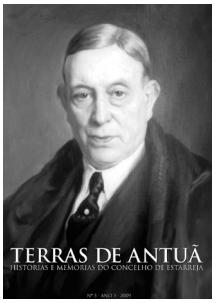
A elevação a cidade, em conjunto com a criação do Parque Municipal do Antuã, da BioRia, do Eco-Parque Empresarial e reabertura do Cine-Teatro, contribuiu para a afirmação de uma marca que distingue o município. A integração do Rio Antuã como um elemento estruturante e qualificador da cidade, visível através do Parque Municipal do Antuã, é um exemplo concreto desta visão, promovendo o recreio e o lazer e acrescentando qualidade à vivência urbana. Esta análise demonstra que a elevação de Estarreja a cidade representou uma mudança profunda na sua auto-perceção e na sua orientação estratégica. O estatuto de cidade foi, indiscutivelmente, um ponto de viragem que proporcionou o impulso institucional e *psicológico* necessário para que Estarreja embarcasse num caminho de desenvolvimento urbano mais ambicioso e integrado, transcendendo as funções tradicionais de uma *vila* para abraçar as complexidades e oportunidades de uma *cidade*.



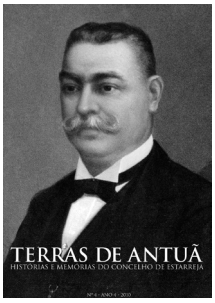
[N.º 1 – Ano I - 2007] SUMÁRIO: HOJE, POR ONTEM, PARA AMANHÃ, *José Eduardo de Matos;* EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: EM SALREU, A "CASA DO SANTO" OU "A CASA DO FERRAZ", *Amaro Neves;* O PATRIMÓNIO NAVAL NA FREGUESIA DE PARDILHÓ, *Andreia Vidal Leite*; CARTOFILIA ESTARREJENSE - A 1.ª metade do século XX, António Augusto Silva; DIVAGAÇÕES A PROPÓSITO DE UM VELHO RETRATO - Rostos da Fontinha, *António Pedro de Sottomayor*; MOINHOS E MOLEIROS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Armando Carvalho Ferreira;* A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA CAPELA DE SANTO AMARO, Beduído - Estarreja, *Carlos A. Brochado de Almeida e Pedro Brochado de Almeida;* OS REGEDORES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Delfim Bismarck Ferreira;* UMA FAMÍLIA DE ESTARREJA - Notas genealógicas sobre o ramo materno da família de D. Frei Caetano Brandão, Bispo do Pará e Arcebispo Primaz de Braga, *Francisco M. Ponces de Serpa Brandão;* HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO NO CONCELHO DE ESTARREJA, *Marco Pereira*; O COUTO DE ANTUÃ E AVANCA NO FINAL DA IDADE MÉDIA - O impacto da crise dos séculos XIV e XV segundo três cartas de sentença, *Rafael MarquesVigário*; A IMPORTÂNCIA DA REDE VIÁRIA NA ESTRUTURAÇÃO DA DIOCESE VISIGÓTICA DE COIMBRA: Antuane como uma das suas paróquias, *Sónia Filipe*; SAUDADES.



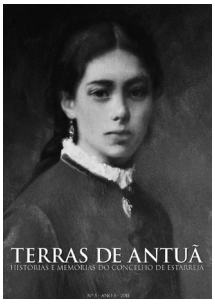
[N.º 2 – Ano II - 2008] SUMÁRIO: COMO É RICA A NOSSA HISTÓRIA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: O BISPO DE COCHIM - Alguns apontamentos para o seu conhecimento, *António Augusto Silva*; LEITURA DE FEIRA E NÃO SÓ, *António de Pinho Nunes*; ESTARREJA NA IDADE MÉDIA - Documentação dos séculos X a XIII, *Delfim Bismarck Ferreira*; O LIVRO DE EXCOMUNGADOS E LEMBRANÇAS DA IGREJA DE SÃO MIGUEL DE FERMELÃ, *Hugo Calão*; OS MEUS ANTEPASSADOS DE ESTARREJA, *José Manuel Nunes Liberato*; O ASSOCIATIVISMO AGRÁRIO NA SUB-REGIÃO DE AVEIRO (1854-1923) - Contributo para o seu estudo, *Manuel Ferreira Rodrigues*; MONARQUIA DO NORTE [ouTraulitânia] - Ocupação monárquica de Estarreja (24.1.1919-11.21919), *Marco Pereira*; O ESTÁBULO DA IGREJA PAROQUIAL DE BEDUÍDO, *Maria Clara Paiva Vide Marques*; LIVROS PAROQUIAIS DE AVANCA - Uma fonte por explorar, *Maria Palmira da Silva Gomes*; BANDA BINGRE CANELENSE: PELA MÚSICA HÁ 140 ANOS, *Teresa Bagão*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES ENTRE OS ANOS DE 1900 E 1905, *Valter Santos*; SAUDADES, ADENDAS E CORRECÇÕES: Novos Subsídios para a História da Capela de Santo António, *Marco Pereira*.



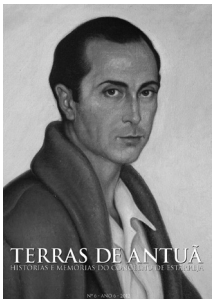
[N.º 3 – Ano III - 2009] SUMÁRIO: A AVANTURA CONINUA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: JORNAIS E JORNALISTAS NA TERRA DA MADEIRA ATÉ 1925, *António Augusto Silva*; A CONSTRUÇÃO NAVAL NO NORTE DA RIA DE AVEIRO: DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CONCELHO DE ESTARREJA AO BICO DA MURTOSA, *António Vítor N. de Carvalho*; CASA DOS MORGADOS DE SANTO ANTÓNIO DA PRAÇA, EM ESTARREJA, *Delfim Bismarck Ferreira*; A CHEGADA DA ENERGIA ELÉCTRICA AO CONCELHO DE ESTARREJA: 1925-1930 - BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS, *Diana Cunha & Susana Temudo Silva*; EPISÓDIO DA VIDA PLOÍTICA DE HÁ CEM ANOS, *José Augusto Tavares Gurgo e Cirne*; INVASÕES FRANCESAS NOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*; AS CONVERSAS COM A TIA ROSA, *Margarida Castro*; RETÁBULO DA CAPELA DE SANTA BÁRBARA EM BEDUÍDO, *Maria Clara PaivaVide Marques*; MANUEL FIRMINO D'ALMEIDA MAIA (1824-1897), *Maria Manuel de Vilhena Barbosa*; EGAS MONIZ - O PRÉMIO NOBEL, *Rosa Maria Rodrigues*; FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO RELACIONADOS COM ESTARREJA, *Teresa Cruz Tubby*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES ENTRE OS ANOS DE 1882 E 1887, *Valter Santos;* SAUDADES.



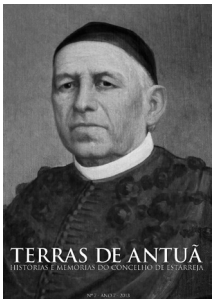
[N.º 4 – Ano IV - 2010] SUMÁRIO: CEM ANOS DA REPÚBLICA E MAIS DE MONARQUIA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: ALBERTO FERREIRA VIDAL –Notável Estarrejense, *António Augusto Silva*; EGAS MONIZ, das origens telúricas à celebração internacional, *António Macieira Coelho*; "MULTIPLICAR OS PEIXES E POUPÁ-LOS QUANDO SE REPRODUZEM…" – O debute parlamentar de um filho de Estarreja, *António Pedro de Sottomayor*; O "RESTAURO" DA BANDEIRA DA MONARQUIA – Tratamento de Conservação e Restauro da bandeira da Câmara Municipal de Estarreja, *Eva Armindo*; OS INVENTÁRIOS DAS IGREJAS E CAPELAS DAS PARÓQUIAS DOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, *Hugo Calão*; OS ÚLTIMOS TEMPOS DA MONARQUIA E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, com as suas consequências em Estarreja, de acordo com as memórias de Francisco de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, *Luís Augusto Eça de Matos*; NOTAS PARA A HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO DISTRITO DE AVEIRO: Alberto Souto administrador do concelho de Estarreja, *Luís Souto de Miranda*; DA COBERTURA DE COLMO À TELHA DE FONTELA, *Marco Pereira*; SÃO MIGUEL ARCANJO – PADROEIRO DE FERMELÃ, *Maria Clara PaivaVide Marques*; OS CAMINHOS DA CIRES – o seu 50.º aniversário, *Maria Elvira Callapez*; DOMINGOS JOAQUIM DA SILVA, Visconde de Salreu (1854-1936) – Parte I, *Maria de Jesus Sousa de Oliveira e Silva*; INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA PEDRA DE ARMAS DO BISPO DE COCHIM, *Patrícia Mestre Marques de Carvalho*; RECUPERAÇÃO DOS MOINHOS DE MEIAS – Quinta do Marinheiro, Casa-Museu Egas Moniz, *Ricardo Matos, Luís Loureiro e Nuno Matos*; AVANCA – DOS ÚLTIMOS ANOS DA MONARQUIA ATÉ À IMPLEMENTAÇÃO DA REPÚBLICA, *Telma Marília Assunção Correia*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1888-1892), *Valter Santos*; SAUDADES, ADENDAS E RECTIFICAÇÕES.



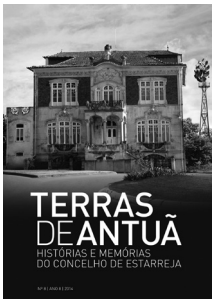
[N.º 5 – Ano V - 2011] SUMÁRIO: NÃO REFORMAMOS A HISTÓRIA!, *José Eduardo de Matos;* EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: A SAGA DO NAVIO MARIA DAS FLORES, O Lugre Maria das Flores – o bota-abaixo, *Ana Maria Lopes*; CAETANO FERREIRA – Notável Estarrejense, jornalista errante e viajante, *António Augusto Silva*; PASSADO PATRIMÓNIO E FUTURO – Primeiros elementos para uma carta arqueológica do concelho de Estarreja, *António Manuel S. P. Silva & Gabriel Rocha Pereira*; CASA DO OUTEIRO DE PAREDES EM AVANCA, *Delfim Bismarck Ferreira e Maria Palmira da Silva Gomes*; A ARQUEOLOGIA NA REDE PRIMÁRIA DE TRANSPORTE DE GÁS: A passagem pelo distrito de Aveiro, *João Muralha*; O FUNDADOR DE ESTARREJA, *Joaquim Lagoeiro*; ORIGEM DA CASA DO COUTO, SALREU, ESTARREJA, *Jorge Barbosa Montenegro*; CONSELHEIRO FRANCISCO LOURENÇO DE ALMEIDA – Participante na transição da Monarquia Absoluta para a Monarquia Liberal, na primeira metade do século XIX, *Marco Pereira*; OS VALENTES DE ALMEIDA DE PARDILHÓ, *Maria Helena Valente Pinto*; AS ELITES LOCAIS E SUA INFLUÊNCIA NOS FINS DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX – UM EXEMPLO: Domingos Joaquim da Silva, Visconde de Salreu (1854-1936) – Parte II, *Maria de Jesus Sousa de Oliveira e Silva*; AFORAMENTOS DE SANTO AMARO, TORREIRA E OUTROS (1780 a 1950) – PROCESSOS EM ARQUIVO, *Norvinda Leite*; O PAPEL DAS MULHERES NA VIDA DE EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*; OS CINETRATOS NO DISTRITO DE AVEIRO – Materialização de um programa em Rodrigues Lima, *Susana Constantino*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1893-1894), *Valter Santos e Teresa Cruz*; SAUDADES; NOTAS SOLTAS: ORDENANÇAS E MILÍCIAS NO CONCELHO DE ESTARREJA (1866); ARQUITECTURA NA FEIRA DE SANTO AMARO; ADENDAS E RECTIFICAÇÕES



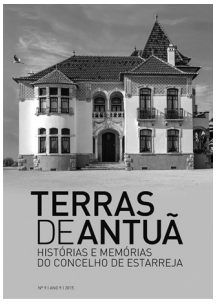
[N.º 6 – Ano VI - 2012] SUMÁRIO: A IMPORTÂNCIA DO RITUAL, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS DE CANELAS, *Ana Maria Lopes*; Dr. TAVARES DA SILVA – Figura incontornável do Desporto Nacional do séc. XX, *António Augusto Silva*; O PATRIMÓNIO CINÉFILO DO CONCELHO DE ESTARREJA, *António Costa Valente*; O CASTRO DE SALREU (ESTARREJA): RESULTADOS DA PRIMEIRA CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS, *António Manuel S. P. Silva, Gabriel R. Pereira & Paulo A. P. Lemos*; ANTÓNIO MOTA GODINHO MADUREIRA – Um esboço biográfico, *Delfim Bismarck Ferreira*; MIGRAÇÕES ARQUITECTÓNICAS – O popular e o histórico na hora de Francisco Farinhas, *Domingos Tavares*; O PATRIMÓNIO E O SEU PAPEL CULTURAL NO CONTEXTO LOCAL E REGIONAL, *José Mattoso*; FÁBRICAS DE LACTICÍNIOS NOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*; SACRÁRIOS DAS IGREJAS PAROQUIAIS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Maria Clara Vide Marques*; ESTARREJA – Sua origem como topónimo, *Maurício António Fernandes*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1895), *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos*; SAUDADES; NOTAS SOLTAS: ESTARREJA E AS SUAS ACTUAIS FREGUESIAS (1853); CONCELHO DE ESTARREJA (1875); ESTADO ACTUAL DA INDÚSTRIA CERÂMICA (1905); ESTARREJA (1912); ANTUÃ: Paróquia Sueva; 8 DIAS DE "LIBERDADE" … CONDICIONADA



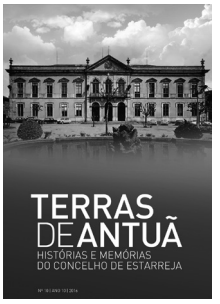
[N.º 7 – Ano VII - 2013] SUMÁRIO: EU SOU QUE SEI, *José Eduardo de Matos*, A HISTÓRIA VAI-SE FAZENDO, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*, ARTIGOS:HENRIQUE LAVOURA – construtor naval de nomeada, *Ana Maria Lucas*, CÓNEGO REBELO DOS ANJOS – Capelão de militares e Civis, *António Augusto Silva*, O CÓNEGO BARBOSA E O DOGMA DA IMACULADA CONCEIÇÃO, *António Pedro Sotto Mayor*, O VINCULO DA CASA DO COUTO EM SALREU (1755), *Delfim Bismarck Ferreira*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – os Painéis dos Barcos Moliceiros, *José Gurgo e Cirne*, INVENTÁRIO DO ESPÓLIO DE CONSTRUÇÃO NAVAL DO MESTRE HENRIQUE LAVOURA – PARDILHÓ, *Juliana Cunha*, REVOLTAS POPULARES EM ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*, FRANCISCO MARQUES RODRIGUES, *Maria Almira de Oliveira Rodrigues Barata e Manuel Oliveira Rodrigues*, RETÁBULOS DA IGREJA DE SÃO BARTOLOMEU DE VEIROS, *Maria Clara Vide Marques e António Cruz Leandro*, OS ELEITOS DA CÂMARA DE ESTARREJA REFERÊNCIAS NAS ATAS DE 1860-1910,*Norvinda Leite*, NOTA SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE UMA PEÇA ARQUEOLÓGICA DE VALE CASTANHEIRO, SALREU, *Paulo Morgado*, MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO NAVAL, *Sérgio Paulo Silva*, A EMIGRAÇÃO NO CONCELHO DE ESTARREJA (1896), *Teresa Cruz e Valter Ramos*, SAUDADES, REVISTAS "TERRAS DE ANTUÃ"



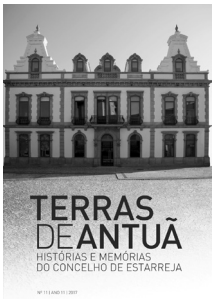
[N.º 8 – Ano VIII - 2014] SUMÁRIO. VIAJE COMIGO POR TERRAS DE ANTUÃ, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, AUTORES: AS DESCOBERTAS DE EGAS MONIZ E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO, *Álvaro Macieira Coelho*, A CONSTRUÇÃO NAVAL LAGUNAR E A MUSEOLOGIA – Mestre Esteves – Pardilhó, *Ana Maria Lopes*, OS 90 ANOS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA, *Andreia Tavares*, PATRIMÓNIO MUSICAL DE ESTARREJA – Um contributo, *António Augusto Silva*, A FAMÍLIA BANDEIRA EM ESTARREJA E SALREU DESDE O SÉCULO XVIII, *DelfimBismarck Ferreira*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – Os Painéis dos Barcos Moliceiros, *José Gurgo e Cirne*, CRÓNICAS DE UM PASSADO PRESENTE – Alguns apontamentos para o estudo geral deste Concelho de Estarreja, *José Teixeira Valente*, OS ACTUAIS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA NO SÉCULO XIII, *Marco Pereira* PINTURAS DEVOCIONAIS DOS ALTARES- MORES DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Maria Clara Paiva Vide Marques e Sylvie Ferreira*, FRANCISCO AUGUSTO DA SILVA ROCHA E A CASA DE FRANCISCO MARIA SIMÕES- Um novo padrão de Beleza; *Maria João Fernandes*, OS ELEITOS DA CÃMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA – REFERÊNCIAS NAS ATAS (CONT) – 1910-2013, Norvinda Leite, DEAMBULANDO PELAS RUAS, *Sérgio Paulo Silva*, O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES – ANO DE 1897 TRILHOS DOS AMAZONAS, *Teresa Cruz eValter Santos*, SAUDADES - OS 50 ANOS DO MERCADO MUNICIPAL DE ESTARREJA, *João Alegria* REVISTAS "TERRAS DE ANTUÂ"



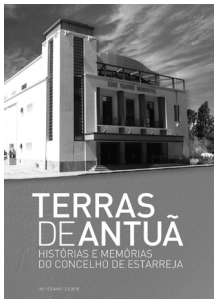
[N.º 9 – Ano IX - 2015] SUMÁRIO, E VAO NOVE, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, PINTORES DE EMBARCAÇÕES LAGUNARES, *Ana Maria Lopes*, 150 ANOS DEDICADOS À MÚSICA, OS EXECUTANTES DA BANDA BINGRE CANELENSE DESDE A SUA FUNDAÇÃO, *Ana Paula Almeida*, CARNAVAL DE ESTARREJA: DAS COMEMORAÇÕIES POPULARES ÀS BATALHAS DAS FLORES, *Andreia Tavares*, DR. MANUEL FIGUEIREDO. MÉDICO DE LARGO SENTIDO HUMANO, *António Augusto Silva*, A OBRARETABULAR DA IGREJA DE SÃO PEDRO DE PARDILHÓ, *António Cruz Leandro e Maria Clara de Paiva Vide Marques*, PATRIMÓNIO – LUGAR DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE, *Carla Ferreira*, O DESEMBRAGADOR DR. JOSÉ HOMEM CORRÊA TELES, *DelfimBismarck Ferreira*, CONTRIBUTO PARA UM INVENTÁRIO HISTÓRICO DA COLETIVIDADE CONCELHIA" O CENTRO" – CENTRO RECREATIVO DE ESTARREJA CRE NA CELEBERAÇÃO DOS 105.ºANIVERSÁRIO, *José Fernando Correia*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO. OS PAINÉIS DOS BARCOS MOLICEIROS, *José Gurgo e Cirne*, a LEITURA PÚBLICA EM ESTARREJA, *Juliana Cunha*, PRIMEIRA REFERÊNCIA ESCRITA A SALREU (1076/1106), *Marco Pereira*, FRENTE LAGUNAR DE ESTARREJA E OS SEUSTESOUROS, *Norberto Monteiro*, JORNAL " O CONCELHO DE ESTARREJA" 1901-2014 DO SOTÃO PARA O MUNDO DIGITAL, *Norvinda Leite*, BANDA VISCONDE DE SALREU, 1 DE OUTUBRO DE 1925-1 DE OUTUBRO DE 2015 DO PASSADO AO PRESENTE UM SÓ CAMINHO, A MESMA ENTREGA À MÚSICA E À ARTE DE BEM FAZER, *Raquel Maria Rodrigues de Jesus*, SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTARREJA 80 ANOS AO SERVIÇO DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Rosa de Fátima Figueiredo*, CASA MUSEU EGAS MONIZ – RECANTOS DO MARINHEIRO, *Rosa Maria Rodrigues*, ESCOLA SECUNDÁRIA DE ESTARREJA: UM PERCURSO COM MEIO SÉCULO, *Teresa Bagão*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1898, *Teresa Cruz Tubby eValter Santos*, SAUDADES – CINE TEATRO DE ESTARREJA 65 ANOS DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS, *João Carlos Alegria*



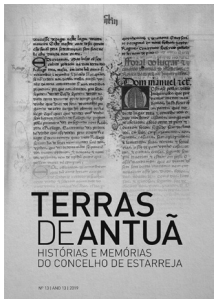
[N.º 10 – Ano X - 2016] A NOSSA CASA BRANCA, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, ROTA LAGUNARES, *Ana Maria Lopes*, CARNAVAL DE ESTARREJA:1930 A 1974, *Andreia Tavares* RANCHO FOLCLÓRICO DE VEIROS – As primeiras Danças: 1939-1947, *António Augusto Silva*, TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS EM 2016 NO CRASTO DE SALRE ESTARREJA – BREVE NOTÍCIA *António Manuel Silva, Gabriel R. Pereira, Paulo P. Lemos e Sara Almeida e Silva*, A PEDRA DE ARMAS DA CASA DA FONTINHA, EM BEDUÍDO, ESTARREJA *Delfim Bismarck Ferreira*, CASAS COM TORRE *Domingos Tavares*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – OS PAINEIS DO BARCOS MOLICEIROS *José Gurgo e Cirne*, A BIBLIOTECA PRIVADA DE EGAS MONIZ – CASA DO MARINHEIRO EM AVANCA, *Juliana Cunha*, O VÍNCULO DA CAPELA DE S.SIMÃO DO BUNHEIRO NO CONCELHO DE ESTARREJA, DISTRITO DE AVEIRO, *Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes*, PESOS E MEDIDAS NA HISTÓRIA DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira* PINTURAS DE MILAGRES, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE ESPERANÇA E FÉ,*Maria Clara de Paiva Vide Marques e António Cruz Leandro*,EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE ESTARREJA – UM PERCURSO PELAS FONTES DE 120 ANOS DE HISTÓRIA, *Norvinda Leite*, UM OUTRO OLHAR SOBRE O PATRIMÓNIO EDIFICADO DA ANTIGA FREGUESIA DE BEDUÍDO: A TERRA COMO FORMA DECONSTRUÇÃO *Susana Temudo e Diana Cunha Santos* EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1899, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos* SAUDADES – NOS 20 ANOS DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE AVANCA, *António Costa Valente e Rita Capucho*



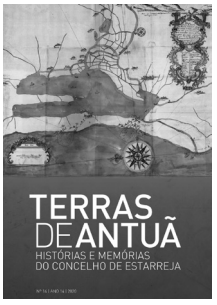
[N.º 11 – Ano XI - 2017] " ROSTO " EDIFICADO, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues* CARLOS PINTO DE SOUSA – Um autodidacta do crescimento cultural, *António Augusto Silva* UMA ALDEIA DE HÁ DOIS MIL ANOS UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E A SUA INVESTIGAÇÃO, *António Manuel Silva*, *Gabriel R. Pereira, Sara Almeida e Silva e Paulo. P. Lemos*, A PEDRA DE ARMAS DA "CASA DO COUTO", EM SALREU, *Delfim Bismarck Ferreira* PALACETES E ESTARREJA,*Domingos Tavares* MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – Em busca do tempo perdido, *José Gurgo e Cirne* O PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO DE ANTÓNIO MADUREIRA – Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira em Estarreja, *Juliana Cunha* TAVARES RESENDE DA CASA DE S.BERNARDO DA CONGOSTA EM AVANCA – Estarreja, Aveiro, *Luís Cardoso Menezes* OS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA NA PRIMEIRA GRANDE GUERRA (1914-1918), *Marco Pereira* ESCULTURA DEVOCIONAL NA IGREJA MATRIZ DE AVANCA, *Maria Clara de Paiva Vide Marques, António Cruz Leandro e Luís Alberto Casimiro* FORAL DOANTUÃ:DOCUMENTOS AUTÊNTICOS QUE O TROUXERAM ATÉ HOJE, *Norvinda Leite* UMA CARTA, *Sérgio Paulo Silva,* JOAQUIM MARIA LEITE, *Teresa Cruz Tubby* EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1906, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos* SAUDADES-EGAS MONIZ – UM PERCURSO – 90 Anos da Angiografia Cerebral (1927-2017),*Rosa Maria Rodrigues*



[N.º 12 – Ano XII- 2018] MEMÓRIAS, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, MANIFESTO DA COMISSÃO ELEITORAL OPOSICIONISTA DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Andreia Tavares*, UMA SIMPLES CONVERSA E AS PRIMEIRAS PRISÕES POLÍTICAS EMESTARREJA, *António Augusto Silva*, TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO CASTRO DE SALREU-BREVE CRÓNICA DA INTREVENÇÃO DE 2018, *António Manuel Silva*, *Gabriel R. Pereira, Sara Almeida e Silva e Paulo A.P. Lemos*, AS CASAS DO MATO (SALREU) E DA FONTE CHÃ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHIOS ANTUANOS SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS DE NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA – 1.ª PARTE DE D. JOÃO II A FILIPE II, *António Pedro de Sottomayor*, OS MOINHOS DE MEIAS, *Armando Carvalho Ferreira*, A FAMÍLIA QUADROS EM SALREU DESDE O FINAL DO SÉCULO XVIII (PARTE I), *Delfim Bismarck Ferreira*, CONSTRUÇÃO NAVAL TRADICIONAL NO MUNICÍPIO DE ESTARREJA – QUE FUTURO? *Etelvina Resende Almeida*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – DOS MÉRITOS DO PRIMITIVISMO INGÉNUO *José Gurgo e Cirne*, CARLOS MARQUES RODRIGUES:O FUNDADOR DA FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ – A "HIDRO-ELÉTRICA" DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, OS BISPOS PORTUGUESES ORIGINÁRIOS DO CONCELHO DE ESTARREJA, DISTRITO DE AVEIRO NO SÉCULO XX, *Luís Cardoso Menezes*, A PNEUMÓNICA, OU GRIPE ESPANHOLA. EM ESTARREJA (1918-1919) *Marco Pereira*, PRISIONEIROS DO CONCELHO DE ESTARREJA DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL NA FRENTE OCIDENTAL – 1917-1918, *Maria Clara de Paiva Vide Marques, António Cruz Leandro*, UMA OBRA DO PINTOR FRANCISCO PINTO COSTA (1826-1869) NA CASA MUSEU EGAS MONIZ, *Susana Moncóvio*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1907, T*eresa Cruz Tubby e Valter Santos* SAUDADES - 50 ANOS DA CASA MUSEU EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*, REVISTAS TERRAS DE ANTUÃ



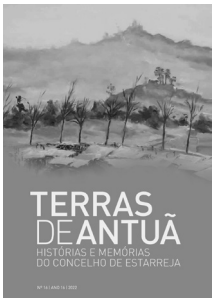
[N.º 13 – Ano XIII - 2019] 500 ANOS DO FORAL DE ANTUÃ, *Diamantino Sabina* EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues* SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES DA BEIRA LITORAL LDA, *Andreia Tavares* FREI GONÇALO MARIA TAVARES – Do clero secular para o regular, *António Augusto Silva* O CASTRO DE SALREU, UM DOS POVOADOS PORTO-HISTÓRICOS ATLÂNTICOS DO ENTRE DOURO E VOUGA, *António Manuel Silva, Edite Martins de Sá, Jorge Fernando Salvador*, *Paulo A. P. Lemos e Sara Almeida e Silva*, AS CASAS DO MATO (SALREU) E DE FONTE CHÃ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHIOS ANTUANOS - SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS DE NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA – 2.ª PARTE DE D. FILIPE II A D. JOÃO V, *António Pedro de Sottomayor*, A FAMÍLIA QUADROS EM SALREU DESDE O FINAL DO SÉCULO XVIII (PARTE II), *Delfim Bismarck Ferreira*, OLHARES POR DENTRO DO MUNICÍPIO DE ESTARREJA – ITINERÁRIOS POR ÁGUA, *Etelvina Resende Almeida*, A ODIOSSÍSIMA MORTE DO LÁZARO *José Gurgo e Cirne*, CARLOS MARQUES RODRIGUES: O IMPULSIONADOR DA EDIFICAÇÃO DA CENTRAL DE ENERGIA ELÉTRICA - A TURBINA DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, ESTARREJENSES ILUSTRES:O 1.º MARQUÊS DE TERENA - SEBASTIÃO CORREIA DE SÁ (1766-1849), *Luís Cardoso Menezes*, MILITARES DOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA MORTOS EM ÁFRICA (1961-1974), *Marco Pereira,* ESTARREJA NA GRANDE GUERRA MILITARES FALECIDOS NA FRENTE OCIDENTAL (1917-1918), *Maria Clara de Paiva Vide Marques, António Cruz Leandro, Teresa Cruz Tubby*, A SOMBRA DO MOSTEIRO DE AROUCA RAIZES LONGAS DE ANTUÃ, *Norvinda Leite e Carlos Pinho*, COISAS DE CANTADORES, *Sérgio Paulo Silva,* EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1908, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos*, SAUDADES - 70 ANOS DO PRÉMIO NOBEL EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*



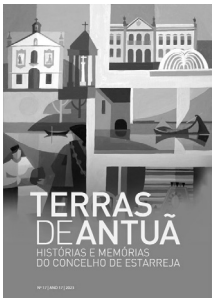
[N.º 14 – Ano XIV - 2020] A "TERRAS DE ANTUÃ" EM PLENA PANDEMIA COVID-19, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, O NOSSO LIVRO, *Abel Cunha*, MAJOR ANTÓNIO BERNARDINO FERREIRA, *António Augusto Silva*, A "GRATIDÃO" DE JOSÉ LUIS DA CUNHA: UM CASO DE SUOR, SUCESSO E LÁGRIMAS NO PANORAMA EMIGRATÓRIO DA ESTARREJA OITOCENTISTA, *António Pedro de Sottomayor*, O CONCELHO DE ESTARREJA EM 1865, *Delfim Bismarck Ferreira*, A EMBARCAÇÃO TRADICIONAL COMO ARTEFACTO E O HOMEM ARTESÃO:O MESTRE CONSTRUTOR NAVAL DA RIA DE AVEIRO, *Etelvina Resende Almeida*, "O COLÉGIO", *José Fernando Correia*, DR. TAVARES AFFONSO: SEIS CARTAS E UM BILHETE POSTAL DIRIGIDO AO PROF. DOUTOR EGAS MONIZ, *José Gurgo e Cirne*, AVIVAR MEMÓRIAS: ASTRADIÇÕES ORAIS COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, OS LIMITES HISTÓRICOS COMUNS DAS DIOCESES DO PORTO E DE COIMBRA, *Marco Pereira*, SÃO SEBASTIÃO, *Maria Clara de Paiva Vide Marques, António Cruz Leandro*, EGAS MONIZ E O JOGO, *Rosa Maria Rodrigues*, PARA QUE OS OLHOS SE LEMBREM, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1909, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos*, VEIROS – SINOPSE PELAS REFERÊNCIAS DA SUA HISTÓRIA E AS SUAS GENTES, *Victor Bandeira*, SAUDADES – BIORIA, O SUSTENTÁVEL CONVIVIO ENTRE A NATUREZA E O HOMEM, *AdolfoVidal*



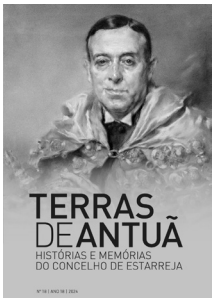
[N.º 15 – Ano XV - 2021] AS PESSOAS, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, MEMÓRIAS DE UMA COZINHA DE POBRES, *Abel Cunha*, OS JAZIGOS NO ADRO DA IGREJA DE SALREU – ALGUNS APONTAMENTOS, *António Augusto Silva*, UMA DÉCADA DE ARQUEOLOGIA NO CASTRO DE SALREU, 2011-2021 (UM PONTO DE SITUAÇÃO NÃO CONCLUSIVO), *António Manuel Silva, Paulo Lemos e Sara Almeida e Silva*, O CAPITÃO LUÍS PEREIRA LOPES DE EXTINÇÃO E AS TRADIÇÕES ORAIS COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, D. HUGO, BISPO DO PORTO, *Marco Pereira*, COMISSÁRIOS DO SANTO OFÍCIO NATURAIS DE ESTARREJA, *Maria ClaraVide e António Cruz Leandro*, EGAS MONIZ -VIVÊNCIAS EM COIMBRA, *Rosa Maria Rodrigues*, ENGUIAS DE ARROZ E ARROZ DE ENGUIAS, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1910, *Teresa Tubby e Valter Santos,* O MERCADO ANTIGO DE ESTARREJA 30 ANOS A RECRIARA NOSSA HISTÓRIA, *Isabel Simões Pinto*



[N.º 16 – Ano XVI - 2022] SINAIS DOS TEMPOS, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, ETNOGRAFIA E FOLCLORE NO CONCELHO DE ESTARREJA, *Abel Cunha*, JOÃO PEDRO MARQUES VILLAR CONSTRUCTOR CIVIL, PROJECTISTA E O MAIS QUE SE VERÁ, *António Augusto Silva*, LITÍGIO E SEPARAÇÃO DOS VÍNCULOS DO MATO (SALREU/ESTARREJA) E DE SÃO PAIO (MOUÇÓS/VILA REAL): UM CASO BICUDO ENTRE TIA E SOBRINHO EM MEADOS DE OITOCENTOS, *António Pedro de Sottomayor*, AS QUINTAS DA BOA VISTA, DA TAPADA E DA MELHOR VISTA EM SANTIAGO DE BEDUÍDO – ESTARREJA: SUBSÌDIOS PARA UM ESCLARECIMENTO, *Artur Castro Tavares*, JOSÉ MENDONÇA – O REFLEXO E A SOMBRA, *Diamantino Matos*, A CULTURA DO ARROZ NO BAIXO VOUGA LAGUNAR, *Etelvina Resende Almeida,* NA PASSAGEM DO CENTENÁRIO DA INAUGURAÇÃO DO PADRÃO EM MEMÓRIA DOS MORTOS DO CONCELHO DE ESTARREJA NA GRANDE GUERRA, *Joaquim Ventura Faria Victorino*, COMPLEXO QUÍMICO DE ESTARREJA UM CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DO COMPLEXO QUÍMICO DE ESTARREJA – UM DOS MAIS ANTIGOS E IMPORTANTES DO NOSSO PAÍS, *José Fernando Ferraz Correia*, O SOBRADO VERMELHO, *José Gurgo e Cirne,* PARDILHÓ NA IDADE MÉDIA, *Marco Pereira*, A ARTE RETABULAR NA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO MONTE EM SALREU, *Maria Clara de Paiva Vide Marques, António Cruz Leandro*, O REGIMENTO DE REPARTIÇÃO DAS SISAS ENVIADO AO CONCELHO DE ANTUÃ EM 1527, *Maria Helena da Cruz Coelho, Saul António Gomes*, EGAS MONIZ NA LITERATURA, *Rosa Maria Rodrigues*, JOSÉ MENDONÇA – UM TEMPO PARTILHADO, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1911, *Teresa Cruz Tubby*, PROSPECÇÃO DE ESTRUTURAS INCÓGNITAS NA IGREJA DE VEIROS, *Victor Bandeira, Ana Bidarra, Nuno Barraca*, SAUDADES – DA FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ À FÁBRICA DA HISTÓRIA, *Juliana Cunha*, RETIFICAÇÃO: AO ENSAIO "AS CASAS DO MATO (SALREU) E DE FONTE CHÃ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHIOS ANTUANOS. SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS E NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA" (TERRAS DE ANTUÃ N.º S 12 E 13), *António Pedro de Sottomayor*



[N.º 17 – Ano XVII - 2023] A "COR" COM QUE NOS PINTA PENICHEIRO…, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, CONTRIBUTOS A UMA CRONOLOGIA DO ENSINO ESCOLAR NA FREGUESIA DE CANELAS - ESTARREJA, *Abel Cunha*, OS «GARRIDOS» DE SALREU, *Ana Maria Lopes*, O FOTO AMADORISMO EM ESTARREJA NA DÉCADA DE 50, *António Augusto Silva*, REVISITANDO A ORIGEM E HISTÓRIA DA CASA DO COUTO, SALREU, ESTARREJA, *António Pedro de Sottomayor*, PAISAGENS DE FRANCISCO JOAQUIM BINGRE, *Eduardo Dias,* A APANHA DO MOLIÇO NA RIA DE AVEIRO, *Etelvina Resende Almeida*, O FUNDADOR DE ESTARREJA (BIS), *Joaquim Ventura Faria Victorino*, A "HIDRO-ELÉCTRICA" DE ESTARREJA: HOMENS E MULHERES QUE FIZERAM A FÁBRICA, *Juliana Cunha*, CONTRIBUIÇÃO DE SALREU PARA O MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL EM LISBOA, *Marco Pereir*a, A ESCULTURA DEVOCIONAL DOS ORAGOS DAS IGREJAS PAROQUIAS DE ESTARREJA, *Maria Clara Vide e António Leandro*, A CASA DE MÁRIO BELMONTE PESSOA MUSEU DE ARTE NOVA DE AVEIRO AUTORIA EXCLUSIVA DE FRANCISCO AUGUSTO DA SILVA ROCHA UMA OBRA DE ARTE INESGOTÁVEL, *Maria João Fernandes*, DA OPOSIÇÃO À DEMOCRACIA: UM PERCURSO PELAS FONTES DO ARQUIVO MUNICIPAL, *Paulo Dias*, A CARREIRA UNIVERSITÁRIA DE EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*, ANTUÃ EM DOCUMENTOS QUINHENTISTAS, *Saul António Gomes*, CAMPISMO, *Sérgio Paulo Silva,* EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE ENTRE 1836 E 1839 E O ANO DE 1912, *Teresa Tubby*, SAUDADES – NOS 30 ANOS DA FUNDAÇÃO SOLHEIRO MADUREIRA, *Amélia Fragoso*



[N.º 18 – Ano XVIII - 2024] A MAIOR E VACINADA, TERRAS DE ANTUÃ, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, ARTESANATO NO CONCELHO DE ESTARREJA EM 1963, *Abel Cunha*, O DESPORTO EM ESTARREJA NOS SEUS PRIMÓRDIOS, *António Augusto Silva*, A OBRA RETABULAR DA CAPELA DE SANTO AMARO, *António Cruz Leandro e Maria Clara de Paiva Vide Marques*, REITOR DE SANTIAGO DE BEDUIDO Pe CORNÉLIO SILVA – OPOSITOR ÀS LEIS REPUBLICANAS DA SEPARAÇÃO DO ESTADO DAS IGREJAS, *Artur Tavares*, A EPOPEIA DO HOMEM-MOLICEIRO DA RIA DE AVEIRO, *Etelvina Resende Almeida*, ESTARREJA E A 1.ª GRANDE GUERRA – A CRISE DAS SUBSISTÊNCIAS, *José Pedro Reis*, ESTARREJA – FITA DO TEMPO – PESSOAS, ACONTECIMENTOS, FACTOS E CURIOSIDADES QUE, AO LONGO DO TEMPO, FORAM "MOLDANDO" O CONCELHO DE ESTARREJA, *José Fernando Ferraz Correia*, DR. MAXIMIANO POMBO CIRNE – UM BUNHEIRENSE EM TERRAS GAÚCHAS, *José Gurgo e Cirne*, A "HIDRO-ELÉCTRICA" DE ESTARREJA: HOMENS E MULHERES QUE FIZERAM A FÁBRICA – OS COLABORADORES, *Juliana Cunha*, O COUTO DE ANTUÃ EM MEADOS DE SÉCULO XIV, SEGUNDO UM DOCUMENTO COEVO, *Marco Pereira*, 25 IMAGENS DE ABRIL EM ESTARREJA, *Paulo Dias,* CRONOLOGIA SELECIONADA E ANOTADA DE EGAS MONIZ – 1874|1955, *Rosa Maria Rodrigues*, AS ELEIÇÕES TRIENAIS DAS ABADESSAS DE AROUCA E SENHORAS DE ANTUÃ: 1597-1777, *Saul António Gomes*, TORREIRA, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE ENTRE 1840 E 1849 E O ANO DE 1913, *Teresa Tubby,* CAPELA DE NOSSA SENHORA DO MONTE CARMELO EM AVANCA, *Victor Bandeira*, SAUDADES – 100 ANOS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA, *Joana Sousa e José Eduardo de Matos*

AUTORES	TA 1	TA 2	TA 3	TA 4	TA 5	TA 6	TA 7	TA 8	TA 9	TA 10	TA 11	TA 12	TA 13	TA 14	TA 15	TA 16	TA 17	TA 18	TA 19
Abel Cunha														X	X	X	X	X	X
Adolfo Vidal														X					
Ana Bidarra																X			
A. Macieira Coelho								X											
Amaro Neves	X																		
Amélia Fragoso																	X		
Ana Maria Lopes					X	X	X	X	X	X							X		
Ana Paula Almeida									X										X
Andreia Tavares								X	X	X		X							
Andreia Vidal Leite	X																		
António A. Silva	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
António C. Valente						X				X									
António Leandro							X		X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
António M. Coelho				X															
António M. S. P. Silva					X	X				X	X	X	X		X				
António de Pinho Nunes		X																	
António P. Sottomayor	X			X			X					X	X	X		X	X		X
António Carvalho			X																
Armando C. Ferreira	X											X							
Artur C. Tavares																X		X	X
Carla Ferreira									X										
Carlos B. Almeida	X																		
Delfim Bismarck	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
Diamantino Matos																X			
Diana Cunha			X							X									
Domingos Tavares						X				X	X								
Etelvina Almeida												X	X	X	X	X	X	X	X
Eva Armindo				X															
Francisco M. Brandão	X																		
Gabriel Pereira					X	X				X	X	X							
Hugo Cálão		X		X															
Isabel Simões Pinto															X				
João Alegria							X	X											
José Pedro Reis																		X	X
João Muralha					X														
Joaquim Lagoeiro					X														
Joana Sousa																		X	
Joaquim V. Victorino																X	X		X
José Eduardo Matos																		X	
José Fernando Correia			X				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X

AUTORES	TA 1	TA 2	TA 3	TA 4	TA 5	TA 6	TA 7	TA 8	TA 9	TA 10	TA 11	TA 12	TA 13	TA 14	TA 15	TA 16	TA 17	TA 18	TA 19
Jorge Montenegro					X														
José Gurgo e Cirne			X				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
José Nunes Liberato		X																	
José Mattoso						X													
José Valente								X											
Juliana Cunha							X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Luís Eça Matos				X															
Luís Loureiro				X															
Luís Cardoso Menezes										X	X	X	X						
Luís Souto de Miranda				X															
Manuel F. Rodrigues		X																	
Manuel O. Rodrigues							X												
Marco Pereira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Margarida Castro			X																
Maria A. Barata							X												
Maria Clara Vide		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria Elvira Callpez				X															
Maria Helena V. Pinho					X														
Maria de Jesus O. e Silva				X	X														
Maria João Fernandes								X									X		
Maria Helena Cruz Coelho																X			
Maria Manuel V. Barbosa			X																
Maria Palmira da S. Gomes		X			X														
Maurício A. Fernandes						X													
Norberto Monteiro									X										
Norvinda Leite					X		X	X	X	X	X		X						
Nuno Barraca																X			
Nuno Matos				X															
Paulo Dias																	X	X	X
Paulo A. P. Lemos						X				X	X	X	X		X				
Paulo Morgado							X												
Patrícia M. de Carvalho				X															

AUTORES	TA 1	TA 2	TA 3	TA 4	TA 5	TA 6	TA 7	TA 8	TA 9	TA 10	TA 11	TA 12	TA 13	TA 14	TA 15	TA 16	TA 17	TA 18	TA 19
Pedro B. de Almeida	X																		
Rafael Marques Vigário	X																		
Raquel Rodrigues de Jesus									X										X
Ricardo Matos				X															
Rita Capucho										X									
Rosa Fátima Figueiredo									X										
Rosa Maria Rodrigues			X		X				X		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sara Silva										X	X	X	X		X				
Saúl Gomes																X	X	X	
Sérgio Paulo Silva							X	X			X		X	X	X	X	X	X	X
Sylvie Ferreira								X											
Sónia Filipe	X																		
Susana Constantino					X														
Susana Moncóvio												X							
Susana Temudo Silva			X							X									
Telma A. Correia				X															
Teresa Bagão		X							X										
Teresa Tubby			X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Valter Santos		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
Victor Bandeira														X		X		X	X


ESTARREJA